

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

BRUNA MARIA DA SILVA RAPOZO

**MULHERES CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS EM MOVIMENTO:
RESSIGNIFICANDO RELAÇÕES DE GÊNERO, TRABALHO, SABERES E
PODERES NA AGRICULTURA CAMPONESA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Recife
2022

BRUNA MARIA DA SILVA RAPOZO

**MULHERES CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS EM MOVIMENTO:
RESSIGNIFICANDO RELAÇÕES DE GÊNERO, TRABALHO, SABERES E
PODERES NA AGRICULTURA CAMPONESA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Orientadora: Dra. Mônica Cox de Britto Pereira

Coorientador: Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves

Recife
2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

R219m Rapozo, Bruna Maria da Silva.
Mulheres camponesas e trabalhadoras rurais em movimento :
ressignificando relações de gênero, trabalho, saberes e poderes na
agricultura camponesa do sertão de Pernambuco / Bruna Maria da Silva
Rapozo. – 2022.
275 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Mônica Cox de Britto Pereira.
Coorientador : Cláudio Ubiratan Gonçalves.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Mulheres. 3. Trabalho. 4. Reexistência. 5. Auto-
organização. 6. Camponeses. I. Pereira, Mônica Cox de Britto
(Orientadora). II. Gonçalves, Cláudio Ubiratan (Coorientador). III. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-137)

BRUNA MARIA DA SILVA RAPOZO

**MULHERES CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS EM MOVIMENTO:
RESSIGNIFICANDO RELAÇÕES DE GÊNERO, TRABALHO, SABERES E
PODERES NA AGRICULTURA CAMPONESA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 04/11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Co-orientador - Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Renata Sibéria de Oliveira (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba



Dedico à minha querida e amada vóinha, Virginia Rodrigues de Andrade (In Memoriam) Te amo vóinha!!!

À minha mãe, Maria Dulce, por uma vida de dedicação e amor.

À minha amada filha, a pequena Lunna Clara, por ter me proporcionado momentos de grandes alegrias e, acima de tudo, por ser um verdadeiro exemplo de resiliência. Lunna, você me deu ânimo, força e esperança para seguir em resistência! Mamãe te ama!

Ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE).

Ao Grupo de mulheres da Gameleira.

A todas as camponesas e trabalhadoras rurais que tem sido luta e resistência contra as desigualdades de classe, de raça e de gênero, no campo, nas florestas, nas águas e cidades do Brasil.

AGRADECIMENTOS

“LOUVAR E ABRAÇAR”

É chegada a hora de “louvar e agradecer”! De tentar traduzir em palavras toda gratidão, amorosidade e empatia que trago na alma e que foi fortalecida, ampliada e compartilhada durante a caminhada pelos sertões secos e verdejantes do Pajeú, e da minha vida.

Agradecer os braços abertos, os sorrisos acolhedores e as mesas fartas das amigas, amigos, mulheres e famílias camponesas e trabalhadoras rurais que me acolheram e compartilharam comigo, uma “forasteira”, seu tempo, saberes, sabores, histórias de vida e de existência no sertão semiárido.

Agradecer às organizações e movimentos sociais que acreditaram, apoiaram, confiaram e fizeram as mediações do diálogo da pesquisadora com as comunidades, mulheres e famílias que compartilharam e contribuíram e construíram conosco este estudo. Gratidão!

Agradeço a Deus e à espiritualidade pela presença constante, proteção, força para lutar e caminhar com serenidade nas estradas e serras de vegetação “secas”, empoeiradas dos sertões.

Agradeço à minha família, meu porto seguro e minha inspiração para continuar e “Sonhar mais um sonho impossível, Lutar quando é fácil ceder, Vencer o inimigo invencível, Negar quando a regra é vender”. Gratidão a minha mãe e pai por terem me dado o bem mais precioso que possuíam: a possibilidade de estudar. Aos meus irmãos pelo incentivo e cumplicidade de sempre. Família, obrigada por ser meu porto seguro nos momentos de tormentas.

À minha vovó Virginia, que com muito amor, humildade e paciência me ensinou a ter respeito e gostar da natureza e da terra que sustenta nossos pés e oferece o alimento ao corpo. Vóinha, levo você e seus ensinamentos comigo, mesmo quando sinto o coração doer quando me lembro das suas palavras e da saudade que sinto... Era muito bom ouvir você me dizer “minha menina, que Jesus e virgem Maria passem na frente e guardem seus caminhos”. Te amarei eternamente!

Agradeço à Professora Mônica Cox e ao Professor Cláudio Ubiratan por terem aceitado o desafio de orientar uma pesquisa desafiadora e tão necessária na Geografia. Gratidão pelas sugestões de leitura e pelo olhar apurado fundamental na construção deste estudo. Mas,

sobretudo, pela liberdade dada e por me permitirem ser a mulher e pesquisadora que me tornei durante o processo de pesquisa, escrita e conclusão dessa jornada. Gratidão!

Ao CNPq, pela disponibilização da bolsa de doutorado que possibilitou a conclusão de parte deste estudo e da minha participação em eventos científicos e acadêmicos, antes da pandemia e isolamento social.

Aos professores e professoras da banca de qualificação que deram grandes contribuições por meio de avaliações, críticas e sugestões para melhoria do texto de tese. Renata Sibéria, Ana Carolina, Ana Paula, Rodrigo Dutra, Mônica Cox e Cláudio Ubiratan, gratidão pela leitura atenta da tese e por acompanharem a construção da pesquisa, da fase de qualificação até o momento da defesa.

Ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Pernambuco e à Associação de Mulheres da Gameleira, pelas partilhas, diálogos, generosidade, atenção e paciência durante os campos, entrevistas e retirada de dúvidas via Whatsapp.

Andréia das Neves, Rubia Silva, Anna Paula Silva, Lucia Lira e Silva, Elizete Silva, Auxiliadora Cabral, Margarida Silva, Maria da Mota, Evanice Soares, Maria José, Lucivânia, Davani, Graciete, Rany, Anayla, Madalena, Maria Eliane, Luciana, Alexandra, Maria Ivone, Maria de Lurdes. Gratidão a todas!!!

Às mestras camponesas e trabalhadoras rurais sertanejas que compartilharam comigo suas casas, mesas e tempo com sinceridade, generosidade e carinho. Meu muito obrigada!

À Comissão Pastoral da Terra, através da pessoa de Marciano, e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Egito, através da pessoa de Maria José, coordenadora da Comissão de Mulheres e Juventude, que juntos mediaram o contato com as comunidades e sujeitos da pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco e a todas as professoras e professores que através das disciplinas deram importantes contribuições à construção da tese.

À Secretaria do PPGEIO, especialmente Eduardo Vêras e Pablo, pessoas que nunca mediram esforços para nos ajudar, sanando nossas dúvidas sobre disciplinas, documentação e tudo mais referente à pós-graduação. Gratidão!

Às/aos colegas do Núcleo de Educação, Pesquisas, Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG), pelos momentos de aprendizagem, diálogos e partilhas de textos, conhecimentos e saberes agroecológicos.

Às/aos colegas e amigas/os do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) pelo companheirismo, pelas partilhas e vivências ao longo dos últimos 10 anos. Gratidão a todas e todos!

Francisca Vasconcelos (Chica), Thiago Henrique, Girlan Candido (Gigi), Mariana Vilarim, Renata Alves (Renatinha), Tatiana Faustino (a lindeza do Pajeú), Juliana Pires, Judson Jorge, Taíse Alves... Amigas e amigos de longa data e muitas caminhadas, muitíssimo obrigada pela amizade, solidariedade, companheirismo, presença, carinho, conselhos e tudo mais. Obrigada a todas e todos por fazerem parte da minha caminhada e família!

Assim, a construção desta tese só foi possível porque inúmeras pessoas, movimentos sociais, famílias camponesas e mulheres Guerreiras do Pajeú deram apoio, contribuições, alento, acolhida e motivação para a conclusão deste trabalho de pesquisa e de aprendizado.

Gratidão a todas e todos!

Abraçar e Agradecer

“Chegar para agradecer e louvar.
Louvar o ventre que me gerou
O orixá que me tomou,
E a mão da doçura de Oxum que consagrou.
Louvar a água de minha terra
O chão que me sustenta, o palco, o massapê,
A beira do abismo,
O punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos
E ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz
E que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim...
Agradecer a alegria das crianças,
As borboletas que brincam em meus quintais, reais ou não.
Agradecer a cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas
E as pequeninas como eu, em Aruanda.
Agradecer o sol que raia o dia,
A lua que como o menino Deus espraia luz
E vira os meus sonhos de pernas pro ar.
Agradecer as marés altas
E também aquelas que levam para outros costados todos os males.
Agradecer a tudo que canta no ar,
Dentro do mato sobre o mar,
As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.
Agradecer os senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.
Agradecer,
Ter o que agradecer.
Louvar e abraçar!”

(MARIA BETHÂNIA VELOSO, 2016)

RESUMO

As relações sociais de gênero no meio rural e na agricultura camponesa familiar se constituem como relações de poder desiguais e hierarquizadas de forma conservadora, de tal modo que negligenciam o papel e a importância social e política das mulheres nos processos e dinâmicas organizativas da vida, trabalho e economia camponesa. Mediante o exposto, esta pesquisa analisa a participação e experiência das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais no processo de produção e ressignificação da agricultura, do trabalho e da vida das mulheres e homens no contexto do sertão Semiárido em Pernambuco. Neste estudo, procurou-se analisar as práxis cotidianas e o protagonismo das mulheres na produção de saberes, conhecimentos e práticas agroecológicas para o manejo do bioma da Caatinga, e a participação política em espaços como associações, grupos e movimentos de mulheres, entre outros espaços públicos de decisão e poder político. Trabalho, práxis e ações políticas que vêm sendo construídas como estratégias para reafirmar o papel da mulher como sujeito político produtor de espaço, territórios, políticas e riquezas sociais e materiais nos territórios de vida no sertão. Auto-organizadas, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais vêm desde a década de 1980 protagonizando lutas e pautas de reivindicações por direitos à sindicalização, reconhecimento como trabalhadoras rurais, acesso a direitos trabalhistas, previdência social, aposentadoria, entre outros direitos. No sertão do Pajeú, Pernambuco, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais são detentoras de um vasto conhecimento sobre os agroecossistemas e estratégias para plantar, colher, comer, conviver e existir em situações sociais, econômicas e naturais adversas. Essas mulheres estão promovendo a valorização do cultivo de alimentos livre de agrotóxicos, outras formas de manejo sustentável da biodiversidade local e dos olhos d'água do rio Pajeú, estão semeando práticas mais sustentáveis para o manejo da Caatinga e, com acesso a tecnologias sociais, como a produção de mudas de árvores nativas, fazendo o reaproveitamento de águas através de sistemas de reuso de água cinza, utilizando os fogões agroecológicos para evitar o desmatamento para retirada da lenha para cozinhar, como também estão fazendo trocas de experiências e gerando renda e autonomia (relativa) através do trabalho coletivo e solidário. A investigação utilizou metodologia referenciada no campo da pesquisa qualitativa, com trabalho de campo, observação participante e história de vida, além da pesquisa bibliográfica e documental. Os sujeitos participantes da pesquisa foram mulheres da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, localizada no município de Itapetim – PE; o Grupo de Mulheres Guerreiras

do Pajeú, localizado no município de São José do Egito – PE; e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR-PE, que encontra-se territorializado em diversos municípios do estado de Pernambuco.

Palavras-chaves: mulheres; trabalho; r-existência; auto-organização; campesinato.

RESUMEN

Las relaciones sociales de género en el medio rural y en la agricultura familiar campesina se constituyen como relaciones de poder desiguales y jerarquizadas de manera conservadora, de tal forma que descuidan el papel y la importancia social y política de las mujeres en los procesos y dinámicas organizativas de la vida, del trabajo y de la economía campesina. Teniendo en cuenta lo anterior, esta investigación analiza la participación y la experiencia de las mujeres campesinas y de las trabajadoras rurales en el proceso de producción y resignificación de la agricultura, del trabajo y de la vida de las mujeres y de los hombres en el contexto del interior semiárido de Pernambuco. Este estudio buscó analizar la praxis y el protagonismo cotidiano de las mujeres en la producción de conocimientos, saberes y prácticas agroecológicas para la gestión del bioma de la Caatinga, y la participación política en espacios como asociaciones, grupos y movimientos de mujeres, entre otros espacios públicos de decisión y poder político. Trabajo, praxis y acciones políticas que se han construido como estrategias para reafirmar el papel de las mujeres como sujetos políticos que producen espacio, territorios, políticas y riqueza social y material en los territorios de la vida en el sertão. Las mujeres campesinas y las trabajadoras rurales organizadas han liderado, desde los años 80, luchas y reivindicaciones por el derecho a la sindicalización, al reconocimiento como trabajadoras rurales, el acceso a los derechos laborales, la seguridad social y la jubilación, entre otros derechos. En el sertão de Pajeú, Pernambuco, las mujeres campesinas y las trabajadoras rurales son poseedoras de un vasto conocimiento sobre los agroecosistemas y las estrategias para plantar, cosechar, comer, vivir y existir en situaciones sociales, económicas y naturales adversas. Estas mujeres promueven la valorización del cultivo de alimentos sin pesticidas, otras formas de gestión sostenible de la biodiversidad local y de los cursos de agua del río Pajeú. Están sembrando prácticas más sostenibles para la gestión de la Caatinga y con acceso a tecnologías sociales como la producción de plántulas de árboles nativos, haciendo el reaprovechamiento del agua a través de sistemas de reutilización de aguas grises, utilizando cocinas agroecológicas para evitar la deforestación para la extracción de leña para cocinar, así como el intercambio de experiencias y la generación de ingresos y autonomía, relativa, con el trabajo colectivo y solidario. La investigación utilizó metodología referenciada en el campo de la investigación cualitativa, con trabajo de campo, observación participante e historia de vida, además de investigación bibliográfica y documental. Los sujetos que participaron en la investigación fueron mujeres de

la Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, ubicada en el município de Itapetim - PE; el Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú, ubicado en el município de São José do Egito - PE y el Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR-PE, territorializado en varios municipios del estado de Pernambuco.

Palabras - claves: mujeres; trabajo; r-existencia; autoorganización; campesinado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Reunião da Associação do Grupo de Mulheres do Sítio Gameleira.....	73
Figura 2: 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central.....	116
Figura 3: 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – PE.....	117
Figura 4: Linha do tempo do processo organizativo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE).....	127
Figura 5: Linha do tempo do processo organizativo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE).....	128
Figura 6: Linha do tempo do processo organizativo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE).....	129
Figura 7: Linha do tempo do processo organizativo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE).....	130
Figura 8: Mutirões itinerantes e emissões de documentos por regiões do Brasil.....	163
Figura 9: Organograma das ações institucionais da Diretoria de Políticas para mulheres rurais.	165
Figura 10: Roça de Dona Imburana de Cheiro – Itapetim – PE.	200
Figura 11: Sistema agroflorestal de D. Jurema Branca - Itapetim – PE.	202
Figura 12: Roça de Dona Umbuzeira – Itapetim – PE.	206
Figura 13: Afloramento do lençol freático na comunidade Gameleira - Itapetim – PE.....	218
Figura 14: Afloramento do lençol freático (olho d' água) na comunidade Gameleira - Itapetim – PE.....	219
Figura 15: Afloramento do lençol freático (olho d' água) na comunidade Gameleira - Itapetim – PE.	219
Figura 16: Olho d'água existente na propriedade da família de Dona Jurema Branca.....	221
Figura 17: Sistema de reuso de água cinza da família de Dona Jurema Branca.....	226
Figura 18: Sistema Agroflorestal da família de Dona Jurema Branca.....	235
Figura 19: Viveiro de mudas do Grupo de Mulheres da Gameleira.....	237
Figura 20: Viveiro de mudas do Grupo de Mulheres da Gameleira.....	240

Figura 21: Área de cultivo de plantas medicinais, hortaliças e plantas ornamentais.....	240
---	-----

MAPAS

Mapa 1: Delimitação do semiárido brasileiro 2017	62
Mapa 2: Localização da área de estudo da tese	64
Mapa 3: Territorialização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco no estado de Pernambuco	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese das entrevistas e mulheres entrevistadas na tese.....	68
Tabela 2: Perfil das trabalhadoras e camponesas entrevistadas e participantes da pesquisa	70
Tabela 3: Cronologia do movimento das mulheres no processo de auto-organização no sertão do Pajeú Pernambuco.....	109
Tabela 4: Tipos de mudas existentes no viveiro do Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim – Pernambuco.....	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONSIR	Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DPMR	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
EMATER	Secretaria de Agricultura e executada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIQCB	Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR –	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
NE	
MMTR-PE	Movimento de mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNDTR	Programa de documentação da trabalhadora rural
PRONAF	Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
Rede LAC	Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe
SAFs	sistemas agroflorestais
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SPM	Secretaria de Política para Mulheres
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política e Reforma Agrária
VCAS	Vórtices Ciclônicos de Ar Superior
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	ESTRUTURA DA TESE.....	32
2	DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: CAMINHOS, MÉTODO E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	34
2.1	DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO AOS SUJEITOS.....	44
2.2	SER-TÃO: DAS “TERRAS DE DENTRO” AO RIO DO PAJÉ.....	57
2.3	SUJEITOS DA PESQUISA.....	67
2.4	SÍTIO GAMELEIRA	72
2.4.1	Grupo de mulheres da gameleira.....	72
2.4.2	Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú.....	76
3	GÊNERO, TEORIAS E PRÁTICAS: O MOVIMENTO DE MULHERES E AS MULHERES EM MOVIMENTO NOS TERRITÓRIOS SERTANEJOS.....	79
3.1	MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS DE MULHERES.....	87
3.2	CONCEITO DE GÊNERO E EMBATES POLÍTICOS.....	96
3.3	MULHERES CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS EM LUTA POR DIREITO À SINDICALIZAÇÃO.....	100
3.4	O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE PERNAMBUCO.....	107
4	ESTADO: OS LIMITES E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL.....	136
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	145
4.2	MULHERES, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: LUTAS E ACESSO A DIREITOS NO CAMPO BRASILEIRO.....	151
4.3	PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR): PARA QUE O ESTADO SAIBA QUE ELAS EXISTEM.....	155

5	DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DE TRABALHO NA AGRICULTURA NO SERTÃO DO PAJEÚ.....	168
5.1	TRABALHO (IN)VISÍVEL DAS CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS.....	182
5.2	MULHERES CAMPONESAS, TRABALHO, AUTOCONSUMO E A SUSTENTABILIDADE DA EXISTÊNCIA.....	198
6	AGROECOLOGIA E AS CAMPONESAS QUE PRODUZEM SEMENTES (D)E ÁGUA NO SERTÃO SEMIÁRIDO.....	210
6.1	“ÁGUA TAMBÉM SE CULTIVA, VIU?!”.....	215
6.2	TECNOLOGIAS SOCIAIS E SABERES LOCAIS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.....	222
6.3	AGROECOLOGIA: A SEMENTE PARA REFLORESTAR OS OLHOS ÁGUA E O SERTÃO.....	227
7	CONCLUSÕES.....	243
	REFERÊNCIAS.....	253

1 INTRODUÇÃO

*“Nós, mulheres, fomos oprimidas e continuamos oprimidas,
porque o sistema patriarcal só muda o jeito de oprimir,
mas a opressão é a mesma nessa sociedade machista,
patriarcal e excludente”*

*(D. Jurubeba - trabalhadora Rural, presidenta de um sindicato dos
trabalhadores rurais e integrante do MMTR-PE).*

A agricultura camponesa é uma relação social, um modo de produção e de vida estruturado nos conceitos de terra, trabalho e família. Estrutura essa que implica, conseqüentemente, em uma série de arranjos e de normativas embasada, quase sempre, em relações de solidariedade, vizinhança e reciprocidade, além de ideologias religiosas, crença e comportamentos conservadores próprios dos sistemas patriarcais coloniais, que eram e continuam sendo formas de manutenção das desigualdades de classes, raças e de gênero no tecido social e na esfera das vidas pública e privada dos sujeitos.

Nesse arranjo social, político e econômico que é a família camponesa, o trabalho é efetivado por todos e todas que compõem o núcleo família — ou seja, mulheres, homens, jovens, idosos e, dependendo do tipo de trabalho ou atividade, até crianças dão sua contribuição com pequenas tarefas, na condição de aprendizes.

Assim, todo trabalho desenvolvido pela família tem por objetivo primário satisfazer às necessidades alimentares, materiais e promover o bem-estar do grupo, sendo a produção de mercadorias feita, muitas vezes, com base no valor de uso e não apenas de troca. Nesse sistema social conhecido como família camponesa, a monetarização das relações não é realizada com fins de acumulação de riqueza, mas sim de provimento das condições vitais de existência e reprodução da unidade produtiva e econômica familiar.

Mediante o exposto, defendemos a tese de que o processo organizativo e luta das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas vêm, ao longo da história, ressignificando as relações de gênero, as identidades e promovendo o autoconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e sujeitos políticos de direito.

Também defendemos que o trabalho de base desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais e camponesas em grupos e movimentos de mulheres, em seus territórios, tem sido chave para a construção de políticas públicas com transversalidade de gênero que

promovam as práticas, os conhecimentos e o trabalho das trabalhadoras rurais em seus territórios de vida.

Dito isso, faz-se necessário salientar que utilizamos os termos “mulheres trabalhadoras rurais” e “mulheres camponesas”. Compreendemos que houve uma luta intensa por parte das mulheres para terem direito ao uso da categoria “mulheres trabalhadoras rurais”, assim como a expressão “mulheres camponesas” é posto como posicionamento político da autora, visto que o “camponesa” faz referência aos processos de ressurgências das revoltas, lutas, reivindicações e ações coletivas populares em prol de condições dignas de vida e trabalho no campo.

Os estudos de Maria Ignez Paulilo (1987, 2004, 2010, 2013) demonstram que o processo de organização da agricultura e da família camponesa passa por relações hierárquicas e de dominações, assim como tensões, conflitos e processos de negociações entre os membros do núcleo doméstico.

A autora evidencia que no processo de produção/reprodução da agricultura, da economia camponesa e das condições de existência das famílias no campo, as hierarquias demonstram que os desejos, necessidades, interesses, papéis sociais, representações e formas de apreensão e manutenção dos poderes são vivenciados e diferenciados de forma desigual pelos membros da família.

A situação de opressão e subordinação é sentida de forma mais acentuada pelas mulheres e meninas, visto que têm papel central e de suma importância na gestão do núcleo familiar.

A centralidade do trabalho das mulheres no processo de gestão da propriedade e do trabalho na agricultura camponesa implica, muitas vezes, em jornadas triplas e exaustivas de trabalho, que geram sobrecarga na vida das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, sem nenhum reconhecimento ou partilha justa do trabalho e da riqueza e bens gerados entre os membros da família.

As mulheres têm contribuído nas dinâmicas sociopolíticas à medida que também promovem as dinâmicas territoriais, a ressignificação das relações de trabalho de gênero e produção sustentável e saudável de alimentos através das práticas e conhecimentos agroecológicos construídos e reproduzidos pelas famílias camponesas. No entanto, são as mulheres que mais sofrem com a precarização do trabalho e com a falta de políticas públicas eficientes que atendam suas demandas.

Conforme Mészáros (2002), elas correspondem a 70% dos pobres do mundo; Maria Emília Pacheco (1997) acredita que isso ocorre porque o trabalho das mulheres e a valorização das suas atividades no conjunto dos sistemas produtivos são camuflados pela invisibilidade, relacionando-se, substancialmente, às formas de organização da divisão do trabalho.

Quanto à agricultura camponesa e familiar, esta cada vez mais tem ganhado espaço e importância no cenário brasileiro, por ser responsável por 80% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras todos os dias, assim como pela produção agroecológica e orgânica, que vem sendo desenvolvida principalmente pelas mulheres em seus quintais e sistemas agroflorestais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), gerados pelo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009/2010), a agricultura camponesa e familiar é também responsável pela geração de renda e empregos no campo. Nesse sentido, grande parte dos estudos e debates acadêmicos a respeito da agricultura giram em torno da produção e fatores econômicos geridos, promovidos e centrados na figura masculina, acentuando ainda mais a divisão de papéis e exclusão social, econômica e política das mulheres.

De acordo com os estudos de Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo (2004), embora as agricultoras tenham grande participação na produção agrícola, sobretudo na de alimentos, seu trabalho tem pouca visibilidade nas estatísticas e elas são esquecidas pelas políticas públicas.

A agroecologia encontra-se entre as principais pautas de reivindicações dos movimentos e grupos de mulheres rurais e urbanos, visto que esse paradigma possibilita a valorização do conhecimento, das práticas e experiências das mulheres, como também estabelece relações sociais e de produção mais inclusivas, solidárias, coletivas e sustentáveis.

No ano 2000, durante a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia e a construção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a agroecologia ganha mais espaço no debate nacional e regional, ao incorporar com mais intensidade as discussões acerca da igualdade e equidade entre os gêneros, produção de alimentos saudáveis, conservação da biodiversidade, acesso a políticas públicas e promoção de saberes, conhecimentos e valorização dos modos de vida e existência de mulheres e homens, no campo e na cidade.

Nesse sentido, a agroecologia não é vista pelas mulheres trabalhadoras rurais apenas como alternativa, mas também como um modo de vida e elemento chave no processo de produção de alimentos e da vida humana e não humana de forma saudável, respeitando os limites dos ecossistemas e da natureza.

A legitimação da agroecologia como ciência, prática e movimento no âmbito institucional, no caso do Brasil, foi possível através das reivindicações feitas pelas mulheres na Marcha das Margaridas de 2011, sendo criada em 20 de agosto de 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e em 2013, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Esse plano reitera a importância das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas para a produção de alimentos e a preservação dos bens naturais de uso comum. De acordo com o PLANAPO (2013), as mulheres “atuam como principais protagonistas na segurança alimentar e são responsáveis pela produção agroecológica nos quintais e roças próximas da casa”.

É notório que o trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais envolve outras esferas da vida social; para além da produção e reprodução das condições de vida e de trabalho no campo, elas estão também no enfrentamento político e na mobilização em prol da garantia de direitos, desnaturalização das desigualdades, pela divisão justa do trabalho e desconstrução das relações de poder hierarquizadas, que marcam a vida da população rural e das mulheres de forma mais violenta.

As ações promovidas pelas mulheres na escala local (comunitária), regional e nacional têm demonstrado que elas são agentes e sujeitos geradores de espaço, riqueza, serviços e bens indispensáveis para o bem-estar das famílias, comunidades e da sociedade capitalista como um todo.

Vale ressaltar que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais vêm prestando grande contribuição a sustentabilidade dos ecossistemas locais com seus saberes e trabalho. No entanto, esse trabalho desenvolvido por elas não pode ser visto como algo natural, dom feminino ou atividade que deva ser realizada apenas por elas. O trabalho e a responsabilidade com a natureza, com os sistemas agrários produtivos e pela produção e reprodução das condições de existência humana precisam ser compartilhados entre todas as pessoas.

As desigualdades socioeconômicas existentes na agricultura camponesa são aprofundadas pela divisão desigual do trabalho, pelas hierarquias de poder e má distribuição de bem entre homens e mulheres, características subordinantes historicamente construídas como instrumento de dominação do patriarcado.

Nesse contexto, de acordo com Joan Scott (1995), tem-se como consequência o fato de as atividades masculinas terem maior valor econômico que as femininas; a sexualidade, o corpo e a autonomia feminina estão legitimamente controlados pelos homens.

A não participação nas decisões diminui não apenas a autonomia das mulheres, como também a autoestima e participação política, como vem sendo problematizado e denunciado pelas mulheres, pelos movimentos sociais e pela sociedade civil organizada.

Assim, trazer para dentro da Geografia a discussão das relações de gênero, movimentos de mulheres e importante papel protagonizado pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais na sociedade e agricultura é antes de tudo um ato político, na medida que possibilita repensar a historiografia e historicização das experiências, práxis, saberes e poderes engendrados pelas mulheres nos territórios.

Com isso, buscamos dar espaço para ressoar a pluralidade de vozes que trazem as histórias, narrativas e as pautas de lutas, ações e estratégias de R-existência contra-hegemônica, que se empenham desconstruir os estereótipos, desigualdades e condições de subordinação que a sociedade e o modo de produção capitalista patriarcal colocam às mulheres, sejam elas do campo, das florestas, das águas ou da cidade, como sujeitos de segunda categoria sem direito a ter direitos.

Como lembra Hannah Arendt (1999), a pluralidade é a condição da ação humana, pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (p. 16).

A mulher é um importante sujeito histórico e político produtor e reproduzidor de espaço geográfico, conhecimento e riqueza, e como tal possui grande capacidade e poder de transformar a sociedade através das suas práxis e experiências localizadas no espaço e no tempo; no entanto, elas, as mulheres, encontram-se entre os grupos sociais denominados por Gayatri Spivak (2010) como “subalternizados”.

De acordo com Spivak, os subalternizados são “povos silenciados na história contada a partir dos dominantes — e apoia-se na ideia de reestruturação das relações, quando os subalternos contam a história por si e de formas diferenciadas apresentam o *blind spot*¹” (SPIVAK, 1998, p.).

Os oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo (SPIVAK, 2010, p.44).

¹ Tradução: Ponto cego.

Ao longo da história, as mulheres têm lutado para ter acesso a direitos e ao poder de tomar decisões sobre suas vidas, subjetividades e seu modo de ser e estar no mundo.

No caso das camponesas e trabalhadoras rurais, elas não queriam apenas que outras pessoas falassem sobre as histórias das mulheres e as opressões, invisibilidades e violências vivenciadas por elas.

As trabalhadoras queriam participar do debate, da formação de programas, projetos e políticas que afetam diretamente suas vidas. Elas queriam falar por si mesmas. No entanto, as hierarquias sócio-históricas patriarcais, classistas e racistas não permitiram, muito menos deram espaço para esses sujeitos retomarem seu lugar social enquanto portadoras de voz, direitos e deveres sociais e políticos, que foram garantidos pela constituição.

A ocupação de alguns espaços e conquista de alguns direitos vieram com a formação de base, luta e resistências através da auto-organização. Nesse contexto, Djamila Ribeiro (2017) acredita que o ato de falar pode promover uma multiplicidade de vozes e quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Ainda de acordo com a autora:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando do lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (RIBEIRO, 2017, p.64).

Djamila aponta que o ato de falar ganha relevância uma vez que está impregnado de intencionalidades e ideologias, podendo ser usado como instrumento de poder e estrutura de dominação a partir dos interesses das classes, atores e sujeitos sociais.

A esse respeito, Bakhtin (1988) relata que é, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos bem formados.

A inteligência discursiva e as palavras das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais são importantíssimas, porque dão visibilidade às histórias ocultas e imprimem e materializam suas existências como sujeitos políticos ao mesmo tempo que socializam suas práxis, questionam a ordem estabelecida e pautam suas reivindicações e seu lugar político e social de fala, existência e r-existência no mundo.

No entanto, a fala localizada das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas não desqualifica outros discursos e sujeitos que não estão diretamente envolvidos nas lutas cotidianas e não tem a vivências e experiências daquelas mulheres, por exemplo.

Mesmo não tendo um lugar de fala determinado, outras pessoas podem dar contribuições substanciais às discussões, processos de denúncias e de reivindicações de direitos de grupos sociais distintos.

Nesse sentido, reiteramos que quando um pesquisador ou uma pesquisadora fala sobre determinado assunto ou sujeito, isso não significa necessariamente que falam em nome desses sujeitos.

Por isso, porque achamos fundamental evitar o silenciamento dos sujeitos, faz-se necessário abrir espaço para sua expressão, para a narração de suas próprias histórias.

Dito isso, gostaríamos de salientar, logo de início, que ao longo da tese, utilizamos a palavra “sujeito” para designar as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais que participaram, contribuíram e construíram conosco este estudo. Para nós, elas são sujeitos participantes, e em nenhum momento as consideramos como meros informantes ou colaboradores do estudo.

Como explicaremos no capítulo metodológico, mais à frente, optamos por uma metodologia qualitativa e buscamos, na medida do possível, desconstruir a relação sujeito-objeto (pesquisador-pesquisados) para a relação sujeito-sujeito (sujeito pesquisadora – sujeitos participantes da pesquisa).

No processo de fazer ciência, os supostos detentores do conhecimento, os pesquisadores e pesquisadoras, fazem suas análises e reflexões sobre fenômenos, objetos e indivíduos a partir das teorias que comungam e da forma de estar e olhar o mundo.

Entretanto, é necessário dizer que a experiência humana, a vida, os desafios, conflitos e as resistências cotidianas vivenciadas pelos sujeitos não podem ser quantificadas e reduzidas à operacionalização de variáveis sem levar em consideração as práxis, vivências, experiências, subjetividades, emoções, interações e laços sociais e de poder construídos e compartilhados entre os sujeitos e grupos dos quais fazem parte.

São essas vivências, experiências, trocas, conflitos, tensionamentos e questionamentos das normas, valores morais e ciências hegemônicas que tornam os indivíduos sujeitos históricos.

Nesse sentido, buscamos dialogar, dar espaço e ouvir as histórias individuais e coletivas das trabalhadoras, porque ninguém além delas pode narrar com precisão suas experiências, conflitos, lutas e conquistas.

O verbo, a linguagem e as palavras caracterizam o ser social e conectam os sujeitos e grupos sociais. Nesse contexto, Hannah Arendt (1987) acredita que na ação e no discurso, os seres humanos mostram quem são. Para a autora, através do discurso, os sujeitos “revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz” (p. 192).

No contexto da agricultura camponesa do sertão de Pernambuco, desde a década de 1980, as mulheres mostram sua desobediência e rebeldia ao pleitearem lugares de decisão e de influências, quebrando, assim, as metanarrativas ao “falarem por si mesmas” e auto representar-se nos espaços da vida cotidiana tidos como privados e nos espaços públicos e de poder, como os sindicatos rurais, por exemplo.

Falar também é uma estratégia para ocupar espaço físico e simbólico; dessa forma, através das ações e lutas políticas localizadas e coletivas, elas vão fazendo fissuras no sistema, vão verbalizando, denunciando e exigindo o direito de falar e serem ouvidas.

Com relação aos discursos, Foucault (1986) destaca que se estabelecem enquanto práticas que incidem na construção das subjetividades dos indivíduos e coletivos.

Após o processo de redemocratização do país, houve em vários estados e regiões a mobilização das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais para construção de movimentos e grupos de mulheres com pautas que possibilitassem a luta por seus direitos políticos, trabalhistas, igualdade salarial, licença maternidade e previdência social. É nesse cenário que nasce o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, na década de 1980, no sertão de Pernambuco.

Como demonstra Elizabeth Souza Lobo (1991), a classe operária tem dois sexos, ou seja, as mulheres trabalhadoras rurais estavam e estão presentes em todos os segmentos das atividades econômicas e da vida social e política, embora sua presença seja muitas vezes negada, como se estivessem ausentes ou omissas das lutas sociais emancipatórias. Para Lobo (1991), em todo este processo, as trabalhadoras tiveram participação importante nas diferentes formas de resistência interna às fábricas, nas mobilizações e nas greves.

Nas décadas de 1980 e 1990, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais começaram a participar mais ativamente das ações desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, entre outros movimentos que começavam a surgir ou a retomar as atividades de outrora.

Quanto à ideia de movimento, compactuamos com Alberto Melucci (2001), quando afirma que um movimento, uma ação coletiva, é baseado na solidariedade formada por pequenos grupos e indivíduos que compartilham de um objetivo comum.

Ao longo da construção do estudo, evidenciamos que as lutas promovidas pelas trabalhadoras rurais ao longo da história são antes de tudo contra-hegemônicas e vão de encontro ao sistema capitalista e sua lógica exploratória, violenta e patriarcal, que vem agravando a situação de pobreza, miséria e fome e é combatida por diversos grupos sociais.

Os movimentos, grupos e organizações de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas são mutáveis e possuem estratégias políticas e sociais. Têm entre seus objetivos o fortalecimento dos processos participativos, acesso a direitos, autoestima, autonomia econômica (relativa) e identidade política das mulheres camponesas, agricultoras e trabalhadoras rurais.

Assim, ao analisar a história das mulheres, nota-se que as múltiplas formas de opressão, discriminação, violências e desigualdades de gênero são reproduzidas também pela divisão sexual do trabalho, que determina os papéis que serão socialmente desempenhados por mulheres e homens, intensificando assim as disparidades socioeconômicas, pobreza e relações de poder.

Na região do sertão semiárido, no Nordeste brasileiro, o machismo e patriarcalismo foram aprofundados pelo Estado e por políticas públicas que ressaltam a superioridade do homem, que era considerado o “chefe” das famílias, tendo os coronéis como representantes políticos legítimos das comunidades e dos grupos sociais que eram marginalizados pela elite agrária.

Nessa região, os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os sindicatos rurais vêm se articulando e trabalhando para mudar a realidade da população rural, em especial das mulheres, que são as mais impactadas pelo sistema político, econômico e pelas disparidades construídas pelas elites rurais locais ao longo da história.

Nessa região, a memória coletiva, individual, dos sujeitos e dos territórios também é política, e por essa razão a organização espacial e social dos diferentes grupos, inclusive do familiar, preserva até hoje os traços e marcas do período colonial patriarcal, com conflitos, violência, expropriação e exploração de outros sujeitos, como as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, por exemplo. Barbosa e Porto Gonçalves (2014) nos lembram que as situações de exploração cultural, epistêmica e econômica seguem funcionando.

As organizações feministas e movimentos de mulheres, no contexto do sertão de Pernambuco, originaram-se no contexto das organizações e movimentos sindicais. De acordo com Paola Cappellin Giuliani (2004), as organizações sindicais são estruturas de caráter relativamente estável que produzem códigos de conduta, mediam as relações de trabalho e as instituições democráticas. No entanto, “sindicato não era lugar de mulher”. Pelo menos enquanto espaço social desejável, uma vez que existem trabalhos que demonstram que eventualmente foram as mulheres que se destacaram nesta atividade (MIELE, 1992).

As desigualdades de gênero são frutos desse sistema que impõe diferenciação entre homens e mulheres e reproduz hierarquias que ressaltam a suposta “superioridade” masculina sobre a mulher.

Nesse sentido, os sujeitos políticos e protagonistas deste estudo são as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais de duas comunidades rurais do sertão de Pernambuco e as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE), que através da auto-organização política, têm construído estratégias para ocupar os espaços públicos e colocar em evidência suas pautas de luta. No que diz respeito à questão do espaço público e privado, Hannah Arendt (1995) salienta que:

O mundo público é o lugar privilegiado de constituição da realidade. O real é o que aparece no público, é o visto e ouvido por todos. A experiência comum, compartilhada, é um critério primordial para o existir das coisas. Mesmo a mais comum das coisas só se torna realidade na presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos. Só pode ser real o que é reconhecido. Para algo aparecer na vida pública precisa ser considerado importante por quem tem este poder de atribuição de valor. Esse alguém é o próprio público que encaminha para o privado aquilo que julga como pouco relevante ou de interesse individual. O mundo, como lugar de vida humana, é público, enquanto bem comum a todos, interpondo e reunindo homens, criando relações entre eles. A vida privada carrega duas acepções: a de privação e a de ocultação. Viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana (ARENDRT, 1995, p. 59).

Nesse sentido, o espaço público passou a ser a arena para construção e exercício da cidadania da mulher. Com o intuito de romper as barreiras de isolamento que o espaço privado colocava na vida das mulheres rurais, o MMTR-PE buscava a articulação das sertanejas rurais para ampliar sua participação política em espaços públicos e conscientizá-las para a desconstrução do imaginário feminino sobre a realidade vivenciada por elas e reconhecer as amarras do sistema patriarcal que violenta, oprime e desvaloriza a mulher, seu trabalho e papel enquanto sujeito político.

As múltiplas dimensões da vida na sociedade sertaneja absorveram a complexidade dos territórios e dos conflitos advindos das relações políticas, econômicas e sociais que foram estruturadas a partir do modelo colonial, do mandonismo político, concentração de terra e da água, das relações sociais rígidas e das condutas conservadoras e patriarcais que se materializaram no tempo, no espaço e na cultura da região do sertão semiárido.

Como bem lembra Malvezzi (2007), o semiárido não é apenas clima, vegetação, solo, sol, água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história [...]. Traz consigo uma identidade cultural para além do clima e do bioma.

A história das mulheres no espaço agrário e na agricultura camponesa familiar vem sendo escrita, tecida e narrada por muito sujeitos e atores sociais, principalmente pelas próprias mulheres, que de forma revolucionária estão descortinando a estrutura, fraturas e contradições do sistema e da ordem vigente que, através de mecanismos simbólicos, ideológicos e estatais têm excluído, explorado, mobilizado e silenciado a voz de mulheres, meninas e homens, seja através da igreja, escola, família ou do Estado.

A sociedade contemporânea patriarcal ocidental capitalista encontra-se estruturada em um conjunto de elementos materiais e simbólicos que renegam, silenciam e exploram grupos sociais, sujeitos e suas formas de ser, de saber e de poder por estarem fora dos padrões e estilo de vida capitalista. Sociedade esta que se legitima e fornece mais poder e espaço político ao ser masculino, e para isso utiliza-se de ideologias conservadoras como a do Estado, por exemplo, e arquétipos coloniais como a divisão sexual do trabalho e as variadas formas de exclusões (de classe e raciais) e violência física e psicológica.

Mediante o exposto, no início do estudo de tese tínhamos como objetivo geral resgatar e caracterizar o processo histórico e auto-organizativo das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas que fundaram e compõem o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, criado no sertão do Pajeú.

Buscou-se também compreender quais as contribuições do movimento para a vida das mulheres camponesas e das trabalhadoras rurais do sertão, como as mulheres que compõem o grupo de mulheres do Sítio Gameleira, localizado no município de Itapetim, Pernambuco. E como objetivos específicos:

- a) Investigar as práticas e estratégias desenvolvidas pelas mulheres para ressignificação da agricultura e de relações de gênero mais justas no contexto da agricultura camponesa no sertão semiárido;
- b) Examinar a importância do trabalho das camponesas no processo de produção agroecológica, manejo dos agroecossistemas e da natureza no sertão semiárido.
- c) Analisar se as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais contribuíram ou não para a mitigação das desigualdades de gênero, social e econômica vivenciadas pelas mulheres no campo.

Ao longo do estudo, os objetivos foram se transformando em algumas perguntas que orientaram o fazer científico e o diálogo com os sujeitos da pesquisa. Foram elas: qual é o papel das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais na agricultura camponesa e familiar no sertão semiárido? O trabalho das mulheres é importante para ressignificação da agricultura e desconstrução das desigualdades de gênero e de poder na agricultura camponesa? Quais estratégias estão sendo utilizadas pelas mulheres para a mobilização, engajamento e auto afirmação como sujeitos políticos? Quais as conquistas que as trabalhadoras rurais e mulheres camponesas tiveram nas últimas décadas? Até que ponto as políticas públicas são inclusivas e visam à equidade de gênero?

Essas foram algumas das perguntas que nos ajudaram a responder os objetivos específicos da tese. A partir das perguntas orientadoras acima, fizemos um esforço para trazer à discussão geográfica as narrativas, realidades vivenciadas e transformadas pelas mulheres trabalhadoras rurais e camponesas no processo de ressignificação da agricultura, do trabalho e desconstrução das desigualdades de gênero historicamente construídas e socialmente reproduzidas.

1.1 ESTRUTURA DA TESE

A tese está dividida em cinco capítulos, mais uma breve apresentação da trajetória pessoal e acadêmica da autora, a introdução e as considerações finais. A introdução versa sobre o contexto geral do estudo, contemplando também a problemática e os objetivos da pesquisa, seguida da estruturação da mesma. O primeiro capítulo do estudo corresponde aos aspectos metodológicos, ou seja, apresentamos os caminhos percorridos para a construção da tese. No referido capítulo, também foi realizada uma breve contextualização do fazer científico e sobre as ciências geográficas e a forma que os estudos de gênero foram e são estudados, discutidos e apropriados pela Geografia como tema e objeto de estudo.

No segundo capítulo, discutimos o processo de auto-organização das mulheres nos movimentos feministas e grupos de mulheres que possibilitaram a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Brasil, como formas de resistência e luta daquelas pelo reconhecimento das mulheres camponesas como trabalhadoras rurais e sujeito político de enunciação epistemológica. Também fizemos uma breve discussão sobre o conceito de gênero e sua importância para uma leitura política, social, histórica e econômica das desigualdades e opressões que as mulheres sofrem na vida privada e no mercado de trabalho. Na construção desse capítulo, foram analisados alguns dos relatórios dos encontros, materiais de formação política do MMTR e livros escritos por mulheres e militantes do movimento. Também foram utilizadas entrevistas e relatos de experiências das mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, das lideranças do movimento e dos grupos de mulheres que integram a pesquisa.

O terceiro capítulo da tese busca analisar o papel do Estado e das políticas públicas desenvolvidas para mulheres rurais a partir das pautas e demandas dos movimentos de mulheres camponesas, trabalhadoras rurais e sociedade civil organizada. Discutimos em especial o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, por entendermos que esse programa foi essencial para que as mulheres camponesas tivessem acesso à documentação e conseqüentemente fossem conhecidas pelo Estado como cidadãs. A partir do acesso à documentação, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais passaram a existir para o Estado, e assim puderam pleitear políticas e lutar pelo acesso à reforma agrária, terra, território, créditos, assistência técnica e previdência social e trabalhista. Para discussão sobre Estado e Políticas públicas, foram utilizados dados, documentos e relatórios públicos da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) e Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), todos extintos após o golpe de Estado (político, midiático e judiciário) sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016.

No quarto capítulo, foi analisada a importância da agricultura camponesa na produção de alimentos e o papel político e social da mulher no desenvolvimento de estratégias que garantem a segurança alimentar e nutricional da família ao mesmo tempo que também geram renda e garantem a reprodução da unidade de produção familiar.

Já no quinto capítulo, discutimos a relevância das práticas agroecológicas como estratégias de convivência com o semiárido, produção saudável de alimentos, soberania e segurança alimentar e o manejo sustentável dos bens naturais da Caatinga. Nossa análise é feita a partir das experiências de algumas mulheres que compõem o Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira, que através do processo de auto-organização, tendo como referência o MMTR-PE, têm buscado, através das lutas e resistências, o acesso a direitos, cidadania, reconhecimento do seu trabalho como trabalhadoras rurais e camponesas e acesso a políticas públicas e condições de vida mais justas e sem violência. A partir da leitura e análise da realidade que compartilham, essas mulheres estão pautando ações políticas que contemplam a transversalidade de gênero e que possibilitam a ressignificação do trabalho, das relações sociais, políticas, econômicas e de gênero na agricultura.

Por fim, fazemos algumas considerações sobre as lutas, pautas e estratégias utilizadas pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais para superação das desigualdades de classe, gênero e todas as formas de exclusão, exploração e violência que têm sido as causadoras de todos os processos de exploração, violação dos direitos, invisibilidade dos saberes, conhecimentos e poderes das mulheres nos processos organizativos, produtivos e reprodutivos da economia, política, agricultura e vida no campo.

Assim, chegamos à constatação de que os movimentos de mulheres, grupos e associações foram e são de suma importância para a releitura das relações de gênero e papel das mulheres na família, nos territórios e na sociedade capitalista patriarcal racista. Tampouco se pode negar a importância das políticas públicas de gênero para o fortalecimento dos processos democráticos, construção de autonomias e emancipação política, social e econômica das mulheres enquanto sujeitos políticos.

2 DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: CAMINHOS, MÉTODO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

A Ciência Moderna surgiu no Iluminismo, configurada pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2005), e tem ensinado que o conhecimento científico é legitimado através dos métodos, teorias e técnicas utilizadas para orientar o estudo e construir o conhecimento.

Para o paradigma da ciência cartesiana ocidental em questão, a pesquisa científica só existe quando se apresenta uma questão ou problema que precisa de resposta; mas para chegar a essa resposta, faz-se necessário um conjunto de elementos, método e conhecimentos prévios que possibilitem a construção de novos conhecimentos em resposta às indagações e hipóteses iniciais.

Para Sousa Santos *et al.* (2005), o desenvolvimento da ciência não obedeceu a uma simples lógica linear evolutiva, mas seu processo de conquista de poder e legitimidade social é resultado de complexas relações econômicas e políticas. Ainda no entendimento dos autores, a ciência é uma obra humana, repleta de interesses e subjetividades, embora se tenha criado uma farsa de objetividade e neutralidade na produção do conhecimento do mundo.

O paradigma da ciência moderna possui uma visão analítica e instrumental que muitas vezes não leva em consideração a natureza real do fenômeno ou a realidade social, econômica, política e cultural dos sujeitos. Margareth Rago (1998) alerta que se pensa a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco/heterossexual/civilizado/do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam desse modelo de referência.

O sistema mundo globalizado e globalizante criou as hierarquias sexuais, raciais e de classes ao mesmo tempo que provocou o silenciamento de outros sujeitos e grupos sociais, além de invalidar seus conhecimentos, experiências e formas de pensar, sentir, ser e estar no mundo. Nas Américas e na África, os sistemas de colonização implantaram a colonialidade, o patriarcado e o capitalismo através da força e da violência física, patrimonial e simbólica. Com relação ao processo de exploração, “Mudanças produzidas com a chegada do capitalismo, como a posição social das mulheres, foram impostas com o objetivo de estabelecer novas formas de disciplina e divisão da força de trabalho” (FEDERICI², 2004, *apud* MARQUES; ANTONETTE, 2019, p.96).

² Ao discutir a relação da mulher com a terra, Silvia Federici (2013) afirma que: “hoje, com a perspectiva de um novo processo de acumulação primitiva, as mulheres representam a principal força de oposição no processo de

A modernidade faz parte do projeto sociocultural europeu originado no século XVI e consolidado no século XVIII com o Iluminismo e a fase inicial do processo do capitalismo industrial. Sousa Santos (1996) salienta que o projeto sociocultural da modernidade, por sua complexidade, esteve sujeito a desenvolvimentos contraditórios, num contexto no qual a força das dimensões da racionalidade agia como fator de entendimento do mundo.

O alargamento do horizonte veio com a expansão do comércio marítimo com as grandes navegações e a conquista de novos territórios através da colonização e violência do europeu. A razão e a ideia de modernidade passaram a ser impostas como perspectiva universal e negaram tudo que era tradicional: povos, cultura e identidades.

O projeto da modernidade promovido pelo capitalismo nas diversas fases da humanidade tem se esforçado para construir um sujeito epistêmico ideal e universal corporificado no arquétipo do homem europeu heterossexual e branco, que utiliza a idade da razão para justificar e afirmar o sistema capitalista como molde para a vida, a economia e a política mundial.

De acordo com Bárbara Freitag (1995) “o início da Modernidade está marcado por três eventos históricos ocorridos na Europa e cujos efeitos se propagaram pelo mundo: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa”. Ainda de acordo com a autora:

[...] a "modernidade" se situa no tempo. Ela abrange, historicamente, as transformações societárias ocorridas nos séculos 18, 19 e 20, no "Ocidente". Neste sentido, ela também se situa no espaço: seu berço indubitavelmente é a Europa. Seus efeitos propagam-se posteriormente pelo hemisfério norte, especialmente pelos países do Atlântico Norte (FREITAG, 1995. p. 140).

A modernidade traz uma realidade complexa e contraditória para vida social na medida que, de um lado, trouxe ideias de democracia, progresso e de moderno, e do outro, ideologias hegemônicas, eurocêntricas, patriarcais e neocolonialistas. Para José Araújo (2007) a Modernidade favoreceu a construção de um mundo mais democrático, onde os direitos humanos devem ser respeitados. Além disso, o grande avanço técnico-científico permitiu um melhor bem-estar para a sociedade.

Em *As conseqüências da modernidade*, Anthony Giddens (1992. p.16) acrescenta que o mundo moderno se apresenta ao mesmo tempo poderoso e débil, capaz de realizar o ótimo e

mercantilização total da natureza. As mulheres são as agriculturas de subsistência do planeta” (FEDERICI, 2013, p. 248).

o péssimo, por quanto se lhe abre o caminho da liberdade ou da escravidão, do progresso ou do regresso, da fraternidade ou do ódio.

A racionalidade proposta pela sociedade moderna conserva com orgulho estruturas e relações coloniais opressoras, tais como a apropriação e a exploração de territórios, povos tradicionais, homens e mulheres através das mais diversas formas de violência e do racismo/sexismo epistêmico.

Com relação ao racismo/sexismo epistêmico, Ramón Grosfoguel (2016) esclarece que eles consiste na suposição da “inferioridade de todos os conhecimentos vindos dos seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos, ou heterossexuais”, como as mulheres camponesas, por exemplo. Isso significa dizer que a ciência postula “determinados procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento e uma concepção do mundo e da posição do homem dentro dele” (FERNANDES, 1977, p. 50).

A ciência é um campo de poder que hierarquiza pessoas e distribui prestígio e demérito àqueles que produzem teorias e conceitos, como também hierarquiza os sujeitos que são os “estudados” pelo discurso científico (LANDER, 2005). No ensaio *Pode o subalterno falar?*, Gayatri Chakravorty Spivak (2010) tece uma crítica à representação do sujeito do terceiro mundo nos discursos elaborados pelos teóricos acadêmicos, compreendendo que reproduzem práticas hegemônicas ao falar por outrem. Consolida-se, assim, uma prática colonizadora de saber e poder.

O conhecimento ocidental sempre se apresentou como hegemônico, hierárquico, com forte tensionamento e estruturas de poder que dificultaram o acesso e maior participação das mulheres no mundo científico, do trabalho e político. Compactuamos com Ivone Gebara (2000, p.117), quando ressalta que “[...] um conhecimento que despreza a contribuição das mulheres não é apenas um conhecimento limitado e parcial, mas um conhecimento que mantém um caráter de exclusão”.

Nesse mesmo sentido, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em sua análise, defende que as mulheres foram silenciadas pela sociedade e por seus intelectuais — ou seja, os intelectuais silenciam os sujeitos subalternos à medida que tentam falar por eles.

Para Bell Hooks,

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse

ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (Hooks, 2019b, p. 38-39).

Na concepção de Bell Hooks, a transformação do objeto em sujeito e outras mudanças que levam à liberdade são possíveis através do ato da fala. Ainda de acordo com a autora, “já há algum tempo, o desafio crítico para as pessoas negras tem sido expandir a discussão sobre raça e representação para além dos debates envolvendo bons e maus conjuntos de imagens” (Hooks, 2019a, p. 36).

A construção do conhecimento, assim como das relações sociais, políticas e econômicas precisam estar comprometidas com outras racionalidades que respeitem e problematizem as intersecções de raça, classe, gênero, sexualidade e trabalho — elementos que são importantes na formação e transformação da realidade social dos territórios e dos sujeitos.

Nesse sentido, Cristina Carrasco (2003) compreende que o desenvolvimento do pensamento feminista, desde o século XIX, tem influenciado distintas áreas do conhecimento, ao denunciar o viés androcêntrico do saber científico, que elege temas, abordagens de pesquisa, interpreta e analisa resultados tomando como universais normas e valores de uma cultura produzida sob o domínio masculino.

As questões pontuadas por Cristina Carrasco valem também para a geografia clássica, que, por ter um comportamento conservador, mantinha uma rígida hierarquia de poder e de privilégios no processo de construção do conhecimento científico.

Com relação à ciência e pensamento geográfico, Joseli Silva (2009), uma das pesquisadoras da geografia feminista, destaca que as ausências e os silêncios de determinados grupos sociais nas ciências são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias.

Para Silva (2009):

A geografia científica produzida por nós geógrafas (os) é um campo de saber engendrado por relações de poder. Apenas quando assumimos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvemos uma atitude crítica sobre os modos de se fazer a geografia, duvidando da consagração das verdades estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreendemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico (SILVA, 2009, p. 25).

A Geografia, enquanto ciência, é constituída por conhecimentos femininos e masculinos, ou seja, por corpos que também são territórios e que trazem e manifestam as subjetividades, experiências e silenciamentos marcados pela condição de gênero, raça e classe social, sejam esses corpos-territórios os sujeitos e grupos participantes de um estudo ou a pesquisadora que constrói novos conhecimentos em diálogo com os saberes e experiências daqueles sujeitos.

Por isso, a tese aqui apresentada prioriza a teorização e escrita de mulheres pesquisadoras, sendo grande parte delas latino-americanas. Além disso, sempre que uma mulher for citada nesta tese, aparecerá na citação seu nome e sobrenome. Vale salientar que também utilizamos trabalhos desenvolvidos por homens; no entanto, não os priorizamos como referências.

Nesse contexto, o conhecimento é situado, e *gênero*, por ser um conceito relacional, está inserido em todo o processo de transformação do espaço geográfico, produção e organização desiguais dos territórios e distribuição da riqueza entre os sujeitos e grupos sociais, ou seja, a luta de classes.

Apesar da Geografia ser considerada uma ciência jovem, ela ainda é conservadora e concentra suas expectativas em algumas das suas principais categorias de análises, como, por exemplo, território, espaço, região, lugar e paisagem, deixando à margem outras categorias e temáticas não discutidas tradicionalmente pela ciência geográfica, mas que são fundamentais para a análise e a compreensão da sociedade como um todo. Categorias essas que ajudam a compreender a realidade e papel social e político dos movimentos sociais, organizações e espacialidades dos grupos de mulheres.

As existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da Geografia (SILVA, 2009, p. 26). Um exemplo da questão levantada por Silva é apontado por Rosa Rossini (1988, 1995 e 1998) quando ressalta que “a questão de gênero adentrou na Geografia como uma subárea, ao invés de ser incorporada como uma das ferramentas teóricas e metodológicas para uma compreensão mais profunda da realidade sócio-espacial” (ROSSINI, 2011, p. 09).

Ou seja, os estudos de gênero e as teorias feministas, assim como a pluralidade de sujeitos, saberes, subjetividades e de territórios produzidos e transformados por esses sujeitos historicamente marginalizados não eram considerados temas ou fenômenos geográficos aptos a serem estudados, discutidos e analisados pela Geografia.

De acordo com Maíra Reis (2015), a evolução da Geografia tem sido muito peculiar: centrada nas análises espaciais, por muito tempo ignorou sistematicamente a variável gênero como elemento de diferenciação social.

Corroborando com Reis, Joseli Silva (2009) destaca que existe uma Geografia branca, masculina e heterossexual que nega a existência de outros grupos sociais e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades.

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. [...] A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades (SILVA, 2009, p.26).

A construção do saber científico não é feita de forma neutra. Assim, faz-se necessário o uso de um método e de uma metodologia científica que se adeque à realidade do fenômeno ou dos sujeitos participantes da pesquisa, e não o contrário.

De acordo com Irenilda Lima e Paulo De Jesus (2006), quando há uma intencionalidade política na produção de conhecimentos, este deve ser legitimado principalmente pela formação acadêmica em diálogo com o conhecimento popular, considerando os agricultores e agricultoras como protagonistas no processo.

Nesse sentido, a Geografia não pode ser mais um instrumento para a hierarquização das relações sociais de dominação de poder acadêmico e institucional que marginaliza e exclui social e politicamente grupos e sujeitos sociais populares, como as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, por exemplo.

Apenas quando assumirmos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvermos uma atitude crítica sobre os modos de se “fazer geografia”, duvidando da consagração das “verdades” estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreenderemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico (SILVA, 2009, p. 32).

As mulheres camponesas e trabalhadoras rurais foram e são discriminadas, excluídas e subalternizadas na construção dos processos sociais, políticos e econômicos, como também

no que diz respeito ao mercado de trabalho e a tomada de decisões no âmbito público e privado/familiar.

No entanto, é necessário dizer que o processo de enfrentamento às discriminações de gênero e às péssimas condições de vida se dá de inúmeras formas e que as mulheres têm construído saberes, insurgências e estratégias para criação de outros enredos para a história e luta das mulheres no campo.

Auto-organizadas ou não, as mulheres estiveram e estão em luta contínua contra as desigualdades e a opressão do sistema capitalista de produção, que também é patriarcal, classista e racista, embora só recentemente as histórias, práxis, r-existências e trabalhos desenvolvidos por elas tenham se tornando fenômeno de interesse das ciências.

O conhecimento ocidental legitimou e assegurou o desenvolvimento capitalista, a colonização e a expansão do capital ao longo da história. Nesse sentido, o tratamento hegemônico do conhecimento, baseando-se numa epistemologia ocidental (Norte) que ignora o 'resto' do mundo (Sul) (ÖZKAZANÇ-PAN, 2008) promoveu a produção e a disseminação do conhecimento predominantemente pensados no Norte e para o Norte (BALLESTRIN, 2013, p. 109), sem contemplar a realidade dos povos da terra, das águas, das florestas e, também, as mulheres camponesas.

Mediante as investidas e o avanço do paradigma moderno, torna-se necessário um posicionamento crítico-reflexivo da pesquisadora e da pesquisa, além do uso de aspectos teórico-metodológicos outros, que possibilitem questionar o modelo civilizatório baseado no desenvolvimento predatório e na exploração dos bens naturais, força de trabalho e populações locais tradicionais.

São necessárias outras filosofias, diferentes paradigmas e um modo de fazer ciência que esteja comprometido politicamente com os sujeitos e valorize, respeite e dialogue com as diversas geograficidades, historicidades e narrativas existentes nos territórios.

Eliane Tomiasi Paulino (2008) é contundente ao afirmar que os recortes propostos e as escolhas metodológicas nos procedimentos investigativos e na sistematização das ideias de um estudo são coerentes com sua orientação filosófica e teórica, que decorrem exatamente do lugar com o qual nos identificamos na estrutura das classes.

Portanto, é preciso considerar os aspectos objetivos e subjetivos da vida, e visibilizar e valorizar os saberes e experiências de povos e comunidades que ainda mantêm o modo de

viver e estar no mundo conectado com suas ancestralidades, ecossistemas e com a natureza, que é muitas vezes considerada extensão do corpo desses povos.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão,

A realidade social, objeto a ser conhecido por nós que a compartilamos e que diferencialmente a vivemos, cada um há seu tempo, cada um a seu modo. E é essa *diferença* de modos pessoais e culturais de ser, de viver, de sentir e de pensar, onde antes a ciência “neutra” constituía uma desigualdade, o que torna possível o diálogo científico. Um diálogo não mais à procura da verdade e, menos ainda, de uma verdade absoluta. Um diálogo frágil e confiável, múltiplo e, portanto, capaz de chegar a alguma unidade (BRANDÃO, 2007. p. 39).

No entender de Maria Mies e Vandana Shiva (1993), as ideias sobre uma ciência diferente deveriam basear-se em distintos princípios éticos e metodológicos. A pesquisa comprometida com os sujeitos sociais visa à ação transformadora da realidade de vida e de mundo e o deslumbre das potencialidades coletivas, saberes, experiências e estratégias de resistências para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, políticas, de classe e de gênero dos vários sujeitos que vêm lutando e resistindo aos ataques constantes do agronegócio e do capital.

Para tanto, de acordo com Quijano (1992, p. 447), faz-se necessária

a descolonização epistemológica, a fim de dar um largo passo em direção a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade.

A ciência moderna estabeleceu uma relação com os povos e conhecimentos tradicionais que não visa sua valorização, reconhecimento e reprodução; muito pelo contrário: esses povos e conhecimentos são subalternizados e expropriados pelos sistemas hegemônicos de saber e de poder.

O conhecimento ecológico, agroecológico e tradicional local e regional desenvolvido através da observação e experimentação de agricultoras e agricultores, assim como a forma de estar e viver são exemplos de saberes que não raramente são negados pela ciência moderna e sociedade capitalista. De maneira que a negação de outros sujeitos e de suas formas de existir, pensar e manifestar suas culturas acarretou o que Boaventura de Sousa Santos (2007, 2018) denomina como epistemicídio.

Para servir de contraponto a esse epistemicídio, Santos propõe as chamadas “Epistemologias do Sul”, cujo objetivo é criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social em curso no mundo de hoje (*Idem*).

Nesse contexto, as Epistemologias do Sul apresentam-se como um esforço epistemológico contra-hegemônico que busca visibilizar e valorizar formas de organização sociais, populações, conhecimentos e formas de ver e estar no mundo. De acordo com a teoria decolonial, o giro epistemológico possibilita trazer para o debate crítico reflexivo os conhecimentos e sujeitos políticos marginalizados por questões de classe, gênero e raça, assim como visibilizar suas demandas a partir dos seus territórios e lutas cotidianas.

Com relação a isso, Mignolo (2002) alerta que a história do conhecimento sempre esteve marcada "geo-historicamente". Por essa razão, ainda de acordo com o autor, o saber científico não é "deslocalizado", "descontextualizado" e "desincorporado"; ou seja, ele é situado, e não neutro.

Assim, o conhecimento situado, para Grosfoguel (2009, p. 386),

não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o fato de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala.

As epistemologias do Sul e o pensamento decolonial tecem críticas ao projeto e pensamento moderno colonial, como também defendem a diversidade de sujeitos e epistemes em contraposição à lógica e ao sistema moderno, eurocêntrico, patriarcal e capitalista. No entanto, compreendemos que assim como todas as teorias, a Epistemologia do Sul também tem seus desafios e limitações inerentes a um conceito em disputa.

Essas limitações são evidenciadas mais claramente por Douglas Santos (2018) em seu artigo *Sobre a relação entre epistemologias e a rosa dos ventos*, no qual faz duras críticas a Boaventura de Souza Santos e sua noção de Epistemologia do Sul.

Douglas Santos (2018) nos convida a pensar um pouco sobre as culturas produzidas por diferentes povos em lugares distintos da rosa dos ventos. Para esse autor, “a proposição de uma epistemologia do Sul só faz sentido como uma espécie de mea culpa de quem acredita que exista uma epistemologia do norte e acaba confundindo sabedoria com iluminismo e iluminismo com ciência” (2018, p. 195).

Dessa forma, joga luz sobre a importância de evitarmos generalizações sobre o processo de construção do conhecimento e a diversidade de sujeitos que têm contribuído com a luta contra-hegemônica em todas as direções e lugares do globo terrestre.

Portanto, para que esta pesquisa de doutorado caminhe por perspectivas teóricas e ideológicas diferentes das invocadas pela ciência moderna cartesiana ocidental, não negamos a importância de alguns estudos e pesquisas concebidas por autoras e autores do que chamamos de “Norte global” e que deram importantes contribuições para a evolução do conhecimento científico e problematização de conceitos e questões relacionadas a sujeitos e grupos sociais subalternos.

Alguns estudos classificados como decoloniais e produzidos por mulheres negras e indígenas, cada uma a seu modo, se posicionaram e pautaram discussões e, através da perspectiva interseccional, incorporaram o debate étnico-racial, de gênero, sexualidade e classe em seus estudos e práxis, construindo conhecimentos sobre si mesmas e seus corpos-territórios.

Bell Hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Silvia Federici, Silvia Rivera Cusicanqui, Claudia Pons Cardoso, Sueli Carneiro, entre outras pesquisadoras negras e não negras que, independentemente da posição geográfica ou coordenadas direção/lugar de origem no mundo, possuem um posicionamento ético-político e estudos que vêm denunciando as hierarquias de poder, os privilégios e a violência epistêmica sofridas pelas mulheres em todo o mundo.

Vale salientar que existem discussões levantadas por algumas dessas autoras negras feministas que podem ser classificadas como decoloniais mesmo se produzidas antes desse conceito ser largamente utilizado.

Embora algumas das autoras citadas acima não tenham o Sul global como lugar da experiência de vida cotidiana, muitas denunciam e se posicionam contra a perspectiva predominante de pensar e fazer ciência no molde europeu-norte-americano, que desqualifica os sujeitos historicamente subalternizados, explorados pela sociedade racista, classista e capitalista.

Como a ciência é um produto do trabalho humano no interior deste contexto, o conhecimento que daí deriva não apenas é parcial, como também coerente com a lógica de classe da qual tomam parte os sujeitos de sua produção (PAULINO, 2008). Por isso, entendemos que a metodologia escolhida para uma pesquisa diz muito sobre as escolhas políticas e as formas de ver, estar e apreender o mundo por parte da pesquisadora.

Nesse sentido, Eliane Paulino (2008) acredita que por ser a realidade uma totalidade cambiante e indivisa, o que distingue e justifica os diferentes ramos do conhecimento são as indagações feitas e os encaminhamentos teórico-metodológicos para se chegar às respostas (p. 203).

Sem dúvida, a interpretação e a produção das dinâmicas territoriais dos sujeitos passam por pressupostos históricos, epistemológicos e políticos e estão diretamente relacionadas à interseccionalidade de raça, gênero e classe. Assim, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais estão inseridas em contextos políticos, econômicos e ideológicos complexos, pois também convivem com conflitos que perpassam pelas questões de gênero, raça, classe e geração, além dos vieses econômico, social e político, que são limitantes da sua autonomia (relativa) no grupo familiar e comunitário que fazem parte.

Nesse ponto, concordamos com Mirla Cisne (2012), quando afirma que a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero que estes se instrumentalizem para desnaturalizar as opressões a que estão submetidas as mulheres, por ser um método de conhecimento da realidade que considera suas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais.

No entanto, também entendemos que no processo de construção do conhecimento de forma dialógica e comprometida com os sujeitos participantes, um único método nem sempre dará conta da complexidade das experiências, conflitos, lutas e resistências vivenciadas pelos sujeitos em seus territórios.

Portanto, utilizamos como método central do estudo o materialismo histórico dialético em conjunto com a teoria feminista e a teoria decolonial crítica, em profundo diálogo a História Oral e a Pesquisa Participante, sendo esta última compreendida por alguns autores com o nome de Pesquisa-Ação.

O materialismo histórico e dialético é um método que não requer uma metodologia única e exclusiva; assim, sempre que julgamos necessário, recorreremos a outros instrumentos, técnicas e metodologias de pesquisa que dialogam com ele.

2.1 DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO AOS SUJEITOS

Construir um trabalho de tese sobre as relações de gênero e de trabalho no espaço agrário e agricultura camponesa no sertão pernambucano é no mínimo um grande desafio, visto

que os sertões nordestinos ainda carregam os estigmas, as raízes da colonização em seus costumes, modo de vida e relações socioeconômicas e culturais.

Como apontam Quijano (2000), Mignolo (2003), Ballestrin (2013), Porto-Gonçalves e Qental (2012), o colonialismo deixou sequelas que persistem em razão da colonialidade de poder, do ser e do saber, que vão muito além do fim da dominação política das colônias.

Nos territórios sertanejos, por exemplo, essas sequelas estão materializadas nas relações de gênero, classe e raça, que intensificam os processos de exploração da terra e dos sujeitos, a invisibilidade e as violências contra grupos sociais que foram historicamente marginalizados, como as mulheres, que têm seus conhecimentos, práxis e direitos limitados pelas questões inerentes à classe social, à raça e ao gênero.

Essa é uma realidade comum na América Latina e vem sendo denunciada por pesquisadores e pesquisadoras, por meio do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. entre outros.

Assim, as desigualdades, relações de poder, hierarquias sociais e dominação presentes no cotidiano de mulheres e homens no meio rural podem ser melhor analisadas e compreendidas a partir da abordagem qualitativa, visto que ela pode evidenciar a organização concreta e simbólica da vida e da realidade social sem negar suas temporalidades, geograficidade e historicidade.

Nesse contexto, o Materialismo Histórico Dialético foi eleito como o método base para o estudo, visto que possibilita dimensionar e mostrar o movimento e contradição do mundo vivenciado pelas mulheres a partir dos contextos social, político e econômico, que são mediados pelas relações de trabalho no contexto rural.

Devido à sua complexidade, o mundo real e da materialidade histórica da vida só podem ser compreendidos a partir dos desenvolvimentos histórico-social e político que compõem as práxis, avanços, retrocessos, rupturas e retomadas dos processos que dispõem a totalidade da vida social, individual e coletiva.

Mas também entendemos que para compreender e interpretar o mundo e a sociedade de forma holística, histórica e processual, um único método ou abordagem metodológica não é suficiente.

Por essa razão, utilizamos um conjunto de métodos qualitativos complementares que nos levam ao maior entendimento das questões específicas (singular) e das gerais (universais) que são norteadoras do estudo.

A luta feminista e a complexa realidade vivenciada pelas mulheres na sociedade capitalista em espaços diversos da vida cotidiana encontra no materialismo histórico dialético as bases para as lutas políticas anticapitalistas que vêm sendo travadas pelos movimentos de mulheres, como os movimentos de trabalhadoras rurais contra as opressões-explorações de classe, raça e gênero.

A vida cotidiana encontra-se estruturada nas relações de gênero, raça/etnia e classe. Esses são mecanismos que o sistema capitalista de produção neoliberal utiliza como elementos para a promoção das desigualdades, da exploração, da discriminação e do desmonte de direitos sociais e políticos, seja no processo de trabalho ou na vida social e privada.

Nesse contexto, o materialismo histórico e dialético nos ajuda na interpretação da realidade social e das complexidades que envolvem as condições materiais existentes para, dessa forma, buscar construir mecanismos para a superação das desigualdades.

Assim, de acordo com João Pereira e Fátima Francioli (2011), podemos considerar o materialismo histórico como a ciência filosófica que busca compreender a sociedade humana, estudando sua evolução e as maneiras como os homens a utilizam. Ainda sobre o materialismo histórico e dialético, Spirkin e Yakhov escreveram:

É o materialismo histórico, uma das componentes fundamentais da filosofia marxista-leninista, que elabora a teoria geral e o método de conhecimento da sociedade humana como sistema, estuda as leis da sua evolução e a sua utilização pelos homens. (SPIRKINE; YAKHOT, 1975b, p. 10).

O materialismo histórico-dialético compreende a história numa luta entre contrários (GADOTTI, 1995). Esse método possibilita a utilização das categorias de análise para a “compreensão do real, como abstrações a adquirir concretude e a serem criticamente apropriadas no próprio processo de análise do movimento contraditório do real” (MARX, 2017; RUMMERT, 2000).

Com o materialismo histórico e dialético, não só são reconhecidas a dominação instituída sob a égide do sistema capitalista patriarcal, a luta de classes e as desigualdades de gênero e raça, mas também a busca elementos para construção de ferramentas e estratégias para a apreensão da realidade cotidiana e a resolução das problemáticas a partir de uma nova forma de olhar para o cotidiano.

Para enxergar com maior nitidez a realidade de vida, a organização das mulheres camponesas e as relações de poder, a pesquisa qualitativa foi acionada no processo de construção do estudo.

De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (1996), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ainda de acordo com a autora,

A pesquisa qualitativa trabalha com o conjunto de crenças, valores, significados, motivações e outros elementos ligados ao campo das ciências humanas e sociais e, por isso, não faz uso (ou não restringe) de meios estáticos para o levantamento e a análise dos dados (MINAYO, 1996, p. 22).

Para Antonio Chizzotti (1991), a abordagem qualitativa:

Parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1991, p.78).

A maior relevância da pesquisa qualitativa está em estudar as relações sociais que ocorrem devido à pluralização das esferas de vida (FLICK, 2009). Assim, o uso de metodologias qualitativas possibilita, na medida do possível, a apreensão da realidade do mundo, da interação social dos sujeitos em seus territórios de trabalho, de vida e de r-existência.

Como foi colocado anteriormente, as abordagens qualitativas privilegiam as dimensões da realidade. Quando trabalhamos essas dimensões com o Materialismo Histórico Dialético, teorias feministas e teorias decoloniais, é possível analisar a materialidade das existências, mas também as subjetividades e simbologias que compõem a fala, as narrativas, as histórias da vida cotidiana, as cosmovisões e os saberes das mulheres camponesas.

Nesse sentido, é de suma importância ouvir a fala e a história das mulheres que vêm buscando romper com as relações hegemônicas, machistas, patriarcais e discriminatórias, que negam a elas espaço na história social, política e econômica na sociedade, por não as reconhecerem como sujeitos políticos de direito.

Como bem coloca Maria Christina de Mello Amorozo (2002), o “saber local” enraíza-se em contextos culturais e ambientais específicos, de forma que é preciso compreender a lógica interna da pessoa, grupo ou comunidade para compreendê-lo adequadamente.

Dentro da pesquisa qualitativa, optamos pela História Oral e Pesquisa Participante, por acreditarmos que as práticas, as condições materiais da existência, as experiências e subjetividades da realidade do movimento de mulheres, trabalhadoras rurais e camponesas do sertão não podem ser percebidas e interpretadas de forma cartesiana e engessada ou a partir de narrativas que não sejam produzidas pelos próprios sujeitos históricos.

Esses sujeitos políticos narram os processos, práticas, experiências e lutas de que participaram para a aquisição de direitos, políticas públicas, entre outros.

Ou seja, de forma natural, as histórias de vida individuais e coletivas das trabalhadoras rurais e camponesas vieram à tona; assim, a realidade dos sujeitos mostrou o tipo de método e metodologia que seriam utilizados no estudo, e não o contrário.

Com relação à História Oral, Marieta Ferreira (2000) destaca que:

A história oral como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimento, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso no seu trabalho (FERREIRA, 2000, p. 170).

Através da História Oral, revela-se as singularidades, subjetividades e complexidades da vida individual e coletiva dos sujeitos que narram os acontecimentos, experiência, práxis, emoções, conflitos e a forma como experimentam o mundo visível e invisível.

Martins (1992, p. 19) afirma que “a memória é um meio de afirmação dos que foram excluídos do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos”. Nesse sentido, a História Oral é construída com a participação direta dos sujeitos. Ela é por excelência a arte de estudar e saber ouvir as lembranças, os conhecimentos, o saber-fazer, as memórias da vida privada e coletiva que são verbalizadas e compartilhadas pelas mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

De acordo com Maria Isaura Pereira Queiroz (1988), pode-se afirmar que a fonte oral é a base primária para a obtenção de qualquer forma de conhecimento, seja ele científico ou não, e que o registro escrito nada mais é do que a materialização daquilo que foi falado.

Nessa mesma linha de pensamento, Ecléa Bosi (1987) e Paul Thompson (1982) enfatizam que o método da História Oral utiliza a técnica da entrevista para dar voz à memória

de sujeitos, anônimos ou não, e, por meio da singularidade de seus depoimentos, constrói e preserva a memória coletiva.

No que diz respeito ao método de Pesquisa Participante, também utilizado neste estudo, ela visa à construção do conhecimento de forma dialógica entre o sujeito pesquisador e os sujeitos participantes do estudo, desconstruindo, assim, a relação sujeito-objeto de pesquisa estabelecida pela clássica objetividade científica.

Le Boterf (1984, p. 52) acredita que a Pesquisa Participante (PP) tem como propósito “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas”. Na América Latina, a Pesquisa Participante desenvolve-se no âmbito da educação popular por volta da década de 1960 com Orlando Fals Borda e Paulo Freire, na Colômbia e no Brasil.

Demo (2008) evidencia que é na década de 1960 que se propaga o interesse em torno da Pesquisa Participante em várias regiões do mundo, destacando-se grupos latino-americanos, asiáticos e africanos.

Como se é de esperar, a construção de uma pesquisa científica exige a utilização de um arcabouço teórico-metodológico que possibilite a reunião de dados e informações necessárias ao estudo.

Entre eles, podemos citar a entrevista, a observação, o grupo focal, a história de vida ou a história oral, trabalho de campo, entre outros que possibilitam conhecer a realidade e os sujeitos participantes do estudo.

Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges (2007) salientam que a pesquisa participante deve ser praticada como um ato de compromisso de presença e de participação claro e assumido (p. 55).

Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído. Uma verdadeira pesquisa participante cria solidariamente, mas nunca impõe partidariamente conhecimentos e valores (BORGES, 2007, p. 55).

Falando sobre a ciência e o cientista, Carlos R. Brandão (1999) enfatiza que

é necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do

outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir (1999, p.12).

Ou seja, faz-se necessário desconstruir a ideia de que o único conhecimento válido é o científico, produzido pelo pesquisador. O que interessa na pesquisa qualitativa é a realidade vivenciada pelos sujeitos, assim como suas experiências, modos de vida, conflitos e dificuldades de existência cotidiana na sociedade capitalista moderna colonial, que oprime, invisibiliza e marginaliza.

A realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade Gameleira, por exemplo, foi apresentada a partir do olhar das camponesas, a partir das narrativas sobre as práxis, experiências e as formas que elas apreendem o mundo, assim como através das imagens do arquivo da Associação do Grupo de mulheres da Gameleira, disponibilizadas por elas para compor o material utilizado na tese. Essas imagens mostram as atividades cotidianas dessas mulheres, contando assim as histórias individuais e coletivas a partir da forma que são construídas, vivenciadas e interpretadas pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais do sertão semiárido.

Nesse sentido, a Pesquisa Participante é de fundamental importância para diminuir as distâncias entre sujeito pesquisadora e os sujeitos participantes do estudo. Como enfatiza Demo (2008), a Pesquisa Participante produz conhecimento politicamente engajado. Ainda de acordo com o autor, esse tipo de pesquisa

não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido dos rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados (DEMO, 2008, p. 8).

No Brasil, a Pesquisa Participante foi fortemente defendida e trabalhada por Paulo Freire, e ganhou muito espaço nos processos formativos do movimento sindical e das comunidades eclesiais de base que tinham a educação popular como pilar formativo.

Esse método de pesquisa busca romper com as hierarquias existentes na produção do conhecimento e a suposta superioridade do sujeito pesquisador sobre os sujeitos participantes, que até aquele momento eram objeto de pesquisa.

Paulo Meksenas (2007), ao discutir as contribuições de Paulo Freire na formulação das condições teóricas da pesquisa participante, destaca que

Abordar a contribuição da teoria de Paulo Freire na questão das metodologias da pesquisa empírica implica em refletir acerca da relação que se estabelece entre sujeito e o objeto de pesquisa, superando a noção comum do sujeito que-pesquisa atuando sobre os sujeitos que são pesquisados, de modo unilateral e vertical. (MEKSENAS, 2007, p. 02)

As mulheres trabalhadoras rurais e camponesas são sujeitos ativos e protagonistas individuais e coletivos no processo de construção do conhecimento científico sobre as cotidianidades, subjetividades, modos de vida, conflitos e resistências das comunidades e territórios dos quais fazem parte.

Elas apresentam-se como um processo contra-hegemônico não só de luta, mas também de denúncia da realidade desigual, violenta e de exploração, que promovem as invisibilidades e ausências das mulheres em espaços e processos de representatividades políticas e de poder.

Essa é uma das razões pelas quais optamos por usar o termo “sujeitos participantes” e não “objetos da pesquisa”. Sabemos que no contexto acadêmico há uma longa discussão sobre a questão do sujeito objeto de pesquisa científica, mas concordamos com Lalande (1993), quando classifica o sujeito como o ser real, que tem qualidades, que existe não só em si, mas para si.

As camponesas e trabalhadoras são sujeitos pensantes, presença corporificada e materializada no território onde constroem sua própria história e identidade individual e coletiva. Elas têm papel importante na formação da sociedade e, entre outras contribuições, têm atuado de forma ativa na construção de processos políticos e formativos, e também de teorias sobre suas experiências, práxis e lutas cotidianas.

Com relação aos silenciamento e ausências de alguns sujeitos individuais e coletivos, Boaventura de Souza Santos (2005) sugere a sociologia das ausências como forma de nomear as invisibilidades. Para o autor:

As experiências produzidas como ausentes possam ser libertadas dessas relações de produção e, por essas vias, se tornem presentes. Tornar-se presente significa serem consideradas alternativas à experiência hegemônica (...) visa, assim, criar uma carência e transformar a suposta falta de experiência social em desperdício da experiência social (SANTOS, 2005, p. 24).

Nesse sentido, também foi utilizada a observação participativa, o trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e o diário de campo.

Como ferramenta de pesquisa, Lacoste (2006) instrui o trabalho de campo não somente como empirismo: para o autor, aquele

deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas (p. 91).

Já Alentejano (2006), entende o trabalho de campo como

[...] instrumento chave para a superação dessas ambiguidades, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos (ou “antrópicos”). O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, [...] uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado (ALENTEJANO, 2006, p. 10).

O trabalho de campo como procedimento metodológico é uma ferramenta importante para nós, geógrafas e geógrafos, na medida que possibilita a leitura concreta e material das práxis, experiências, saberes e historicidades dos sujeitos e os arranjos e dinâmicas organizacionais dos territórios.

Para Maria Minayo (1994), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam objeto da investigação”. Ou seja, a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises (RUIZ, 1976).

O trabalho de campo foi utilizado por acreditarmos que possibilitaria a análise das especificidades e as singularidades manifestadas nas relações sociais cotidianas das mulheres e homens na agricultura camponesa sertaneja, além de proporcionar a compreensão da condição econômica, social e as dinâmicas das relações de gênero existentes nas famílias e comunidades.

Durante o campo, buscou-se conhecer a história e trabalho cotidiano das mulheres em espaços sociais distintos do sítio e da casa. Para tal, foi utilizada como metodologia a história de vida, uma vez que nos ajuda a compreender o processo organizativo das mulheres enquanto sujeito e indivíduos coletivos.

Para Maria Minayo (2010, p. 154), as histórias de vida enquanto perspectiva metodológica ajudam a “compreender o processo de socialização, a emergência de um grupo, a estrutura organizacional, o nascimento e o declínio de uma relação social e as respostas situacionais a contingências cotidianas”.

Corroborando com esse pensamento, Maria Rocha-Coutinho (2006) acredita que ao falar, as pessoas constroem identidades, articulam suas experiências e refletem sobre o significado dessas experiências para si (p. 67). Ainda de acordo com a autora:

A narrativa oral tem sido um instrumento básico nos esforços dos trabalhos sobre gênero para incorporar vidas, atividades e sentimentos, inicialmente das mulheres e, posteriormente, também dos homens, em nossa compreensão do passado e do presente, e que não têm sido contemplados nos estudos tradicionais. (...) Neste sentido, a narrativa oral tem se mostrado especialmente importante nos estudos de gênero. No caso das mulheres, ao dar voz a elas, torna-se possível que se dê conta da natureza dialética de sua consciência – como é o caso, por exemplo, da percepção de que o trabalho de casa é considerado trabalho e não trabalho (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 67).

Assim, durante a pesquisa de tese, buscamos responder a duas perguntas que são essenciais no contexto da pesquisa. Para as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, o que é trabalho? De que forma a organização política das mulheres lhes permite a ressignificação das relações de trabalho e de gênero na agricultura camponesa do sertão semiárido?

Nosso intuito não é chegar a uma resposta exata, visto que para essas indagações não existe resposta concreta, certa ou errada. Buscamos compreender a forma como as mulheres, a partir da sua realidade de vida, trabalho e existência, se percebem e se afirmam como mulheres trabalhadoras e sujeitos políticos produtores de espaço, territórios, saberes, poderes e riqueza.

Este estudo foi realizado com a participação de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais de duas comunidades rurais do Sertão do Pajeú - Pernambuco e com o Movimento de mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco - MMTR-PE, que se encontra territorializado em quase todas as regiões do estado de Pernambuco.

No Sertão do Pajeú, contamos com a participação da comunidade Gameleira e da comunidade Currãozinho, localizada no município de São José do Egito. Ao longo do estudo, constatamos que a territorialização das famílias camponesas nas comunidades se constitui a partir de relações e laços de vizinhança, solidariedade e confiança entre sujeitos que compartilham espaços, identidade, cultura, práticas e que têm interesses comuns. Esses espaços sociais são coesos e, apesar das múltiplas diferenças existentes no tecido territorial e social, as pessoas que os compõem estão ligadas por uma ética e uma confiança solidária que fortalece a classe camponesa e as formas de fazer agricultura com base nos saberes, conhecimentos e experiências tradicionais e ancestrais.

Neste estudo, o termo “comunidade” é utilizado e compreendido como uma forma de organização social à qual o grupo de pessoas está ligado por relações de solidariedade, coesão social, vizinhança e laços afetivos que vão além da família consanguínea.

De acordo com Martins Buber (1987), as principais características de uma comunidade são: união, solidariedade e base territorial. Ou seja, grupos de indivíduos que buscam ideais comuns. Nas comunidades participantes do presente estudo, as famílias não estão ligadas apenas pelas relações de vizinhança, como também pelos laços de parentescos.

Eric Sabourin (2009) coloca que a palavra “comunidade” tem uma amplitude maior que “localidade”, porque supõe parentesco, espiritualidade, divisão de recursos, territorialidade e sentimento de pertencimento, aproximando-se do conceito de reciprocidade.

Ao discutir o conceito de comunidades camponesas, Eric Sabourin (*Idem*) também descreve como características o parentesco, a localidade e a reciprocidade. Nas comunidades, o sentimento de pertencimento, bem como o compartilhamento de saberes e valores, constitui a identidade coletiva desses grupos sociais.

A escolha das comunidades participantes do estudo não se deu de forma aleatória pela pesquisadora: a chegada às comunidades foi mediada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Comissão de Mulheres e Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Egito.

A partir da indicação de algumas comunidades por Maria José, Coordenadora da Comissão de Mulheres e Jovens, visitamos as duas comunidades que vêm desenvolvendo práticas, experiências e trabalhos com agroecologia, tecnologias sociais, processamento artesanal de alimentos e diálogos sobre relações de gênero e de trabalho na agricultura e família camponesa.

Contudo, ao longo da pesquisa e do diálogo com as lideranças do Grupo de Mulheres da Gameleira e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE), outras mulheres que fazem parte da construção da história das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas do sertão de Pernambuco e do Nordeste foram indicadas.

O foco da pesquisa são as formas de organização política das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais e a forma que estão ressignificando as relações de trabalho e de gênero na agricultura camponesa do sertão semiárido.

Consequentemente, alguns dos critérios utilizados para a escolha das comunidades foram o de estarem localizadas no sertão, possuírem organização de mulheres em estruturas

coletivas (grupos, movimentos, associações e cooperativas) e que trabalhassem com a produção agrícola e pecuária, agroecológica ou não.

As mulheres entrevistadas estão inseridas em espaços políticos, institucionais, movimento autônomo de mulheres, sindicatos rurais, associação de mulheres, associação de moradores, conselhos municipais, entre outros.

Esse primeiro encontro e diálogo com as comunidades possibilitou a construção da metodologia e definição do roteiro do trabalho de campo a partir da realidade observada e narrada brevemente pelos sujeitos participantes da pesquisa.

Assim, o estudo foi construído em três etapas. No entendimento de Demo (2000), a pesquisa teórica é aquela dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos. De forma que o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada e capacidade explicativa (DEMO, 1994).

Ou seja, essa metodologia nos ajuda a pensar e desconstruir, construir e reconstruir conhecimentos, processos e ideologias que historicamente são construídas e reproduzidas como verdades universais, como as relacionadas à questão de gênero, por exemplo.

Quanto ao recorte temporal desta pesquisa, inicialmente foi determinado o período de 2000 a 2016, visto que nesse período foram construídos e efetivados alguns dos instrumentos políticos mais significativos para a “garantia” da cidadania das mulheres, como políticas públicas e ações com transversalidade de gênero e raça, acesso a documentação, créditos rurais e titulação conjunta da terra, por exemplo, no caso da reforma agrária.

No entanto, no decorrer do estudo, foi necessário discutir questões e fenômenos que transcorreram nas décadas de 1980 e 1990, assim como questões inerentes à conjuntura política atual que impactam diretamente a vida das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

Mediante o exposto, o primeiro momento ou fase da pesquisa correspondeu às leituras e discussões teórico-metodológicas para aprofundamento das principais temáticas norteadoras. Nessa fase, a pesquisa bibliográfica e documental foi fundamental, assim como as discussões realizadas durante as disciplinas cursadas na Pós-Graduação em Geografia.

Consideramos, também, importantes os documentos, relatórios, atas das reuniões e dos encontros realizados pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais de Pernambuco no processo de construção e organização coletiva das mulheres rurais no sertão de Pernambuco.

Esses documentos possuem relatos, histórias de vida, experiências e lutas cotidianas das mulheres. Além disso, esses registros foram escritos por mulheres que compunham o coletivo que se constituiria como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, ou seja, apresentam os sujeitos e o lugar social de onde falam. Alguns dos títulos dos relatórios do MMTR - Sertão Central – PE já demonstram a riqueza de detalhes, falas e experiências das trabalhadoras.

A segunda fase da pesquisa correspondeu ao estabelecimento de contato com as organizações e pessoas que apoiaram a pesquisa e mediaram o encontro entre a pesquisadora e os grupos de mulheres e comunidades.

A terceira fase da pesquisa correspondeu à elaboração da metodologia de trabalho de campo, elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada e agendamento das datas para volta às comunidades para acompanhar o cotidiano das famílias e das camponesas, e assim fazer as observações, entrevistas e registros fotográficos. Essa fase da pesquisa não foi realizada de forma presencial devido à pandemia de Covid-19 e isolamento social. Por isso, grande parte das entrevistas foram realizadas através de videoconferência e por telefone. A quarta fase foi a análise e sistematização das informações e construção dos dados para compor o trabalho final da tese.

Embora esse não seja o objetivo do nosso estudo e o recorte temporal atual não seja foco da pesquisa, faz-se necessário mencionar que a Covid-19 impactou de forma substancial o andamento da pesquisa e, de maneira mais direta, a realização dos trabalhos de campo e das entrevistas que precisaram ser adaptadas ao contexto político, social e econômico em tempo de pandemia e isolamento social.

As atividades propostas no cronograma de pesquisa previam a realização de trabalhos de campo e a realização das entrevistas durante o ano de 2020. Ainda assim, com todos os cuidados necessários e o distanciamento social, no início do mês de março do ano de 2021, foi realizado um trabalho de campo de três dias, cuja finalidade era conhecer previamente as comunidades, os sujeitos da pesquisa e realizar algumas entrevistas.

Como já foi mencionado, no período de trabalho de campo conversamos com as lideranças locais e deixamos acordada uma data para voltar à comunidade para realização de mais entrevistas e para conhecermos as mulheres que compõem o grupo de participantes do estudo.

2.2 SER-TÃO: DAS “TERRAS DE DENTRO” AO RIO DO PAJÉ

Para o estudo que nos propomos a realizar, é importante compreender, mesmo que basicamente, a dinâmica natural (vegetação, solo, clima e ciclo hidrológico) do que entendemos como sertão do semiárido.

Essas condições naturais impactam diretamente a produção agrícola, o manejo dos solos e da vegetação nativa, o modo de vida da população e a organização social do espaço e dos territórios, principalmente os geridos pelas mulheres.

Os componentes sociais, econômicos, políticos, culturais e naturais (terra, vegetação, climas, água) estão inter-relacionados; nesse sentido, as mulheres camponesas, trabalhadoras rurais e participantes de movimentos sociais vêm pautando discussões e ações para a ressignificação das relações sociais, socioeconômicas e ambientais, visando a convivência do semiárido com geração de renda, equidade de gênero e melhores condições de vida para população do campo.

A região do sertão semiárido é dotada de grande potencialidade: nela, predomina o bioma Caatinga (palavra indígena, de origem tupi, que significa “mata-branca”), exclusivamente brasileiro, com grande diversidade de espécies vegetais e animais endêmicos adaptados ao clima, constituído por longos períodos de estiagem e secas cíclicas que fazem parte da história dos povos e comunidades que existiam e existem nos territórios dos sertões.

Segundo Roberto Silva (2006), trata-se de um bioma com alta biodiversidade, no qual se destaca a formação vegetal xerófila (adaptada à seca), com folhas pequenas que reduzem a transpiração, os caules suculentos para armazenar água e as raízes espalhadas para capturar o máximo de água durante as chuvas.

Além das cactáceas, destacam-se espécies arbóreas, herbáceas e arbustivas. A região semiárida é uma região constituída por uma grande diversidade de culturas, identidades, territórios e povos que ao longo dos tempos e das gerações adquiriram conhecimentos e saberes que os ajudaram a conviver com as peculiaridades dessa que é a região de clima semiárido mais habitada do mundo.

Na América do Sul, as terras áridas e/ou semiáridas podem ser encontradas no Nordeste do Brasil, na Venezuela, Colômbia, estendendo-se da Patagônia, na Argentina, até o norte do Chile, Peru e Equador. Na realidade, a área mais homogênea do ponto de vista fitográfico, ecológico e social é o semiárido nordestino brasileiro (AB’SÁBER, 2003).

Ainda de acordo com Ab'Sáber, a região Nordeste possui uma área de 1.561.177,8 km² e corresponde a 18,27 % do território brasileiro, ou seja, mais de 750.000 km² é de predominância semiárida, o que equivale a mais de 10% do território nacional.

O semiárido brasileiro é considerado pelo IBGE (2016) como a maior região semiárida do mundo, com área de 982.566 km², correspondendo a 18,2% do território nacional, 53% da região Nordeste e abrangendo 1.133 municípios.

Embora seja uma região com irregularidade de chuvas, elevada taxa de evaporação e secas cíclicas, ela abriga cerca de 25 milhões de pessoas.

Os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones (AB'SÁBER, 1999, p.71).

Assim como Ab'Sáber, Malvezzi (2007) também fez estudos importantes nos quais apresentou o semiárido como uma região de paisagens diversificadas que sofrem com as variações climáticas. No entanto, esse autor considera a seca como fator natural e possível de se conviver, desde que sejam construídas estratégias de adaptação para tal.

De acordo com Roberto Malvezzi (2007), o déficit hídrico permanente da região semiárida está muito associado às irregularidades da distribuição das chuvas, tanto no espaço quanto no tempo, e ao alto índice de evaporação.

Mas, diferentemente de outras regiões áridas ou semiáridas do mundo, as características do semiárido nordestino permitem o povoamento em todos os recantos da região (AB'SÁBER, 2003). Essas condições naturais serviram de respaldo para o discurso político das elites, que angariavam recursos e políticas públicas para "combater" o fenômeno da seca.

A seca é um fenômeno natural, parte da realidade da população que vive na região semiárida, no Nordeste do Brasil. Esse fenômeno sempre causou significativos impactos sobre a vida da população e durante séculos foi tratado pelo Estado como um problema social que deveria ser combatido, e não compreendido para possibilitar a criação de estratégias de convivência com o mesmo.

Com a ideia de combate à seca, alguns grupos políticos regionais auferiram do Estado projetos hídricos, obras de açudagem e políticas públicas para combater a seca. Intervenção

estatal solicitada em nome da população que sofria com falta de água e alimentos e precisava ter o sofrimento amenizado.

Os recursos públicos, na realidade, atendiam aos interesses políticos da elite agrária, grupos oligárquicos e coronéis, que mantinham relações clientelistas e de favorecimento com base na “indústria da seca”.

Consequente aos desmandos das elites políticas no semiárido, que contribuíam para o agravamento da pobreza estrutural e precariedade da vida das famílias da região, a sociedade civil, em diálogo com movimentos sociais ligados à Igreja, contrapôs-se à concepção secular de combate à seca e começou a pensar em outras formas de ação para amenizar os danos causados pela falta de políticas públicas suficientes e eficientes para conviver bem nos longos períodos de estiagem e de seca.

De acordo com Darcy Ribeiro (2006), desde a segunda metade do século XIX, as secas transformaram-se em um problema nacional que exige socorro e amparo do governo. Na leitura de Malvezzi (2007), os políticos pedem auxílio federal, constroem grandes obras – nem sempre de forma honesta –, e, mais adiante, as terras estão secas de novo, por evaporação. Sustenta-se assim, ao infinito, a indústria da seca.

No final do século XIX e início do século XX, o campo brasileiro encontrava-se com um número significativo de pessoas pobres e miseráveis, descendentes de ex-escravos e trabalhadores rurais sem acesso à terra e a qualquer forma de sobrevivência.

Martins (1986) destaca que nem mesmo o fim da escravidão permitiu o término do modelo econômico colonial; pelo contrário, o trabalho livre objetivava apenas uma reestruturação da economia estabelecida na exportação e na grande propriedade de terra. Essa contradição se dava a fim de manter o padrão de realização do capitalismo no país.

As desigualdades e a miséria eram tantas que emergiram inúmeras revoltas populares, tais como Canudos, na Bahia, e o Contestado, entre o Paraná e Santa Catarina. Na década de 1980, a situação de tensão, os conflitos e a expulsão de algumas famílias trabalhadoras rurais e camponesas do campo levou à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A região nordeste não ficou de fora das disparidades socioeconômicas e dos problemas decorrentes da exploração colonial que manteve suas raízes bem profundas na sociedade brasileira. A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) buscava construir estratégias para desenvolver as atividades pecuárias e algodoeiras que se destacavam no Nordeste.

Com o IFOCS e as ações do Estado, iniciou-se a construção de barragens, poços e estradas, sendo o IFOCS posteriormente substituído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

De acordo com Francisco de Oliveira (1981), as ações proporcionadas pelo DNOCS não favoreceram diretamente grande parte da população, representada pelos meeiros, pequenos sítiantes e parceiros, que estava à margem das grandes produções.

Ainda de acordo com Oliveira:

As relações, portanto, entre Estado e sociedade civil no Nordeste tomam uma feição extremamente contraditória: oligarquia algodoeira-pecuária e Estado se interpenetravam no 'modelo' DNOCS, enquanto, o Estado, controlado pela burguesia industrial de São Paulo, praticava uma política de reforço ao debilitamento das bases autóctones da burguesia regional do Nordeste, requisito para a expansão capitalista em escala nacional (OLIVEIRA, 1981, p. 70).

Assim como as demais regiões do Brasil, o Nordeste passava por intensos conflitos no campo. Nesse caso, as Ligas Camponesas assumiram um importante papel enquanto movimento das classes sociais e trabalhadores rurais.

É nesse cenário que, em 1959, a partir da idealização de Celso Furtado, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com a ideologia desenvolvimento e progresso, investiu na construção de grandes projetos de barragens e sistema de irrigação, o que possibilitou a produção rural das oligarquias, mas não o acesso da população à água para o consumo e produção da agricultura.

A criação da SUDENE e a ampliação das políticas de desenvolvimento regional não modificou a realidade dos agricultores e agricultoras camponesas, que sofriam com a escassez de chuva, falta de água para o consumo e condições de renda escassas, o que agravou a situação de miséria e as desigualdades sociais.

Só no final da década de 1980, através da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, que a região do Polígono das Secas passaria a ser chamada de semiárida. Em 2004, a Portaria Interministerial nº 06 de 29 de março do mesmo ano ampliou a área delimitação do Semiárido Brasileiro (SAB) de 892.309,4 km² para 969.589,4 km².

A seca tornou-se objeto de disputas políticas das elites locais, que desejavam usufruir dos benefícios das intervenções do Estado na região. Essa oligarquia foi favorecida com a construção de grandes barragens e açudes, que possibilitaram a produção agrícola e a criação

de gado pelos latifundiários, mesmo nos períodos de seca severa, enquanto a população sofria com a escassez de água, dependendo dos “caminhões pipas”, usados como “moeda de troca” e meio de submissão dos camponeses e camponesas às elites locais, que concentravam a posse da terra e da água na região.

Sobre os coronéis e as oligarquias locais, Darcy Ribeiro (2006) acrescenta que:

São os grandes eleitores dos deputados, senadores e governadores; os manipuladores das autoridades municipais e estaduais (...). Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre seus trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais destinadas aos flagelados. Assim, a ordem oligárquica, que monopolizara a terra pela outorga oficial das sesmarias durante a época colonial, continua conduzindo, segundo seus interesses, as relações com o poder público, conseguindo, por fim, colocar até mesmo as secas a seu serviço e fazer delas um negócio (RIBEIRO, 2006, p. 314).

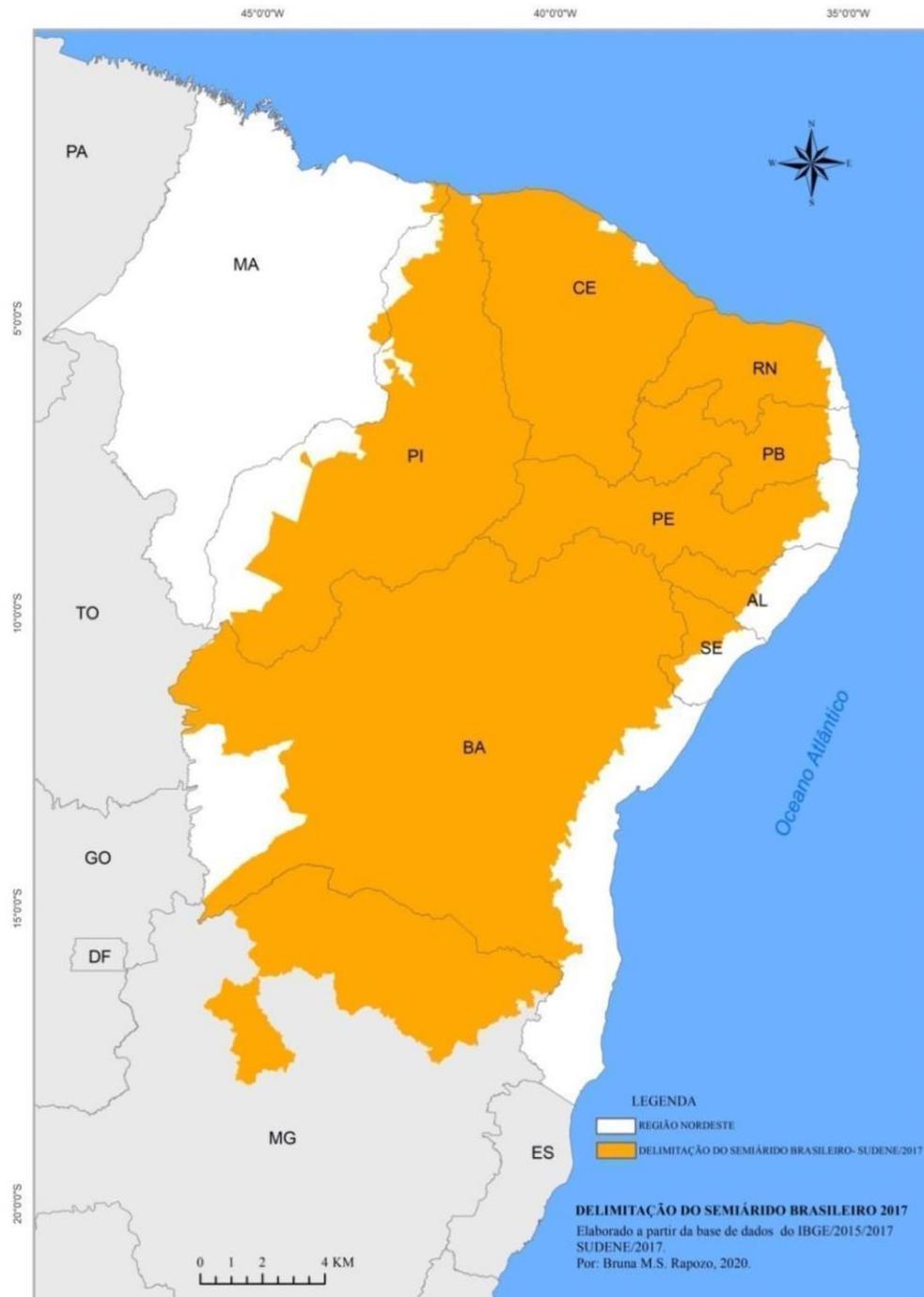
O paradigma de combate às secas foi institucionalizado pelo Estado brasileiro através de ações com enfoque hídrico, como a perfuração de poços e a construção de açudes que beneficiam as grandes e médias propriedades e não a população sertaneja como um todo.

Assim, a região do Nordeste do Brasil, denominada atualmente como Semiárida, de certo modo constituiu uma arena de disputa por poder e recursos financeiros concedidos pelo Estado — o que ocorre desde o período colonial, conforme os estudos de Andrade (1999); Nimer (1979); Duque (2001) e Rapozo (2017).

De acordo com Rapozo (2017), em 1909, por meio do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909, foi criado o primeiro órgão governamental voltado para o estudo dos efeitos da seca: a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), vinculada ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Assim, a primeira demarcação foi realizada através da Lei nº 175 de 7 de janeiro de 1936, e abrangia uma superfície de aproximadamente 670.000 km², sendo conhecida como “Polígono das Secas” (Mapa 1).

Em 10 de fevereiro de 1951, a Lei nº 1.348 já se referia à região semiárida como “área do polígono das secas”, sendo oficialmente designada como “Polígono das Secas” em 30 de agosto de 1965, através da Lei de nº 4.763.

Mapa 1: Delimitação do semiárido brasileiro 2017



Fonte: elaborado com dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2017, por Bruna Rapozo.

O mapa acima ilustra a revisão da abrangência da delimitação do semiárido realizada em 2017 pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) através da Resolução 115/2017-SDN. A partir dessa resolução, o Semiárido Brasileiro passou a ser

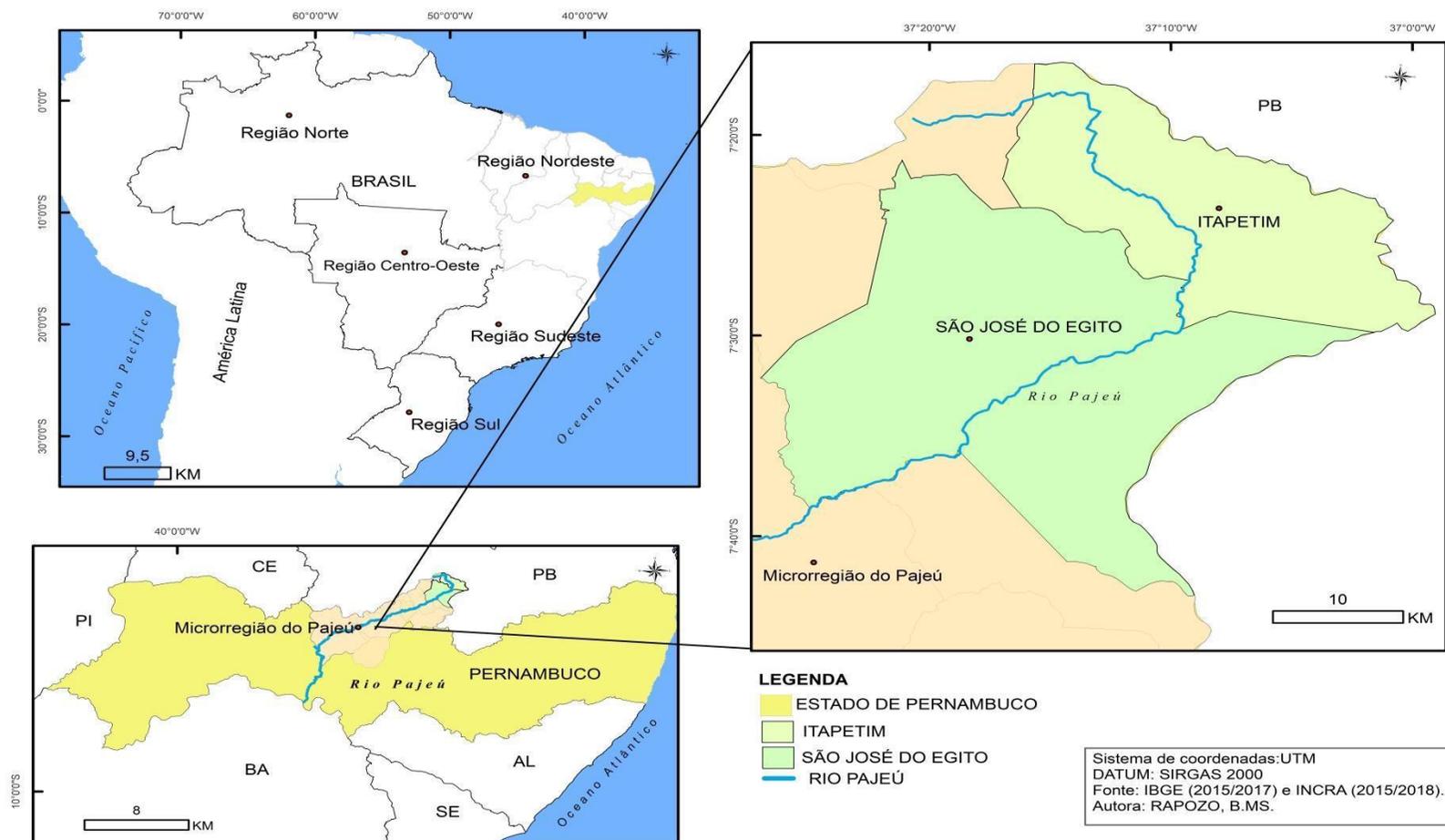
composto por 1.262 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais.

As delimitações anteriores consideravam o índice pluviométrico como prioridade para a inclusão de um município na delimitação, mas a de 2017 inclui áreas que não fariam parte do semiárido, como, por exemplo, alguns municípios do Estado de Minas Gerais.

Essa inclusão demonstra o poder dos grupos políticos hegemônicos que tentam tomar e manter o poder, acesso a recursos, beneficiarem-se de privilégios mantidos historicamente pelos “donos do poder”.

O território lócus do nosso estudo encontra-se inserido na região semiárida, mais especificamente no alto sertão do Pajeú, na divisa entre o estado de Pernambuco e o estado da Paraíba, como pode ser observado no mapa (Mapa 2) a seguir.

Mapa 2: Localização da área de estudo da tese



Fonte: Desenvolvido a partir da base de dados do IBGE 2015/2017, INCRA 2015/2018, por Bruna Rapozo (2020).

Conforme demonstra o mapa acima, o território do Sertão do Pajeú encontra-se inserido Planalto da Borborema e na Depressão Sertaneja e ocupa uma área de 10.828 km², o que representa 8,78% do território estadual.

O sertão do Pajeú possui em seu território 20 municípios: Afogados da Ingazeira, Igaraci, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Tabira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Itapetim, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Solidão, Triunfo, Tuparetama e Ingazeira, com população de aproximadamente 314.642 habitantes, sendo a população rural 37% do total.

Os territórios que atualmente compõem os sertões do estado de Pernambuco como um todo outrora foram ocupados por povos de diversas etnias que viviam nos planaltos e depressões da região.

De acordo com o Ponto de Cultura Cabras de Lampião (2014), os primeiros habitantes do Vale do Pajeú foram os povos indígenas Tapuias-Cariris, seguidos pelos Tamaqueus, Koripós, Kariri, entre outros.

Em meados do século XVI foi ocupado pelos colonizadores europeus e as grandes fazendas de gado que eram cuidadas pelos vaqueiros (mestiços) que recebiam o pagamento do trabalho em bezerros, o que possibilitou o surgimento de pequenas propriedades (sítios) aonde o vaqueiro plantava uma diversidade de alimentos voltada para satisfazer as necessidades de sua família (ANDRADE, 1998, p. 170-171).

De acordo com Andrade (1998), o sertão absorveu os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira. Sem dúvida, o sertão do Pajeú sempre foi o ponto de encontro, lugar de passagem e chegada para grupos sociais marginalizados pela sociedade escravocrata, latifundiária e patriarcal que ocupou as terras do litoral ao sertão e expulsou os povos dos seus territórios.

Na ocupação do sertão deu-se a base para a formação dos grandes latifúndios que ainda permanecem na estrutura fundiária do nordeste brasileiro (MARINHO, 2006). No século XVIII, a “civilização branca” promoveu um grande genocídio da população indígena para a implantação de grandes fazendas de gado às margens dos principais rios e vales dos sertões nordestino.

Os poucos indígenas que sobreviveram às guerras contra suas tribos, contribuíram para o crescimento vegetativo das populações mestiças e para a consolidação do processo de ocupação do semiárido, tendo em vista que eram mais identificados com a aspereza do clima e da vegetação e com o

nomadismo dos rebanhos, à procura de pastagens e aguadas nos períodos secos anuais (MARINHO, 2006, p. 39).

A região dos sertões sempre foi um território de habitação/existência, chegada e passagem de diversos grupos sociais que historicamente estiveram às margens da sociedade brasileira, como os indígenas das mais diversas etnias, povos negros escravizados em fuga, camponeses e trabalhadores rurais pobres, que eram considerados bárbaros. Nesse contexto, o Sertão do Pajeú sempre teve grande relevância para o estado de Pernambuco, sendo outrora local de aglomeração populacional.

Assim, o sertão do Pajeú é uma composição de povos, cores, poderes, saberes, sabores e poesias. Esse é um território singular. É um mosaico de lugares, climas e temperaturas cuja apreensão depende de todos os sentidos humanos.

Nesse território, os cheiros, sabores, formas, cores e sons fazem parte da composição da vida cotidiana do povo, sendo necessários olhar e audição atentos para a apreensão das minudências, dinâmicas e realidades da vida, da Caatinga e das formas de resistência cotidianas das mulheres e famílias camponesas e indígenas que habitam essa região desde tempos remotos.

Este estudo foi realizado em duas comunidades inseridas na microrregião do Sertão do Pajeú, nos municípios de São José do Egito e Itapetim, ambos localizados na bacia do rio Pajeú e na Depressão Sertaneja, a cerca de 423 km da capital do estado de Pernambuco, Recife.

Um dos municípios lócus da nossa pesquisa é Itapetim. Ele se encontra localizado na parte setentrional da microrregião Pajeú. Itapetim faz limite ao norte com o estado da Paraíba; ao sul, com o município de São José do Egito; a leste, novamente com o estado da Paraíba e a oeste, com Brejinho e São José do Egito. A área municipal ocupa 409,8 km², inseridos na folha cartográfica de Patos (PB) SB.24-Z-D-I). O município possui área territorial de 408,0 km²; a sede municipal em estudo está a 637 metros de altitude em relação ao nível do mar e apresenta população estimada de 13.638 habitantes (IBGE, 2017).

Esse território possui altitudes que variam entre 500 e 1000 m, e a Depressão Sertaneja, na parte central e sul, varia de 200 a 500 m de altitude (JATOBÁ, 2006). O rio Pajeú é sua principal fonte de água para as atividades econômicas (indústria, agricultura, pecuária), uso humano e dessedentação animal.

O rio Pajeú corta todo território do Pajeú, sendo de grande importância hídrica para a região e para Pernambuco por ser a maior bacia hidrográfica do estado, com área de 16.838,70 km², que corresponde a 17,02% da área do estado de Pernambuco.

O rio nasce na serra do Balanço, município de Brejinho, a uma altitude aproximada de 800 m nos limites entre os estados de Pernambuco e Paraíba. Percorre uma distância de 347 km, inicialmente no sentido nordeste-sudeste até a localidade de Pajeú e, em seguida, no seu curso inferior, tem direção norte-sul até desaguar no lago de Itaparica, formado pela barragem no Rio São Francisco (PERNAMBUCO, 1998).

No sertão, o Rio Pajeú faz parte da vida cotidiana de toda a população que vive em suas margens ou que de forma direta ou indireta dependem dele para a obtenção de água. É ele que alimenta os reservatórios e açudes que compõem a rede hidrográfica do território, no baixo e médio curso do rio.

No baixo e médio curso da bacia hidrográfica do Pajeú, a depressão sertaneja é intercalada pelas bacias do Jatobá, de São José do Belmonte, de Fátima, de Mirandiba e de Betânia. Ao Norte, há o Planalto Sertanejo e em seu alto curso, o Pediplano Central e a Encosta Setentrional do Planalto da Borborema. As áreas urbanas e algumas comunidades rurais que têm acesso à água encanada recebem em suas casas a água vinda de alguns reservatórios abastecidos por essa bacia e suas sub-bacias.

2.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Após o nosso retorno ao campo, o Governo Federal, através da Portaria nº 340 de 30 de março de 2020, decretou o isolamento social, entre outras medidas para reduzir o número de contaminação, disseminação e mortalidade do coronavírus.

O isolamento social defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para combate à propagação do vírus impossibilitou nossa ida a campo, sem prazo previsto para realização da atividade.

Por essa razão, foi necessária a construção de outras estratégias para a realização das entrevistas, aplicação de formulários e coleta de dados essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Através dos entraves encontrados, entramos em contato com as lideranças para agendarmos algumas entrevistas pela internet.

Assim, conseguimos contatar algumas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais através da internet, do aplicativo Whatsapp e/ou e-mail, mas nem todas tinham acesso às tecnologias ou sabiam usá-las de forma eficiente.

Ao perceber essas limitações, fizemos as entrevistas pelo Google Meet com as mulheres que podiam e sabiam usar essa tecnologia; com aquelas que tinham maiores dificuldades de manuseio, fizemos entrevistas por chamada de voz via Whatsapp. Também enviamos um questionário com perguntas abertas e fechadas para algumas mulheres que sabiam manusear as tecnologias, mas não contavam com acesso fácil e eficiente à internet.

Devido a dificuldades técnicas referentes ao isolamento social e à dificuldade de contatar por telefone ou outros meios de comunicação as lideranças da comunidade e do grupo de mulheres Guerreiras do Pajeú da comunidade Currálinho, não foi possível realizar outras entrevistas com elas.

Assim, neste estudo foi utilizada a entrevista realizada no primeiro trabalho de campo, em março de 2020, mas sem aprofundamentos, já que não foi possível conhecer a comunidade como planejado no cronograma de trabalho da tese.

Todas as participantes do estudo autorizaram o uso de dados, informações, relatos e imagens na tese e trabalhos que venham a ser desenvolvidos e publicados posteriormente. No entanto, salientamos que, com intuito de preservar a integridade física e psicológica das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais entrevistadas, pautando-nos nos preceitos éticos, todos os dados, como nomes ou informações pessoais, foram ocultados. Assim, utilizamos, no lugar dos nomes pessoais, nomes de plantas, árvores e flores da Caatinga (TABELA 1 e 2).

Tabela 1: Síntese das entrevistas e mulheres entrevistadas na tese

MULHERES ENTREVISTAS	MOVIMENTO/ASSOCIAÇÃO DE MULHERES QUE FAZEM PARTE	COMUNIDADE E MUNICÍPIO
Faveleira	MMTRE-PE	Sítio Peri Peri – Angelim PE
Caatingueira	MMTR-PE	Pombos PE
Bromélia	MMTR-PE	Garanhuns- PE
Macambira	MMTR-PE	Sítio Farias -Garanhuns - PE
Jurubeba	MMTR-PE	Pombos – PE
Malva-Branca	MMTR-PE; MMTR-NE;	São José de Belmonte- PE
Quixabeira	MMTR-PE	Sítio Diogo - Casinhas -PE
Oiticica	MMTR-PE	Vila Macaxeira, Sítio Frexerinha - São João –PE
Jurema Branca	Associação de Mulheres do Sítio Gameleira;	Sítio Gameleira- Itapetim – PE
Carnaúba		
Flor de Angico		
Aroeira		
Quixadeira-branca		
Baraúna		

Gameleira		
Umbuzeiro		
Flor de Mandacaru		
Imburana de Cheiro		
Flor de Jitirana	Grupo de mulheres Guerreiras do Pajeú	Curralinho – São José do Egito
Jurema preta		
Bom-nome		

Fonte: Organizada pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2020/2021/2022

Tabela 2: Perfil das trabalhadoras e camponesas entrevistadas e participantes da pesquisa

NOMES FICTÍCIOS	IDADE	FILHOS(AS)	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	SINDICALIZADA	BENEFÍCIOS/ PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS QUE RECEBE
Jurema Branca	47	4	Divorciada	Ensino médio completo	Sim	Auxílio Brasil ³
Quixabeira- Branca	49	1	Solteira	Ensino médio completo	Não	-----
Baraúna	28	0	Solteira	Ensino médio completo	Não	-----
Flor de Mandacaru	27	2	Casada	Até 1º ano do ensino médio	Sim	Auxílio Brasil
Imburana de cheiro	53	3	Casada	Até 4º série fundamental	Sim	Auxílio doença
Flor de Angico	37	2	Casada	Ensino médio completo	Não	Auxílio Brasil
Aroeira	31	0	Casada	Superior (cursando pedagogia)		Auxílio Brasil e auxílio emergencial ⁴
Carnaúba	56	5	Casada	-----	Sim	Aposentadoria
Quixabeira	71	4	Divorciada	Ensino médio	Sim	Aposentadoria
Oiticica	39	2	União estável	Ensino médio	----	---
Bromélia	34	2	Solteira	Superior (pedagogia)	Não	Auxílio emergencial
Macambira	66	3	Casada	Superior (geografia)	Não	Pronaf e aposentadoria
Faveleira	24	0	Solteira	Pós-graduação em pedagogia	Sim	Auxílio Brasil
Caatingueira	29	0	Casada	Ensino médio	Não	Auxílio Brasil
Jurubeba		2	Divorciada	Ensino médio	Não	Não
Malva- Branca	73	1	Solteira	Pós-graduação em história	Não	Aposentadoria
Flor de Jitirana		DEVIDO A PANDEMIA DO COVID-19 E PROCESSO DE ISOLAMENTO SOCIAL NÃO FOI POSSÍVEL APROFUNDAR AS ENTREVISTAS E COM O GRUPO DE MULHERES DE CURRALINHO – SÃO JOSÉ DO EGITO.				
Jurema Preta						
Bom-Nome						
Gameleira						

Fonte: Organizado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2020/2021/2022.

³ Em 10 de agosto de 2021, o Governo Federal, através da Medida Provisória 1.061, extinguiu o programa de transferência de renda Bolsa Família, que ficou em vigor de 2003 e 2021, e criou um similar àquele, o chamado de Auxílio Brasil, cujo objetivo é também auxiliar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O grupo de mulheres sujeitos participantes do estudo é bem diversificado: são trabalhadoras rurais e camponesas pobres, negras, brancas, hétero, lésbicas, casadas, solteiras, jovens, idosas, com e sem filhos. Elas estão na faixa etária dos 27 aos 73 anos de idade, e desde a infância têm suas vidas marcadas por elementos e processos políticos, sociais, culturais, econômicos e ideológicos com viés discriminatório de classe, raça e de gênero.

As desigualdades sócio-histórico-culturais, econômicas e políticas foram e são obstáculos que limitam o desenvolvimento pleno e de forma autônoma das mulheres em todas as esferas da vida.

Durante as entrevistas, foi colocado pelas trabalhadoras que as questões relacionadas às esferas monetária e financeira ainda são desafios a serem enfrentados pelas mulheres, já que muitas não têm uma fonte de renda expressiva além do acesso a programas e benefícios governamentais e venda de alimentos e produtos artesanais produzidos por elas de forma individual ou coletiva.

De acordo com os dados do trabalho de campo, 28% das entrevistadas tinham como principal fonte de renda monetária o programa de transferência de renda Auxílio Brasil, 22% estavam aposentadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 6% recebiam o Auxílio Brasil e o Auxílio Emergencial e 44% não responderam. Vale salientar que entre o grupo que não respondeu, estão as trabalhadoras rurais e camponesas da comunidade Currealinho, que devido às limitações técnicas-informacionais, distância geográfica e distanciamento social imposto pela pandemia do coronavírus, não participaram da pesquisa de forma integral..

Com relação ao nível de escolaridade das entrevistadas, 40% das mulheres tinham o ensino médio completo, 15% possuíam graduação, 10% possuíam pós-graduação, 5% tinham apenas o ensino médio e 25% não responderam.

Todas essas mulheres, aposentadas ou não, têm desenvolvido em seus territórios importante trabalho voltado para melhoria das condições de vida de mulheres e homens, seja através da militância política, desconstrução de estereótipos e desigualdades de gênero, classe e raça, produção e comercialização de alimentos saudáveis e agroecológicos, revitalização de ecossistemas e áreas de matas nativas e construção de conhecimentos localizados, como é o caso das mulheres da comunidade Gameleira, por exemplo.

2.4 SÍTIO GAMELEIRA

A comunidade está localizada na área rural do município de Itapetim, Alto Sertão do Pajeú, no estado de Pernambuco. A comunidade Gameleira é composta por cerca de 40 famílias de agricultores e agricultoras, das quais 22 fazem parte da Associação de mulheres da comunidade.

A comunidade Gameleira, assim como grande parte das comunidades existentes no sertão semiárido, não possui estruturas básicas, como posto de saúde, água encanada, igrejas, espaços públicos de lazer ou escola. Na verdade, a única escola que havia na comunidade foi fechada e os estudantes migraram para uma escola de um sítio vizinho, o Timbó. A população de Gameleira e adjacências, quando precisam de atendimento médico, procuram o posto de saúde do Timbó, visto que lá há atendimento médico duas vezes por semana.

Cinquenta por cento da população de Gameleira possui cisterna de 16 mil litros, além de contarem com os olhos d'água existentes na comunidade. Há um tempo a prefeitura colocou água encanada na comunidade com uma tarifa única mensal de R\$20,00 (vinte) reais. A água é proveniente de uma barragem local e chega nas torneiras de oito em oito dias.

De acordo com as agricultoras, além das cisternas de placa, há também, na comunidade, outras tecnologias sociais, como o sistema de reuso das águas cinzas, tanques de pedras e fogão agroecológicos.

Essas foram conquistas das mulheres que fazem parte do Grupo de Mulheres da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, através de editais e projetos realizados em parceria com organizações sociais como a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro Sabiá, a Diaconia, a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, entre outras.

2.4.1 Grupo de mulheres da gameleira

A Associação do Grupo de Mulheres do Sítio Gameleira está localizada na comunidade Gameleira, no município de Itapetim, alto sertão do Pajeú no estado de Pernambuco. O grupo foi fundado no ano de 2012 no terraço da casa da agricultora Jurema Branca (Figura 1), presidenta da Associação.

De acordo com a presidenta, o grupo foi formado por incentivo de uma das irmãs dela, que conhecia a experiência de outro grupo de mulheres em São José do Egito: “Começamos

com a participação de 12 mulheres da família e da comunidade” (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, 2020).

O grupo começou em 2008, mas como a Associação, ele data de março de 2012, mês quando foi registrado e criado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). “Hoje somos 22 mulheres, não só da comunidade, mas também de outras comunidades que queriam se integrar a nós” (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, 2020).

Figura 1: Reunião da Associação do Grupo de Mulheres do Sítio Gameleira.



Fonte: Arquivo da Associação do Grupo de Mulheres do Sítio Gameleira.

O grupo foi criado com o objetivo de promover maior formação, autonomia e gerar renda para as mulheres que estavam a cargo da chefia da família e não tinham uma fonte de renda além do Programa Bolsa Família.

A gente criou o grupo tanto pelo financeiro quanto para aprender coisas novas, participar de formações, aumentar a autoestima e participar de editais específicos para as agricultoras. Agora a gente está trabalhando com a produção de mudas nativas da Caatinga, temos um SAF, temos palestras sobre violência, relações de gênero, saúde da mulher, o trabalho da mulher

na agroecologia (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, 2020).

As agricultoras que participam do grupo têm idade entre 20 e 72 anos e vêm buscando, com suas práticas, conhecimentos e ideologias políticas para a construção de um modo de vida saudável e sustentável, que leve em consideração o respeito pelo ambiente e pela natureza através da produção agroecológica e manejo sustentável da vegetação e das fontes de água que são importantes para a reprodução da existência humana e não humana no sertão semiárido. Após a oficialização da associação, o grupo conseguiu participar de um projeto da ATER Mulher, desenvolvido pelo Centro Sabiá.

Com esse projeto, elas conseguiram um viveiro para produção de mudas, em espacial de espécies nativas da Caatinga. Com a produção coletiva de mudas, foi possível arrecadar certa quantia de dinheiro para a criação de um fundo rotativo para a Associação.

O fundo rotativo serviria para emergências, como o caso de alguma criança ficar doente, a necessidade de arrumar um chiqueiro de galinha... O fundo tinha seis meses de carência com juros totais de cinco reais. Exemplo: “eu pego cem e daqui a seis meses pago cento e cinco, que é para o dinheiro do fundo rotativo não cair” (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, 2020).

O Grupo de Mulheres contribui com a formação política e social das mulheres e meninas da comunidade através das oficinas que acompanham os projetos: são oficinas sobre violência contra a mulher, relações de gênero e empoderamento feminino, palestras com psicólogos, enfermeiras, que trazem temas como a saúde da mulher.

Há, também, formações e trocas de experiências através das palestras e intercâmbios sobre sustentabilidade, agroecologia, produção de alimentos nas agroflorestas e cuidados com a água e olhos d'água. Além disso, as mulheres estão gerando renda com o viveiro de mudas e acesso a bens como os fogões agroecológicos, cisternas e sistema de águas cinzas.

De acordo com os relatos da presidenta do Grupo e de outras agricultoras que fazem parte dele, no início, os membros enfrentavam dificuldades, porque a comunidade não acreditava no trabalho das mulheres e, em casa, os homens — maridos, companheiros e pais — não aceitavam muito bem a ideia das mulheres formarem uma associação e trabalharem de forma coletiva.

Essa não aceitação e preconceito com a auto-organização das mulheres estava também no fato delas fazerem mudas de árvores e plantas que poderiam ser encontradas facilmente na Caatinga, ao lado de casa:

A gente plantava e fazia a muda de árvores que já tinha muito por aqui, na mata da Caatinga. Aí quando começou a gerar renda, que começamos a vender para as outras comunidades, projetos, prefeituras e escolas, as coisas começaram a melhorar e aqueles que não aceitavam e não acreditavam em nosso trabalho começaram a mudar de ideia. Teve até alguns homens que vieram pedir pra gente ensinar a plantar e tirar as dormências das sementes (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, 2020).

A fala de Dona Jurema Branca diz muito sobre o caráter patriarcal, machista e conservador da cultura sertaneja, para a qual as relações familiares e comunitárias são também permeadas por conflitos, hierarquias de poder e tensões, além da não valorização do trabalho realizado pelas agricultoras, sejam aqueles enquadrados como domésticos ou o trabalho na roça, nos quintais, processamento de alimentos (queijos, manteiga e doces, polpas de frutas), cuidados com os pequenos animais ou comercialização.

O Grupo tem como principais atividades produtivas a coleta de sementes nativas da Caatinga para a produção de mudas que serão entregues aos projetos realizados pelas mulheres participantes via editais, mas também são vendidas para a prefeitura, escolas, organizações e nas feiras locais.

Elas também são “Mulheres guardiãs de olho d’água”; nesse sentido, há um comprometimento de todas com o manejo e conservação de três olhos d’água existentes na comunidade e adjacências do Sítio Gameleira.

Quando chega um projeto, por exemplo, que contempla só uma mulher, aí todas se juntam para realizar o trabalho. No grupo não tem divisão de trabalho, o grupo é muito unido e fazemos tudo de forma coletiva. Teve um quintal pra galinha, só uma mulher ganhou, mas todas trabalham para entregar. Quando vem projeto de mudas, vai todo mundo para o viveiro produzir as mudas. Vamos conversar e trabalhar no viveiro (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira, 2020).

O grupo de mulheres da Gameleira é um espaço de trabalho, formação social e política e também espaço para o encontro, socialização e troca de experiências entre as mulheres. Por meio da Associação, as mulheres têm participado de projetos importantes de organizações não

governamentais (ONGs), como a Casa da Mulher do Nordeste⁵, por exemplo. O grupo também conseguiu realizar um importante projeto pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN), o projeto *Mulheres na Caatinga*.

Com esse projeto, o grupo recebeu oito fogões agroecológicos e cada agricultora que recebeu o fogão precisou produzir e entregar duzentas mudas para a CMN. Como o trabalho é organizado e realizado de forma solidária e coletiva, todas as integrantes do grupo participaram da produção e entrega das mudas.

Através de um edital do Programa Ecomudança desenvolvido pelo Itaú Unibanco, a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú submeteu o projeto *Nascente Mulher*, o qual tinha o subprojeto *Mulheres Guardiãs de Olho d'Água*, que contemplava mulheres agricultoras dos municípios de Itapetim e São José do Egito. Um dos grupos contemplados foi a Associação do Grupo de Mulheres do Sítio Gameleira.

A história recente e a luta dos movimentos feministas, os movimentos e grupos de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais têm mostrado que há outras formas e possibilidades para produzir, construir conhecimentos e viver, fugindo à racionalidade maléfica do sistema-mundo homogeneizador do capital.

Há outras sociabilidades, valores e saberes que podem e estão sendo construídos e retomados por sujeitos sociais para uma nova forma de pensar a vida e o mundo e ressignificar as relações sociais e dinâmicas territoriais.

Esses sujeitos políticos estão em defesa de um modo de vida e de fazer agricultura que possibilite o acesso e a participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo o acesso aos recursos econômicos, à terra, ao crédito, a políticas e programas eficientes, à educação e à formação profissional que lhes garanta a eliminação ou mitigação da situação de vulnerabilidade, discriminação, exploração e violência de gênero.

2.4.2 Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú

O Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú está localizado na comunidade rural de Curralinho, município de São José do Egito, alto sertão do Pajeú, Pernambuco. O grupo foi

⁵ A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista que existe há mais de 38 anos no Nordeste do Brasil, sediada em Recife, capital do estado de Pernambuco, e com um escritório em Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú. De acordo com informações do site da CMN, sua missão é fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial. Como pode ser observado no site da Casa: <https://www.casadamulherdonordeste.org.br>

criado no ano de 2002, através da assistência técnica do projeto Dom Helder Câmara, que tinha parceiros da ATER.

Antes do projeto, já havia na comunidade um grupo de mulheres que fazia o beneficiamento de frutas e de leite; com a chegada do Projeto Dom Helder, a partir daquele grupo, foi formada uma associação. Após a excursão do projeto, por motivos diversos, a associação não conseguiu se manter ativa e foi fechada.

A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2011).

As mulheres que compõem as Guerreiras do Pajeú, em seu cotidiano, já processavam os alimentos para o autoconsumo da família, mas necessitavam de outra atividade, além das atividades agrícolas, que gerasse renda extra e possibilitasse a independência financeira das agricultoras. Assim, em 2010, as mulheres retomaram a produção de doces e queijos.

O grupo é constituído por 27 mulheres, algumas das quais também trabalham em outras atividades na prefeitura, no posto de saúde, na escola, mas participam sempre que possível. “A gente tem uma unidade de beneficiamento – leite, goiaba e mamão, a gente também faz a manteiga de garrafa” (Dona JUREMA PRETA – Agricultora e presidenta do Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú- São José do Egito- Pernambuco).

O Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú é sócio da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, tem parceria com Diaconia e com a Casa da Mulher do Nordeste, com a qual tem um projeto social voltado para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade.

Olha, não é fácil de jeito nenhum a realidade das mulheres agricultoras, porque não temos o apoio do Estado. O governo municipal apoia como pode, mas as dificuldades são grandes e acaba por limitar o nosso trabalho. O governo local pediu para o grupo abrir firma do grupo de mulheres para a gente vender os produtos (doces, bolos e queijos) para o PNAE, mas houve alguns impedimentos (D. JUREMA PRETA – Agricultora e presidenta do Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú- São José do Egito- Pernambuco).

Após a organização e criação do CNPJ do grupo, as mulheres submeteram um projeto a um edital da Petrobras para obtenção de uma cozinha industrial para a unidade de produção e processamento. Com o edital, o grupo conquistou alguns utensílios como: fogão, freezer, liquidificador e batedeira industrial.

Embora o grupo tenha uma unidade de produção, seja bem articulado e produza alimentos artesanais de excelente qualidade, o acesso ao mercado convencional tem sido um dos grandes desafios e limitações para as agricultoras.

As políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar e camponesa com o intuito de inserir a produção familiar no mercado convencional não chegam:

O problema da gente é o selo para comercializar pra fora da comunidade. Para comercializar tem que ter o selo, para ter o selo tem que estar dentro das normas da vigilância sanitária e ministério da agricultura. Essa burocracia atrapalha muito o trabalho e a geração de renda das mulheres. De acordo com a vigilância sanitária, a nossa unidade de processamento não está dentro das normas exigidas, aí fomos falar com o prefeito e ele disponibilizou um design e engenheiro para mexer na estrutura física e normalizar a unidade de processamento (D. JUREMA PRETA – Agricultora e presidenta do Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú- São José do Egito- Pernambuco).

De acordo com os relatos das agricultoras, os doces e queijos produzidos de forma artesanal por elas têm boa aceitação na comunidade, adjacências, feiras locais e até na Paraíba. O grupo costuma arrecadar fundos para a compra de matéria-prima para confecção dos doces, queijos e manteigas através de um festival realizado na comunidade de Curralinho.

O festival da cocada e doce de leite é um momento de encontro, reencontro e solidariedade que é celebrado com o Grupo de Mulheres Guerras do Pajeú, a comunidade Curralinho e as organizações parceiras que desenvolvem projetos e ações na comunidade.

3 GÊNERO, TEORIAS E PRÁTICAS: O MOVIMENTO DE MULHERES E AS MULHERES EM MOVIMENTO NOS TERRITÓRIOS SERTANEJOS

Na sociedade, o papel da mulher ainda é de explorada, submissa e de coadjuvante, por isso a necessidade de lutarmos por uma sociedade onde o papel da mulher seja de protagonista e de relações de igualdade de classe, gênero, raça e etnia. Tenho plena consciência que a luta é árdua e permanente, pois significa dizer que a nossa liberdade enquanto mulher passa por diversos viés, a exemplo do capitalismo e dos modelos econômicos, educacionais/religiosos e outros implantados por ele. Na agricultura, o papel da mulher quase não se diferencia do papel da mulher na sociedade, [...] muitas mulheres ainda vivem trabalhando sem nenhuma renda, pois os pais ou maridos são quem comandam os destinos econômicos da família (D. MACAMBIRA - trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

Desde a década de 1970, a sociedade brasileira vem passando por inúmeras transformações, nem sempre positivas ou favoráveis para grande maioria da população. No campo, as inovações tecnológicas, científicas e da informação foram implementadas com investimentos do Estado em prol do projeto ideológico, político e econômico da classe burguesa agrária que começava a desenvolver seus negócios na industrialização e na exportação de *commodities*, em detrimento da promoção da reforma agrária, condições dignas e melhoria da vida da população que vive e trabalha no campo.

Martine (1989) pontua que a modernização conservadora da agricultura conseguiu alcançar expressivos níveis de crescimento da produção, porém acentuou os níveis de pobreza, a concentração da terra e a expropriação de trabalhadores e trabalhadoras do campo, que gradativamente perderam suas terras e assistiram à degradação das condições de trabalho e do modo de vida camponês no meio rural.

A “Revolução Verde”, calcada no aparato tecnológico e científico e na aliança entre os interesses privados e o Estado burguês, intensificou a expansão imperialista nos países ditos periféricos, como o Brasil, por exemplo.

O pacote verde exportado do “centro para a periferia” desde meados do século XX visa o monopólio dos bens naturais e meios de produção, e vem causando profundos impactos na economia, modo de vida e força de trabalho em distintos lugares no mundo.

De acordo com Angu Wright, “[...] economias e paisagens em todo o mundo, [e tornando-se] o modelo de desenvolvimento agrícola internacional e elemento central da política externa norte-americana no período da Guerra Fria” (WRIGHT, 2012, p. 135).

Andrades e Ganimi (2007, p. 44) acrescentam que os objetivos eram “a maximização do lucro, através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado; e a aquisição de royalty, por intermédio dos pacotes tecnológicos.”

No Brasil, a modernização agrícola foi conservadora e visou o favorecimento do grande capital estrangeiro, nacional e regional, além da burguesia, que desde o período colonial concentra a terra e os meios de produção essenciais.

Assim, a modernização da agricultura, “[...] esteve relacionada à intensificação da desigualdade no campo através de processos de desapropriação, expropriação, expulsão e outras formas de violência (GONÇALVES NETO, 1997)”.

No Nordeste brasileiro, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1959) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS-1909) foram os responsáveis pela implantação e expansão da Revolução Verde no semiárido, especialmente através dos grandes projetos de irrigação às margens do rio São Francisco, onde foram criados perímetros e distritos de irrigação.

Esse modelo produtivo ocasionou migrações de populações em massa do campo para as pequenas, médias e grandes cidades. Dezenas de famílias camponesas e trabalhadoras rurais perderam os meios de produção e foram obrigadas a vender sua força de trabalho na área urbana, ou a se submeterem aos grandes proprietários de terras para manter-se no campo.

Martins (1990) procura demonstrar que o capitalismo, ao mesmo tempo que promove as condições de sua expansão, engendra relações não capitalistas de produção. Condições estas que possibilitam a construção de formas de luta por terra, território e políticas que permitam a produção e reprodução do modo de vida camponês, cultivo de alimentos de forma agroecológica e manejo racional dos bens naturais e da natureza.

As práticas camponesas nos territórios possuem raízes ancestrais, que envolvem o território material e imaterial, e uma forte relação com a natureza, agroecossistemas e bens naturais essenciais, como as florestas, a terra, os rios, as nascentes e os mananciais, que a partir da identidade cultural e étnica do povo, podem ser considerados um único ser sagrado.

A reprodução social do campesinato se realiza através do trabalho de mulheres e homens que transformam o território. Assim, de acordo com Saquet (2014), os agricultores camponeses concretizam seus territórios por meio das territorialidades e das temporalidades cotidianas.

O território é onde se materializam as concepções e o modo de vida, as identidades, as culturas, as representações e os significados da condição humana, através das relações sociais de poder e interações entre os seres humanos e o meio onde habitam.

Para as famílias camponesas e povos tradicionais no geral, o território é a matriz geradora vital, visto ser nele que se constituem as possibilidades de reprodução das condições de existência e trabalho na terra, mesmo quando os conflitos e tensões tornam-se mais acentuados.

Com o avanço do poder espoliativo do capital imperialista e da globalização das relações neoliberais, cresceram os conflitos e as desigualdades socioeconômicas, políticas e de gênero, ou seja, as lutas de classe se acentuaram em todos os países periféricos, embora também estivessem presentes nos centrais.

No campo, a reestruturação produtiva e a articulação entre o capital e Estado viabilizaram a separação dos camponeses dos meios de produção. Isso impactou profundamente as relações sociais e de trabalho no campo, fazendo emergir, assim, tensões e conflitos nos territórios referentes à luta pela terra e para se manter na terra.

Além dos conflitos e das tensões sociais referentes às desigualdades sociais, políticas e econômicas engendradas pela expansão do capital, a ditadura e o governo militar ultraconservador, através da força e violência estatal, repreenderam fortemente os movimentos e atores sociais, que foram perseguidos e violentados em seus direitos pelo Governo Militar.

Os camponeses que não aceitaram os processos de exploração econômica e dominações políticas de classes capitalistas construíram, de certa forma, uma identidade destinada à resistência (CALDART, 2012).

Na América Latina e no Brasil, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela reorganização dos movimentos sociais historicamente conhecidos pela sociedade e pela criação de novos movimentos, as Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos rurais, entre outros que possuíam referências da luta e consciência de classes, que compreendiam que a superação das desigualdades e resistência ao domínio do sistema capital neoliberal e do governo ditatorial eram centrais para o processo de democracia no Brasil.

As reivindicações, propostas e denúncias realizadas por esses sujeitos passaram a marcar, organizar e transformar os territórios e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas em diversas escalas.

Nas ciências geográficas, o conceito de “território” tem sido chave para a compreensão das dinâmicas e análises sociais, econômicas e políticas dos conflitos e das contradições existentes na sociedade e no modo de produção do sistema capitalista.

Na compreensão de María García e Karoline Monteiro (2015), os territórios e suas contradições podem e devem ser mais bem apreendidos por nós se reconhecermos que estão fundamentados em bases tanto capitalistas como patriarcais e coloniais.

Para as autoras, o patriarcado aponta aos territórios um pacto social que estabelece a superioridade e o domínio do modelo masculino de vida social, baseado na desvalorização do feminino (GARCÍA; MONTEIRO, 2015, p. 311).

Nos estudos sobre o espaço agrário, o conceito de “território” ajuda na percepção das relações e contradições da luta de classes, das dinâmicas dos movimentos sociais e dos sujeitos em seus territórios de vida.

Esse conceito possibilita também visibilizar os arranjos políticos e econômicos realizados pelo Estado e pelo capital para obtenção, delimitação e manutenção do poder já exercido.

As disputas, conflitos e tensões têm sido características constantes no modo que o sistema capitalista gera as condições ótimas para reproduzir do seu modo de existência.

Nesse sentido, autores como Milton Santos (2008), Haesbaert (2001), Sack (1986), Souza (1995), Fernandes (2008), entre outros, construíram leituras plausíveis, que nos ajudam a compreender as tramas, os arranjos e os conflitos que envolvem o modo capitalista de produção e os territórios, conceito este [território] tão caro para a ciência Geografia.

O conceito de território não é exclusivo da Geografia. A interdisciplinaridade provocou diferentes interpretações, não havendo consenso entre as ciências e os/as pesquisadores/as sobre suas concepções.

No entanto, no contexto geográfico, Valter do Carmo Cruz (2020) salienta que desde suas origens na Geografia e, especialmente, na Geografia Política, o uso do termo “território” esteve ligado à análise do território como fundamento material do Estado.

Haesbaert (2004) aponta que embora o território seja um conceito central para a Geografia, por referir-se às espacialidades humanas, é também investigado nas demais ciências. Ainda segundo esse autor:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a

materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou de identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Embora esse não seja um conceito exclusivo da ciência geográfica, “território” ganhou centralidade como arcabouço teórico-conceitual para as discussões referentes à atuação do Estado e suas relações com a sociedade, com os sujeitos e atores sociais que demandam ações, políticas e intervenções que geram conflitos e tensões em escalas de poder diversas, mas que se relacionam com outras dimensões indissociáveis — como, por exemplo, a econômica, política, cultural, ambiental, social entre outras.

Nos estudos geográficos, ao utilizar “território” como categoria de análise, evidencia-se os conflitos, as relações de poder, os arranjos produtivos e as formas materiais e imateriais/simbólicas como estes atuam sobre a realidade de vida dos sujeitos em um determinado espaço e tempo histórico. Afinal, “as relações humanas no espaço são o resultado da influência e do poder” (SACK, 1986, p. 26).

Entrementes, o território é, dialeticamente, agente e suporte da reprodução capitalista, cuja lógica é, em grande medida, o agente primaz de sua ordenação, mesmo onde as relações tipicamente capitalistas não imperam (PAULINO, 2008).

Na teoria de Raffestin (1993), o território é posterior ao espaço, que se forma a partir de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível que, ao se apropriar do espaço, se territorializa.

Fernandes (2009) acredita que, vinculados ao conceito de território, estão os atributos: totalidade, multidimensionalidade, escolaridade e soberania. Apesar do caráter disjuntivo do espaço e do território, ambos são compreendidos em sua totalidade e multidimensionalidade.

Durante muito tempo, esse conceito foi utilizado a partir de uma visão hierarquizada e compreendido a partir de delimitação de área ou jurisdição ocupada e administrada pelo Estado. Essa concepção de território, vinculada ao poder estatal (Estado-nação), não admite outras formas, sujeitos e atores sociais como produtores de território.

Esse conceito emerge com os estudos de Friedrich Ratzel através da Geografia Política e da Antropogeografia, para as quais o conceito de território estava vinculado à criação do Estado.

Segundo Ratzel (1990), “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74). O autor entendia o território como um espaço necessário a qualquer população e seu Estado para sua evolução, ou seja, ele era o espaço vital para a evolução humana.

É importante dizer que embora o conceito de Ratzel tenha sido importante para os estudos e a evolução da ciência geográfica, Claude Raffestin difere desse conceito e contribui significativamente com a formulação do que compreendemos atualmente como território. Em *Geografia do Poder*, Raffestin (1993) lembra que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

O autor deixa claro que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

Nesse contexto, o território é mediado por uma série de relações de poder que modificam o espaço e constroem as territorialidades.

Fernandes (2008) compreende o território a partir do mesmo sentido que é apreendido por Raffestin (idem), como resultado das relações de poder.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir de relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania (FERNANDES, 2008, p. 279).

Raffestin concebe o conceito de território como os espaços das relações de poder, onde “o poder visa o controle sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p.58). Para o entendimento do território, é fundamental que se compreenda a territorialidade (RAFFESTIN,

1993), caracterizada como as relações sociais que materializam as relações de poder, e consequentemente o território.

O território é um suporte antes de tudo social, base de uma antropologia de hábitos, costumes, tradições, mas também de sentimentos e avaliações (SILVA, 1991). Ele [o território] é construído geográfica e historicamente a partir das experiências e dinâmicas sociais que materializam suas R-existências, ou modos de dominação de forma contraditória, como é o caso da classe camponesa que, mesmo estando inserida nos arranjos e contextos de influência e dominação do sistema capitalista de produção, encontra formas de construir estratégias para sua reprodução social, territorial e política, mesmo que de forma precária.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados [...] corpo, mente, pensamento, conhecimento (FERNANDES, 2005, p.28).

Já Souza (1995) compreende o território como uma porção do espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo definido por relações sociais sobre um substrato.

A concepção de território Haesbaert (2004) reconhece três vertentes ditas essenciais do território: a) Política, referente às relações espaço-poder, a partir das quais o território é considerado como espaço controlado por um determinado poder, às vezes relativo ao poder do Estado; b) cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, na qual o território é visto como um produto da apropriação simbólica de uma coletividade; c) e econômica, como fonte de recursos e como a dimensão espacial das relações econômicas.

Para Saquet (2010), é no território que ocorre o acontecer social e encontramos a materialidade sobreposta através das temporalidades e conflitualidades que marcam a vida em sociedade.

Por tudo isso, o conceito de território torna-se chave para o estudo e as discussões sobre os aspectos das relações que configuram, organizam e transformam as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do espaço agrário e da vida cotidiana das famílias, das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais.

Com relação à intensa conflitualidade existente no espaço agrário brasileiro, de acordo com Guiomar Germani (2010, p. 270), esse é o resultado da contínua reprodução “da histórica concentração de terras” e das “enormes barreiras encontradas pelos grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais para reverter esta permanência histórica”.

Nesse sentido, o território “introduz, por um lado, uma nova forma de ver o conflito social”, pois “os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, desse modo, sempre dizem a respeito dos sujeitos sociais que por meio deles se realizam” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.179). Ainda de acordo com o autor:

Portanto, território e conflito social não são duas questões separadas. O conflito social é um conflito territorializado, encarnado no território. Podemos conceber, assim, que ‘a crise da organização social na qual estamos imersos é também a crise da territorialidade instituída e dos sujeitos instituintes. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.47).

As relações materiais, simbólicas, assim como as contradições e conflitos, constituem o território e fazem parte da realidade vivenciada pelos sujeitos no processo de reprodução das relações sociais e das territorialidades.

Da década de 1970 para cá, houve um intenso processo de mercantilização da agricultura, dos bens naturais e de usurpação dos territórios e saberes dos povos do campo, das florestas, entre outros. Assim, com a evolução e difusão das técnicas, o território passou a ter outro significado, tornando-se “organizado” e “pensado” na lógica do capital, o que intensificou seu uso nas mais diversas alternativas de acumulação de riqueza (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2008).

De acordo com Wanderley Costa (1988), toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder (p. 18).

Isso se aplica também ao capital e às relações capitalistas impostas pelo agronegócio que, ao penetrar no território camponês, territorializa-o e transforma os bens coletivos em mercadorias particulares.

A lógica destrutiva do desenvolvimento capitalista de diferentes formas tem desorganizado as dinâmicas territoriais e de vida, trabalho e convívio social dos povos que de forma tradicional vivem há gerações no mesmo território, comungando com os ecossistemas e agroecossistemas, águas, terras e espiritualidade.

O território é constituído e originado pela pluralidade de experiências, pelas variadas formas de poderes existentes no tecido social, por sujeitos ou grupos sociais que de forma direta ou indireta almejam o controle da situação, seja ela política, social ou econômica.

Isso implica dizer que os territórios possuem características multidimensionais que os constituem como territórios materiais e imateriais. Fernandes (2005, 2009) é taxativo quando

afirma que territórios imateriais podem ser paradigmas, políticas públicas, correntes teóricas interpretativas que, segundo suas intencionalidades, definem interpretações e conceitos e em sua conflitualidade disputam a esfera pública através do controle da concepção das políticas públicas, por exemplo.

Nesse contexto, os movimentos ocupam a cena política e integram a arena de disputa por políticas públicas, ações governamentais, melhores condições de vida e acesso a bens materiais e imateriais pela população, independentemente da sua condição de gênero, classe ou raça.

3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS DE MULHERES

Enquanto pensamento científico, os primeiros estudos sobre os movimentos sociais remetem ao século XIX e dissertam sobre os movimentos operários, os movimentos sindicais e as lutas de classes no contexto das contradições do sistema capitalista de produção e da precarização do trabalho.

Entretanto, a ideia de movimento social conforme compreendemos atualmente foi constituída na metade do século XX nos estudos norte-americanos, conforme os estudos de Roberto Melucci (2001), Maria da Glória Marcondes Gohn (2007), Maria Lucia Carvalho da Silva (2001), Edaléa Maria Ribeiro (2002), entre outras autoras que se dedicaram ao estudo dos movimentos sociais e das teorias sociológicas.

Sobre os movimentos sociais, Roberto Melucci (2001) nos mostra que:

Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos... Um movimento não se limita, portanto, a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina – rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder... Para identificar um movimento como categoria de análise, antes que como fenômeno empírico, é necessário que se verifiquem as três condições indicadas (MELUCCI, 2001, p. 35).

Já no pensamento de Maria Gohn (2007), o repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos.

Nesse sentido, Ana Ferraz (2019) lembra que o avanço da constituição de movimentos sociais em torno dos direitos civis (movimento de mulheres, movimento LGBTI⁶, movimento negro, quilombola e indígena) denunciava a invisibilidade social desses indivíduos e uma profunda desigualdade, característica da sociedade brasileira e latino-americana.

Assim, as ações dos movimentos direcionam-se para dar visibilidade à realidade, pautas e lutas dos sujeitos sociais contra o latifúndio, o capitalismo financeiro neoliberal e o Estado, que se torna mínimo para alguns grupos, classes e setores sociais, com o objetivo de negar a condição de cidadã(o), sujeito e ser humano a mulheres e homens que necessitam de condições materiais e imateriais para reprodução da existência, no campo e na cidade.

Os movimentos são atores e fenômenos históricos concretos, mas não são iguais em características, pautas e ações. Para Edaléa Ribeiro (2005), os movimentos possuem pluralidade e heterogeneidade de caráter, sendo diversos seus conflitos e interesses. Enfim, transformam-se ao longo de seu próprio fazer e acontecer histórico, sempre envolvidos e participantes na conjuntura da sociedade.

Assim, os movimentos sociais apresentaram-se como interlocutores e mediadores dos conflitos e tensões existentes entre a sociedade civil e o Estado, como foi o caso do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, que ao longo das décadas possibilitaram o avanço das pautas políticas e do diálogo com o Estado para a construção de ações, programas e políticas públicas para as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais.

Para Maria da Glória Gohn (2002):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando o campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 2002, p. 251).

Os movimentos sociais estão em muitos territórios e possuem escalas de ações diversas. No espaço acadêmico, eles vêm ocupando espaços como fenômeno e objeto de pesquisa; na sociedade, atuam no espaço político institucional, nas organizações, nas comunidades, entre outros. São instituídos pelo sentido de coletividade e solidariedade e

⁶ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

promovem contestação e embate, quando necessário, de ordens vigentes que negligenciam sujeitos ou grupos específicos.

A forma organizativa é o modelo pelo qual um ator coletivo tenta dar uma unidade aceitável e durável a tal sistema, continuamente permeado por tensões (MELUCCI, 2001, p.46).

A pluralidade de sujeitos políticos, instituída pela ação dos movimentos sociais contemporâneos, revela que a construção da igualdade passa, justamente, pela desestruturação da ordem social, que hierarquiza as diferenças transformando-as em desigualdades, ressalta Maria Betânia Ávila (2005).

Os movimentos sociais são coletividades hegemônicas constituídas por atores sociais, instituições, organizações e sujeitos com singularidades, mas que almejam e compartilham as mesmas ideologias, interesses e ações democráticas.

Na sociedade de classes, as lutas sociais sempre buscaram a transformação da realidade dos sujeitos e a superação das disparidades advindas das construções históricas e sociais da sociedade, como, por exemplo, as relações de classe e de gênero que são produzidas e reproduzidas também pelo Estado e pelo sistema capitalista de produção, mediadas pelo trabalho.

Com relação às lutas e aos movimentos sociais, Martins (1985) pontua que:

Todas as lutas das categorias sociais cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas lutas condenadas, sem futuro, sem importância histórica, portanto. É que são tidas como lutas de resistência ao desenvolvimento do capitalismo, ao progresso da sociedade, diferentes das lutas operárias que deverão levar à superação do capitalismo e à construção do socialismo (MARTINS, 1985, p.77).

As lutas consideradas condenadas, citadas por Martins (1985), são valiosas e importantes contribuições dos sujeitos e grupos sociais que vivenciam e sentem na pele e no corpo as contradições e disparidades de classe, raça e gênero estruturantes das hierarquias reforçadas pela burguesia, pelo capitalismo e pelo Estado.

Nesse sentido, o surgimento dos movimentos sociais acontece a partir da necessidade de transformação da realidade vivenciada por grupos e sujeitos que se sentem desfavorecidos. Esse raciocínio vale também para a compreensão e análise do processo organizativo das mulheres camponesas e trabalhadoras em movimentos.

Os movimentos sociais são dinâmicos, e por isso passam por transformações importantes e adquirem novo caráter ao longo das décadas e de sua atuação, como foi o caso dos movimentos sociais do Brasil e América Latina.

No campo, a rebeldia dos grupos e famílias camponesas, como as ligas camponesas, expressava o sentido de movimento social de luta coletiva no contexto rural. De acordo com Martins (1981), a partir dos anos 50, as ligas camponesas e o sindicato foram as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo como outras formas de luta e de resistência.

As hierarquias de poder, opressão, exploração e desigualdades entre mulheres e homens se estruturam através da propriedade privada, das relações sociais de gênero, divisão sexual do trabalho e diversas formas de violência praticadas diariamente contra as mulheres.

Esse sistema de opressão-dominância historicamente construído, legitimado e reproduzido pelo capitalismo, pela Igreja, por um determinado modelo de família e pelo Estado tem se tornado uma grande ameaça à vida e aos direitos das mulheres urbanas e rurais de identidades étnicas e territoriais diversas.

De acordo com o relatório *Do compromisso à ação: políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas (ONU) para as Mulheres (2017), fora de um contexto de guerra, a América Latina é o lugar mais violento do mundo para as mulheres.

Esse cenário de violência contra a mulher vem do processo de ocupação do território latino-americano pelos espanhóis e portugueses, no caso do Brasil. A violência colonial do ocidental branco forjou a identidade nacional de grande parte dos países do hemisfério sul. Nesse contexto, a mulher negra e indígena, desde o período colonial, vem sofrendo opressão, violência e discriminação de sexo e de gênero.

Nesse sentido, no cenário das lutas democráticas na América Latina, as mulheres negras, indígenas, camponesas e trabalhadoras rurais tiveram e têm importante papel no processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres, acesso a direitos, políticas e cidadania.

A cidadania, na compreensão de Hannah Arendt (1989), carrega consigo o dever moral (a que atribui o status de direito) de reconhecer o outro como membro de uma comunidade humana, independentemente da identidade deste ou de qualquer outra idiosincrasia, e por ela ser protegido. A cidadania garante aos sujeitos a participação sócio-política através da qual podem manifestar sua opinião, ação e poder de reivindicar seu lugar no espaço e no mundo.

A opressão e a marginalização sofridas levaram as mulheres a se organizarem para reivindicarem direitos políticos e cidadania, sendo a Inglaterra o centro da luta das mulheres

pelo direito ao voto, com as sufragistas, expandindo para diversos países as mobilizações e reivindicações das mulheres.

Mas isso não significa dizer que em momentos, territórios e sociedades anteriores não existiram mulheres em processo de luta por direitos sociais de maior participação e cidadania. De acordo com Célia Pinto (2003), o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público — portanto, dos direitos como cidadã. Ainda de acordo com a autora, o movimento se organizou de forma fragmentada, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões.

A diversidade de pautas e lutas implica também em dizer que não se pode falar em um feminismo único e homogêneo, e sim em feminismos, com uma multiplicidade de identidades, discursos, objetivos e sujeitos.

Embora o feminismo tenha ganhado maior expressão com os atos políticos e contestatórios das sufragistas inglesas, sabe-se que a opressão, as desigualdades e a violência são sentidas de formas diferentes pelas mulheres, visto que não existe uma mulher universal, mas sim mulheres com realidades, experiências, identidades, subjetividades e visões de mundo diversas. De maneira que a categoria “gênero” é relacional, e cumpre seu papel analítico crítico quando é trabalhado inter-relacionado às categorias classe e raça.

Historicamente, o movimento feminista pode ser analisado cronologicamente a partir dos objetivos expressos em cada fase ou momento histórico, sendo essas fases compreendidas por algumas autoras como as “ondas” do movimento feminista.

A primeira fase ou primeira onda do feminismo teve por objetivos o direito ao voto, as condições igualitárias de trabalho, a redução da jornada de trabalho e a melhoria das condições salariais.

As feministas negras norte-americanas Gloria Jean Watkins, conhecida pelo pseudônimo Bell Hooks (1995, 2014, 2015), e Angela Davis (1983, 2013), fizeram duras críticas e denunciaram o caráter racista dessas primeiras ondas, visto que as pautas das mulheres negras não estavam inclusas, assim como outros debates relevantes para aquele momento político.

Em 1949, a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi um marco para a reconfiguração das pautas do movimento feminista, que começava a problematizar e perceber que as opressões, desigualdades e discriminações tinham como origem os aspectos culturais e a definição de papéis específicos para mulheres e homens nas relações sociais. Fatos

esses que tinham efeitos na vida política, privada, pública e no trabalho exercido pelas mulheres.

Nessa segunda onda do feminismo (século XX), é constituída uma dimensão mais política do movimento. Os papéis e as relações sociais entre homens e mulheres começam a ser questionados, assim como as relações de poder, as hierarquias, a ocupação dos espaços públicos e a forma que estes se estruturam e organizam a vida social, política e econômica das mulheres. Vale salientar que até hoje essas relações discriminatórias não foram superadas, embora tenham recebido mais visibilidade, políticas públicas e ações para sua mitigação.

Naquele momento histórico, o patriarcado era compreendido como o difusor de todas as formas de opressões, violências e marginalização social, política e econômica das mulheres.

Na segunda metade do século XX, a categoria de análise “mulher” ganha relevo na teoria feminista — mas, naquele momento, a categoria não dava conta da diversidade de mulheres, identidades de gênero e sujeitos políticos que precisavam ser visibilizados pelos movimentos feministas e pelo Estado.

Entra na discussão teórica a categoria “gênero”, com o intuito de fazer a leitura das desigualdades, discriminações e opressões sofridas pelas mulheres a partir da desnaturalização e do questionamento dos papéis sociais, maternidade, divisão sexual do trabalho e hierarquias de poder construídas culturalmente.

A partir da década de 1970, os movimentos sociais passaram a contar com a participação das mulheres, assim como nas décadas seguintes foram criados movimentos de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais em diversos estados brasileiros e em países da América Latina.

Segundo Maria Silva (2001), na década citada, é indispensável assinalar que os movimentos sociais, tanto no Brasil como na América Latina, trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres, especialmente como demandárias de reivindicações populares por melhorias de serviços coletivos. Ainda de acordo com a autora, “elas estão mudando com sua participação, forte e decidida, muitos valores e comportamentos entre os sexos na cultura popular brasileira” (SILVA, 2001, p. 33).

De acordo com Costa e Sardenberg (2008), o movimento feminista surge em fins do século XVIII e toma corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos. O movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação (BANDEIRA E MELO, 2010, p. 8).

Os movimentos sociais de mulheres se articulam e se mobilizam politicamente para reivindicar direitos de igualdade em relação aos homens, mas na atualidade, além daquelas pautas, elas estão reivindicando direitos políticos, econômicos e sociais que possibilitam acesso a condições materiais, bens e recursos para melhorias das condições de vida, direitos e dignidade humana.

As discussões e reivindicações problematizadas pelos movimentos feministas não são semelhantes aos dos movimentos sociais, embora possuam alguma característica semelhante, assim como a categoria movimento feminista não é igual a de movimento social.

No entendimento de Maria Betânia Ávila (2005), o feminismo é mais amplo que o movimento feminista enquanto movimento social: é também um pensamento crítico.

Compactuamos com o pensamento de Ávila, quando diz:

é importante dizer que situo o Movimento Feminista como parte do movimento de mulheres, o qual compreende todas as formas de organização de mulheres que lutam por diferentes objetivos (ÁVILA, 2005, p. 50).

A partir dos movimentos, das práticas políticas e das ações coletivas, as mulheres estão se afirmando como sujeito político e questionando relações de poder, para assim transformar a sociedade e mudar a realidade vivenciada pelas mulheres.

Dentro do sistema capitalista patriarcal, há uma tentativa de estruturação universal ou hegemônica das relações sociais, econômicas e da cultura que invisibiliza, desqualifica, exclui e explora os sujeitos plurais e suas singularidades.

O fato é que os movimentos feministas elaboraram uma metodologia própria para a construção de saberes, capaz de romper com a visão sexista e misógina. Tal metodologia é indispensável para falar sobre as mulheres, de suas experiências e da constituição de suas identidades, a partir de um novo olhar, aberto às diferenças (RAGO, 1998).

O feminismo é um movimento e campo científico situado na teoria crítica e pluralidade, que traz as experiências reflexivas de mulheres sem os rótulos universalistas que limitam suas ações como sujeito político. Carmen Maria da Silva (2016), ao discutir e classificar o movimento feminista, ou simplesmente feminismo, nos diz que:

Como movimento, ele pode ser compreendido pela sua longa trajetória de ações conflituosas ou pelas suas expressões particulares de organização, participação e ação pública em tempos e espaços determinados. Já como pensamento, o feminismo apresenta-se em várias vertentes, vinculadas ou não às distintas correntes teóricas. Ele alimenta projetos profissionais de diferentes grupos e indivíduos que atuam em universidades, em governos, na mídia, em organizações não governamentais e em quaisquer espaços nos quais possa ser colocado em prática. Mas, além disso, ele é também uma

referência para modos de vida particulares adotados por diferentes indivíduos (SILVA, 2016, p. 30).

No Brasil, o movimento feminista ganha grande notoriedade nas décadas de 1960 e 1970, ao lutar pela anistia e ganhar as ruas em oposição ao Regime Militar, além de estar presente em outras lutas e momentos importantes da história da sociedade brasileira, lutando por condições igualitárias de direitos.

O movimento feminista é um fenômeno peculiar no processo histórico social; ele é, como pontua Celia Pinto (2010), um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria, ou seja, os sujeitos que compõem esse movimento vivenciam na prática cotidiana, na forma de agir e pensar, todas as discussões e teorias da militância política exercida pelo movimento.

Desde as revoluções do século XVIII que as mulheres vêm lutando por igualdade, mas apesar das conquistas importantes do século XIX e XX, como o direito à educação e ao voto, o modelo de igualdade aspirado estava referenciado na igualdade masculina. A questão do sujeito não estava colocada. É o feminismo que emerge nos anos sessenta que traz o questionamento radical da forma como as relações sociais estão estruturadas. As análises feministas, a partir daí, têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontando caminhos e meios para sua superação (ÁVILA, 2000, p. 15).

Embora a História seja um pouco omissa com relação à atuação e ao papel das mulheres no processo de construção do espaço e da riqueza acumulada ao longo dos séculos pela classe burguesa, muitas mulheres enfrentaram os dogmas e paradigmas sociais e rebelaram-se contra a forma política, social e econômica que era são conduzidas na sociedade.

Na sociedade patriarcal, a condição feminina e a vida da mulher quase sempre foram vistas como acessório às vontades dos homens, que detinham o poder legitimado pelas instituições normativas, como o Estado e a Igreja.

Assim, surge na Inglaterra o movimento feminista, conhecido historicamente como as sufragistas, que iniciaram a luta pelo direito ao voto, seguidas de outras demandas. Como coloca Maria Izaura Fisher (2004), a crescente presença feminina nas mobilizações e discussões em torno de questões diretamente ligadas às condições de vida, certamente promoveu implicações na qualidade da convivência entre homens e mulheres e reforçou os benefícios da implementação formal da cidadania feminina.

Na América Latina, alguns movimentos feministas, como, por exemplo, o feminismo negro e o feminismo lésbico, fazem duras críticas ao feminismo branco, ocidental e de classe

média por acreditarem que as teorias norte-americanas não apreendem a realidade vivenciada pelas mulheres periféricas ou do Sul global.

Embora não estejam no Sul global, Angela Davis (2016) e Bell Hooks (2019) deram grandes contribuições às discussões sobre gênero, classe e raça, assim como a brasileira Lélia Gonzalez, teceu duras críticas aos movimentos de mulheres liderados por mulheres brancas e de classe média e a forma como discriminação racial era silenciada.

Rosalva Aída Hernández Castillo (2008) e María Lugones (2008), em seus estudos sobre o feminismo descolonial, consideram distintos lugares de atuação teórica e política. Várias feministas latino-americanas têm interpelado a visão sobre o feminismo hegemônico nessa região como sendo um pensamento colonial, por estar fortemente articulado às teorias feministas produzidas nos Estados Unidos e na Europa, sejam elas liberais, radicais ou marxistas.

A Abya Yala⁷ passou por um intenso e contínuo processo de exploração e violência para implantação e manutenção do colonialismo e colonização que, desde a invasão das terras do Abya Yala, têm podado ou aniquilado as culturas, as histórias, as formas de viver e estar nos territórios.

O feminismo na Abya Yala busca romper com o patriarcado colonial-moderno, que implica na dominação, exploração e negação das mulheres como sujeito político pela colonialidade do poder, do saber e do ser.

O patriarcado⁸ é compreendido por Heidi Hartmann (1994) como um conjunto de relações sociais que têm uma base material e para o qual existem relações hierárquicas e uma solidariedade entre os homens, que lhes permite controlar as mulheres.

Para Julieta Paredes (2011), o patriarcado moderno/colonial é um sistema de morte, construído historicamente, atuando sobre o corpo das mulheres. Engloba costumes, tradições, normas, hábitos, ideias, símbolos, leis, entre outros, determinando, naturalizando e

⁷ A expressão Abya Yala é uma das classificações utilizadas pelos povos Kuna para a América, que “significa Terra Madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 25).

⁸ Para Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. No entendimento da autora, a máquina do patriarcado funciona até mesmo acionada por mulheres, ou seja, inclui também a subordinação e a obediência das mulheres em uma ordem patriarcal de gênero que impregna os modos de pensar e agir, fazendo parte do senso comum.

universalizando papéis e lugares das populações, de mulheres e de homens, em diferentes tempos e lugares.

Nesse sentido, as feministas descoloniais buscam a ressignificação dos saberes, conhecimentos e poderes existentes nas práticas, subjetividades e experiências das mulheres em outros territórios, lugares, espaços e tempos não lineares e homogêneos.

Embora o feminismo brasileiro não seja descolonial em sua essência e totalidade, ele vem sendo construído pelas mulheres em seus territórios através das suas cotidianidades, experiências, práxis e o ser mulher nas cidades, nos campos, nas florestas e nas águas, com identidades cultural e territorial diversas.

São essas mulheres os sujeitos mais impactados pelo sistema e modo de produção patriarcal, racista e capitalista que, para se reproduzir e produzir riqueza, constitui elementos estruturantes para exploração e dominação de mulheres e homens na sociedade.

O modo imperialista do capitalismo não é aceito sem luta — muito pelo contrário, as mulheres têm protagonizado, de forma coletiva, uma luta e retomada para garantia de direitos políticos, econômicos, sociais e humanos a todas as mulheres, meninas e aos homens que compõem a sociedade em sua totalidade.

Elas estão problematizando, questionando e denunciando a violência sistêmica e institucional que sofrem os grupos subalternos ou subalternizados no processo de produção e reprodução das estruturas sociais.

3.2 CONCEITO DE GÊNERO E EMBATES POLÍTICOS

O protagonismo político das mulheres no processo de luta e enfrentamento da sociedade patriarcal, capitalista e racista contra a opressão do sistema homogeneizador e por igualdade de direitos entre homens e mulheres teve início com a organização das mulheres no que ficaria conhecido como movimentos feministas.

Até as últimas décadas do século XIX, as mulheres não possuíam os mesmos direitos civis, políticos e econômicos que os homens, além de contarem com pouca ou nenhuma autonomia sobre sua vida e seu corpo.

A partir disso, “gênero” não é um conceito analítico neutro; é, pelo contrário, carregado de sentido e permite, na medida do possível, uma discussão racional e articulada para o questionamento e desconstrução/desnaturalização das ideologias e formas da dominação/exploração e exclusão baseadas nas diferenças sexuais historicamente estabelecidas

e intencionalmente reproduzidas pelo sistema colonial, imperialista e patriarcal que naturalizou a questão biológica (sexo) como determinante na classificação do que seria “ser mulher” e “ser homem”.

Joan Scott (1989) acredita que o conceito “gênero” se constitui como uma forma primeira de significar as relações de poder; ou seja, para a autora, essa categoria é mais do que mero reflexo da ideologia decorrente da luta de classes. Funciona nas relações sociais humanas, dando um sentido mais amplo à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Assim, a categoria “gênero” possibilita descortinar as estruturas e as práticas cotidianas que constroem paulatinamente as ideologias de dominação por classe social, raça e sexo.

Para Judith Butler (2003), a categoria “gênero” possibilitou a desconstrução do conceito como referente a uma identidade binária, isto é, “homem” referente ao masculino e “mulher” sinônimo de feminino, e abriu espaços para a lesbianidade.

A discussão sobre gênero busca trazer para o debate acadêmico, político e econômico os processos da construção histórica e cultural dos preconceitos, desigualdades e exclusões baseadas nas características biológicas dos sujeitos.

Com relação a isso, Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo (2004) afirmam que enquanto a categoria “sexo” diz respeito a categorias biológicas associadas ao homem e à mulher, a noção de gênero abrange a ideia de que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas atribui diferentes papéis a cada sexo.

Em nossa sociedade, a vida e corpo das mulheres são marcados antes mesmo do seu nascimento. Ainda no útero, as crianças recebem rótulos e são arquitetados os papéis sociais que deverão exercer ao longo da sua vida em sociedade.

Nesse processo, a normatização, naturalização e legitimação dos papéis sexuais ficam a cargo da família, da Escola, da Igreja e do Estado, que contribuem com a construção das desigualdades, ideologias e paradigmas de classe, raça e sexo, mecanismos de exploração, dominação e discriminação das mulheres e de homens também.

De acordo com Mirla Cisne (2018):

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política (CISNE, 2018 p. 212).

As relações sociais de sexo são organizadas a partir das relações de poder que, por sua vez, criam hierarquias, constroem de forma arbitrária atributos culturais e históricos que privilegiam alguns sujeitos e grupos sociais em detrimento de outros.

Assim, são criados os mais diversos tipos de preconceitos e explorações/opressões, os quais afetam de forma mais acentuada as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres. Deve-se pontuar que as mulheres representam parte significativa da população mundial/nacional, mas essa maioria não tem acesso a recursos e direitos elementares, acesso à terra e à propriedade, participação em espaço político e de poder, entre outros.

A luta pela autonomia das mulheres configura-se como uma "dupla luta, de classe e de sexo; luta na qual as operárias seriam, ao mesmo tempo, aliadas e antagônicas em relação aos operários" (KERGOAT, 1986. P. 35).

Por isso, embora o conceito não consiga abarcar a totalidade de discussões necessárias para a compreensão dos processos discriminatórios contra o "ser mulher" e a pluralidade e totalidade daquela identidade, a categoria "gênero" ainda é a melhor opção para a problematização da dimensão política e da realidade das relações sociais que hierarquizam a vida em sociedade a partir de papéis determinados pelo sexo biológico dos sujeitos. Sendo assim, a categoria analítica "gênero" assume uma problemática que não diz respeito apenas à pauta exclusiva das mulheres, mas de toda a sociedade.

No Brasil da década de 1970, os denominados "estudos sobre a mulher" foram desenvolvidos no campo das ciências sociais. No final dos anos 1980, "gênero" começou a ser utilizado pelo movimento feminista para abordar as relações de poder entre homens e mulheres, contribuindo assim com os estudos e debates envolvendo a luta por equidade de direitos e combate à discriminação sofrida pelas mulheres, independentemente da sua identidade territorial e/ou sexual.

A partir das décadas de 1980 e 1990, a categoria analítica "gênero" vem instaurando um diálogo entre segmentos e grupos sociais que passaram a questionar a ordem epistemológica que naturaliza e reproduz diferenças entre os sexos, buscando, assim, desnaturalizar a condição da mulher na sociedade.

De acordo com Anay Stela Oliveira e Salete Farinon Knöner (2005), o gênero passou a constituir uma entidade moral, política e cultural, ou seja, uma construção ideológica, em contraposição a sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica.

Para Mary Garcia Castro (1992), com o enfoque de gênero, seriam desvendadas pluralidades, heterogeneidades e singularizações nas classes sociais — contrapondo-se,

portanto, a saberes universais e finalistas e à referência suprema das ciências sociais: identificar regularidades, hegemonias e chegar a leis universais.

No artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, Joan Scott (1995) destaca que o termo “gênero” foi proposto no sentido de se transformar os rumos da história das mulheres e proporcionar a possibilidade de transformar os paradigmas da História. Com o passar do tempo, o gênero foi empregado para designar as relações sociais entre os sexos e a criação de papéis para homens e mulheres.

Não é necessário muito esforço analítico para perceber que as distâncias epistêmicas e hierárquicas existentes entre homens e mulheres são frutos de um sistema que impõe diferenciações entre os sujeitos e reproduz estruturas a partir das quais é ressaltada a suposta superioridade do homem sobre a mulher.

Conforme Cecília Toledo (2003), a ideia de superioridade do homem sobre a mulher é transmitida pelas principais instituições da sociedade: a Escola, o Estado, a Igreja, as Forças Armadas, os meios de comunicação. Essa ideologia de superioridade se reproduz e é útil ao modo de produção capitalista.

No entendimento de Joan Scott (1995):

O gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1995, p.05).

Com o movimento feminista, a palavra “gênero” ganha outra conotação, sendo instrumento das lutas das mulheres e reivindicação dos seus direitos à participação na esfera pública, reconhecimento dos seus direitos enquanto sujeitos políticos e denúncias contra a repressão, exploração e discriminação das mulheres na sociedade.

O espaço produzido dentro da sociedade capitalista encontra-se intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças, etnicidade, gênero, o que configura a sua diferenciação política dinâmica e multifacetada (SMITH, 2002). Esse é o caso do espaço agrário brasileiro, constituído por relações patriarcais, econômicas e políticas complexas, desiguais e contraditórias, que envolvem arranjos e alianças políticas entre o Estado e os grupos econômicos, os latifundiários, os agro negociantes, entre outros atores com grande poder de barganha.

3.3 MULHERES CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS EM LUTA POR DIREITO À SINDICALIZAÇÃO

No campo brasileiro, a década de 1950 foi marcada pela organização do campesinato, pela luta e resistência a favor de melhores condições de vida que passavam pelo acesso à terra, questionando assim a estrutura agrária extremamente concentrada nas mãos dos latifundiários que expropriavam e exploravam os camponeses e camponesas, as terras e os meios de produção.

Nesse período, foi criado um dos movimentos mais expressivos para a leitura da História e dos conflitos existentes no campo brasileiro: as Ligas Camponesas. A primeira Liga Camponesa foi criada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, inicialmente com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), que tinha como presidente o advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião. De acordo com Maria do Socorro de Abreu e Lima (2012):

Apesar de criada, inicialmente, como finalidade assistencial, rapidamente passou a aglutinar parceiros e meeiros em torno de reivindicações específicas relativas ao pagamento do foro e ao direito de permanência na terra, utilizando-se, para isso, da legislação contida no Código Civil. Apesar desse aspecto jurídico, sua luta tinha um componente político muito forte [...] (ABREU E LIMA, 2012, p. 34).

A articulação com o PSB e a luta dos(as) camponeses(as) do SAPPP levou, em 1959, à desapropriação do Engenho Galiléia e à distribuição das terras entre as famílias camponesas que habitavam e trabalhavam no engenho na condição de foreiros.

Essa conquista levou a Liga a ganhar mais prestígio e se expandir por mais municípios de Pernambuco e estados do Nordeste, espalhando-se pelo resto do país nos anos de 1960.

Com o avanço da Liga Camponesa, as questões referentes à concentração fundiária passaram a ser mais discutidas e problematizadas, “inclusive a Igreja Católica, que passará a atuar no campo organizando um trabalho de sindicalização rural, temerosa principalmente do avanço das Ligas e do PCB” (ABREU E LIMA, 2012, p. 34).

De fato, as Ligas Camponesas foram um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais no período pré-64 e estavam ligadas a uma contestação radical à monocultura, à mecanização e à estrutura fundiária nordestina (MEDEIROS, 1989).

No estado da Paraíba, as Ligas chegaram em fevereiro de 1958 com a criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé - PB por João Pedro Teixeira,

Pedro fazendeiro, Nego Fubá e outros camponeses que buscavam prestar assistência social e jurídica aos associados.

Em todos os lugares onde as ligas foram fundadas, seus líderes foram repreendidos, perseguidos e mortos pelos latifundiários e coronéis. No estado da Paraíba, no dia 02 de abril de 1962, o presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, foi assassinado, assim como o camponês Pedro Inácio de Araújo.

Com a morte de João Teixeira, sua esposa Elizabeth Teixeira foi perseguida, sendo obrigada a fugir para outro estado, voltando a Sapé anos depois para assumir a luta iniciada por seu esposo na Liga.

Vale salientar que os conflitos não foram extintos com a criação e expansão das Ligas pelo território brasileiro; muito pelo contrário, foram intensificados, assim como foram criadas estratégias pelos governos estaduais para abafar o movimento.

Uma dessas estratégias foi a regularização da sindicalização rural para a criação de novas Ligas. Assim, na década de 1960, foram criadas organizações que de alguma forma contribuíssem para a amenização das tensões e garantissem os direitos dos trabalhadores no campo. Apesar do apoio, o PCB e as Ligas divergiam de alguns pontos, como a prioridade de sindicalização dada pelo Partido, enquanto as ligas priorizavam a luta pela terra (FETAPE, 2006).

Em 1962, foi criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA); em 1963, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR); em dezembro do mesmo ano, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Em 1963, foi formulado, através da lei 4.214, de 02 de março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), considerado como marco legal regulamentador dos direitos dos trabalhadores do campo. De acordo com Medeiros (2001), a CONTAG unificou a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizou as organizações sindicais até então existentes.

Em 1964, foi deflagrado o golpe militar, que passou a perseguir, assassinar, prender e manter sob tortura os líderes e integrantes das Ligas Camponesas e dos movimentos sociais de esquerda.

No sertão de Pernambuco, o Movimento Sindical teve início ainda nos primeiros anos da década de 1960. De acordo com a FETAPE (2006), nesse período, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita, bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, convidou grupos religiosos para fundarem sindicatos de trabalhadores(as) rurais na região, conscientizando os agricultores.

Na retrospectiva do que foi o estímulo à formação de sindicatos, o período entre 1961 e 1964 aparece como o de maior ênfase, com o surgimento de 70 entidades, correspondendo a 39,33% do total criado até os dias atuais. Entre 1965 e 1979 outros 45 aparecem no cenário de luta e, de 1980 até 2005, outros 63 foram constituídos, totalizando hoje 178 (FETAPE, 2006, p. 05).

Nesse contexto, a Igreja deu grande contribuição à formação dos grupos de mulheres, também através das Comunidades Eclesiais de Base, que por meio dos espaços de formação política e social das pastorais podiam organizar e mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Os espaços da Igreja não colocavam restrições à participação das mulheres; assim, era possível para elas transitar livremente e participar das pastorais e comunidades eclesiais sem precisar da “autorização” masculina. Dessa forma, as CEBs acabaram por ser peça-chave no incentivo ao engajamento feminino no espaço público, a partir dos grupos de mulheres que foram criados no início da década de 1980 em quase todas as regiões do país.

A maior articulação e apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica na luta das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais foi dado na década de 1990, quando a Campanha da Fraternidade daquele ano abordou a questão das desigualdades de gênero.

Tendo como tema “Deus quer homens e mulheres como companheiros, iguais nos direitos, porque os dois são imagens e semelhança d’Ele”, a Igreja católica pontuava questões importantes que desde a década de 1980 estavam sendo debatidas pelos movimentos de mulheres.

As Comunidades Eclesiais de Base, através das pastorais sociais e da Teologia da Libertação, promoveram um processo de mobilização, organização e conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Vale salientar que em alguns momentos, a Teologia da Libertação dialogou diretamente com a Pedagogia dos Oprimidos, de Paulo Freire, tornando ambas estratégicas para a luta popular e o enfrentamento das injustiças.

Com relação à organização e mobilização de mulheres das classes populares em todo o Brasil, Diana Deere (2004, p. 177) destaca que “as CEBs e as pastorais ofereceram às mulheres a experiência formativa que as levou a questionar a sua condição social”. Quando analisamos cuidadosamente os processos sociais, tensões e conflitos que ocorrem no espaço agrário brasileiro ao longo da história e que envolveram a luta por terra, território e melhores condições de vida para o povo do campo, notamos que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais nunca foram omissas ou estiveram ausentes, embora em alguns momentos sua presença tenha sido omitida e invisibilizada.

No Nordeste, ainda durante o Governo Militar, mulheres como Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves preconizavam as lutas sociais do campo, lutando fortemente pela reforma agrária e contra o latifúndio. Margarida, no Sindicato de Trabalhadores Rurais, e Elizabeth, nas Ligas Camponesas, tiveram suas vidas marcadas pela luta por terra, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e contra a violência promovida pelos latifundiários incomodados pelas transformações que vinham ocorrendo a partir do trabalho de base feito por essas lideranças.

Margarida Maria Alves representa um marco no movimento sindical e na luta por reforma agrária, terra e direitos trabalhistas no campo brasileiro. Ela foi uma mulher trabalhadora, líder dos trabalhadores rurais e presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande, Paraíba. Foi assassinada em 12 de agosto de 1983, em uma emboscada promovida por latifundiários, coronéis e usineiros do Brejo paraibano descontentes com a luta da líder sindical, que combatia as oligarquias e exigia direitos trabalhistas para a classe trabalhadora rural na região.

De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH- 2000), Margarida⁹ exercia um papel essencial na representação dos trabalhadores rurais de cultivo de cana-de-açúcar no estado da Paraíba, motivando-os a exigir o cumprimento das leis trabalhistas.

No ano 2000, foi criada a Marcha das Margaridas, em homenagem à vida e à luta da trabalhadora rural e líder sindical que enfrentou o latifúndio e o Estado para defender os direitos das mulheres e homens do campo.

O estado da Paraíba foi um dos primeiros a colocar na direção de um sindicato de trabalhadores rurais uma trabalhadora rural. Em 1973, Margarida Maria Alves foi eleita como presidenta do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Em 1985, o estado de Pernambuco contava com uma única mulher como presidenta de Sindicato Rural: Maria Lima

⁹ Assim como Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, havia outras mulheres na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Alexina Lins Crêspo de Paula foi mais uma dessas mulheres que participaram ativamente das lutas dos povos do campo e que por tal “audácia” sofreram fortes perseguições políticas. Ela participou da organização das Ligas Camponesas no Brasil e foi ativista e militante pelos direitos e pela emancipação das mulheres, embora a tradição opressora e machista do patriarcado não tenha mencionado sua importância para a história das lutas sociais no campo. Alexina de Paula foi uma liderança nas Ligas Camponesas, e não só a esposa do líder político Francisco Juliano de Arruda e Paula. Para maiores detalhes, assistir ao documentário *Memórias Clandestinas*, produção do Sepia Cinema e Vídeo com o apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), Programa de Promoção de Igualdade de Gênero Raça e Etnia (PPIGRE), Instituto de Apoio Técnico e Especialização à Cidadania (IATEC) e Curso de Rádio e TV da Faculdade de Comunicação da UNIMEP, dirigido por Maria Thereza Azevedo e lançado em 2004.

Ferreira de Souza, conhecida como Dona Lia, atuava como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapetim, Sertão do Pajeú.

Dona Lia esteve presente nas lutas sindicais e na organização do movimento de mulheres rurais no sertão de Pernambuco, juntamente com outras lideranças, militantes e mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central e Polos sindicais da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras de Pernambuco (FETAPE).

Com as transformações ocorridas no campo nas últimas cinco décadas, os sujeitos sociais e a sociedade civil estrategicamente se organizaram para fortalecer as resistências. Um exemplo disso é o movimento das mulheres trabalhadoras rurais que, embora estejam distribuídas entre os estados e regiões brasileiras, têm de alguma forma em suas lutas pontos que convergem.

Essas interações, redes, arranjos sociais constituídos pelos sujeitos, movimentos sociais e sociedade civil são compreendidos por Castells (1999) como um conjunto de nós flexíveis e adaptáveis, interconectados e formados em decorrência de uma nova morfologia social, que realiza intercâmbios de conhecimentos, causas, valores e mercadorias.

Ainda de acordo com o autor, esses “nós” modificam “de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497). A atuação organizada ou em rede dos sujeitos e movimentos sociais provoca, progressivamente, mudanças significativas no processo organizativo da sociedade, governos e políticas.

Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2009) destacam a importância dessa trajetória de engajamento das trabalhadoras rurais na conquista de seus direitos civis, o que permitiu avanços, ao mesmo tempo que colocou em pauta novos desafios a serem enfrentados.

Como afirma Foucault (2004), os poderes dispersos são parte constitutiva das relações sociais e funcionam como uma teia. Como já foi colocado anteriormente, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelas retomadas dos movimentos sociais e surgimentos de outros grupos, movimentos e organizações que visam a contemplação das pautas populares na agenda política local e nacional.

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (MMTRs), assim como os conhecemos na atualidade, remetem à década de 1980, quando surgiram em várias regiões do Brasil os movimentos de mulheres, primeiro como pequenos grupos de mulheres nas dependências das Comunidade Eclesial de Base (CEBS), depois como grupos e movimentos mais estruturados, mas não houve um modelo ou uma experiência localizada que tenha servido

de exemplo para a criação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que temos, hoje, em várias regiões do país.

Anteriormente à década de 1980, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais já estavam inseridas nas lutas sociais do campo por meio Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Bases, que eram os setores progressistas das Igrejas Católica e Luterana, as quais tinham como prática social a Teologia da Libertação e a luta pela terra.

Aquela década foi marcada por retomadas e o surgimento de movimentos sociais urbanos e rurais, tais como do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, que hoje é o MMTR-PE, entre outros movimentos e organizações feministas que germinaram no período de redemocratização do Brasil.

Como bem aponta Caroline Bordalo (2011), a década de 1980 representou a expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais e urbanos, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública.

Em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-PE) encontra-se diretamente vinculado ao sindicato dos trabalhadores rurais, embora o MMTR-PE tenha identidade política e ideológica e questões de lutas específicas e esteja disputando espaço e poder político nos sindicatos e em outros espaços historicamente ocupados por homens.

Ana Paula Portella, Carmem Silva e Simone Ferreira (2004) nos dizem que até meados dos anos 1980, o movimento sindical rural apenas aceitava a sindicalização de homens. Eles eram considerados os produtores e, portanto, os verdadeiros trabalhadores, com possibilidades de se organizar em favor de seus direitos.

Conforme Deere (2004), durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, determinou-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família.

Os sindicatos rurais foram organizações essenciais para a garantia de direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais e camponeses; no entanto, não atendiam aos interesses das mulheres, visto que elas eram dependentes dos pais ou dos maridos para se sindicalizarem.

No estado nordestino da Paraíba, por exemplo, líderes sindicais argumentaram que as mulheres não eram trabalhadoras rurais; uma vez que elas eram dependentes de seus maridos não necessitariam juntar-se aos sindicatos, pois elas tinham seus benefícios garantidos; e eles chegaram mesmo a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei, embora este não tenha sido o caso (DEERE, 2004, p. 180).

Nesse contexto, as mulheres camponesas e as trabalhadoras rurais começaram uma empreitada pela sindicalização e pelo seu reconhecimento como trabalhadoras rurais. Inicialmente, sua intenção era atender as necessidades reais das mulheres, como a aposentadoria, a Previdência Social, a garantia à licença maternidade, entre outros direitos já acessados pelas mulheres trabalhadoras urbanas.

Uma das fundadoras do MMTR-PE, Dona Malva-Branca, nos lembra que as conquistas que temos hoje foram alcançadas com base em muitas dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais que participaram do processo de organização e fundação do Movimento.

Os relatos das trabalhadoras rurais e agricultoras camponesas que fazem parte do MMTR-PE deixam clara a importância do trabalho de base no processo de fundação do Movimento e da organização das mulheres trabalhadoras rurais, no estado de Pernambuco e no Nordeste, no Brasil e na América Latina.

Assim, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi gestado e cresceu através do diálogo entre as mulheres de regiões, estados e países distintos, que embora fossem diversas e tivessem suas singularidades, enfrentavam problemas comuns a todas as mulheres agricultoras, camponesas e trabalhadoras rurais.

Ao longo do crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural, a década de 1980 foi caracterizada pelo crescimento, em muitos estados, do MMTR (DEERE, 2004).

A construção da identidade de trabalhadora rural foi uma das primeiras reivindicações e primeiro passo para luta mais ampla das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais serem reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais e sujeitos políticos. Maria José Carneiro (2006) faz uma observação interessante. A autora diz que:

A primeira bandeira de luta do movimento de mulheres foi a do reconhecimento dela como profissional, ou melhor, como trabalhadora, para, enquanto tal, ter direito à aposentadoria, mas não se questiona que o trabalho da mulher se realiza sobre a terra que, via de regra, pertence ao marido. Se ela não é proprietária da terra, a sua relação de subordinação é mantida, seja na relação ao marido, ou seja, na relação a um patrão (CARNEIRO, 2006, p. 12).

Até certo ponto a autora tem razão: existem muitas contradições e conflitos no contexto das lutas de classes, e as desigualdades de gênero possibilitam a concentração de poder, privilégios e acessos, de um lado, e pouco poder de decisão, vulnerabilidade e expansão

da pobreza, do outro. No entanto, cada vez mais as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais estão se posicionando politicamente e lutando pelo direito ao acesso e à titulação da terra.

3.4 O MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE PERNAMBUCO

As lutas dos movimentos autônomos de mulheres rurais vão garantir, na América Latina, conquistas constitucionais, como a inclusão das mulheres entre os beneficiários da reforma agrária e a possibilidade de um título de posse da terra para homem e para mulher (DEERE & LEÓN, 2002).

No Brasil, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Pernambuco, germinado em dezembro de 1982, tem suas primeiras reuniões de base realizadas com as trabalhadoras rurais pelas(os) assessoras(es) sindicais dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) do sertão e delegadas(os) do FETAPE no distrito de Caiçarina da Penha, no município de Serra Talhada.

Inicialmente, as reuniões de base contavam com a participação dos homens; no entanto, porque a presença masculina intimidava a fala das mulheres trabalhadoras, esses encontros passaram a contar apenas com as mulheres. Foram também realizados encontros em outras comunidades, tais como: São José de Cima, Conceição de Cima e Cacimbinha.

Os títulos dos encontros e de seus relatórios são carregados de significados e demonstram a intensa luta vivenciada pelas trabalhadoras rurais e camponesas na vida cotidiana no contexto do campo e do sertão semiárido.

Nos primeiros encontros, há um processo político e formativo, através do qual as trabalhadoras buscam se auto reconhecerem como mulheres, trabalhadoras e sujeito político de valor, embora o discurso dominante silencie suas vozes e coloque barreiras para seu acesso aos meios para melhoria da condição de vida, aumento da autoestima, acesso a renda e condições igualitárias de acesso a políticas, créditos, formação, entre outros.

Alguns dos relatórios demonstram esse enfrentamento ao discurso hegemônico que privilegiava o masculino e tentava forçar o silêncio e a exclusão das mulheres da história social e política da sociedade também construída por elas (TABELA 2).

Quem sou eu? (1986); *Quem somos nós?* (1986); *Por que os ricos sendo tão poucos dominam os pobres?* (1986); e, ainda, os trabalhos desenvolvidos com temas inter relacionados, como: *Corpo X Destino* (1986); *Afetividade X Sexualidade* (1992); *Relação de poder entre*

mulheres (1993); *Relações de gênero* (1995); *DST: doenças sexualmente transmissíveis. AIDS: prevenir é a solução* (1999); *20 anos de luta, organização e conquistas* (2002); *Agricultura familiar e meio ambiente* (2005); *Violência contra a mulher rural* (2009).

Tabela 2: Cronologia do movimento das mulheres no processo de auto-organização no sertão do Pajeú Pernambuco

CRONOLOGIA DOS ENCONTROS DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL

ANO	TEMA	OBJETIVOS DOS ENCONTROS E/OU REUNIÕES	LOCAL DO ENCONTRO	Nº DE MULHERES	MUNICÍPIOS E POLOS SINDICAIS PARTICIPANTES
04/12/1982	1º REUNIÃO DAS AGRICULTORAS DE CAIÇARINHA-STR SERRA TALHADA	Discutir a falta de emergência e de emprego para as mulheres: falta de água; carestia.	Distrito de Caiçarinha – Serra Talhada	14 trabalhadoras 05 comunidades	
15/01/1983	2º REUNIÃO DAS AGRICULTORAS RURAIS	Discutir a falta de emergência e de emprego para as mulheres; falta de água; carestia.	Distrito de Caiçarinha- Serra Talhada	11 trabalhadoras 04 comunidades	
14/03/1983	3º REUNIÃO DAS AGRICULTORAS RURAIS	Incentivar a participação na próxima Assembleia do Sindicato; avaliar o enfrentamento dos problemas levantados nas reuniões anteriores sobre: falta de sementes; desconto no pagamento da emergência dos homens; necessidade dos homens trabalharem na roça, mesmo na seca; lagarta comendo a mandioca e as plantações; salário de emergência baixo; informes sobre a negociação dos Sindicatos com a SUDENE.	Distrito de Caiçarinha- Serra Talhada	07 trabalhadoras 03 comunidades	
31/03/1984	REUNIÃO DE MULHERES TRABALHADORAS	Emergência; venda da produção; valor da mulher; dificuldades da mulher; participação da mulher na luta sindical.	Sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte	35 trabalhadoras	

17/06/1984	REUNIÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	Valor da mulher; participação da mulher na produção; importância da mulher no Movimento Sindical; proposta das mulheres: reunião em Serra Talhada com mulheres de vários municípios; explicação sobre saúde; discussão sobre como conseguir trabalho.	Comunidade Cacimba velha-Betânia	12 trabalhadoras 05 comunidades	
05/11/1984	REUNIÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	Participação da mulher no Sindicato; o trabalho feminino na produção da cebola no sertão.	Sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Terra Nova	18 trabalhadoras 05 comunidades	
03/12/1984	REUNIÃO DE PLANEJAMENTO	Planejamento do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central.	Centro da FETAPE – Serra Talhada	1 Delegado de base do STR de Mirandiba; 02 Delegados de base do STR de Serra Talhada; 1 Assessora FETAPE (Vanete Almeida); 1 representante do STR de São José de Belmonte (Auxiliadora Cabral).	
15 e 16/ 12 de 1984	1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Discutir a situação da mulher; discutir a proposta de um trabalho educativo específico com mulheres trabalhadoras rurais no sertão; definir e planejar a continuidade do trabalho nos municípios do polo Sertão Central.	STR do Sertão Central – PE-FETAPE – Serra Talhada PE	33 trabalhadoras rurais	19 comunidades, 8 municípios e 3 polos Sindicais da FETAPE (Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Araripe)

23/11 de 1985	2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Avaliar o trabalho que fizemos depois do 1º encontro; discutir as dificuldades no trabalho de organização da mulher; planejar novos passos no nosso trabalho.	Serra Talhada -PE	44 trabalhadoras rurais	13 municípios e 4 polos Sindicais da FETAPE (Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Araripe e Submédio São Francisco)
1985	III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho	Se discutiu os tipos de feminismos, vida cotidiana, aborto, racismo, entre outros.	São Paulo		Bertioga
1985	I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Reivindicação pela reforma agrária, aumento do número de mulheres nos sindicatos e maior participação política.	São Paulo		Barueri
1985		Articulação e diálogo das trabalhadoras do Sertão Central de Pernambuco com as trabalhadoras do Brejo da Paraíba. Diálogo que teve início no III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho.	Serra Talhada - PE/ Brejo da Paraíba		
6 e 7/12 de 1986	3º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Avaliar o trabalho que vem sendo feito e planejar novos passos; conversar sobre alguns pontos da história do Brasil e do Sertão; aprofundar a discussão sobre a situação da mulher na infância, adolescência, gravidez e parto.	Serra Talhada -PE	43 trabalhadoras rurais	3 Polos Sindicais (Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Araripe). 7 Municípios. Estado da Paraíba (Alagoa Grande e Arauna)
1986	1º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.	Encontro com as mulheres trabalhadoras do Sertão de Pernambuco e do Brejo Paraibano	Colégio Estadual Cônego Torres - Serra Talhada -PE	65 trabalhadoras rurais	

14 e 15/11 de 1987	4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Levantar a história do início do trabalho com mulheres, nos vários polos do sertão; Escolher e preparar a Delegação para o 1º Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora de Pernambuco; Tirar propostas de ação para discutir no 1º Encontro Estadual.	Colégio Estadual Cônego Torres - Serra Talhada -PE	65 trabalhadoras rurais	22 municípios e STRS
17e 18/12 de 1988	5º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Avaliar nosso trabalho em 1988 e planejar 1989; Discutir sobre Sindicato para: ter mais conhecimento sobre o que é sindicato e a importância da mulher na luta; aprender a levar esse conhecimento para as outras companheiras incentivando a participação e sindicalização de todas. -Avaliar a nossa participação nas eleições municipais e discutir sobre a importância do voto; discutir sobre o corpo da mulher.	Serra Talhada -PE	38 trabalhadoras rurais	8 municípios
14 a 16/12 de 1990	6º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Discutir seca e saúde: a seca e suas consequências na vida e saúde da mulher trabalhadora rural; a seca e suas aplicações e forma de convivência ; qual a relação entre seca e a saúde de mulher; - Avaliar o que fizemos e o que deixamos de fazer no movimento de mulheres nos anos de 1980 e 1990; -Planejar nosso trabalho em 1991	Serra Talhada -PE	55 trabalhadoras rurais	7 municípios e 35 comunidades
2 e 3/05 de 1992	7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Falar sobre a sexualidade de forma construtiva e que venha a contribuir para a luta das mulheres; analisar e avaliar a repressão, os pudores, as dificuldades que vivemos com	Serra Talhada -PE	29 trabalhadoras rurais	7 municípios e 21 comunidades

		nossos corpos; o que pensa a sociedade e o que nós pensamos sobre sexualidade.			
1993 31/09/93		Registro oficial do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do MMTR-NE			
12 a 14/12 de 1993	8º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – Mulher, corpo e poder.	Corpo: aprofundar a discussão sobre o corpo; a violência com nós mesmas e o poder que temos sobre “ele” na sociedade; Poder: discutir o que é poder; analisar as dificuldades da mulher no poder; discutir qual o poder que eu tenho e o poder que eu quero (na casa, na vida, na sociedade).	Serra Talhada-PE	57 trabalhadoras rurais	8 municípios e 39 comunidades
03 a 05/11 de 1995	9º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – Relações de gênero	Possibilitar a reflexão sobre as diferenças físicas existentes entre meninos e meninas e a relação dessa diferença como os papéis sociais: na casa, na escola e na vida; estimular a reflexão para a diferenciação de atitudes necessárias para uma vida mais justa e uma melhor divisão de tarefas entre os sexos.	Pólo Sindical Sertão Central STR – Serra Talhada	41 trabalhadoras rurais	
03 a 05/12 de 1999	10º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – DST: doenças sexualmente transmissíveis ; AIDS: prevenir é a solução.	Através de oficinas e discussões, sensibilizar mulheres e homens trabalhadores rurais para questões relativas à saúde em tempos de AIDS numa perspectiva das relações de gênero; informar sobre DST x AIDS e como prevenir-se para evitá-la; abordar as questões de gênero na prevenção da DST x AIDS na família e nas comunidades rurais; aprofundar os conhecimentos sobre o corpo humano e suas funções e cuidados; discutir como as relações entre homens e mulheres são determinantes	Pólo Sindical Sertão Central STR – Serra Talhada	105 trabalhadoras e trabalhadores rurais	9 municípios

para a saúde sexual e reprodutiva (com a devida atenção a submissão sexual).

22-24 de novembro de 2002	11º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais Encontro de 20 ano do MMTR-PE	1- Recuperar e registrar a nossa história de organização e a conquista de nossos direitos sociais e políticos. 2- Identificar as mudanças ocorridas na vida das trabalhadoras rurais e nas relações de gênero no campo a partir das ações do MMTR- Sertão Central- PE. 3- Discutir os desafios atuais na organização das trabalhadoras rurais no Sertão Central – PE.	Serra Talhada - PE	Mais de 100 mulheres	11 municípios
----------------------------------	--	---	--------------------	----------------------	---------------

Fonte: Organizado pela autora, com base nos relatórios dos encontros das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco e Almeida (1995).

É notado o compromisso do MMTR com o processo de formação política e social das mulheres e com o objetivo de torná-las fortalecidas e seguras o suficiente para contarem suas experiências, dificuldades, darem suas opiniões, expressarem seus pensamentos sobre trabalho, família, alimentação, corpo, violência doméstica, entre outros assuntos que envolviam suas realidades.

A intenção era retirar as trabalhadoras do lugar de ouvintes passivas, colocá-las no processo de discussão e capacitá-las para ocuparem espaços de lideranças, de formadoras e de sujeitos políticos com condições plenas de falarem por si e buscarem a igualdade de direitos através da participação social, política, sindical e partidária que outrora lhes foi negada.

Compreendemos que desde o seu surgimento, o MMTR-PE buscou desconstruir a lógica colonial de dominação do saber e do ser que, através de uma retórica opressiva, negava a existência, a resistência, os saberes, o trabalho e a condição de sujeito das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas do sertão.

No período histórico citado, assim como hoje em dia, as trabalhadoras são inúmeras, mas estavam e continuam ausentes de alguns espaços, processos de decisões e de poder. Em outros momentos, por não serem consideradas trabalhadoras rurais, mas donas de casa e ajudantes na produção e no trabalho agrícola, elas não eram sindicalizadas e, por essa razão, não participavam das assembleias, das reuniões de base e não podiam ser votadas nem votar nos pleitos eleitorais dos sindicatos rurais.

Como é colocado por Mignolo (2010), a colonialidade do ser e do saber, como forma de colonização, é combatida por meio da reconstrução das histórias apagadas, de subjetividades suprimidas, de linguagens e conhecimentos subalternizados, devido à premissa totalizante da modernidade e da racionalidade. É isso que as mulheres auto-organizadas têm buscado fazer ao longo dos quase 40 anos de existência do movimento de mulheres.

Um dos relatórios do MMTR-Sertão Central (1985) traz o depoimento de uma trabalhadora rural que deixa explícita a resistência, a coragem e a determinação das agricultoras na luta por direitos e igualdade de acesso às políticas e ações do Estado (Figura 2).

Figura 2: 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central - PE



Fonte: Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – STR – Sertão Central FETAPE - Serra Talhada, 1984.

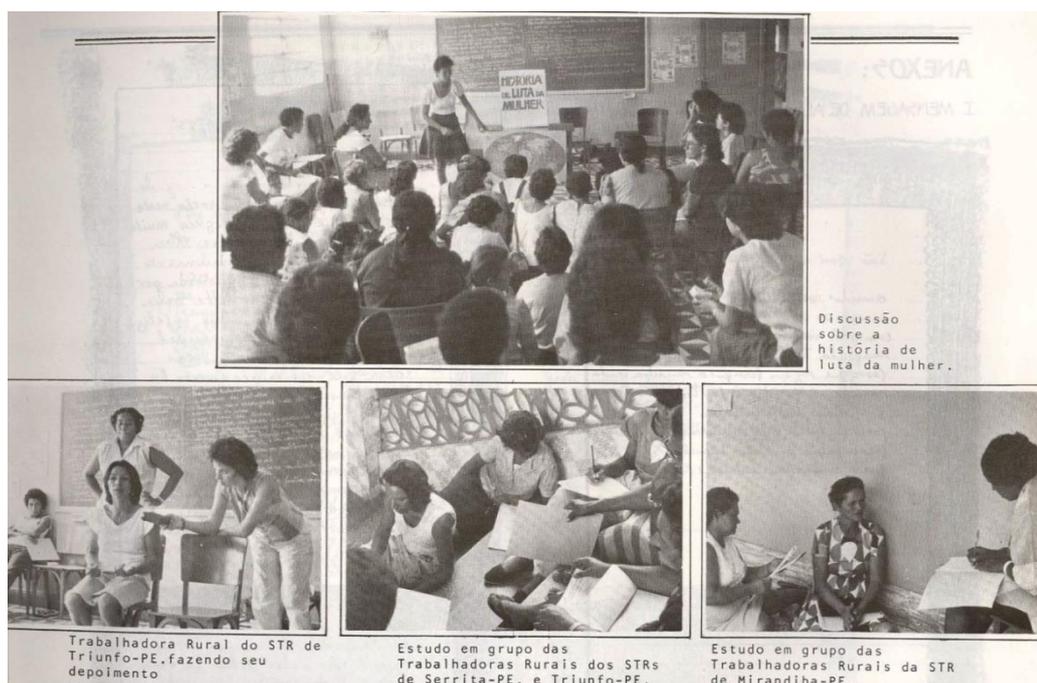
Como pode ser observado na figura acima, retirada do relatório de um dos primeiros encontros das trabalhadoras, o grupo era composto por uma reunião diversificada de mulheres vindas de municípios distintos do Sertão do Pajeú. Na primeira foto da imagem, à esquerda, encontra-se Dona Maria Ferreira de Lima Sousa (D. Lia), trabalhadora rural e primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapetim, município lócus da pesquisa empírica do nosso estudo.

A participação de mulheres que compunham a gestão dos sindicatos (em cargos de delegadas, diretoras e assessoras) contribuiu para a territorialização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais por todo o território pernambucano.

Os relatórios dos encontros trazem a força de vontade das mulheres para construir estratégias de luta por direitos, melhores condições de vida e participação política nos espaços de poder e decisões.

O Segundo Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central ocorreu em Serra Talhada, nos dias 23 e 24 de novembro de 1985, e contou com a participação de 44 trabalhadoras rurais, além das assessoras sindicais (4), coordenadoras (3) e apoio (14) (Figura 3).

Figura 3: 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central - PE



Fonte: Relatório do 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – STR- do Sertão Central FETAPE- Serra Talhada, 1985.

Nesse segundo encontro, a pauta compreendeu: avaliar o primeiro encontro de mulheres trabalhadoras rurais, discutir as dificuldades no trabalho de organização da mulher e planejar os novos passos no trabalho organizativo.

Como os encontros também eram momentos de formação política e pedagógica, houve discussões sobre a história de luta das mulheres, estudos em grupos, apresentação de depoimentos e avaliação do encontro.

Uma das trabalhadoras rurais participantes do encontro diz: “Vamos dar as mãos a cada hora, descobrir as raízes desse motivo que nos exclui da sociedade em que nós estamos, quando vemos que é só o homem é que quer ter participação ativa, massiva na sociedade” (Depoimento extraído do relatório MMTR - Sertão Central, 1985).

Esse sentimento e desejo de transformação da realidade social, política, econômica e cultural, de acordo com as narrativas existentes nos relatórios dos encontros, era compartilhado por grande parte das trabalhadoras rurais participantes do evento.

Ao conceder entrevista, Dona Malva-Branca, 79 anos, trabalhadora rural e uma das fundadoras e ex-diretora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, relata o processo de criação do movimento, na década de 1980.

De acordo com ela, a organização das mulheres nasceu dentro do movimento sindical: “As pessoas que iniciaram essa organização trabalhavam no Movimento Sindical, era eu, Vanete Almeida e Daiza Amador. A gente se juntou para pensar e discutir inclusive nossas ideias com relação às mulheres e o que a gente via dentro do próprio Movimento Sindical”, acrescenta ela.

D. Malva-Branca trabalhava no sindicato de trabalhadores rurais e, junto com outras assessoras, dirigentes e também delegados dos sindicatos, construiu estratégias e metodologias para chegar até as mulheres e “tirá-las do fogão”.

No meu sindicato, no meu município já tinha um bocado de mulheres que já eram sócias do sindicato, muitas delas, inclusive, deixavam de pagar o sindicato delas para pagar e atualizar a carteira do marido porque era a questão, história da dependência (D. Malva-Branca (79 anos), trabalhadora rural, fundadora e ex-diretora do MMTR-SC (atual MMTR-PE), entrevista concedida em 2020).

A metodologia desenvolvida para trabalhar com as mulheres estava dando tão bons resultados, com o projeto de capacitação chamado *Formação de Educadoras*, que essa metodologia foi levada para dentro da Federação para capacitar também a diretoria da Federação dos Trabalhadores Rurais.

As ausências das mulheres trabalhadoras no contexto político e social da agricultura e do Movimento Sindical não passava despercebida e começou a incomodar algumas assessoras e delegadas do STR e da FETAPE, que através de metodologias, projetos de formação política e encontros com as mulheres, buscam dialogar, compartilhar as experiências vivenciadas e encontrar soluções para as problemáticas enfrentadas pelas trabalhadoras rurais e camponesas do sertão, como aponta Almeida *et al.* (1994):

Esta observação é este sentimento de identificação feminina da assessora do Polo sobre a ausência da mulher trabalhadoras rurais na organização e na luta sindical foi compartilhada com Hauridete Lima dos santos, militante do Movimento Popular e, juntas, decidiram ir até as mulheres, reuni-las, ouvi-las para começar um trabalho (ALMEIDA *et al.*, 1994, p. 08).

As distâncias geográficas, o silenciamento e as ausências nos espaços políticos e de poder isolaram ainda mais as mulheres trabalhadoras nos espaços privados da casa e das comunidades rurais que, com suas singularidades e moralidade social historicamente construída, acabavam podando a liberdade, a autonomia e os direitos de ir e vir das mulheres.

Nesse sentido, a esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação e não o espaço da privacidade ou da intimidade (ARENDR, 1988). A necessidade de romper com esse

isolamento e com as ausências foi diminuída pelas ondas do rádio, ou melhor, pelo programa de rádio do Polo Sindical, utilizado como instrumentos para aglutinação das mulheres que ficavam sabendo dos encontros e reuniões de base através de *A Voz do Trabalhador Rural*, programa de rádio diário que chegava até as comunidades mais isoladas do sertão.

Nos sertões, a cultura machista e patriarcal colonial se mostrava e se mostra mais excludente na vida das meninas e mulheres camponesas e trabalhadoras rurais. Elas eram e ainda são educadas desde crianças para serem filhas, esposas e mães, de acordo com a ideologia machista patriarcal e a cultura local, por estarem sob a tutela da figura masculina, seja ele pai, irmão ou marido.

Embora naquele momento histórico o MMTR não chamasse ou compreendesse esse processo de formação de base como um processo decolonial, as características desse trabalho de base desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras estavam e estão descolonizando o conhecimento, o ser, o saber e o poder, ou seja, trata-se de um processo de decolonialidade.

Mignolo (2010) diz que a decolonialidade refere-se a uma emancipação em relação aos mecanismos de dominação, questionando a manutenção dos ideais colonialistas da epistemologia e formando um pensamento inovador para o qual prevalecem os conhecimentos locais.

Essa realidade de certa forma passou a ser modificada, mesmo que minimamente, da década de 1980 para hoje, década de 2020, a partir da articulação e da mobilização de mulheres, movimentos de mulheres, movimentos sindicais e organizações não governamentais sensíveis à situação de vulnerabilidade e de exclusão das mulheres dos processos sociais, políticos e econômicos, como pode ser observado no relato de Dona Macambira, trabalhadora rural, integrante e uma das fundadoras do MMTR-PE e integrante do MMTR-NE.

Comecei a participar da construção da organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1986. O processo começou quando fui escolhida delegada para participar do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais realizado pela CONTAG, em Brasília-DF. Na preparação estadual, encontrei com algumas Mulheres do Sertão Central de Sertão do Pajeú, que tinham uma proposta para que o congresso deliberasse o direito das mulheres se associarem aos Sindicatos, porque na época só mulher viúva e arrimo de família tinha esse direito. E, mesmo assim, as mulheres não estavam nas direções; em Pernambuco, só existia um Sindicato presidido por mulher, no Município de Itapetim no Sertão do Pajeú. Com muita luta e articulação, conseguimos aprovar a proposta e colocar nos anais do 5º Congresso. Nessa época, houve um grande período de seca: quase todo rebanho morreu, a maioria da população do semiárido passa sede e fome. O Movimento Sindical e algumas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, em plena ditadura, juntaram-se e pressionaram os governos municipais e estaduais que se articularam ao governo dos gerais e chegaram às

chamadas “frentes de emergência”, onde uma pessoa por família irá trabalhar cuidando de estradas vicinais, cavar manualmente barreiros e ganharia um pagamento irrisório, mais um pouco de feijão e arroz. Porém, as mulheres não puderam se cadastrar, por puro preconceito, sob a alegação que as mulheres não tinham condições para exercer o trabalho. Nessas circunstâncias, foi possível ampliar o debate com as mulheres mães arrimo de família sobre a necessidade das mulheres serem incluídas no Programa, mas também o quanto a sociedade excluía as mulheres. Muitos dirigentes sindicais se opuseram à reivindicação das mulheres. Alguns poucos dirigentes de Sindicatos foram solidários, algumas Federações apoiaram a luta, as mulheres foram vitoriosas. Algumas mulheres, inclusive eu, continuamos fazendo rodas de diálogos, falando sobre a importância da participação das mulheres na casa, no trabalho e na sociedade. As conversas começavam com essas perguntas: quem sou eu? o que eu quero? Depois fazíamos uma síntese: quem somos nós, o que queremos. A partir desse contexto, fomos construindo o MMTR-PE enquanto um movimento independente do Movimento Sindical, mesmo muitas mulheres até hoje continuam no Movimento Sindical, algumas até nas direções (D. MACAMBIRA, trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

A fala de Dona Macambira deixa claro que, antes da redemocratização do país e das lutas da sociedade civil organizada, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais não eram beneficiárias titulares de ações, programas ou políticas públicas desenvolvidas para o campo.

Vale destacar que muitas destas mulheres nem existiam para o Estado, já que não possuíam documentação pessoal básica, como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho ou qualquer outro documento.

Com relação à luta das mulheres nos sindicatos e nos movimentos de mulheres, D. Jurubeba, integrante da direção do MMTR-PE, diz que a luta das mulheres começou nos anos 1980, depois de uma derrubada do poder militar e muita perseguição. Ela continua:

Isso é muito forte na vida da gente que nasceu para ser rebelde, a gente não nasceu para baixar a cabeça diante de opressão, nem de sociedade, nem de marido, nem de irmão, nem de pai. A gente nasceu para ser rebelde e dizer, eu sou cidadã, eu sou mulher e o Estado me garante isso e eu vou lutar até o fim da minha vida para que as pessoas me respeitem. Isso é muito forte na vida de nós mulheres, e mais forte ainda na vida de nós mulheres trabalhadoras rurais que formos a vida inteira invisível e desconhecida (D. JURUBEBA - trabalhadora rural, dirigente do MMTR-PE e presidenta de um dos Sindicato dos Trabalhadores, 2020).

A negação da cidadania e da associação sindical como titular significava também o não reconhecimento da mulher enquanto sujeito político e trabalhadora rural. Toledo afirma que “envenenado pelo machismo, o movimento sindical, em toda a história das lutas da classe trabalhadora, sempre foi um lugar proibido para a mulher” (2008, p. 31).

Além da opressão de gênero, as mulheres camponesas e trabalhadoras também sofriam com a discriminação de classe a que levava a situação de subordinação e a dominação, conflitos

e hierarquias na vida privada e pública, no contexto do espaço agrário e da agricultura camponesa.

Vale salientar que em 1979, a região Nordeste vivenciou uma severa seca que, somada às questões fundiárias, políticas e sociais historicamente construídas, deixou os territórios rurais ainda mais vulneráveis à fome, à sede e à pobreza.

As famílias agricultoras mais empobrecidas foram duramente impactadas, uma vez que perderam parte ou toda a produção agrícola e a criação de animais, vendidos a preços baixíssimos aos fazendeiros locais, por falta de água e alimentos.

Ao falar sobre sua vida, seu trabalho e sua militância, D. Macambira, mulher camponesa e trabalhadora rural, relata que, nesse período, o Movimento Sindical e algumas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, em plena Ditadura, juntaram-se e pressionaram os governos Municipais e Estaduais, que se articularam junto ao governo dos generais e chegaram às chamadas “frentes de emergências”.

Ainda de acordo com ela, uma pessoa por família trabalhava cuidando de estradas, cavando manualmente barreiros, para receber um pagamento irrisório, mais um pouco de feijão e arroz.

Nesse meio de seca, fome e desespero vivenciado pela população nordestina do semi árido e agreste, o Governo Federal criou um programa emergencial paliativo para mitigar a situação — as Frentes de Emergências, coordenada pela Secretaria de Agricultura e executada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para atender às famílias trabalhadoras rurais impactadas pela seca e pela fome.

O programa consistia na construção de mão-de-obra para a execução de alguns trabalhos, durante cinco dias por semana. O governo pagava muito menos do que um salário mínimo a cada trabalhador alistado. Porém, quem determinava os trabalhos a serem executados e as pessoas alistadas para fazê-los eram os proprietários de terras. Quem não tinha terra – era a maioria – ia trabalhar e beneficiar as roças dos patrões. Só que os patrões eram os seus familiares, em primeiro lugar. Se sobrassem vagas e que eles indicavam os trabalhadores sem terra e famintos, para quem o programa tinha sido realmente criado, (ALMEIDA, 1995. p. 87).

As Frentes de Emergências consistiam num programa paliativo executado nos períodos mais críticos de seca e na realização de obras de pequeno e médio porte por agricultores, posteriormente incorporando também as agricultoras (RAPOZO, 2017).

Ainda de acordo com a autora, as Frentes de Emergências desse período teriam ficado conhecidas como a “frente dos patrões”, porque seu objetivo não era a realização de construções públicas, mas sim de obras privadas.

A influência política e social e o poder econômico dos coronéis, amparados na concentração de terras e latifúndios, que lhes davam o poder de polícia e de juiz, os permitia cooptar os recursos coletivos para torná-los usá-los em interesses privados.

Com relação aos coronéis, Albuquerque Júnior demonstra que

são homens para quem mulheres e filhas não passavam de empregadas, que tinham o poder sobre a alma e sobre o corpo de seus agregados, podendo surrá-los, mutilá-los ou matá-los quando bem queriam, determinando a vida de todos à sua volta (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 202).

A questão do machismo, da violência, das formas abusivas de poder e da exploração da população rural pelos coronéis parecia ter maior intensidade nos períodos de estiagem e de secas prolongadas. As mulheres camponesas e trabalhadoras rurais também foram excluídas dos serviços realizados pelas Frentes de Emergência. De acordo com Maria Isaura Fischer e Lígia Albuquerque (2002):

Ser trabalhador rural, ter idade entre 14 e 60 anos; na família de 1 a 5 membros, apenas um poderia ser contemplado; de 6 a 10 pessoas, poderiam ser inscritos dois integrantes; acima de 10 pessoas, era facultada a participação de três membros do grupo familiar. O núcleo familiar com mais de 7 membros que possuísse aposentado poderia inscrever apenas uma pessoa (FISCHER e ALBUQUERQUE, 2002, p. 6).

Ao discorrer sobre o processo de luta das mulheres para serem incluídas no programa, D. Macambira relata que, na época, muitos dirigentes sindicais se opuseram à reivindicação das mulheres. Mas alguns poucos dirigentes de Sindicatos foram solidários e algumas Federações apoiaram a luta, e as mulheres foram vitoriosas.

Algumas mulheres, inclusive eu, continuamos fazendo rodas de diálogos, falando sobre a importância da participação das mulheres na casa, no trabalho e na sociedade. As conversas começavam com essas perguntas: quem sou eu? O que eu quero? Depois fazíamos uma síntese quem somos nós o que queremos. A partir desse contexto, fomos construindo o MMTR-PE, enquanto um movimento independente do Movimento Sindical, mesmo muitas mulheres até hoje continuam no Movimento Sindical, algumas até nas direções, (D. MACAMBIRA, trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

Nesse mesmo sentido, D. Malva-branca traz um forte relato sobre as Frentes de Emergência no sertão do Pajeú e sertão Central de Pernambuco.

E na questão da seca, as Frentes de Emergências não tinham a participação das mulheres. Aí a gente começou a brigar para que as mulheres fossem alistadas nas frentes de emergência, para que tivesse um tratamento diferenciado no processo de menstruação, gravidez. Mesmo compreendo que isso não é doença, mas era incômodo para elas estarem carregando uma carroça de terra, tijolos, pegar uma picareta para cavar os barreiros. Isso não

era com máquina não, era no braço! As obras eram no braço (D. MALVA-BRANCA (79 anos) - trabalhadora rural, fundadora e ex-diretora do MMTR-SC, 2020).

As dificuldades vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras rurais do sertão não eram muito diferentes das sofridas pelas trabalhadoras da Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco.

Ao entrevistar Dona Jurubeba, trabalhadora rural, dirigente do MMTR-PE e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, relatou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no agreste do estado nos tempos das emergências e atualmente.

Em 1994, entrei no movimento das mulheres trabalhadoras rurais do estado de Pernambuco pelo chamado de uma companheira do movimento sindical de Timbaúba, e eu também estava na diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais de Pombos. Eu fui a primeira mulher a ser presidenta de um sindicato rural na área da cana. Pense em uma perseguição, numa situação de violência nos anos 1980, e eu enfrentei isso e fui a primeira mulher dentro da palha da cana a ser presidenta do sindicato dos trabalhadores rurais (D. JURUBEBA - trabalhadora rural, dirigente do MMTR-PE e presidenta de um dos Sindicatos dos Trabalhadores - entrevista concedida em 2020).

D. Jurubeba é contundente em sua fala ao afirmar que “nós mulheres fomos oprimidas e continuamos oprimidas porque o sistema patriarcal só muda o jeito de oprimir, mas a opressão é a mesma nessa sociedade machista, patriarcal e excludente”. Ainda de acordo com ela, essa questão foi problematizada e denunciada pelo Polo Sindical do Sertão Central e de outras mesorregiões do estado de Pernambuco.

Assim, a necessidade de alistamento das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais nas Frentes de Emergência passou a ser pauta da luta do Polo Sindical.

Em 11 de julho de 1983, o Polo Sindical do Sertão Central redigiu um documento intitulado *Mulher excluída do programa de emergência*, que buscava denunciar a exclusão das mulheres do programa citado.

O documento foi encaminhado ao governo do estado, à SUDENE, à OAB e à imprensa em geral (RAPOZO, 2017, p. 39), e relatava que, naquele momento,

era grande o número de mulheres cujos maridos migraram à procura de trabalho, as viúvas e as mães solteiras, essas são ainda mais necessitadas por não ter ninguém em casa alistado na emergência (RELATÓRIO DE REUNIÃO MMTR-SC, 1984, p.36).

A vulnerabilidade era tão grande que mulheres famintas vagavam à procura de trabalho para poder alimentar e saciar a fome e a sede dos filhos.

O direito a se alistar nas emergências foi conquistado pelas mulheres no ano de 1983. Nas emergências, as trabalhadoras e trabalhadores cavaram açudes, poços, canais de irrigação

e estradas, tentando ganhar o suficiente para sanar as necessidades mais iminentes, como a fome e a sede.

No entanto, isso fazia parte da realidade cotidiana das mulheres, homens, crianças e idosos, visto que a seca não era a origem da fome, da sede e da miséria. A miséria resultava da concentração fundiária e de renda pelas elites agrárias regionais, que de forma oportunista utilizavam a seca como instrumento político para manter o seu mandonismo e sua riqueza econômica e cultural.

Ao relatar sua experiência como dirigente sindical e suas vivências nas frentes de emergências, D. Jurubeba pontua:

Foi um processo de muita luta para nós mulheres que estão nas frentes de emergências. Primeiro, para a gente ter direito a trabalhar, porque a gente não tinha. Primeiro os homens e se a mulher comprovasse por A mais B, C e D e o alfabeto inteiro, que era chefe de família, então ela entrava com um salário bem menor, né, bem insignificante. Aí eu, como era presidenta do sindicato dos trabalhadores rurais de Pombos, não aceitava aquilo. Eu já era uma pessoa bem revoltada com esse sistema de patriarcado e de machismo e não aceitava isso. Então a gente começou a criar algumas discussões dentro do movimento sindical, inclusive no conselho da federação e conselho de diretores da federação para mudar essa realidade, para que as mulheres tivessem direito a ser encarregadas nas frentes de emergência, para que elas tivessem direito a receber o mesmo salário que dos homens. Esse foi um período de muito desgaste também, porque os caras que ficavam encarregados em nível de município (porque o Estado dividiu o município e colocavam alguns coordenadores regionais), esses coordenadores exigiam para dar um lugar melhor à mulher para a mulher tá pegando peso e não estar se expondo, muitas vezes eles as molestavam sexualmente. (D. JURUBEBA - trabalhadora rural, dirigente do MMTR-PE e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores, 2020).

Vanete Almeida *et al.* (1994, p. 09) relata que as mulheres passaram a trabalhar em Frentes de Emergências separadamente dos homens. Eram frentes que chegavam a aglutinar até 500 mulheres. Esse fato facilitaria o acesso para articular um trabalho, conversar e descobrir demandas.

As lutas em prol do alistamento das mulheres nas Frentes de Emergências tiveram grande importância e significado para as mulheres do Polo Sindical, pois demonstrou a grande importância das reuniões de base e dos encontros entre as mulheres, assim como o poder organizativo e de luta das mulheres para exigir seus direitos e serem reconhecidas como sujeito político.

Assim, as reuniões e os encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais eram momentos de capacitações e trocas de experiências no processo organizativo da agricultura, trabalho familiar e comunitário e a oportunidade de sair de casa e socializar com outras mulheres que

vivenciavam as mesmas dificuldades, impedimentos e o não reconhecimento dos seus conhecimentos.

No Primeiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 1984, no município de Serra Talhada - Pernambuco (apêndice), as mulheres expuseram os problemas vivenciados por elas, entre eles o problema da mulher como classe trabalhadora e algumas possíveis soluções, conforme pode ser observado em trecho do relatório do encontro:

O que fazer? - As mulheres devem se juntar, reivindicar seus direitos sem prejudicar ninguém;
 - Ir devagar, descobrindo o valor que as mulheres têm;
 - Divulgar para as outras o que aprender;
 - Associar-se ao Sindicato mesmo sendo casada, pagando os nossos deveres e exigindo nossos direitos de mulher;
 - Unir e organizar nós mulheres dentro do Sindicato e também da Federação;
 - Fazer Encontros de Mulheres;
 - O Sindicato deve apoiar as lutas das mulheres, como fez na emergência;
 - Preparar documentos com reivindicações;
 - Não aceitar receber metade do salário, só se for grande precisão, mesmo assim, deve protestar e denunciar (RELATÓRIO DE REUNIÃO MMTR-SC, 1984, p. 21).

Pode ser percebido que os encontros e reuniões de base, enquanto espaço e momento de formação sociopolítica para as mulheres, começavam a apresentar resultados positivos, na medida que transformavam a forma de ser, ver e pensar o mundo e a realidade de trabalho e de vida das camponesas e trabalhadoras.

Esses espaços metodológicos buscavam também dar autonomia para elas mesmas conduzirem as reuniões, coordenar oficinas, participar dos espaços dos sindicatos, fazer pautas e relatórios dos encontros, como também representar o movimento em eventos e encontros em outras regiões e espaços.

Nos encontros de mulheres, as camponesas conheciam a história do processo de opressão, exclusão e relações de gênero na sociedade capitalista. Com relação à história da mulher, discutida no primeiro encontro, as trabalhadoras relataram que foi importante:

“Descobrir que a mulher mesmo sem trabalhar na roça, ela é uma força na produção: porque veste, alimenta, cuida dos homens que precisam trabalhar. Descobrir que o trabalho da mulher, mesmo parecendo que não produz nada, na verdade garante a força de trabalho dos homens”.
 - “Achei importante descobrir que a mulher tem valor, que eu já sabia, mas não sabia que era tanto”.
 - “O mais importante que achamos, foi que a mulher aprendeu a descobrir os seus direitos como trabalhadora”.
 - “ eu me achava cega, agora estou enxergando” (RELATÓRIO DE REUNIÃO MMTR-SC, 1984, p. 26).

Com as trocas e acúmulo de experiências, as trabalhadoras começaram a compreender os processos históricos, sociais e políticos de exploração e de exclusão, principalmente nos períodos de seca, no caso dos poderosos, mas também nos espaços do Sindicato, e da vida em família.

As mulheres estavam aprendendo e saindo de casa, enfrentando as proibições, censuras e dificuldades de deslocamento para ir para às reuniões e aos encontros onde fortaleciam sua capacidade de aprendizado para adentrar em espaços de poder e decisão, como os sindicatos, para questionar e reivindicar melhores condições de vida, entre outros direitos.

Como vimos, a década de 1980 foi um grande marco para as lutas das mulheres camponesas, agricultoras e trabalhadoras rurais do Brasil, do Nordeste e de Pernambuco. Em 1980, aconteceu o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioga, Estado de São Paulo, que contou com a participação de organizações sociais inseridas nos processos políticos e em lutas sociais, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco, entre outras, mas não teve muita representatividade das mulheres trabalhadoras rurais — grande parte das participantes eram mulheres urbanas.

A ausência das mulheres rurais era um indicador das grandes desigualdades existentes entre as mulheres urbanas e rurais. Nesse encontro, houve o intercâmbio de experiências entre movimentos e grupos de mulheres trabalhadoras rurais de vários países, regiões e territórios da América Latina e do Caribe. Entre elas, estavam algumas mulheres trabalhadoras rurais do estado de Pernambuco e da Paraíba.

Na cronologia das ações desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (Figuras 4, 5, 6 e 7), podemos observar que a luta das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas é essencialmente de resistência.

Figura 7: Linha do tempo do processo organizativo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE)



Fonte: Relatório dos 11º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, 2002.

As semelhanças entre os conflitos e as lutas cotidianas vivenciadas pelas trabalhadoras rurais e camponesas em seus territórios as levaram a sair de casa para fortalecer a articulação em prol de acesso a direitos elementares para viver no campo e no contexto do sertão semiárido.

As trabalhadoras levaram as reflexões e as discussões realizadas no encontro em Bertioxa para seus respectivos movimentos (em Pernambuco e na Paraíba), e perceberam a necessidade de articular as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste, sendo gestado um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais.

Assim, a articulação, os diálogos e as trocas de experiências entres as agricultoras do Sertão Central de Pernambuco, as mulheres Brejo da Paraíba, entre outras mulheres dos demais estados, fez nascer, em 1987, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).

Atualmente, o MMTR-PE conta com a participação de trabalhadoras rurais de 09 estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe), e tem sua sede administrativa situada no município de Caruaru, Agreste de Pernambuco, Brasil. De acordo com Bordalo (2008), as primeiras bandeiras de luta e ações do MMTR-NE eram: por uma maior e mais ampla participação das mulheres na estrutura sindical, direitos trabalhistas e previdenciários.

Muitas trabalhadoras rurais integrantes do MMTR-PE também fazem parte do MMTR-NE; algumas delas participaram do processo de fundação, organização e formação política das trabalhadoras no projeto de base do movimento.

A articulação das mulheres no Nordeste através do MMTR-NE possibilitou a reivindicação e a luta das mulheres em escala regional por direitos sociais, políticos e trabalhistas, uma vez que também debateram e questionaram as formas de exploração, as ausências, os impedimentos e as violências sofridas pelas mulheres rurais nos espaços da vida pública e privada.

Conforme Rapozo (2017), a década de 1990 foi um dos períodos mais críticos para a população do Sertão, devido a um ciclo de seca que durou três anos (1990-1993), sem que o governo tomasse providências para minimizar o sofrimento da população, havendo apenas a entrega de algumas cestas básicas que não chegavam a todos que precisavam.

Nesse contexto de fome, sede e miséria, os saques a supermercados, caminhões que transportavam alimentos e feiras passaram a ser rotineiros no semiárido, assim como os atos políticos, protestos e fechamento de estradas.

De acordo com Almeida (1995), na seca de 1993 já havia um movimento de mulheres. Elas brigaram pelo alistamento nas frentes, fizeram exigências aos sindicatos e participaram do primeiro acampamento na SUDENE, com o apoio de várias organizações do campo e da cidade.

Em escala local, o MMTR-PE, a população e a sociedade civil organizada tentavam a todo custo chamar a atenção do Estado para a situação de calamidade pública gerada pelo abandono e a negligência dos governos com o povo ao longo das décadas.

A ocupação da SUDENE pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais, junto com cerca de 100 sindicatos rurais de todos os estados do Nordeste, alcançou conquistas importantes. Essas conquistas acabaram

dando origem a Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro, composto por representantes das organizações da sociedade civil do estado de Pernambuco que exigiam das organizações governamentais políticas e tecnologias apropriadas para a região do sertão semiárido (RAPOZO, 2017, p. 82).

Nesse sentido, a questão da seca passava a ser vista e analisada como luta política e de classe — não na tentativa de combatê-la, como o Estado tentou fazer anos a fio, mas de forma que possibilitasse a construção de estratégias para que a população sertaneja conseguisse conviver com o fenômeno natural de forma menos penosa.

Assim, aos poucos, as mulheres rurais foram superando suas supostas “fragilidades femininas” e construindo sua identidade de classe e de mulher trabalhadora rural. Embora em certa medida não houvesse até aquele momento uma consciência de classe entre as trabalhadoras rurais e camponesas, visto que muitas ainda não se reconheciam como tal, o Movimento de Mulheres pautou-se na necessidade de reconhecimento do trabalho e da classe trabalhadora rural.

Parte significativa das lutas foram realizadas dentro do sindicato, assim como também se buscou garantir espaço para as mulheres dentro do sindicato dos trabalhadores rurais.

Com relação a essa questão, Vanete Almeida *et al.* (1994) diz:

Nossa proposta de organização de mulheres leva em conta a questão de classe, por isso ela acontece no interior do Movimento Sindical, de forma autônoma. Consideramos que a autonomia da organização é necessária para podermos, com a nossa força de mulher e trabalhadora, contribuir nas transformações internas do Movimento para construir uma sociedade onde a mulher seja vista, considerada e valorizada (ALMEIDA *et al.*, 1994, p. 32).

Os sindicatos rurais eram espaços políticos do exercício do poder, seja ele representativo, através do trabalho nos cargos de direção, ou simbólico, como sindicalizados.

As mulheres camponesas e trabalhadoras rurais não participavam desse espaço, embora vendessem sua força de trabalho e ganhassem a metade do que ganhava um homem trabalhador, realizando atividades nos seus roçados, quintais e em casa, em trabalhos de cuidados e processamento de alimentos como o leite, quando criavam animais.

Assim,

nossa luta e nosso Movimento por dentro do movimento Sindical é para romper com esta situação de exploração e opressão, de desigualdade e injustiça e construir um novo movimento no Movimento Sindical, com nossa palavra e nossa participação respeitadas (ALMEIDA et al., 1994, p. 42-43).

Além disso,

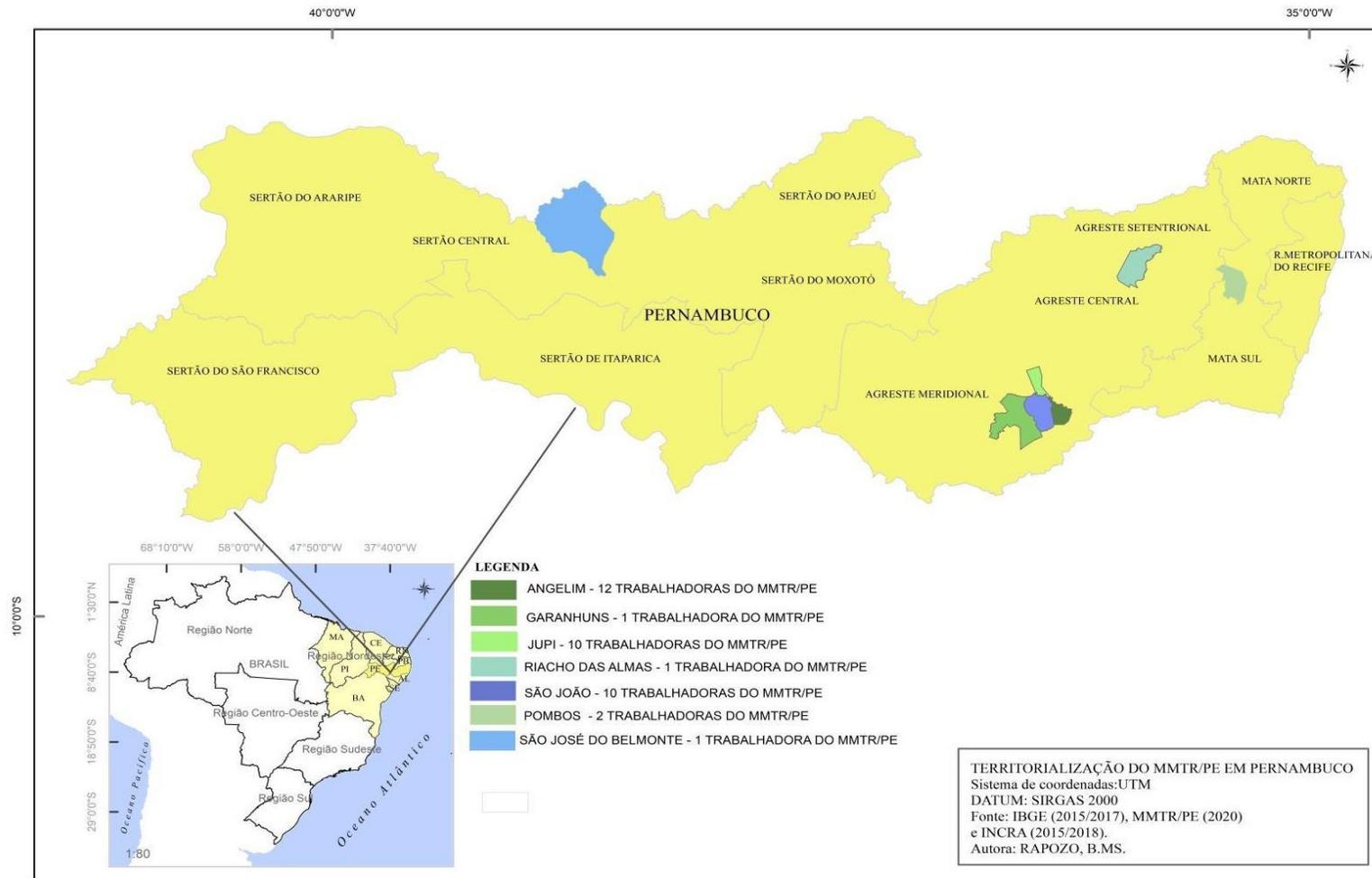
As relações de poder e articulação, negociação e disputas por espaço político encontram-se imersas no cotidiano das mulheres, mesmo quando e onde menos se imagina. Estão nas questões de ordem econômica, de gênero, ambientais e políticas. Em espaços que vão desde o espaço da casa, do quintal, do roçado, aos movimentos e grupos de mulheres e sindicatos rurais, isso quer dizer que “o poder encontra-se em todas as partes e isso não significa que abarca o todo, pois ele provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

As mulheres camponesas e trabalhadoras rurais auto-organizadas em movimentos, grupos, cooperativas e redes de mulheres estão em disputas por uma sociedade mais igualitária, justa e que possibilite a melhoria da qualidade de vida de mulheres e homens, no campo e na cidade.

Nesse sentido, elas estão ressignificando e reafirmando o rural como lugar de vida, identidade, trabalho e morada de mulheres e homens que não só retiram da terra o alimento para o autoconsumo e geração de renda, mas também prestam um importante serviço à sociedade, ao meio ambiente e à natureza, na medida que estão construindo estratégias, técnicas e ferramentas para o manejo e a vivência com os bens naturais de forma que causem o menor impacto negativo possível.

Atualmente, o MMTR-PE encontra-se territorializado em vários municípios do estado, da Zona da Mata ao Sertão. Esse fato torna-se uma estratégia na medida que amplia a atuação política e a ação coletiva do movimento, incorporando mais mulheres camponesas e trabalhadoras rurais à luta por direitos civis, políticos, sociais e econômicos por meio da formulação e implementação de políticas públicas nos territórios, por exemplo (Mapa 3).

Mapa 3: Territorialização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco no estado de Pernambuco



Fonte: Elaborado com dados obtidos durante as entrevistas com as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais. Por Bruna Rapozo (2020).

As mulheres estão distribuídas nos mais diversos pontos dos territórios e têm, cada vez mais, buscado estratégias para a promoção da soberania alimentar e da conservação da natureza que lhes garante água, alimentação, ar puro e reprodução da vida por intermédio do trabalho.

Nesse contexto, as experiências e bagagens práticas e teórico-metodológicas trazidas e deixadas pelos movimentos autônomos de mulheres no Nordeste apontam caminhos para os grupos e movimentos de mulheres que em escala local e comunitária buscam transformar suas vidas a partir de estratégias cotidianas para viver e produzir outro tipo de agricultura e de relações sociais e de trabalho.

A partir das práticas e trocas de experiências, ou das dinâmicas, lutas e resistências cotidianas, as mulheres vêm confrontando o discurso hegemônico e patriarcal que impõe às camponesas e trabalhadoras rurais padrões de consumo e um estilo de produção de alimentos e de vida social que desqualificam a mulher como cidadã e sujeito político.

4 ESTADO: OS LIMITES E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL

Cada vez mais, presenciamos o avanço das relações capitalistas de produção sobre os territórios e comunidades rurais em nome de uma modernidade, de um desenvolvimento e um progresso que se centra na racionalidade empresarial, no lucro, na competição e na apropriação de espaços de vida e identidade da memória coletiva de grupos sociais que vêm buscando resistir às formas destrutivas da ideologia, da violência e de aparatos técnicos, jurídicos e materiais do capital e do Estado burguês.

A sociedade moderna tem como pilares estruturantes o sistema capitalista e a propriedade privada, garantida por um conjunto de elementos e instrumentos da sociedade e do Estado.

De acordo com Eloisa Höfling (2001, p. 33), “o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto”, tendo papel central no processo de reestruturação da sociedade e das formas de opressão que ao longo da história têm marginalizado em maior ou menor intensidade grupos sociais específicos, como as mulheres.

Para María García e Karoline Monteiro (2015, p. 311), com o desenvolvimento do capitalismo, os homens ou, melhor dito, “o masculino”, tem se especializado na produção mercantil, gerando a hegemonia de estereótipos de masculinidade que implicam, entre outras coisas, no domínio, no poder e na violência.

Nos tempos atuais, em meio aos retrocessos nos direitos e em um cenário político e econômico caótico, compreender minimamente a configuração do Estado e seu papel na sociedade de classes pode ajudar-nos a identificar as reais intenções das alianças políticas e do sistema econômico na conjuntura política que se apresenta.

A estrutura jurídica, política e econômica vem demonstrando seu caráter patriarcal, classista e racista através das pautas ultraconservadoras, ideologias e discursos que negam os direitos sociais e políticos conquistados com muita luta pela classe trabalhadora brasileira.

No espaço agrário brasileiro, por exemplo, o agronegócio usa estratégias para empregar as estruturas estatais a seu favor, como foi constatado por Christiane Campos (2009), em sua tese de doutorado intitulada *Pobreza e exclusão feminina nos territórios do*

agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS. De acordo com Christiane Campos, no âmbito da política, o agronegócio promove várias ações para obter apoios e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização.

Entre os mecanismos mais utilizados está a eleição de pessoas diretamente vinculadas aos segmentos do agronegócio (empresários agropecuaristas e/ou agroindustriais) para cargos públicos, bem como o financiamento de campanhas eleitorais de políticos de distintos partidos, tanto na esfera do poder executivo quanto do legislativo (CAMPOS, 2009, p. 43).

A estrutura do Estado e as políticas desenvolvidas não são neutras, assim como os projetos de desenvolvimento têm como destinatários os interesses do setor privado, dos grupos políticos e governos que mantêm seus privilégios garantidos em detrimento de outros sujeitos e outras classes sociais, que são expropriadas, marginalizadas e exploradas para o enriquecimento de uma minoria que concentra os meios de produção, o sistema político e econômico à medida que desrespeitam, discriminam e violentam a democracia do país.

De acordo com Christiane Campos (2009, p. 55), “através de investimento direto, seja através do financiamento de grandes obras, o Estado vai instrumentalizando o espaço, garantindo as condições favoráveis para a acumulação de capital”. O Estado é um território e um campo de lutas políticas, econômicas e ideológicas no qual o principal arsenal utilizado a favor ou contra o povo (isso vai depender do grupo político que esteja no governo ou das alianças políticas estabelecidas) são as políticas públicas, que podem ser de caráter social ou não.

“Estado” é uma das categorias para as quais não existe um consenso exato sobre sua classificação — ou seja, não há uma significação única e definitiva, assim como não há um consenso entre as correntes teóricas e políticas a respeito da definição de Estado.

No entanto, sabe-se que o termo “Estado” tem origem romana. A palavra é um substantivo do latim (*status*), que vem do verbo “stare”, que significa “estar firme”. O termo “Estado” aparece pela primeira vez, mesmo que de forma vaga, na Itália, na literatura científica do direito público do filósofo, historiador e diplomata Nicolau Maquiavel, em 1513, em sua obra *O Príncipe*.

Na atualidade, há muitas teorias e linhas doutrinárias que tentam problematizar o Estado, sua origem, seus objetivos e importância para a sociedade. Essas teorias deixam claro

que estamos longe de chegarmos a um consenso sobre o que de fato é o Estado, e o mais importante, que o que hoje compreendemos como Estado evoluiu historicamente e estruturalmente junto com a sociedade.

Para Joachim Hirsch (2010), a dificuldade em entender o Estado está no fato deste ser um dos conceitos que não se revela por si próprio. De acordo com o autor, “apenas pode ser mais bem definido no quadro de extensas reflexões da teoria social” (p. 11). No entendimento de Dallari (2007), o Estado é universalmente reconhecido como pessoa jurídica, que expressa sua vontade através de determinadas pessoas ou determinados órgãos.

Os autores nos ajudam a compreender que o Estado é, sim, uma criação social, com normativas para garantir o controle do poder entre grupos sociais determinados.

O Estado não é uma coisa, um sujeito ou uma organização racional, mas um complexo de relações sociais. Ele é gerado e reproduzido pelos indivíduos ativos, mas sob condições que forjam a sua consciência imediata ou controle (HIRSCH, 2010. p.19).

Na compreensão de Marx e Engels (1988, p. 44), o Estado constitui-se como “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. O Estado é, assim, a materialização, ou institucionalização, das forças e relações de poder de uma ou mais classes sociais ou grupos específicos sobre outros. Ele é criado para garantir o direito e a liberdade dos indivíduos ou grupos sociais a partir de regras, normatizações e consensos, os quais reproduzem as ideologias e os processos de dominação e hierarquização de poderes.

Por ser criação da sociedade e representação da dimensão política da vida social em um determinado tempo histórico, o Estado incorporou aspectos de classe e do modo de produção. No capitalismo, o Estado “é uma máquina de repressão que permite à classe dominante assegurar a sua dominação sobre os explorados, para submetê-los constantemente ao processo de extorsão da mais-valia, ou seja, à exploração assalariada” (ALTHUSSER, 2001).

A evolução histórica do Estado acompanhou o desenvolvimento da sociedade e do capitalismo, sendo aquele o representante dos interesses da classe dominante. Assim, a complexidade do Estado passa pelo conjunto de elementos que ele incorporou durante sua constituição: componentes políticos, sociais e jurídicos geograficamente localizados, atuando como centro da hierarquia do poder, havendo outros níveis de poder e instituições que lhe são

subordinadas em escalas local e nacional. De Cicco e Gonzaga (2007) classificam o Estado como

Uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição escrita. É dirigido por um governo soberano reconhecido interna e externamente, sendo responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força e da coerção (DE CICCO; GONZAGA, 2007, p. 43).

O Estado moderno capitalista materializa seu poder através do aparato burocrático, político e ideológico que legaliza e legitima suas ações nas diversas dimensões e no processo da vida cotidiana dos cidadãos e cidadãs, seja através do seu poder jurídico, repressivo ou até mesmo através da violência arbitrária da polícia, constituindo ela um dos instrumentos do poder do Estado.

O Estado é uma criação da sociedade e, como tal, surgiu com um papel específico, que foi garantir o direito de propriedade privada através da repressão, da força e da violência, impostas por meio de um conjunto de normativas e ideologias criadas para manutenção da ordem.

A organização da vida social, política e econômica dos diversos grupos sociais, no tempo e no espaço, também sofreram as influências do Estado à medida que ele promovia relações de desigualdade étnico-raciais, de classe e de gênero.

No Brasil, desde sua formação, o Estado concentrou seus esforços no processo de promoção da ordem política e no progresso (social?), lemas da bandeira nacional (Ordem e Progresso). Mas, para tal, utilizou-se das ideologias e tradições políticas, econômicas, culturais e sociais de países ditos de primeiro mundo ou desenvolvidos, que utilizaram e utilizam a violência, a exploração e a usurpação de territórios, riquezas e de conhecimentos dos povos explorados e dizimados pelo progresso e pelo desenvolvimento das sociedades ocidentais imperialistas modernas.

Essa relação de reciprocidade existente entre o Estado e o capitalismo facilitou a retirada dos meios de produção da classe trabalhadora e da classe camponesa à terra. Segundo Poulantzas (1977, p. 31), isso faz do trabalhador um elemento do capital e do trabalho, uma mercadoria.

Claro que no caso da classe camponesa, o produto do trabalho não será uma mercadoria unicamente com valor de troca; ela é um bem com valor de uso, que poderá ser trocado para subsidiar a compra de outro bem sem reserva de valor, ou capaz de gerar lucro, como a lógica capitalista de mercado prevê.

A ação do Estado é norteada pelos procedimentos, medidas e disposições das políticas públicas construídas a partir dos interesses populares e processos de negociações e mediações realizados pelos agentes sociais da sociedade civil para garantir direitos de cidadania e acesso aos recursos, programas e políticas públicas sociais a serem desenvolvidos e utilizados pelo Estado e pelos governos.

Na agricultura familiar e no espaço agrário brasileiro, as políticas públicas são fundamentais para o acesso a linhas de créditos e à terra, através da reforma agrária, de políticas sociais e trabalhistas, políticas transversais de gênero, entre outras.

No entanto, nem todos os sujeitos têm possibilidade de acesso a essas políticas garantidos efetivamente. Esse é o caso das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas. Fato esse que exigiu o enfrentamento ao Estado brasileiro e ao sistema capitalista para os pequenos, mas significativos, avanços no processo de construção e implementação de políticas públicas que contemplassem as pautas das mulheres trabalhadoras rurais e dos movimentos de mulheres, como foi o caso da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e dos planos para a sua implementação (PLANAPO I e II), por exemplo. Esse último reafirmou o espaço das mulheres do campo e da floresta no meio das políticas públicas brasileiras.

O II Plano Nacional de Política para as Mulheres, II PNPM (Brasil, 2008), ressalta a importância do desenvolvimento sustentável e a forma que este está vinculado à autonomia econômica das mulheres. As mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, assim como o MMTR-PE, vêm, ao longo das décadas, reafirmando, através das suas ações, lutas cotidianas individuais e coletivas, o importante papel das mulheres na transformação, organização e gestão dos territórios enquanto sujeitos políticos com voz e voto.

Através da ocupação dos espaços políticos representativos, elas dialogam com o Estado e constroem pautas para a negociação e a efetivação de ações, programas e políticas com transversalidade de gênero que beneficiem também as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

A gente continua lutando para se reafirmar enquanto sujeito político. Nunca foi fácil, nem será fácil, mas a gente nos reafirmamos quanto mulher e enquanto sujeito político dentro das nossas diversidades, porque somos mulheres, trabalhadoras rurais, negras, quilombolas, indígenas, homossexuais, mães, donas de casa, chefes de família. Isso é muito, muito difícil para uma mulher que é branca e urbana na periferia, imagina se reafirmar dentro do meio rural. É uma luta diária e constante para a gente estar o tempo inteiro dizendo: eu sou mulher! O Estado tem que garantir direitos e respeito a mim quanto mulher e sujeito político. Não é fácil não. É uma luta muito desigual, mas tem uma coisa que nos reanima e nos dá uma injeção de força, né? É esse sangue novo que chega e nos dá vontade de lutar e continuar. Pra mim, a luta não tem idade, tem períodos, mas idade não. (D. JURUBEBA - trabalhadora rural, dirigente do MMTR-PE e presidenta de Sindicato dos Trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco, 2020).

A partir das lutas, reivindicações e demandas da sociedade civil, são formuladas diretrizes que vão nortear a atuação, as ações e os procedimentos sociais, jurídicos e econômicos do Estado ou dos governos para intervir e modificar a realidade da população ou de grupos sociais específicos.

A essa atuação planejada dá-se o nome de “políticas públicas”. A política pública é uma ferramenta importante para a atuação do Estado e do governo; o termo surgiu nos Estados Unidos, ainda no século XX, como um campo de conhecimento acadêmico na área da Ciência Política, e tinha como foco das análises a ação e a atuação dos governos.

O termo Política Pública (*Policy Analysis*) foi utilizado pela primeira vez em 1936, por Harold Dwight Lasswell, como “forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (2006, p. 03).

Lowi (1964) acreditava que a política pública emergia de um processo de disputas em distintas arenas decisórias. Ou seja, a política pública criaria a política. Nesse período, acreditava-se que a política pública teria estágios ou modelos sequenciais específicos. Na compreensão de Secchi (2014), tais modelos consideravam que a política pública incluía as fases de formação da agenda, formulação da política, implementação e avaliação.

O conceito de processo de políticas públicas (policy process) traz a ideia de que as políticas públicas são moldadas em todas as suas fases por diferentes

tipos de atores e instituições, os atores podem estabelecer relações (redes formalizadas ou não) de acordo com suas crenças/interesses na defesa de uma ideia, sendo suas ações afetadas pelo contexto em que operam e influenciadas por eventos externos (ALMEIDA; GOMES, 2018, p. 02).

Política pública é, assim, a soma das ações, interesses e decisões de governos e agentes anteriores, que podem ou não ser implementadas pela gestão governamental atual. A política pública é vista por Maria Augusto (1988, p. 107) como a imposição de uma racionalidade específica às várias ordens e ações do Estado, um rearranjo de coisas, setores e situações.

Nos estudos de Klaus Frey, são apresentadas as dimensões do termo “políticas” e a forma que é retratado na análise de políticas públicas. De acordo com o autor, existem três dimensões no termo *policy analysis*: (a) *polity*, referente aos sistemas políticos, administrativos e jurídicos; (b) *policy*, como o teor da política; e (c) *politics*, como os processos políticos gerados a partir das relações conflituosas (FREY, 2000). A administração pública ganha um método científico e racional para construção, organização e implementação de políticas públicas sociais e econômicas, além de prever ajuste fiscal, eficiência e racionalidade nos gastos no campo governamental.

O conceito “Política Pública” possui essência polissêmica e envolve relações complexas e conflitivas que abrem margem para uma gama de interpretações, dependendo da área de conhecimento, dos sujeitos sociais ou grupos que as formulam ou demandam.

Conforme Muller e Surel (2004, p. 12), não raro as definições são genéricas e de difícil apreensão, como, por exemplo, “política pública é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, ou ainda, “uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”.

Quanto à elaboração das políticas, Celina Souza (2006, 2006a) coloca que diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento do campo de políticas públicas, atrelados às novas visões sobre o papel dos governos, das instituições, das regras e dos modelos que regem as suas decisões.

Com relação às políticas públicas, Eloisa Höfling (2001, p. 37) destaca que as ações do Estado, na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista (ações estas que, de alguma forma, envolvem as políticas públicas), são consideradas, pelos neoliberais, como um dos maiores entraves a esse desenvolvimento.

A política pública é um instrumento político e um meio pelo qual são construídas estratégias de intervenção para a distribuição de recursos, poder e direitos, demandando do Estado a promoção de ações que possibilitem o exercício da democracia e a cidadania dos sujeitos ou grupos sociais específicos. As políticas “são ideias em ação” (MULLER, 2000, p. 65) e buscam a resolução de problemas e conflitos, para assim transformar a realidade social.

Sem dúvidas, o Estado é o grande agente da produção do espaço e atua, entre outras formas, através de suas políticas públicas (GERMANI, 2010, p. 18). A construção de uma política pública agrega um conjunto de elementos, interesses, ações, sujeitos e atores sociais que buscam obter benefícios particulares e/ou coletivos, públicos ou privados. Através das políticas públicas, o Estado determina, inclui e/ou exclui o acesso a direitos, bens materiais e imateriais. Na compreensão de Muller (2003), elaborar uma política pública equivale a construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual queremos intervir.

No Brasil, a área do conhecimento científico voltada para as Políticas Públicas germina durante a década de 1970, contribuindo para a elaboração de políticas públicas setoriais e discussões sobre o processo de redemocratização do país e o papel do Estado na sociedade.

Por estarem em um campo de poder institucionalizado que envolve múltiplos interesses, as políticas públicas incluem racionalidade técnica, racionalidade burocrática e dominação racional — essa última forjada nas ideologias, culturas e alienação. Assim, o espaço institucional do Estado acaba se tornando espaço de disputas de poder, de discursos e práticas embasados na cultura política de alianças, patrimonialismo, clientelismo e colonialismo, onde o domínio privado e público não se distinguem, sendo formas de angariar benefícios e privilégios particulares no espaço público, como pode ser observado na história política do Brasil.

Na década de 1990, as mudanças trazidas pelo advento da globalização foram bastante significativas, na medida que apresentavam novas e complexas formas de trocas e interações entre os sistemas econômicos, políticos e o Estado constituído. Essa íntima relação existente e consolidada entre o Estado e os sistemas econômicos — facilitadas pela globalização e pela mundialização — precarizou as relações de trabalho, degradando as condições de vida de grupos sociais que não foram alcançados pelo “milagre” do desenvolvimento e do progresso

trazido pela expansão das relações capitalistas, nem pelas políticas e ações do Estado como promotor do bem-estar social.

A aliança entre capital e Estado é uma estratégia do projeto neoliberal para o desmantelamento dos sistemas de proteção social e perda de direitos adquiridos pelos sujeitos sociais ao longo das últimas três décadas no Brasil, o que vem provocando a expropriação da classe trabalhadora e o agravamento das desigualdades.

O capitalismo global usa o Estado como meio para diminuição dos riscos e acumulação de capital, através de políticas e dos aparelhos do Estado, entre eles a repressão e violência institucionalizada (polícia), jurídica (leis e legislação que possibilitam a proteção da propriedade privada, flexibilização da legislação trabalhista, privatização de empresas estatais etc.) e o financiamento público de projetos de desenvolvimento privado (incentivos fiscais a perder de vista).

No entendimento de Nicos Poulantzas (1977), o Estado assume funções políticas e ideológicas que se expressam no processo de organização do poder político da classe dominante e de desorganização da ação política da classe trabalhadora.

O Estado brasileiro tem sua gênese no patrimonialismo, no autoritarismo e na burocracia portuguesa colonizadora. Nesse sentido, Dallari (1976) coloca que, a rigor, pode-se dizer que desde o descobrimento, em 1500, até o ano de 1548, o Brasil foi tratado como simples reserva patrimonial, da qual não se esperava tirar grande proveito.

Por ser uma colônia de exploração, o Brasil era governado jurídico-administrativamente pelo governo português, sendo instituído o Estado brasileiro a partir de 1808, com a mudança da família real de Portugal para o Brasil.

De acordo com Faoro (1977, p. 18-20), o patrimonialismo¹⁰ é, em síntese, uma ordem burocrática marcada: “1) pela sobreposição do soberano ao cidadão; 2) pelo capitalismo de

¹⁰ Ainda em acordo com o autor, o patrimonialismo brasileiro se assenta sobre uma burocracia de Estado que serve aos objetivos da classe estamental. Há, portanto, uma “compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional” (FAORO, 1977, p. 736). Jessé Souza salienta que o atraso social e político da sociedade brasileira é o resultado das práticas dos patrimonialistas. Para Souza (2000), as elites políticas “se apropriam do aparelho de Estado como coisa própria e usam o poder de Estado de modo a assegurar a perpetuação de seus privilégios” (SOUZA, 2000, p. 173). Para maior compreensão, ver: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

Estado; 3) pelo enfraquecimento das liberdades públicas e econômicas; 4) pela relação intrínseca entre a casa do soberano e o quadro de servidores públicos”.

O autor demonstra que não há uma separação entre a política e a economia, sendo o aparelho do Estado parasitado pelas relações impessoais e interesses familiares; ou seja, na medida que o aparelho do Estado é visto como extensão dos domínios familiares e do privado, as ações e políticas voltadas para atender as demandas da população sofrem prejuízos.

Assim, os donos do poder político, também donos do poder econômico, através do arcabouço estatal, penetram nos territórios com o discurso de desenvolvimento, geração de renda e de emprego, e assim mantêm o controle dos meios de produção e bens naturais.

No Brasil, as políticas públicas são seletivas e em grande parte das vezes acabam por beneficiar setores e interesses particulares e a lógica dominante hegemônica do capitalismo ocidental patriarcal, que causa a exclusão de indivíduos e grupos sociais que não se “encaixam” nos moldes do sistema dominante e não atendem a critérios específicos adotados pelo Estado. Para Maria Rizotti (2001), desde seu surgimento, as políticas públicas brasileiras (e também as estratégias governamentais do país) seguem uma estrutura desenvolvimentista subordinada aos países capitalistas centrais.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

O espaço agrário brasileiro foi constituído por e a partir de processos históricos e sociais extremamente excludentes, complexos e contraditórios. Esses processos produziram e reproduziram diferentes formas de apropriação e exploração da terra, dos bens naturais e da força de trabalho de mulheres e homens no espaço agrário.

Nesse contexto, as relações capitalistas se expandiram no território de diferentes formas, mas com um único objetivo: concentrar a posse da terra, de renda e de poder, fato que acentuou as desigualdades sociais, econômicas e de gênero.

No capítulo anterior, vimos que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais em Pernambuco estiveram no *front* de luta para serem reconhecidas como trabalhadoras, que enfrentaram o Estado para serem incluídas nas Frentes de Emergência no Sertão e Agreste, como também para terem direito à sindicalização como titulares nos sindicatos dos

trabalhadores rurais. Como colocam Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão (2006), as disparidades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem no conjunto de outras desigualdades sociais, pois as péssimas condições de vida e de acesso às políticas públicas contribuem para acentuar as diferenças específicas de gênero.

É importante e necessário dizer que as desigualdades, opressões e os processos de invisibilização dos saberes, das práticas e do trabalho produtivo das mulheres são, antes de tudo, um problema de classe e, por consequência, uma questão política e de gênero aprofundada pela ideologia patriarcal colonial racista. Nesse contexto, as funções sociais exercidas por mulheres e homens são criadas e produzidas historicamente pela ideologia e cultura hegemônica da sociedade de classes.

No âmbito da sociedade capitalista patriarcal, o "gênero" é usado como uma forma de controle social que acentua as desigualdades, os preconceitos e as limitações no acesso a bens, recursos e direitos políticos por parte das mulheres rurais e urbanas. Assim, as relações desiguais de gênero, as contradições e a divisão sexual do trabalho são construções históricas, sociais e frutos do modo de produção capitalista, que afeta de forma direta e majoritariamente as mulheres.

As desigualdades de gênero foram reproduzidas também pelas políticas de Estado e de governo que tinham como beneficiário a família, especificamente o homem, que era considerado o representante legal, ou “chefe” de família. Ou seja, “o desenho de políticas de desenvolvimento rural dos países da região latino-americana e do Caribe, salvo poucas exceções, não têm integrado nem considerado adequadamente as mulheres” (ARRIAGADA, 1991, p. 128).

Com relação às políticas públicas, às ações e aos programas desenvolvidos para o meio rural, a agricultura camponesa e a família, Zuleide Araújo Teixeira (1994) esclarece que:

Estão carentes de sensibilidade para perceberem as diferenças de gênero [...] ignoram o trabalho realizado pela mulher, assim como a crescente existência de mulheres chefes de família, além dos obstáculos adicionais enfrentados pela população feminina no tocante ao acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e a qualquer outro benefício (TEIXEIRA, 1994, p. 33).

No entendimento de Beatriz Heredia (2006), as desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais, que se expressam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana, bem como na comparação entre as diferentes regiões do país.

Ao longo das três últimas décadas, os movimentos de mulheres, em parceria com outros agentes sociais, como sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), movimento pastoral, entre outros, têm contribuído significativamente para a transformação da realidade das mulheres camponesas e de seus territórios.

Esses movimentos sociais vêm pautando e promovendo discussões em prol de mudanças reais nos arranjos produtivos, nas relações de poder, na organização e na divisão do trabalho, áreas que afetam o cotidiano das famílias e das mulheres na sua diversidade territorial, identitária, racial, de classe e de gênero.

Esses movimentos estão dialogando e exigindo a formulação de políticas públicas e papel ativo do Estado no processo de democratização do acesso a bens, terras, território e direitos políticos às mulheres do/no campo. No entanto, apenas reconhecer os direitos das mulheres e incorporar suas demandas na agenda política institucional estatal não garante a sua efetiva implementação, nem a autonomia das mulheres.

Portanto, torna-se necessária a problematização das relações e da desigualdade de gênero, da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, como também da desnaturalização das estruturas de dominação e de poder presentes nas esferas públicas e privadas — transformações mais amplas e dinâmicas na vida social, econômica e política das mulheres.

Embora o espaço agrário ainda esteja permeado por relações patriarcais, pelo machismo, por preconceitos e limitações de acesso a bens e direitos, as mulheres têm conquistado espaços importantes nas estruturas sociais e de representação política. No entanto, é importante atentar para o que Lígia Melo (2003) alerta. De acordo com a autora:

A inclusão de mulheres num processo onde se pretenda incluir gênero não altera as relações sociais existentes entre homens e mulheres se essas pessoas não estão “desarmadas” das velhas construções de valores que desprestigiam e inferiorizam o feminino, e se tampouco estão também “preparadas” para as novas construções que se ajustarão ao modelo de justiça no que diz respeito a gênero (MELO 2003, p. 100).

A participação das mulheres em espaços outrora integrados apenas por homens, como sindicatos rurais, espaços de comercialização, cooperativas, movimentos sociais, entre outros, possibilita o diálogo, as trocas de conhecimentos, saberes e visibilidade do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais.

Na base de muita reivindicação, pressão e luta, as mulheres camponesas conquistaram direitos políticos e sociais importantes, mas ainda há muito o que avançar para que elas tenham condições reais de existência, com autonomia econômica, social e política que possibilite superar o estado de vulnerabilidade que sofrem diariamente pela desigualdade de gênero.

Na sociedade capitalista, as relações sociais são baseadas em relações antagônicas entre homens e mulheres, relações assimétricas, hierarquizadas e desiguais para as quais a opressão e a dominação estão fortemente contidas e são reproduzidas pela divisão sexual do trabalho historicamente construída e socialmente aceita como regra.

O fato é que a luta das mulheres no campo não é algo recente, embora tenha ganhado maior visibilidade a partir da década de 1980. As camponesas estiveram presentes em levantes populares, marchas, Ligas Camponesas e movimentos sociais rurais. Ainda no período da ditadura civil-militar, algumas mulheres assumiram o protagonismo da luta contra os latifundiários e por direitos sociais, políticos e trabalhistas no campo e na cidade.

Mulheres camponesas como Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha, entre outras, deixaram um legado de luta contra os fazendeiros, latifundiários e por direitos à Reforma Agrária, à sindicalização para mulheres, pela luta contra a violência, e por direitos políticos e melhores condições de vida no campo. Desde a década de 1980, as mulheres camponesas, em escala nacional, protagonizam um movimento de ressurgência, tendo inicialmente como pauta a participação política, a sindicalização como trabalhadora rural, a documentação e os direitos previdenciários.

A Constituição de 1988, enquanto instrumento da democracia cidadã, garantiu e ampliou os direitos políticos e a seguridade social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais através da aposentadoria. Direito que sofreu um duro golpe quando os parlamentares e o Governo Federal lançaram a Proposta de Emenda Constitucional n. 287, de 7 de dezembro de

2016 (PEC 287) para Reforma da Previdência, buscando, com isso, o corte nos gastos públicos, como se as políticas sociais fossem responsáveis pelos desajustes fiscais e pela dívida pública.

De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2017, p. 19), a CF-88 concede o direito à Previdência Social como parte integrante da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social ao cidadão. Ainda de acordo com a ANFIP/DIEESE (2017), a PEC 287/2016 desconsidera as desigualdades e a heterogeneidade (entre gênero; entre rural e urbano; e entre os socialmente mais favorecidos e os mais vulneráveis). Em todas essas modalidades de benefícios haverá alongamento do tempo de contribuição e redução do valor das aposentadorias.

Como veremos ao longo da pesquisa, a Previdência Social Rural é um dos direitos políticos conquistados com muita luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e sociedade civil organizada. Ela teve e tem muito impacto sobre as condições de vida e existência de mulheres e homens que trabalham e vivem no campo.

Com relação à aposentadoria rural para as mulheres camponesas, Nalu Faria (2009) considera que essa conquista representou a mais importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. Para a autora, as trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico. Já Beatriz Heredia (2006), acredita que a constituinte pode ser considerada um marco, pois pela primeira vez foi colocada a nível nacional uma negociação de políticas públicas que levava em conta a questão das mulheres trabalhadoras rurais.

Para articular as forças, vozes e trocas de experiências das mulheres camponesas, na região Nordeste, por exemplo, houve a ressurgência e a criação de articulações, grupos e movimentos de mulheres rurais de identidades e territórios distintos, que tinham em comum a luta por melhores condições de vida para mulheres e homens no campo.

Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); esses e outros tinham como pauta o

reconhecimento da mulher como sujeito político, a luta por direitos e a oposição a toda e qualquer forma de submissão, opressão e violência contra a mulher. Nesse contexto, os grupos e as associações de mulheres camponesas, na maioria dos casos, são responsáveis pelo dinamismo da sociabilidade e por pautar e organizar a luta em escala comunidade/local.

Com relação aos movimentos de mulheres rurais, Beatriz Heredia (2006, p. 6) ressalta que “têm tido um papel importante na sua visibilização e, através de suas reivindicações, acabaram influenciando na construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura”. As mulheres camponesas, suas organizações e coletivos buscam construir estratégias para a superação das desigualdades e da pobreza no campo. Elas buscam garantir a soberania alimentar, a geração de renda, recursos, a Reforma Agrária e a educação para elas e para a família.

Embora a realidade das mulheres no campo ainda seja de pouca autonomia, muito trabalho e pouco reconhecimento, houve avanços importantes na pauta de luta por direitos sociais e políticos que garantiram, minimamente, melhorias na condição de vida da mulher camponesa.

O reconhecimento da profissão de agricultora foi um dos primeiros passos para a conquista de outros direitos, como o direito à sindicalização, documentação, aposentadoria e salário maternidade, o acesso ao crédito rural, direito à Reforma Agrária, entre outros.

Contudo, faz-se necessário dizer que o reconhecimento da trabalhadora rural como tal e o direito de acesso a políticas, recursos, meios de produção, poder de decisão entre outros não garante que as mulheres tenham o acesso efetivo e exerçam o controle do mesmo, já que o poder da ideologia patriarcal, constrangimento e violência ainda são uma realidade vivenciada no contexto da vida cotidiana das mulheres rurais.

Como aponta Maria Ignez Paulilo (2003, 2003a), a conquista dos direitos trabalhistas, do reconhecimento como trabalhadora na agricultura, não necessariamente garantirá mudança nas relações entre homens e mulheres, quando, por exemplo, o trabalho das mulheres ainda é tido como não trabalho ou “ajuda”, sem reconhecimento social.

O reconhecimento dos direitos democráticos das mulheres deveria significar participação igualitária em espaços de poder institucionais, associativos, sindicais,

comunitários e familiares. No entanto, essa ainda é uma das pautas e lutas das mulheres que precisa sair do papel e ser vivenciada na realidade por todos e todas enquanto sociedade.

4.2 MULHERES, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: LUTAS E ACESSO A DIREITOS NO CAMPO BRASILEIRO

Embora as mulheres tenham lutado significativamente por equidade de acesso a direitos políticos, sociais e econômicos, a formulação de políticas públicas com transversalidade de gênero é algo recente no Brasil. Desde a década de 1970, as mulheres vêm reivindicando atuação mais efetiva do Estado e institucionalização de políticas públicas que contribuam com a superação das desigualdades, da discriminação, da violência sofrida pelas mulheres e pela garantia de direitos.

Com cidadania limitada, as mulheres tencionam a atuação do Estado e assim promovem alterações na estrutura política, aparelho de Estado e sociedade. A reivindicação por políticas para as mulheres traz para o debate a face discriminatória, classista e sexista dos agentes do Estado que possuem o poder político e econômico e que influenciam na tomada de decisões que afetam parte significativa da população.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo capital e legitimado pelo Estado fez com o que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais fossem deixadas à margem de uma série de direitos sociais, econômicos e políticos essenciais para viver com dignidade e autonomia, aumentando, assim, as tensões, os conflitos e a insatisfação da população empobrecida, incluindo as mulheres que vivem, trabalham e dependem dos territórios, da terra e de seus frutos.

Nesse contexto, os movimentos feministas vêm questionando a ordem e a estrutura de exploração-dominação estabelecida pelo sistema capitalista-patriarcal neoliberal, reivindicando, dessa forma, igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O espaço institucional e as políticas públicas foram consideradas o meio de acesso a bens, serviços, ações e processos políticos dos quais as mulheres foram excluídas durante um longo período da história.

O Estado foi convocado a assumir seu papel e responsabilidade sobre disparidades e processos discriminatórios que sofriam, e sofrem, as mulheres na sociedade capitalista. Vera Soares (2004) é contundente ao alegar que o Estado deveria ir além da regulação de leis que coíbem a discriminação, para posicionar-se de forma ativa para a melhoria das condições de vida das mulheres, através da proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e classes sociais.

Embora comunguemos com o pensamento de Vera Soares, sabemos que temos um Estado burguês, o qual, sempre que possível, faz valer os interesses da classe detentora do poder econômico, midiático, cultural e, conseqüentemente, político. Essa aliança com o Capital limita o acesso da população ao Estado, assim como intensifica a luta dos movimentos sociais e da sociedade civil por políticas, ações mais democráticas e inclusivas.

A década de 1980, no Brasil, foi um marco histórico no que diz respeito à democratização dos serviços sociais, das ações e políticas públicas mediante a pressão da sociedade civil organizada, que mediou as relações entre os sujeitos e grupos sociais com o Estado.

Com o processo de redemocratização, houve um desenvolvimento maior dos grupos, movimentos de mulheres e organizações sociais que reivindicavam políticas públicas, ações de combate à violência, acesso a direitos sociais e políticos para garantir a melhoria da qualidade de vida dos grupos subalternizados, inclusive das mulheres. Para Marta Farah (2004), a discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto — à medida que a democratização avançava — à formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero.

Com relação ao espaço agrário brasileiro, as lutas por direitos sociais, políticos e territoriais estão no cerne da resistência dos povos e sujeitos que historicamente foram marginalizados pelo sistema capitalista de produção e pelo Estado, sejam eles os povos indígenas, quilombolas, povos das florestas, ribeirinhos ou camponeses e camponesas. Nesse contexto, as camponesas e os camponeses têm como peculiaridade social a capacidade de se refazer, organizar-se coletivamente e territorialmente sempre que necessário, seja através de grupos domésticos, parentela ou em movimentos sociais.

As camponesas estão dialogando com o Estado, e através da pressão social estão construindo estratégias para mitigação e superação das desigualdades e melhoria das condições de vida da população do campo. As mulheres camponesas diariamente enfrentam discriminação, violência simbólica e restrições advindas da cultura patriarcal e machista ocidental, mas continuam lutando por equidade de gênero e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e políticas no campo.

As mulheres camponesas são sujeitos políticos de direitos e muitas vezes são marginalizadas e subjugadas na história oficial. Assim, este capítulo busca jogar luz sobre o papel político das camponesas nas lutas por direitos e sua insubordinação ao sistema hegemônico do capital neoliberal, que através de alianças políticas, vem provocando retrocessos políticos e perda de direitos conquistados pela classe camponesa e trabalhadora.

Na sociedade capitalista neoliberal, os direitos políticos e sociais das mulheres vêm sendo pautados também a partir do diálogo com o Estado e a construção de uma agenda política com transversalidade de gênero que garanta, mesmo que minimamente, a igualdade social, a equidade de gênero e o acesso a direitos historicamente negados às mulheres. Como modelo civilizatório, o capitalismo vem dando sinais de que as engrenagens e a força motriz já não dão conta das necessidades de acumulação de capital almeçadas e importantes para a manutenção do sistema.

A conjuntura política dos últimos anos dá indícios de crise ao mesmo tempo em que eleva a ampliação das fronteiras expansionistas e predatórias do capital sobre tudo que possa de alguma forma ser transformado em matéria-prima ou mercadoria para geração de lucro (e mais-valia), seja através da exploração de territórios tradicionais, historicamente ocupados por povos de identidades diversas, ou de áreas que contenham bens de uso comum, como florestas, rios, jazidas de ferro, alumínio, entre outros.

As investidas do capital nos mais diversos territórios e comunidades tradicionais vêm provocando conflitos territoriais, atingindo povos indígenas, quilombolas, das florestas e camponeses, além de deixar um rastro de violência que perpassa a materialidade do território.

Conflito, ou conflitualidade, é entendido por Fernandes (2005) como o processo de enfrentamento perene que explicita as contradições e as desigualdades do sistema capitalista, refletindo o conflito de classe, que projeta diferentes modelos de desenvolvimento. Nesse

modelo de desenvolvimento, as mulheres são resistência contra-hegemônica e estão pleiteando o Estado por ações específicas que possibilitem sua democratização e a promoção de políticas públicas, para através delas atender suas demandas e necessidades enquanto sujeito político e ser humano que precisa de condições dignas para viver.

O acesso a direitos pelas mulheres está relacionado também à evolução do Estado de Direito e à Constituição de 1988, que no art. 5º declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”. Ainda de acordo com esse artigo, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]”.

A constituição reconhece e legitima os direitos jurídicos, trabalhistas, políticos e sociais das mulheres. Teoricamente, o sistema constitucional mostrava-se sensível à mulher, dando possibilidade para a modificação da situação de discriminações, subordinação e vulnerabilidade, abrindo margens para que tivessem acesso a serviços e bens considerados essenciais ao pleno desenvolvimento da sua subjetividade, cidadania e existência de forma digna.

Com relação à Constituição e à legislação, no que se refere aos direitos das mulheres, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA - 2006) acredita que a legislação merece ser considerada em sua dimensão dinâmica e processual.

[...] os direitos, no caso os direitos das mulheres, foram sendo conquistados e ampliados ao longo dos anos, especialmente no período pós constituinte. No entanto, o passar do tempo não aponta necessariamente para a garantia de direitos. O atual contexto de globalização e de ajuste estrutural no País alude à necessidade de organização e constante mobilização social para se fazer frente também à possibilidade de perda e restrição de direitos conquistados (CFEMEA, 2006, p. 12).

A Constituição 1988 foi um marco e uma conquista significativa da sociedade civil, com base em muita luta, articulação e mobilização; mas ela não foi, nem é suficiente para a garantia do exercício da cidadania, do bem-estar social e a garantia dos direitos das mulheres na atual conjuntura política, de retrocesso dos direitos e expansão do conservadorismo neoliberal.

A luta, protagonismo, organização política e pressão dos movimentos sociais, sociedade civil organizada e movimento de mulheres levaram à construção de diálogo e agendas públicas para constituição de políticas públicas para a igualdade de gênero e o fortalecimento da autonomia da mulher camponesa. As estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais vigentes colocam novos desafios para a consolidação do reconhecimento do direito das mulheres, garantia de acesso a bens materiais e condições de igualdade entre homens e mulheres. 4.3 PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR): PARA QUE O ESTADO SAIBA QUE ELAS EXISTEM

Michelle Perrot (2005) ressalta que há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico esses sujeitos. Esse é o projeto do capital e da ideologia patriarcal, que subjuga as mulheres e aprofundam as desigualdades existentes entre mulheres e homens.

A inclusão das pautas de gênero nas políticas públicas para o meio rural foi fundamental para visibilizar o trabalho e a luta das mulheres pela terra, direitos políticos, trabalhistas e por uma agricultura familiar camponesa que valorize a produção de alimentos livres de agrotóxicos, saberes, cosmovisões e modo de vida dos povos e dos seus territórios tradicionais. As camponesas têm exercido papel decisivo na disputa por políticas públicas ao mesmo tempo que vêm se fortalecendo como sujeitos políticos que de forma organizada se mobilizam, reivindicam e ocupam espaços de decisões, seja nos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos ou núcleo familiar.

A partir da mobilização das mulheres, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) determinou, em 2001, a inclusão de mulheres nas políticas públicas para a agricultura familiar (MELO 2003). Até então, as demandas das mulheres não eram reconhecidas pelo Estado, nem elas tinham acesso à documentação de forma gratuita, aos direitos trabalhistas e à Reforma Agrária.

No Brasil, o exercício da cidadania é feito a partir de um conjunto de documentos que garantem, em tese, acesso pleno aos direitos políticos, sociais e trabalhistas. Assim, não reconhecer a cidadania e os direitos das mulheres e não reconhecê-las como parte integrante do

mundo e da sociedade, não permitindo, portanto, que elas desfrutem minimamente da proteção das instituições legais, jurídico-civis ou tenham acesso ao Estado.

Nesse sentido, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres camponesas ainda diz respeito à falta de documentação civil e trabalhista que garanta seu reconhecimento como cidadãs perante o Estado e a sociedade. “Em tese, aqui em nosso país tudo passa pela burocracia da legalidade, logo, quem não tem documentos, não consta na relação de cidadã e para quem as políticas são pensadas” (D. MACAMBIRA, MMTR-PE e MMTR-NE, 2020).

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2016, p. 172), a sub documentação das mulheres rurais decorre do fato de os documentos serem emitidos por diferentes órgãos, de baixa capilaridade com os órgãos emissores, com diferentes requisitos, e d serem, vários deles, pagos. No entendimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (BRASIL, 2010, p. 7), as mulheres não percebiam o documento como um instrumento de identificação individual que lhes permitiria interagir com os espaços públicos, por exemplo, para acessar políticas; acreditavam que bastava que um membro da família fosse documentado.

A ausência de documentação dificulta o acesso a bens materiais, culturais e sociais por parte dos sujeitos sociais, sejam mulheres ou homens; nega o direito de r-existir e de reproduzir o modo de vida camponês na sociedade capitalista.

A inexistência de documentos, especialmente o CPF, impede o acesso às diferentes modalidades de crédito do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Desta forma, quem não tem os documentos civis básicos encontra dificuldades e impedimentos para ter acesso à terra, ao crédito, a todas as políticas agrícolas voltadas à produção e à garantia da renda, como o Seguro da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos, o seguro safra, os programas de assistência técnica e de comercialização dos produtos (BRASIL, 2007, p. 12).

Ainda de acordo com Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2007):

Não ter documentos torna mais grave a privação material e social, pois impede e/ou dificulta o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Isso se revela no dia-a-dia das mulheres, quando elas enfrentam obstáculos para serem atendidas nos postos de saúde e hospitais, freqüentarem escolas, poderem votar e ser votadas nas eleições, assinar contratos de qualquer natureza, ter acesso à Previdência Social ou a programas sociais implementados pelos governos federal, estadual e municipal. Essa situação é ainda mais grave porque, ao não ter documentos civis, as mulheres não podem garantir a documentação dos seus (suas) filhos (as), contribuindo para

a reprodução da situação de exclusão e discriminação (BRASIL, 2007, p. 12).

Cientes das limitações impostas pela não documentação, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada colocaram como ponto de pauta, em âmbito nacional, o debate sobre a documentação das camponesas. Para resolver o problema da falta de documentação, no ano de 1997, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) fez uma campanha de documentação “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”. A campanha e a luta pela documentação ganharam cada vez mais espaço com a elaboração de folhetos, cartilhas, palestras e parcerias com movimento sindical rural, Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas e órgãos governamentais para realização dos mutirões de documentação. Com relação à Campanha de Documentação, Dona Jurubeba, trabalhadora rural e integrante do MMTR-PE, relata que:

[...] até algum tempo atrás nem documentos tínhamos, porque éramos dependentes do pai ou do marido. Eles pensavam “para quê mulher com documentos? A mulher só precisa ter o registro de nascimento para dizer que ela nasceu, que ela é gente, porque todos os outros documentos eram de um homem. A gente nunca foi um ser que pudesse exercer completamente a nossa cidadania, a não ser por muita luta e união de todas nós. A campanha de documentação foi o que nos deu visibilidade política e cidadania. Com a campanha, dissemos: sou mulher e não preciso estar na sombra de um homem para tudo. Até para ir ao médico era preciso ter os documentos do homem. A campanha de documentação nos deu essa libertação. A campanha também deu visibilidade a outros processos que a gente, enquanto mulher agricultora, trabalhadora rural, camponesa, precisava. A nossa luta começou há muitos anos atrás e até hoje a gente luta muito, porque os direitos estão garantidos no papel, mas não são garantidos na prática (D. JURUBEBA, Trabalhadora rural e integrante do MMTR-PE).

No período de 1997 a 2001, ocorreu, na Região Nordeste, entre outras regiões do Brasil, a Campanha em prol da documentação, organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE). Em 2000, primeiro ano da Marcha das Margaridas, um dos principais pontos da pauta de reivindicações foi a emergência da documentação das camponesas. Na ocasião, os movimentos sociais e mulheres exigiram do Estado o compromisso com a emissão da documentação de forma gratuita como política pública. De acordo com Vilenia Aguiar e Anna Carolina Teixeira (2016):

A Marcha das Margaridas se construiu, portanto, como um movimento de caráter feminista amplamente articulado com o propósito maior de

transformação do sistema capitalista, patriarcal e machista, reprodutor da opressão, discriminação e violência contra as mulheres. Ao caráter político feminista, ela agregou uma forte dimensão simbólica. Uma dessas simbologias, e a principal, é representada pela figura de Margarida Maria Alves. O nome que adjetiva a Marcha é uma homenagem a essa mulher (AGUIAR E TEIXEIRA, 2016, p. 113).

A Marcha das Margaridas é uma mobilização nacional de caráter reivindicatório organizada pelos movimentos de mulheres e diversos movimentos sociais em âmbito regional, nacional e internacional a cada quatro anos em Brasília-Distrito Federal. As Margaridas “são mulheres do campo, da floresta e das águas que nas suas andanças foram costurando e tecendo a Marcha, mudando o seu destino e o destino de outras mulheres” (AGUIAR E TEIXEIRA, 2016, p. 114). Uma das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais entrevistadas no processo de construção da tese, Dona Macambira (66 anos de idade), nos contou um pouco sobre sua experiência no MMTR-PE, a construção e a participação na Marcha das Margaridas.

Considero as Marchas das Margaridas espaços de articulação, mobilização, muito aprendizado. A cada marcha se ampliam e fortalecem as pautas e incidências das mulheres rurais e urbanas na construção e acesso a políticas públicas. As marchas têm fortalecido as parcerias entre os diversos movimentos de Mulheres, o que em minha avaliação é também uma forma de fortalecer os Feminismos [...]. Nas Marchas das Margaridas, participei de todas de diversas formas, na primeira participei na coordenação Nacional, na época eu estava na Secretaria executiva do MMTR-NE, nas demais tenho colaborado no debate e na organização das Delegações das Marchas, a partir do local onde as mulheres trabalham e vivem, nos espaços regionais e estadual. Fui a Brasília em todas as Marchas (D. MACAMBIRA, trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista¹¹).

Na esfera nacional, a Marcha é organizada pelos diversos sindicatos, organizações, movimentos, grupos e mulheres rurais e urbanas. Os grupos e movimentos que protagonizam a marcha são a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Marcha Mundial de Mulheres, entre outros grupos e movimentos autônomos de mulheres vindos de todas as regiões do Brasil.

¹¹ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2020.

No estado de Pernambuco, a Marcha vem sendo pensada e organizada pelo governo do estado, “através da secretaria da Mulher e da Agricultura, Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR-FETAPE, CONTAG), Sindicato dos Bancários, além de algumas paróquias da Igreja Católica, e alguns Institutos Federais, algumas/alguns professores Universitários” (D. MACAMBIRA - trabalhadora rural integrante do MMTR-PE).

São estas mulheres, vindas dos mais longínquos lugares – em muitos casos em mais de três dias de viagem –, que chegam a Brasília, e formam ali um grande contingente de mulheres, ampliado com a participação de milhares de outras; trabalhadoras de diversas categorias, engajadas em vários movimentos e organizações sociais, como domésticas, operárias, professoras, bancárias, comerciárias, funcionárias públicas de diversas áreas, estudantes, militantes sindicais, feministas, numa demonstração de unidade na luta contra a opressão patriarcal, pela superação de todas as formas de discriminação e na defesa da plataforma política, feminista e sindical (AGUIAR E TEIXEIRA, 2016, p. 115).

A Marcha se tornou um espaço político e de negociação por excelência para as reivindicações das mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade, com identidades territoriais distintas. No entanto, a construção desse espaço político é feita com muitas dificuldades, como pode ser constatado a seguir na fala de D. Macambira.

As dificuldades enfrentadas são várias. Vou destacar as que eu considero mais comuns: a) A submissão das mulheres, a maioria não consegue sair de sua casa e dos seus afazeres domésticos, parece até que é natural mulher cuidar da comida, dormida, da limpeza, da ordem da casa e ainda de garantir o acesso das crianças na escola. b) O poder financeiro das mulheres é muito baixo, algumas mulheres trabalham em casa e na roça, mas não tem renda. c) Ser preciso que instituições colaborem para alimentação durante a viagem, mesmo elas fazendo muito ações como rifas, bingos, feijoadas para arrecadar fundos mesmo assim é insuficiente, Marchas (D. MACAMBIRA, trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

Entre as dificuldades encontradas para a realização da marcha, está a questão que envolve a saída das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais de suas casas, comunidades e municípios. Durante a nossa conversa e entrevista com algumas mulheres militantes do MMTR-PE, foi perguntado sobre as estratégias utilizadas para fazer a Marcha chegar até as mulheres e levá-las para marchar. Em resposta, D. Macambira diz que uma das estratégias foi:

Organizar grupos de Mulheres para fazer avaliação das marchas anteriores e pensar pautas e demandas. Lançamento da Marcha nos municípios, criar coordenação municipal, regional e Estadual. Usar os meios de comunicação de massa para divulgar conteúdos e as ações organizativas (D. MACAMBIRA - trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

Para a participação de uma representante do MMTR-PE na marcha, foi realizado um forte trabalho para captação de recursos para financiar a ida das mulheres a Brasília. D. Quixabeira (71 anos), coordenadora administrativa financeira do MMTR-PE, destaca que

desde a primeira marcha, enfrentamos muitas dificuldades financeiras, mas a coragem e disposição, e criatividade, foram várias vendendo rifas, bingos, criando animais para vender no período da viagem, buscando apoio nas comunidades, no comércio e até com os políticos etc (D. QUIXABEIRA - trabalhadora rural, integrante e coordenadora administrativa financeira do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

A marcha foi e é também a apoteose para as mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, mulheres do campo, das florestas e das águas, assim como dos movimentos sociais do campo e da cidade que concentram esforços para a participação das mulheres nesse ato político que representa a diversidade de territórios, identidades e de mulheres que denunciam o capitalismo, o agronegócio, o massacre, a violência e a exclusão das mulheres no acesso à riqueza, à terra e ao território.

A construção da marcha é classificada por D. Macambira como:

Um exercício de convivência para construir pautas comuns aos diversos movimentos, é ampliar a capacidade de negociar e propor políticas públicas em diversas áreas, a exemplo da Reforma Agrária, Crédito Rural, educação, saúde, enfrentamento a violência contra a mulher, enfrentamento à fome” (D. MACAMBIRA - integrante do MMTR-PE).

As reivindicações e os diálogos com o Estado iniciados durante a Marcha das Margaridas, isso antes do golpe parlamentar e da retirada da presidenta Dilma Rousseff do poder, em 2016, acabou se transformando em agenda de governo e se materializando em ações, programas e políticas públicas para atender as demandas sociais postas.

Da primeira Marcha das Margaridas para cá, as mulheres tiveram conquistas importantes, mas ainda há muitas demandas a serem atendidas pelo Estado. Algumas dessas demandas foram pontuadas por D. Macambira. São elas:

Baixar os juros do Pronaf, ampliar o montante de recursos para atender a agricultura familiar, Pronaf mulher, ater para as mulheres, um ônibus por estado e para o DF, para o enfrentamento à violência contra a Mulher, cadastro no Programa de Reforma Agrária em nome da mulher e do homem, educação contextualizada. Neste atual governo não houve recebimento de pautas, por isso a construção da plataforma da Marcha, que estamos levando para nossas ações formativas em forma de conteúdo. E algumas demandas, como enfrentamento à violência sexista, doméstica e familiar, estamos colocando nas pautas Municipais Estadual (D. MACAMBIRA, trabalhadora rural, integrante e fundadora do MMTR-PE, integrante do MMTR-NE e do Movimento Feminista).

A partir do ano de 2003, a pauta de gênero entrou na agenda da gestão pública da esfera federal como tema transversal e estratégia de diálogo do Estado com a sociedade civil para o enfrentamento, a superação ou minimização da criminalização de violências de gênero, um problema social estrutural que afeta de forma mais veemente as mulheres e meninas. As mudanças no Estado brasileiro, que desde então vêm se processando, tiveram como referência uma agenda de reforma, construída com a participação de diversos atores a partir dos anos 70 (FARAH, 2004).

A violência estrutural entendida como uma violência vinculada estreitamente à própria forma de organização socioeconômica e política de uma sociedade, geralmente é caracterizada pela existência de um sistema social marcadamente desigual e que nega direitos e cidadania para uma ampla maioria, situada em posições de menor poder político, econômico e social (TELLES, 2011, p. 3).

As lutas das mulheres ganham fôlego durante a marcha não apenas porque é o momento de encontro de mulheres, mas também porque as pautas são apresentadas ao governo federal (no mandato de um governo progressista) com possibilidade de diálogo e construção de ações, programas e políticas públicas para suprir as demandas das trabalhadoras. As discussões sobre a Agroecologia estavam entre as pautas da Marcha das Margaridas de 2003, assim como o debate do acesso à terra, à água, créditos, assessoria técnica e equidade de gênero, por exemplo, foi levado para a mesa de diálogo com o governo.

A partir das reivindicações no ano de 2003, as questões de gênero entram na agenda governamental e são criadas medidas para a equidade entre mulheres e homens no que diz respeito ao acesso a direitos, programas e políticas governamentais. Assim, em 2003, o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia foi criado no âmbito do MDA.

Em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, promoveram ações, campanhas e mutirões itinerantes para que todas as mulheres sem documentos pudessem ter acesso aos seus de forma rápida e gratuita.

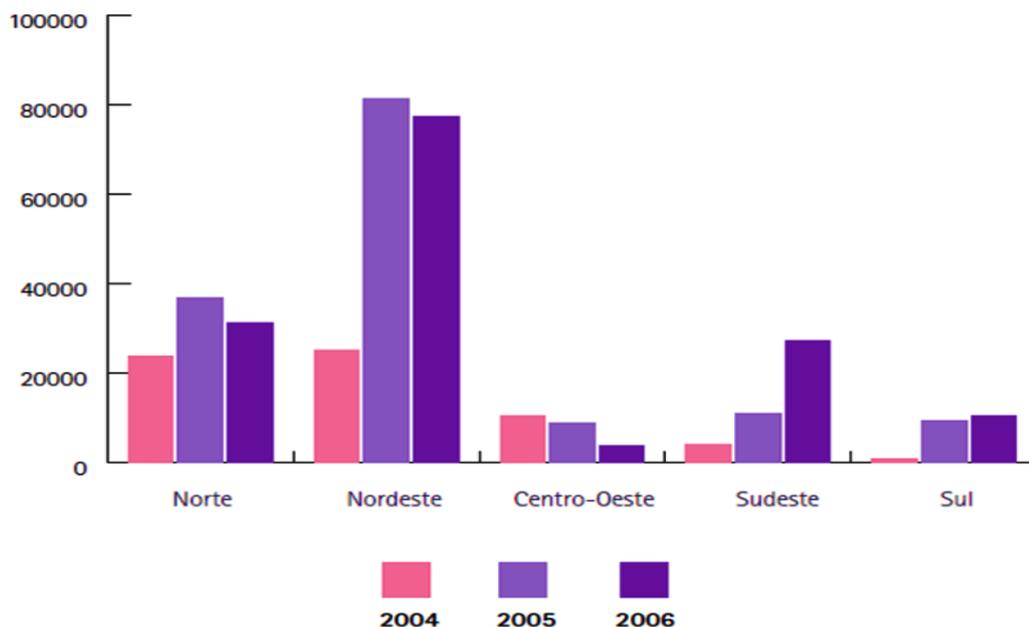
Nesse sentido, “as Marchas das Margaridas foram um marco porque permitiram colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas, e também as novas, reivindicações dos movimentos de mulheres rurais (HEREDIA, 2006, p. 9).

O Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) visa à emissão gratuita da documentação das mulheres rurais independentemente da sua identidade territorial, seja ela camponesa, pescadora artesanal, extrativista, indígena, quilombola, posseira, entre outras. A emissão da documentação é o primeiro passo para garantir a cidadania e preservar os direitos sociais, trabalhistas e econômicos das mulheres, e assim tentar mitigar, mesmo que minimamente, as desigualdades existentes no meio rural. O Programa está pautado nos seguintes objetivos:

I – Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar acesso às políticas públicas; II - Promover ações educativas participativas objetivando informar sobre a importância da documentação e orientar sobre políticas públicas com enfoque especial àquelas destinadas às trabalhadoras rurais (BRASIL, 2006, p. 9).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013), no período de 2004 a 2013, o PNDTR realizou cerca de 5.537 mutirões itinerantes em 4.793 municípios, emitindo 2 milhões 38 mil documentos, beneficiando com isso 1 milhão 220 mil mulheres rurais. Ainda de acordo com o MDA, a emissão de documentos foi bastante expressiva na região Nordeste do Brasil. Nos três anos de análise (2003, 2004, 2005), no Nordeste, foram realizados 255 mutirões e atendidos 35 municípios em 2004, 134 em 2005 e 139 em 2006, como pode ser observado abaixo (Figura 8).

Figura 8: Mutirões itinerantes e emissões de documentos por regiões do Brasil



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013).

Para Andrea Butto (2006, p. 88), mesmo sendo agricultoras, quando as mulheres não possuem documentos ou têm a documentação incompleta, elas enfrentam dificuldades para acessar aos Programas da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. A documentação é requisito central para acesso à previdência rural por parte das mulheres camponesas.

Embora alguns direitos tenham sido legitimados décadas anteriores na Constituição de 1988, as mulheres não estavam tendo acesso aos direitos previstos na constituição. Assim, chegada a velhice, as mulheres rurais não tinham direito a uma vida tranquila nem retorno do tempo dedicado ao trabalho na agricultura; mas com a documentação, as mulheres buscam acesso a melhores condições de vida, através do acesso aos meios de produção, incentivos, políticas e programas desenvolvidos pelo Estado para a diminuição das desigualdades sociais e de gênero no campo.

No período de 2003 a 2015, o espaço político brasileiro passou por profundas modificações, com a criação de ministérios, secretarias, políticas e programas desenvolvidos a partir do diálogo dos movimentos sociais, sociedade civil e do Estado. Nesse contexto, as mulheres conquistaram mais espaço na agenda política do governo federal através do

desenvolvimento de políticas públicas com enfoque de gênero que visavam à inclusão social, participação política e acesso a direitos e bens e recursos econômicos para mulheres camponesas.

O reconhecimento do protagonismo, do trabalho e dos direitos das mulheres pelo Estado se deu a partir do desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres camponesas através da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No II Plano Nacional de Reforma Agrária e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, passam a ser incorporadas proposições afirmativas que passam a orientar as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero (BUTTO; HORA, 2010).

O MDA e a DPMR, em diálogo com os movimentos de mulheres e sociedade civil, desenvolveram um conjunto de ações e políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres camponesas, tais como: Políticas de Participação Social no Desenvolvimento Territorial; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres, Titulação Conjunta da Terra; Pronaf Mulher e outros.

Para o acesso a direitos plenos como cidadãs, as estruturas organizativas do Estado, em instâncias diversas, tiveram que se adequar às novas necessidades das políticas inclusivas de gênero da agenda de políticas para as mulheres camponesas. Os formulários e sistemas do INCRA, por exemplo, tiveram que ser atualizados para incluir a mulher como beneficiária titular independentemente de sua condição civil (Figura 9).

Figura 9: Organograma das ações institucionais da Diretoria de Políticas para mulheres rurais



Fonte: Organizado pela autora da tese com base em: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), 2015.

Embora o MDA e a DPMR tenham sido estratégicos para a inclusão das mulheres nas políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar camponesa, os dois foram extintos após o golpe. De acordo com Mattos (2017), com o golpe parlamentar de 2016, tem início um processo célere de desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com ausência absoluta de diálogo, sendo emblemática a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Ouvidoria Agrária Nacional.

Para a CONTAG (2016):

A extinção do MDA como uma das medidas para atender o ajuste fiscal revela a subserviência do Governo Temer aos desejos dos setores especuladores da dívida pública e da bancada ruralista que não aceitam a identidade e o protagonismo da agricultura familiar, que foi fortalecida pelas políticas públicas aplicadas pelo MDA, que são dignas de referência para serem aplicadas em outros países, especialmente da América Latina e África (CONTAG, 2016, s/p).

O golpe de 2016 sinalizou o momento do avanço do ultra conservadorismo neoliberal e a conseqüente perseguição e criminalização dos governos democráticos e populares, como também o desmonte de políticas sociais e a retirada dos direitos que atendem parte da população mais vulnerável social e economicamente e que durante muito tempo foi deixada às margens pelo Estado.

O governo neoliberal que assumiu após a tomada do poder da presidenta Dilma Rousseff não reconheceu o importante papel da agricultura familiar camponesa e das mulheres para a produção de alimentos, geração de renda e emprego no campo. Nesse contexto, as mulheres tiveram políticas, ministérios e secretarias extintas, assim como os direitos trabalhistas historicamente conquistados pelas camponesas e trabalhadoras rurais estão sob ameaça de extinção.

De fato, houve avanços nas lutas e conquistas das mulheres, mas também houve retrocessos significativos que impactaram a realidade da mulher camponesa e trabalhadora rural. Portanto, há muitos desafios a serem superados para que as mulheres vivam plenamente como sujeitos políticos. Com relação às conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres do campo, D. Macambira nos diz que:

Com relação às conquistas, é poder dizer que somos iguais perante a LEI, tomando por base a Constituição Federal; poder exigir o seu nome no título da terra, poder legalizar o seu patrimônio em seu próprio nome. Ter a Lei Maria da Penha para punir agressores; aqui em Pernambuco, ter mesmo que insuficiente delegacia da mulher, Patrulha Maria da Penha, casa abrigo, medidas protetivas. O desafio é o acesso e por vezes a forma como é tratada, quando busca os serviços, principalmente em caso de violência (D. MACAMBIRA - integrante do MMTR-PE).

Os relatos das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais que estiveram nos processos de construção dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e movimentos feministas desde a década de 1980 deixam claro que embora elas estivessem em todos os processos, espaços e territórios produzindo, trabalhando e garantido a reprodução social e produção de riqueza no campo e na cidade, sempre foram vistas como classe e sujeitos de menor valor pelo simples fato de serem mulheres.

D. Macambira acredita que na sociedade, o papel da mulher ainda é de explorada,

submissa e de coadjuvante. Por isso, a necessidade de lutarmos por uma sociedade na qual o papel da mulher seja de protagonista e de relações de igualdade de classe, gênero, raça e etnia. Tenho plena consciência de que a luta é árdua e permanente, pois significa dizer que a nossa liberdade enquanto mulher passa por diversos vieses, a exemplo do capitalismo e dos modelos econômicos, educacionais/religiosos e outros implantados por ele, acrescentou Dona Macambira.

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi um golpe nos processos democráticos e na cidadania construídos coletivamente pela população, sociedade civil e governos democráticos desde 2003. A ruptura de um governo democrático por manobras não democráticas de grupos políticos e de um governo conservador neoliberal significou o início do desmonte das políticas, programas sociais, ações afirmativas e direitos que foram conquistados nas lutas, enfrentamentos e diálogos da sociedade civil e movimentos sociais com os governos e Estado em prol de políticas públicas inclusivas em prol de cidadania.

Nesse contexto, a classe trabalhadora do campo e da cidade foi fortemente impactada pelos retrocessos políticos e sociais, como a ampliação da idade para aposentadoria, cortes de investimentos em linhas de créditos, políticas e programas para agricultura camponesa familiar, assim como houve transferências ou extinção de ministérios e secretarias como a Secretaria da Mulher e as políticas transversais de gênero que foram extintas.

5 DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DE TRABALHO NA AGRICULTURA NO SERTÃO DO PAJEÚ

Atualmente, a agricultura camponesa e familiar tem se apresentado como uma das atividades essenciais para reprodução da vida e das necessidades de matéria-prima, sendo também a responsável por parte significativa dos empregos e renda gerados na sociedade. A agricultura (agri = terra, cultura = cultivar) tem sua origem em cerca de 10.000 anos A.C, e então era desenvolvida por antigas civilizações agrícolas e pastoris do neolítico próximo aos rios, aos vales e várzeas fluviais, que eram locais férteis compostos com húmus das vazantes.

De acordo com Paterniani (2001, p. 303), nesse período histórico, o cultivo das plantas era realizado para atender às necessidades humanas, uma atividade essencialmente dependente das condições edafo-climáticas, socioeconômicas e nível de conhecimentos técnicos. “Siglos de co-evolución de la gente, las plantas y los animales, produjo una enorme variedad de cultivos, razas de animales, métodos de producción, conocimientos, herramientas, culturas y formas de cocinar” (HOLT-GIMÉNEZ, 2017, p. 23).

No entendimento de Maria Amoroza (1996), toda sociedade humana acumula um acervo de informações sobre o ambiente que a cerca, possibilitando-lhe interagir e prover suas necessidades de sobrevivência. O que Amoroza pontua pode ser constatado nos relatos das entrevistadas, quando narram o processo de produção das mudas de árvores e plantas nativas da Caatinga através de técnicas de observação, erros e acertos para quebra da dormência das sementes que viriam a tornar-se mudas:

O processo de quebra de dormência das sementes e de semeadura das sementes envolve uma mística e outras dimensões simbólicas e imateriais da vida que não compreendem unicamente o calendário convencional. No processo de cultivo da terra, das sementes e das águas há uma troca recíproca entre os sujeitos e a natureza, quando esta indica a forma e o tempo de fazer. De fato, a partir do processo de observação das condições naturais locais, o ser humano foi desenvolvendo um arcabouço de conhecimentos, técnicas e instrumentos para auxiliar na produção dos alimentos em quantidade e de forma diversificada para atender as necessidades do núcleo social do qual fazia parte.

Assim, através da prática, da observação, dos erros e da oralidade, as técnicas e saberes foram sendo testados e aperfeiçoados ao longo das gerações. Nesse sentido, Maria José Santos *et al.* (2007) acredita que o conhecimento tradicional é o resultado da soma das experiências de cada indivíduo, sendo que a vivência e a relação entre homem e natureza dependem do espaço e de seus atributos.

Com o tempo, as técnicas de produção rudimentares foram sendo apropriadas e aperfeiçoadas e tornando-se cada vez mais modernas, buscando atender as demandas do capital, da sociedade moderna e do mercado capitalista de produção. Com a evolução da ciência, da tecnologia, das técnicas produtivas e da aliança do capital com o Estado, após a Segunda Guerra Mundial o projeto de expansão da agricultura moderna pode ser colocado em ação e se expandir mais facilmente pelo território, mesmo que de forma tardia e contraditória, no caso de uma comparação entre os países da América Latina e os países europeus.

O campesinato sempre esteve imerso em efervescentes discussões sobre sua origem, desenvolvimento e destino no contexto da evolução da sociedade, sistema capitalista de produção e projeto do capital neoliberal. Correntes teóricas marxistas ortodoxas idealizadas por Kautsky (1986) e Lênin (1982) acreditavam na desintegração do campesinato a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo e amplo acesso aos insumos e pacote tecnológico da Revolução Verde.

No livro *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, Guzmán e Molina (2005) salientam que uma interpretação dogmática de Lênin e Kautsky¹², aliada à posterior repressão da burocracia stalinista, foi responsável pela convergência do pensamento socialista com a interpretação liberal de que a agricultura estaria inexoravelmente fadada a se tornar um ramo da indústria, desaparecendo o campesinato nesse processo.

Em contrapartida, outras teorias defendem a resistência e a reprodução social do campesinato às margens do capital, usando, assim, as lacunas e a contradição do sistema capitalista como estratégia para sua r-existência. De acordo com os estudos de Shanin (2008),

¹² Na teoria do marxismo ortodoxo de Lênin e Kautsky, o campesinato e as relações não capitalistas inerentes a essa classe estariam fadados ao desaparecimento por dois motivos; para Lênin, o campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é completamente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista (1982, p. 114).

Fernandes (2007) e Oliveira (2004), o campesinato se recria na contradição estrutural do capitalismo. Essa recriação pode ocorrer a partir da compra da terra, da luta pela terra e também pela adoção de estratégias internas de resistência ao capital.

A capacidade e a potencialidade do campesinato de se recriar e se reproduzir e coexistir com o capitalismo foram defendidas também por Rosa Luxemburgo (1985), por ela acreditar que há uma troca entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas que possibilita a coexistência de ambos.

Sem esses modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Ao analisarmos a historicidade do campesinato ao longo das décadas no Brasil, percebemos que mesmo sob pressão do capital, Estado e projeto de desenvolvimento predatório e hegemônico, o campesinato tem encontrado formas de se organizar e se adaptar a diferentes modos de produção, construindo diferentes estratégias para balancear a questão do trabalho, autoconsumo, comercialização e autonomia relativa¹³.

Centrada na relação entre o trabalho familiar e o consumo, a tese de Chayanov (1974) ressalta o poder da economia camponesa para a qual a produção é a garantia da existência e reprodução da família enquanto unidade camponesa, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo. A diferenciação econômica e social caracteriza a construção teórica de Chayanov; de acordo com ele, a unidade de produção camponesa não tem trabalho assalariado como principal força de trabalho, nem tem o lucro, juros e a renda como objetivo.

Chayanov (1974) afirma que:

Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em

¹³ Para saber mais sobre o processo organizativa e capacidade de resistência camponesa à lógica de expansão e exploração das relações capitalistas no campo, consultar: Chayanov (1985), Fernandes (2001, 2004), Fabrini (2002), Marta Inez Marques (2008), Oliveira (2001, 2010, 2015).

grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto in natura qualitativamente correspondente (CHAYANOV, 1974, p. 136).

A economia camponesa é “equilibrada” pelo trabalho familiar para cultivar a terra e garantir o consumo das famílias. Nesse sentido, a forma que as relações sociais e territoriais são construídas e vivenciadas pelas famílias camponesas possibilitam sua recriação no seio das relações capitalistas de produção.

As famílias que fazem parte da Associação de Mulheres do Sítio Gameleira vivenciam a teoria de Chayanov na prática, visto que produzem alimentos quase exclusivamente para o autoconsumo, trocas e doações para famílias da comunidade. Além disso, o trabalho na roça, nos sistemas agroflorestais, quintais e em casa são desenvolvidos pela família e possuem uma divisão clara de trabalho, entre trabalho feminino e masculino, sendo todos os tipos de trabalho realizados pelas mulheres e apenas alguns executados por homens.

A forte ligação com a natureza e a terra, mão-de-obra familiar, produção diversificada para autoconsumo, comercialização, cooperação e solidariedade são algumas das características encontradas no modo de vida da classe camponesa e nas famílias e mulheres sujeitos da pesquisa. A organização dos núcleos familiares, as formas e o que produzem difere de família para família, mas o trabalho das mulheres é central e de suma importância para garantia à reprodução da agricultura e modo de vida no campo.

De acordo com Shanin (2005), a heterogeneidade camponesa é indubitável; os camponeses apresentam diversidade entre si, nem mesmo um camponês permanece igual até o fim da vida, ele muda com o passar do tempo. De fato, o campesinato não desapareceu. Embora venha se transformando ao longo da história social, ele tem desencadeado lutas e resistências com base em um modo de vida orgânico.

Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato. (SHANIN, 2008, p. 34).

No campo brasileiro, as tensões e conflitos envolvendo a classe camponesa estão historicamente relacionados à estrutura fundiária do país, que é extremamente concentrada, e à

falta de realização da reforma agrária. O avanço das relações capitalistas no campo acentuou os conflitos e as desigualdades originados pela concentração de terras e políticas desenvolvidas pelo Estado para captação de recursos para os negócios do capital no campo.

Entretanto, vale salientar que o campesinato faz parte da história da formação socioterritorial e esteve presente no contexto social brasileiro desde o período colonial, embora com outras denominações territoriais. De acordo com Martins (1981), expressões como caipira, caicara e caboclo são palavras depreciativas que se referem aos que vivem longe, considerados atrasados, ingênuos, vistos como aqueles que estão em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aqueles que não estão, senão ocasionalmente, e ainda assim nas margens, nesta sociedade. Nesse sentido, o campesinato foi concebido às margens dos grandes latifúndios, mas sempre como principal produtor de alimentos para o autoconsumo e para abastecer os engenhos canavieiros e as vilas, no caso do litoral nordestino.

Em meio à efervescência da expansão das relações capitalistas e à incorporação do pacote tecnológico no campo, parte da população que vivia no campo, os camponeses e trabalhadores rurais, lutam por reforma agrária, acesso à terra e direitos trabalhistas. Desde o período colonial, agentes particulares em pacto com o Estado têm transformado os territórios e a natureza em propriedade privada e em mercadoria, concentrando, assim, a posse da terra e dos recursos necessários para reprodução social. Nesse sentido, a luta camponesa é pela vida, pela terra, pelo território e contra o agronegócio e o sistema capitalista de produção, que através de um conjunto de manobras políticas e jurídicas expropriam e exploram os sujeitos sociais dos seus territórios e mercantilizam seus saberes e bens naturais.

De acordo com María García (2004), o modelo agrícola do país, baseado na modernização hegemônica pelo agronegócio, gera desemprego rural ao não absorver a força de trabalho expropriada, além de intensificar a expropriação dos pequenos produtores de suas terras. Ainda de acordo com a autora, a combinação desses dois fatores responde pela superexploração e precarização dos trabalhadores no campo pelo capital e pela dominação política da população rural pelas oligarquias tradicionais (GARCÍA, 2004, p. 62).

O Brasil passou por uma reordenação territorial que visava atender aos interesses dos grupos capitalistas e seus projetos de desenvolvimento para formação de um mercado favorável para a lógica de produção em grande escala e para exportação. De forma contraditória e

combinada, o modo capitalista de produção constrói múltiplas relações socioespaciais para controlar os territórios, os recursos e a força de trabalho, mesmo que para isso tenha que desterritorializar povos e comunidades dos seus territórios e modo de vida originária.

Inúmeros estudos sobre o campesinato e até mesmo o Censo Demográfico de 2006 constataam a importância da agricultura camponesa/familiar para a produção de alimentos e da segurança e soberania alimentar no Brasil. A agricultura camponesa /familiar também é responsável por gerar emprego e renda no campo; no entanto, não se trata de uma economia capitalista, visto que o trabalho, em sua grande parte, é feito através da força de trabalho família e a circulação de mercadoria é realizada através da relação simples (M-D-M)¹⁴, ou seja, a economia camponesa visa satisfazer as necessidades do núcleo familiar.

Assim, a unidade econômica camponesa depende diretamente do número de trabalhadores existentes na família, que é composta pela parentela (pai, mãe, filhos). “É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta ou indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras” (PLOEG, 2009, p. 19).

De acordo com o Censo Agropecuário (2017) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da agricultura camponesa e familiar provêm 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo produzidos no Brasil, assim como:

60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. No ano de 2006, a agricultura familiar camponesa foi responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos, sendo mandioca (87%), feijão (70%), aves (50%), suínos (59%), leite (58%), milho (46%) e arroz (34%) (IBGE, 2006).

Mas o que é agricultura familiar? Há diferenciação entre agricultura familiar e agricultura camponesa? Essas são questões importantes na medida que os termos não são neutros de sentido político e seu uso pode contribuir, ou não, para a aquisição de políticas agrícolas, créditos e acesso a assistência técnica, entre outros.

¹⁴ Mercadoria, Dinheiro, Mercadoria.

No âmbito acadêmico, político e dos movimentos sociais, o termo “agricultura familiar” ganhou conotação de políticas públicas e atende aos interesses políticos, sociais e econômicos de grupos sociais que em momentos anteriores não foram considerados aptos para participar do circuito das atividades econômicas no setor primário.

De certa forma, com o uso do termo agricultura familiar, as famílias camponesas de diferentes denominações/identidades territoriais que outrora foram excluídas dos processos políticos e econômicos por serem consideradas atrasadas e fadadas ao desaparecimento, em maior ou menor grau, têm a possibilidade de acessar algumas políticas, linhas de créditos rurais e programas voltados para o campo.

Em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.326, que forneceu o Marco Legal da Agricultura Familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais (IBGE 2010) e a renomeação dos sujeitos que eram conhecidos como pequenos produtores rurais, posseiros, rendeiros, sitiantes, camponeses, entre outros, que, a partir dessa lei, tornaram-se agricultores familiares e entrariam no circuito de aquisição de políticas públicas, insumos e pacote tecnológico. De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, pode considerar-se agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput

deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (IBGE, 2010, p. 15).

Ainda com relação à definição do termo “agricultura familiar”, em 1996, a partir de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi elaborado o Dossiê Estatístico, no qual o conceito de “agricultura familiar” foi definido a partir de três características que estão diretamente relacionadas à família, terra e trabalho (condição de vida). São elas:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Jan Douwe van der Ploeg (2006) entende que a agricultura familiar pode apresentar duas categorias: agricultura camponesa e agricultura empresarial. Para esse autor, as principais diferenças nesses dois modos de produção não encontram-se nas relações de propriedade e sim nas formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. Nesse mesmo sentido, Bernardo Mançano Fernandes (2001) esclarece que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Ele acrescenta ainda que “desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês” (p. 29-30).

Na medida que a agricultura familiar priorizar as relações de mercado (insumos, maquinários, pacote tecnológico, empregados fixos), ela não será necessariamente camponesa, porque está em outra lógica de produção e busca outros objetivos, diferentes da agricultura camponesa, que visa satisfazer as necessidades imediatas da família, promover o bem-estar, as relações e interações com a natureza, com as pessoas e com o território, a partir da produção diversificada de alimentos.

Para Marta Inez Marques (2008), o termo “agricultura familiar” tem a proposta de substituir o de “camponês”, enquanto conceito-síntese, e propõe uma abordagem evolucionista

que empobrece o debate acerca da questão agrária. Ao discutir o conceito de “agricultura familiar”, Oliveira (2010) declara que:

Essa conceituação tem sua origem no neoliberalismo. Nasceu com a intenção de apagar da memória e da história o conceito de camponês e o campesinato como sujeito social revolucionário do século XX. A função política desse volume é induzir a análise do campo pela lógica neoliberal, que esconde a dimensão dos estabelecimentos e, portanto, os indicativos analíticos da concentrada estrutura fundiária do país. Seu alvo preferencial são os movimentos sócio-territoriais em luta pela terra. Visou assim, retirar o seu mais potente elemento revelador da desigual distribuição da terra no Brasil. Foi transferida para as estatísticas a opção ideológica feita pelo governo atual (OLIVEIRA, 2010, p. 1-2).

O campesinato no Brasil possui uma diversidade e grandes especificidades na forma de estar e de se relacionar com a terra, o território, as pessoas e a produção de alimentos, que não cabem no conceito de “políticas governamentais” e “agricultura familiar”, elaborados para tentar “encaixar” parte dos sujeitos que compõem o núcleo familiar camponês.

No entendimento de Fabrini (2008), é possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Ainda na opinião do autor (*Idem*), há que se atentar para essas práticas de resistência camponesa assentada no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana (p. 254).

Com a agricultura camponesa, a produção e o acesso aos alimentos são realizados através de circuitos curtos de comercialização, com preços acessíveis pela população que vive com um salário mínimo por mês, fator que diminui os riscos de insegurança alimentar por parte de quem produz e de quem consome.

O capitalismo e sua economia de mercado têm gerado impactos econômicos, sociais e ecológicos imensuráveis à natureza, aos territórios e sujeitos que, mesmo sob ameaças, lutam e resistem para manter seu modo de vida, seu trabalho e sua identidade territorial, que cada vez mais vem sendo extintos pelo modelo imperialista, monopolista e hegemônico de exploração do sistema capitalista de produção. No caso, o agronegócio e sua rede de negócios na mineração, água, produção de energia e de venenos.

O projeto do capital para o campo através do agronegócio acaba por sequestrar e provocar a erosão genética e a perda dos conhecimentos, práticas, saberes e sabores dos povos

tradicionais, como também a degradação da biodiversidade e da agrobiodiversidade, que asseguram a manutenção da vida e a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas. Ao discutir os impactos causados pelo sistema capitalista de produção e do agronegócio nos sistemas agroalimentares e biodiversidade, Maria Emília Pacheco (2002) alerta que, para a sociedade, esse modelo desestrutura a diversidade dos sistemas de produção que asseguram a reprodução social dos vários segmentos de camponeses e a biodiversidade agrícola, concentrando terra, provocando a migração e gerando problemas de saúde tanto para o produtor como para o consumidor.

No Brasil, o capital se inseriu na agricultura a partir das políticas, programas e investimentos promovidos pelo Estado para os grandes proprietários, latifundiários e agro negociantes, que com isso consolidaram os complexos agroindustriais e a expansão de um modelo de desenvolvimento hegemônico, monocultor e predatório. Júnia Conceição e Pedro Conceição (2014) salientam que foi no início da década de 1970 que se consolidou outro pilar fundamental para a modernização do setor agrícola brasileiro: foram criadas, nos âmbitos federal e estaduais, as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica, com o objetivo de incrementar a produtividade.

O Estado viabilizou a construção de infraestrutura para a fluidez mais rápida de informações, pessoas e mercadorias de forma global, mundial e territorial.

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. (SANTOS, 2006, p. 274).

No Brasil, o chamado pacote tecnológico tem tornado os territórios cada vez mais pobres, tanto no que diz respeito às riquezas minerais existentes e que estão sendo expropriadas pelo capital de forma indevida, como no que diz respeito à diversidade de flora, fauna e diversidade de cultivos alimentares, que se tornam cada vez mais escassos, dando lugar aos monocultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, café, laranja, criação de gado, frango, entre outros produtos destinados à fabricação de rações para animais, combustível ou exportações e venda nas principais bolsas de valores e mercados financeiros globais.

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido de apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 222).

O capital internacional encontrou no Estado e no aparato institucional *os financiadores perfeitos* para seus negócios de exploração e expropriação das terras, dos territórios e de bens naturais que sempre foram utilizados pelos povos do campo com bens de valor de uso. Nessa aliança entre Estado e Capital, aquele forneceu os incentivos fiscais e as terras para implantação das instalações físicas das empresas transnacionais, infraestrutura de estradas, transporte e de energia, além de mão-de-obra barata, através do discurso de geração de emprego, desenvolvimento e progresso local.

De acordo com Christiane Campos (2011), o Estado brasileiro pode ser caracterizado como “fiel servidor” dos organismos internacionais nas implementações das reformas neoliberais que viabilizam, entre outras coisas, o avanço do capitalismo no campo. A constante expansão do capital tem ameaçado e causado a expulsão de povos originários de territórios que foram ocupados por seus ancestrais até mesmo antes da invasão portuguesa no período colonial.

Nesse contexto, o agronegócio é o sistema da morte e da fome: morte da terra, das águas e dos agrossistemas, que cada vez mais estão sendo contaminados com os agrotóxicos, os rejeitos da mineração e o desmatamento desenfreado; e da alimentação, visto que esse sistema não produz comida de verdade, alimentos que possam nutrir e fornecer os elementos necessários para o funcionamento e a saúde do corpo; pelo contrário, produzem *commodity* (mercadoria), a partir do uso de sementes geneticamente modificadas e inúmeros tipos de agrotóxicos, muitos deles proibidos em outros países do mundo, que têm causado inúmeras doenças, deformações genéticas e cânceres. Para Oliveira,

isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

O capital e o mercado passam a estruturar, dinamizar e impor um estilo de vida segundo o qual a relação dos sujeitos com a terra e a natureza já não é a mesma. Nesse modo de produção, a diversificação de alimentos perde espaço para o mercado da comida, que homogeneiza a produção de alimentos e coloca em risco a diversidade de espécies, a segurança alimentar e autonomia dos povos quanto a seus territórios, sua cultura e sua identidade, além de causar a vulnerabilidade socioeconômica e social dos sujeitos à medida que se tornam mais dependentes do mercado e insumos externos. Holt-Giménez (2017) nos lembra que:

la existencia continua de formas de producción y organizaciones sociales no capitalistas a lo largo del surgimiento y desarrollo del capitalismo, indica que el sistema no existe independientemente y que no es el único camino para el desarrollo humano (HOLT-GIMÉNEZ, 2017, p.55).

A especialização produtiva da agricultura moderna impõe à agricultura camponesa regras que forjam a lógica e estilo de vida camponês, que possui economia diversificada e tem como premissa atender às necessidades nutricionais e materiais, e assim promover a reprodução social da unidade familiar. A partir da década de 1970, o capital entrou em uma nova fase de acumulação, visando à mundialização e à financeirização através das multinacionais e transnacionais.

Nesse novo ciclo de acumulação, no Brasil, o capital lançou seus tentáculos sobre o campo a partir da integração da agricultura à indústria por meio de novas tecnologias, insumos agrícolas e incentivos públicos que, na compreensão de Delgado (1985), visavam à intensificação de relações interindustriais (com a fusão de capitais agroindustriais no setor privado e a consolidação de conglomerados multisetoriais) e transformação no mercado de terras.

Esse modelo agroexportador privilegiou os grandes proprietários, que teriam apoio nos créditos agrícolas subsidiados pelo Estado, o que demonstra que essa atividade foi um instrumento que criou um mercado para a indústria de insumos, maquinário e biotecnológica, voltadas para a agricultura empresarial.

Conforme Oliveira (2001, p. 186), no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. A colocação do autor nos ajuda a entender que no processo de acumulação

de riqueza, o capital se vale da aliança política e da força repressiva do Estado para garantir sua implantação, reprodução e expansão sobre os diversos territórios previamente expropriados dos camponeses, ludibriados ou expulsos pelos agentes do Estado e pelo discurso de desenvolvimento, progresso e geração de emprego e renda. Nesse sentido, sob a égide do agronegócio, o capital financeiro assume o controle do desenvolvimento do campo brasileiro, perseguindo assim o lucro da terra mediante políticas de Estado (DELGADO, 2003).

A estratégia dos capitalistas foi retirar dos camponeses os meios de produção essenciais para reproduzir seu modo de vida, no caso a terra, para em seguida os transformar em força de trabalho assalariada barata. Nesse contexto, “é óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social” (SAFFIOTI, 1979, p. 41). Elas são, ainda, submetidas aos processos de opressão advindos da divisão sexual do trabalho. Conforme Rodica Weitzman (2011, p. 89), há uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica.

Conforme pode ser observado nos capítulos anteriores, as políticas públicas desenvolvidas para a agricultura brasileira seguiram a “tradição” conservadora do sistema colonial patriarcal capitalista, que só considerava legítimo o poder de gerência e decisão do homem, sendo ele considerado o “chefe” e representante legal da família e da unidade de produção, seja ela camponesa ou “agronegócio”.

Nesse contexto, Martins (1994, p. 13) considera que o Estado é baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial do oligarquismo. Isso quer dizer que as políticas desenvolvidas para esse setor tiveram um público alvo direcionado — no caso, a elite rural. Romano (2011) salienta que as políticas das políticas públicas na agricultura brasileira são um conjunto de relações, arranjos e práticas institucionais.

Esse conjunto é conformado por relações pessoais, sistemas de lealdades, relações de clientelismo e patronagem e constituído por arranjos institucionais relativamente laxos ou com baixo nível de formalização, nos quais as relações – pessoais e interorganizacionais – operam assumindo diferentes formas, como anéis, comunidades políticas e redes sociais e

políticas. Isto é, um tecido social e político que opera com lógica específica, articulando as relações entre pessoas e grupos (ROMANO, 2011, p. 140).

Por consequência, as mulheres e homens que vivem no campo e dependem da terra e dos territórios para continuar existindo estão inseridos em um campo de disputa onde está em jogo o processo de reprodução das condições de existência de toda a existência humana, visto que se faz necessário se alimentar de forma saudável e ter acesso aos bens naturais, terra, água, bens materiais e culturais, como educação, formação e saúde para garantir o bem-estar humano de forma digna.

O desenvolvimento da sociedade nos termos modernos e de progresso, como é posto, atua por meio de uma densa rede de relações políticas e econômicas de interesses particulares, construída com a colaboração do Estado para a manutenção de um sistema de produção, distribuição e consumo de bens materiais, culturais e de alimentos, de tal forma que garanta privilégios e controle sociopolítico, econômico e cultura de classe, raça e sexo.

Poder e controle forjado em processos de invasão, extermínio e exploração de territórios de vida e da força de trabalho de povos e territórios, para retirada da mais-valia pelos capitalistas. Sem nenhum constrangimento, o capital, via agro negociantes e grupos econômicos compostos por latifundiários em rede global/mundial, controlam e monopolizam parte significativa das terras mais férteis do mundo, e conseqüentemente o mercado de *commodities* e a cadeia produtiva de comida, em nível global. Com relação à produção agrícola e à expansão do poderio capitalista neoliberal, Oliveira (2010) pontua:

Dois processos monopolistas comandaram e comandam a produção agrícola mundial. De um lado estava e está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, o exemplo era e é o setor sucroalcooleiro, ou sucroenergético como eles estão autodenominando-se na atualidade. De outro lado, estava e está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controlava e controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuavam e atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Essas redes e alianças entre capital nacional e internacional submetem parte da população e os camponeses e camponesas à lógica de mercado, seja através da produção de alimentos ou através da venda da força de trabalho ao capital. Já as sociedades tradicionais, organizam seu território e modo de vida com base nos conhecimentos e no saber-fazer transmitidos oralmente pelas gerações mais velhas, que têm mais experiências e conhecem melhor a dinâmica da agrobiodiversidade e da natureza.

Toledo (2002) e Barrera-Bassols (2009) ressaltam que as sociedades tradicionais albergam um repertório de conhecimento ecológico que geralmente é local, coletivo, diacrônico, sincrético, dinâmico e holístico. No entendimento das autoras, a memória é então o recurso mais importante da vida desses povos. Sendo um conhecimento que se transmite no espaço e no tempo pela língua, configura-se e responde a uma lógica diferente: a da oralidade.

Tudo o que diz respeito ao alimento, como sua coleta, captura, preparação, bem como seu cultivo e consumo, representa um ato cultural (MONTANARI, 2006). A identidade material e imaterial do território está intimamente relacionada à produção de alimentos, como bem coloca Klaas Woortmann (2013). Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico — ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem. Para a referida autora, “a comida ‘fala’ da família, de homens e de mulheres” (WOORTMANN, 2013. p. 6). O cultivo de alimentos é um legado importante na cultura de um povo, mas para o capitalismo é apenas um acessório, um meio para acumulação de capital e expansão dos negócios.

No processo de homogeneização da alimentação, o sistema mundo capitalista tenta impor um tipo de comida (mercadoria) que não cumpre o papel que um alimento deveria ter — no caso, fornecer proteínas, vitaminas e nutrientes para o bom funcionamento do corpo, e possibilitar que ele cresça, se movimente, funcione e desenvolva suas funções vitais e imunidade para combater as ameaças e infecções. Mas é importante pontuar que os alimentos não só são importantes para o bom funcionamento das funções fisiológicas do corpo; eles incorporam também um conjunto de elementos inerentes à identidade territorial e da cultura, além de materializar as cosmovisões, os modos de vida, as formas de ser, sentir e estar no mundo, sobretudo as relações dos povos com a ancestralidade, com o sagrado e com a natureza que lhes rodeia.

5.1 TRABALHO (IN)VISÍVEL DAS CAMPONESAS E TRABALHADORAS RURAIS

Como vimos nos capítulos anteriores, a sociedade contemporânea encontra-se estruturada em relações sociais historicamente construídas, que funcionam como mecanismos de dominação, exploração e subalternização dos sujeitos, dos seus conhecimentos e sua força de trabalho por outrem considerados superiores por questões de classe, raça (etnia) e/ou sexo.

Nesse sentido, as relações desiguais de gênero e de trabalho são mecanismos concretos e/ou simbólicos que sustentam o sistema-mundo moderno e as disparidades, preconceitos e violências que atingem grupos sociais específicos, como as mulheres da cidade, do campo, das florestas e das águas, por exemplo, com maior ou menor intensidade, a depender da classe social de que elas fazem parte, da sua identidade de gênero ou cor da sua pele.

As relações de trabalho estão presentes em todo processo de construção e reprodução da vida em sociedade; nesse sentido, o trabalho pode ser considerado o cerne da produção da sociedade, e no caso das sociedades camponesas, representa todo o modo de vida camponês, visto que as condições de existência dependem diretamente de um conjunto de trabalhos que compõem as estratégias de reprodução social, econômica, cultural e política da unidade familiar.

No núcleo familiar ou doméstico, o trabalho é pensado e organizado a partir de um conjunto de normativas e princípios que fragmentam as funções e a força de trabalho com base no gênero/sexo, designando, assim, papéis sociais distintos para homens e mulheres.

Dessa maneira, a discussão da categoria “trabalho” nos ajuda a refletir sobre o sentido e o valor social do trabalho desenvolvido por homens e por mulheres na agricultura camponesa e as formas que as mulheres estão encontrando para problematizar as desigualdades de gênero e reivindicarem seus direitos sociais e políticos.

Mas antes de adentrarmos na discussão do conceito de trabalho e a forma que este é apropriado e incorporado pelas mulheres e homens no contexto da agricultura camponesa, faz-se necessário pontuar que o sentido do trabalho, e por conseguinte o seu valor ou valoração, vai depender muito do corpo humano que realiza o trabalho. Quando é realizado por um corpo masculino, o trabalho é tido como importante e essencial para composição da renda e satisfação das necessidades da família, mesmo quando é algo simples a ser realizado.

Quando é um corpo feminino que realiza o trabalho, ele não tem valor, por se considerar que não houve dispêndio de força para realizá-lo, já que no discurso social que foi naturalizado historicamente, as mulheres realizam trabalhos leves, e por ser leve não é trabalho, e sim “ajuda”. Nesse sentido, de acordo com o discurso normativo, esses trabalhos podem ser considerados leves, pesados ou simplesmente uma “ajuda” ou complemento de um trabalho masculino quando aquele é realizado por mulheres, jovens e crianças.

Maria Ignez Silveira Paulilo (1987), ao demonstrar a distinção entre o que seria o trabalho “leve” e o “pesado” no processo de divisão sexual do trabalho, evidencia que:

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são ‘leves’ por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são ‘leves’ as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o ‘leve’, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (PAULILO, 1987, p. 3).

Maria Ignez Silveira Paulilo evidencia que o que atribui valor ao trabalho realizado não é a atividade em si, mas o sexo e a posição de quem executa a atividade. Durante o trabalho de campo e entrevistas, foi constatado que muitas das entrevistadas são responsáveis por suas famílias e trabalham em casa, na roça, no quintal, cuidando dos animais, no processamento de alimentos, comercializando seus produtos e, quando necessário, ainda realizam o trabalho acessório. Então, o que é trabalho?

Se o que as camponesas, agricultoras e trabalhadoras rurais realizam não é trabalho, o núcleo doméstico, a comunidade e a sociedade poderiam se reproduzir socialmente, economicamente, culturalmente e politicamente sem o trabalho desenvolvido pelas mulheres em todos os espaços e escalas da agricultura camponesa? Essas são questões que as mulheres estão respondendo com suas práticas, experiências e seus processos de resistência cotidianos, e aqui buscamos dialogar com essas vivências localizadas no tempo e espaço com algumas teorias elaboradas ao longo da história social sobre trabalho e as mulheres no mundo do trabalho.

Ao nos debruçarmos nos estudos de Marx e Engels (1993), logo notamos que para esses autores, o trabalho é central no processo de produção e reprodução da vida humana. Os

autores acreditam que o trabalho tem por função primordial propiciar que o ser humano se relacione com a natureza para suprir as suas necessidades de sobrevivência. É através da mediação do trabalho que o ser humano transforma a natureza e é transformado por ela. Conforme Marx, é através do trabalho que o ser humano se transforma em ser social.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

A passagem do ser orgânico ao ser social implica um salto ontológico, porque se refere à passagem de um nível de ser a outro, algo que se deu através da auto atividade humana, em meio à luta pela existência (LUKÁCS, 1997, 2012). Isso nos leva a concluir que o ser humano é o único ser vivo capaz de gerar trabalho, visto que para executar qualquer trabalho se faz necessária uma projeção, uma idealização, diferente dos animais que usam o extinto para transformar a matéria.

Ou seja, “o trabalho é um ato de pôr consciente, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de finalidades e meios determinados” (LUKÁCS, 2007, p. 8). A manutenção das condições de reprodução da existência humana se realiza através do trabalho e só por meio dele é possível fazer história, como pode ser observado em Marx (2015):

O primeiro ato histórico, é pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (...) A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica, é portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça.” (MARX, 2015, p. 33).

A relação estabelecida entre o ser humano e a natureza se deu a partir das necessidades de reprodução das condições materiais essenciais para reprodução da vida, sendo o trabalho o mecanismo para criação de valor, seja valor de uso ou de troca. No entendimento de Marx (1975), o homem, para existir, deve ser capaz de se reproduzir enquanto ser humano; forma específica dessa reprodução é dada por uma peculiar relação dos seres humanos com a natureza através do trabalho. Nesse sentido, o trabalho também pode ser um meio para compreensão das

desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes entre homens e mulheres em sociedades e recortes temporais distintos.

De acordo com Lukács (2012), o que distingue o trabalho de todas as demais atividades humanas é a sua função social: o trabalho realiza o intercâmbio orgânico com a natureza sem o qual não há qualquer reprodução social possível. Assim, a produção do espaço é realizada por homens e mulheres, tendo como elemento mediador dessa relação o trabalho que transforma a natureza e é transformado por ela.

De acordo com Corrêa (1991), a organização espacial reflete o desenvolvimento das forças produtivas, do modo dominante das relações de produção e do nível técnico. Ou seja, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que acontecem e se manifestam por intermédio dos processos e funções (SANTOS, 2008) construídas a partir do trabalho humano de mulheres e homens que transformam o espaço.

Mediante o exposto, não há coerência nem argumentos concretos para a desqualificação, negação ou invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, sob a alegação de que elas são ajudantes, ou de que sua força de trabalho é complementar ao trabalho masculino.

O fato é que nas sociedades patriarcais, as relações de trabalho estão diretamente relacionadas às hierarquias de gênero e de poder. Como afirma Saffioti (1997), homens e mulheres, ao fazerem a história, produzem objetivações nas práticas sociais realizadas e, ao mesmo tempo, apropriam-se dos seus resultados, ou seja, reapropriam-se subjetivamente da história construída. E, é claro, a produção e organização espacial não se fazem aleatoriamente; pelo contrário, são moldados de acordo com as demandas de um grupo, classe social ou sistema econômico. O espaço produzido dentro da sociedade capitalista encontra-se intensamente hierarquizado, conforme a divisão em classes, raças, etnicidade e gênero, o que configura a sua diferenciação política dinâmica e multifacetada (SMITH, 2002).

Cada sociedade e tempo histórico possui um modo de produção específico, mas em todos os tempos o trabalho é o meio de mediação e produção do espaço e do meio de vida, sendo ele compreendido a partir da realidade social histórico-concreta dos sujeitos em seus territórios. No espaço agrário brasileiro, por seu histórico formativo e complexa relação existente entre os interesses estatais e dos grupos sociais, econômicos e políticos, há grandes

contradições e disparidades de classe e gênero, entre outras discrepâncias que são acentuadas e expandidas pela concentração de terra, renda, poder e pela divisão sexual do trabalho, que explora, invisibiliza e violenta alguns grupos sociais marginalizados pela ação do sistema capitalista, do setor público e pela sociedade, como é o caso das mulheres camponesas, em sua pluralidade de identidades.

De acordo com Rapozo (2019):

A forma social, política e cultural que se encontra estruturada a sociedade contemporânea visa garantir as hierarquias de acesso, controle do poder e dos espaços de decisões a partir do aspecto de classe e sexo, para assim, garantirem a máxima exploração da forma de trabalho feminino, seja no âmbito da vida privada ou pública, para a acumulação de capital, ou controle dos corpos, territórios e formas de ser, enxergar e estar no mundo (RAPOZO, 2019, p. 02).

O trabalho da mulher esteve presente em todas as épocas e lugares. Na verdade, elas sempre trabalharam, embora nem sempre exercessem “profissões” (PERROT, 2005). Observa-se que quando relatados a história e o trabalho de algumas mulheres ao longo da organização da sociedade capitalista, elas estão no domínio privado, na reclusão doméstica, na casa e entre a família, atividades consideradas obrigações e lugares da mulher.

Na compreensão de Michelle Perrot (2005), há um projeto social, político e cultural para silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico esses sujeitos. No entanto, vale salientar que mesmo estando inseridas no contexto doméstico, familiar e privado, as mulheres possuem uma rotina de atividades que muitas vezes ultrapassa uma jornada de trabalho do mercado de trabalho convencional.

Durante o trabalho de campo da pesquisa, perguntamos às entrevistadas o quê, para elas, é trabalho, e recebemos algumas respostas que dialogam bastante com as discussões realizadas no terceiro capítulo do livro *The Human Condition*, escrito por Hannah Arendt (1958)¹⁵.

Quando perguntamos a Dona Jurema Branca o que é trabalho, ela respondeu que “trabalho é tudo que fazemos para nos mantermos vivos, é nossa prática cotidiana na casa, na

¹⁵ *The Human Condition* [HC], Chicago, University of Chicago Press, 1958. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

roça, na agrofloresta, no comércio e nos espaços que frequentamos. É o cuidado com os outros, com a natureza e com a gente mesmo”. Quando analisamos o terceiro capítulo do livro citado, os termos Trabalho e Labor são descritos por Hannah Arendt (1988) assim:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. (ARENDR, 1988, p. 15).

Ou seja, o termo “labor” se refere às atividades mais básicas ou essenciais realizadas pelo ser humano que estão ligadas à sua existência, enquanto o trabalho é a materialização, a produção durável da existência humana que é deixada no espaço. Nesse sentido, quando Dona Jurema Branca diz que “trabalho é tudo que fazemos para nos mantermos vivos...”, ela acaba por relatar atividades cíclicas e repetitivas necessárias para a manutenção da vida; ela define também, de forma simples, o conceito de “labor” descrito por Arendt, visto que este é toda atividade humana realizada para satisfazer as necessidades básicas da vida, ou seja, “a reprodução da existência humana, afinal a condição humana do trabalho é a própria vida” (ARENDR, 1958, p. 9).

O trabalho e o labor estão presentes na vida cotidiana das mulheres camponesas e são igualmente relevantes para o modo de vida camponês e para a reprodução das condições de existência enquanto ser humano que precisa se alimentar para viver. Assim, o labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano (ARENDR, 1998 p.16). Assim, o labor e o trabalho são elementos centrais nas lutas diárias de mulheres e homens no meio rural.

No período de pandemia e durante o processo de isolamento social, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais encontraram-se ainda mais sobrecarregadas com o trabalho doméstico, cuidados com as crianças afastadas da escola e com a produção de alimentos nos quintais, roçados e agroflorestas. Isso implica dizer também que esse isolamento impossibilita

a socialização e trocas de experiências e saberes entre as mulheres e comunidades circunvizinhas, fatos que tornam ainda mais desafiadores a articulação e o trabalho coletivo desenvolvido pelas mulheres.

De fato, a pandemia de Covid-19 evidenciou a urgência de algumas questões que, embora debatidas por algumas pesquisadoras, ainda não tinham ganhado relevância social, como a importância da produção de alimentos para o autoconsumo e a divisão desigual do trabalho entre homens e mulheres no contexto urbano, e principalmente no rural e na agricultura camponesa.

Sem dúvida, a pandemia joga luz e escancara a realidade do trabalho de cuidado e doméstico na medida que grande parte dos setores da economia tidos como não essenciais pararam suas atividades, enquanto que os trabalhos domésticos se intensificaram, precarizando as condições existenciais das mulheres, sem tempo para o descanso e o autocuidado. Ainda com relação ao trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais e seu papel na agricultura camponesa, Dona Bromélia, trabalhadora rural e coordenadora geral do MMTR-PE, acredita que:

Na evolução da espécie, nos impuseram a função do cuidado, que vai, entre outras coisas, a função de alimentar as nossas famílias. Assim, desempenhamos papel fundamental, tanto para manter a sociedade de movimento, somos responsáveis por parte do trabalho produtivo e mais reprodutivo, reprodutivo da vida e dos modos de como se dá à vida. Na agricultura, somos as guardiãs das ancestralidades traduzidas nas sementes de batatas, milhos e feijões e tantas outras sementes. Somos as propulsoras dos processos agroecológicos nessa nova fase (D. BROMÉLIA - Trabalhadora Rural e coordenadora geral do MMTR-PE - Entrevista realizada em 2020).

Já D. Quixabeira-Branca, declarou que:

Trabalho para mim é tudo! Os homens acham que o trabalho de casa não é trabalho porque dizem que é algo leve, assim como dizem que o trabalho na agricultura realizado pelas mulheres não é trabalho, isso não é verdade. Tudo que a gente faz é trabalho e nos tira grande parte do tempo, porque não paramos um só minuto para descansar. Certo, não recebemos salário pelo nosso trabalho, mas geramos renda porque produzimos para o autoconsumo e para vender na comunidade e nas feiras. Nosso trabalho é fundamental para manter a nossa família e as famílias que compram nossos produtos cuidados, alimentadas e com saúde (D. QUIXABEIRA-BRANCA, Agricultora – Grupo de Mulheres da Gameleira, 2020).

Sem o trabalho a gente não desenvolve nada, então trabalho é tudo. Seja na agricultura, na casa, no quintal ou como cuidadora fora de casa, tudo isso é trabalho. Para mim a mulher trabalha mais que o homem porque tem que ir arrumar a casa, cuidar de criança, fazer almoço e jantar. Tudo isso para mim é trabalho, mas tem homens e até mulheres que dizem que não trabalham, que só ficam em casa, mas ficar em casa já é um trabalhão porque sempre tem um trabalho para fazer. As atividades do lar são muito trabalhosas, tudo que se faz em casa é trabalho, não é ajuda. Acho que deveríamos até ganhar um salário porque é muito trabalho. Além do trabalho em casa, ainda trabalhamos na agricultura, no roçado, no quintal. Cavamos, plantamos, colhemos, processamos, vendemos. Isso não é trabalho? (D. BARAÚNA - Agricultora, Grupo de Mulheres da Gameleira).

Eu nasci e me criei na agricultura, os meus pais eram agricultores, e desde cedo comecei a lutar com o serviço da roça, plantando feijão, milho, algodão e tudo que você imaginar. Me casei e continuei fazendo a mesma coisa com meu esposo que também é agricultor. Assim, trabalho para mim é a coisa mais importante da vida. É tudo que você faz para arrumar seu sustento, é tudo que você produz, que você faz, que você comercializa. Trabalho é o que cultivar feijão, milho e todos os alimentos, também cuidar dos animais e da casa, é todos esses procedimentos para mim [...]. Para mim o trabalho na roça é trabalho, não é ajuda. Para mim sempre foi um trabalho porque era muito pesado e tudo que adquirir para comer, para vestir, para tudo era do trabalho da roça e do trabalho de casa. Esse sou eu que faço como obrigação, mas é trabalho pesado, cansativo e rotineiro (D. IMBURANA DE CHEIRO, agricultora- Grupo de mulheres da gameleira, 2020).

Há uma desigualdade muito grande quando se fala que a mulher não trabalha, ela trabalha em casa, trabalha fora de casa, trabalha na roça e no quintal, cuidando dos animais. Ela trabalha muito, muitas horas e isso não ajuda. Acho que as mulheres têm uma carga de trabalho bem maior que a dos homens porque os homens quando termina uma atividade que estavam fazendo eles param para descansar, vão assistir televisão, dormir, sair para conversar com alguém. As mulheres não! As mulheres não têm tempo de parar, de papear ou dormir um pouco mais (D. AROEIRA - agricultora – Grupo de Mulheres da Gameleira, 2020).

Nossa minha filha, o trabalho é tudo, todas as coisas que fazemos, começando com o trabalho de casa. O trabalho de casa para mim é trabalho porque tem mulher que diz assim: “eu não trabalho” meu deus do céu, do jeito que uma casa tem o que fazer tudo que se faz em casa não é trabalho? O trabalho doméstico é muito trabalho, muito mesmo. Além do trabalho em casa o trabalho na roça, todo ele é trabalho, né?

[Seus MANDACARU – esposo de dona CARNAÚBA] - ela não para um segundo! Às vezes eu tô fazendo uma coisa quando chego à porta tá fechada, eu vou procurar e ela tá ali magoando os pés de cana e as plantas do quintal. Tem horas que eu chego e ela tá na máquina costurando, ela é costureira também, só que ela não quer dizer não (risos). Ela só não faz chover, mas o resto tudo ela faz.

Às vezes a gente tá aqui no sítio e chega um menino e disse mainha alguém deixou uma máquina de costura aqui para senhora consertar, tudo no mundo essa mulher inventa e dá certo, ela sempre trabalhou e trabalha muito. (D.

CARNAÚBA- agricultora – Grupo de mulheres da Gameleira e Seu MANDACARU (esposo de D. CARNAÚBA), 2020).

As falas das camponesas e trabalhadoras rurais evidenciam que na organização e na concretude da vida cotidiana e reprodução da vida em comunidade e no núcleo familiar camponês, existe a demanda de uma série de trabalhos e funções realizados por homens e mulheres — embora algumas dessas atividades não sejam valorizadas e reconhecidas como trabalho pelos membros da família, pela sociedade e às vezes até mesmo por algumas mulheres que têm a cultura patriarcal e machista arraigada no seu pensamento e forma de estar, sentir e ver o mundo.

As mulheres limpam a terra, plantam, colhem, montam cercados, tiram leite, cuidam do gado, bodes, porcos e galinhas, cultivam a horta, fazem o processamento de frutas e leite e comercializam seus alimentos e produtos nas feiras, além de realizarem os trabalhos tidos como domésticos, ou seja, lavar, cuidar da casa, passar, cozinhar, cuidar da educação dos filhos e da saúde de todos da família. Esse conjunto de pequenos e grandes trabalhos sobrecarrega e limita o processo de autonomia das mulheres.

É importante dizer que na sociedade e no modo de produção capitalista, as desigualdades existentes entre mulheres e homens não se estruturam apenas ideologicamente; elas possuem base material, ou seja, elas sofrem restrições no processo de distribuição e acesso a recursos materiais, culturais e econômicos.

No mercado de trabalho, as relações também são mensuradas a partir de relações mercantis que geram um determinado produto com valor de troca, seja ele material ou simbólico, como a força de trabalho vendida para obtenção de um salário, por exemplo.

Assim, todo trabalho que gere um valor de uso sem fins unicamente para acumulação de riqueza, não é validado socialmente como trabalho, ou seja, para ser mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para seu próprio produtor (MARX, 1975, p. 140). Como nos moldes do sistema capitalista só é considerado trabalho o “produto” que tem valor de troca, a produção para o autoconsumo, o trabalho doméstico e o de cuidado realizado pelas mulheres são tidos como “ajuda”.

Essa invisibilidade e desvalorização proposital do trabalho das mulheres se dá também porque a família camponesa assumiu características patriarcais. Assim, as relações familiares e

de trabalho estão diretamente relacionadas às hierarquias de sexo/gênero, etária e ou geracional. De maneira que as relações sociais, a organização e as dinâmicas do trabalho são marcadas por permanentes tensionamentos, conflitos e desafios que envolvem processos de interlocução e negociação entre mulheres e homens de faixa etária e geração distintas, ou seja, de distintas hierarquias de poder. Nesse sentido, o poder se revela a partir da correlação de forças que pressupõe uma relação entre um dominador e um dominado.

Foucault (1988) compreende o poder “como algo vivo no próprio tecido do corpo social, podendo-se denominar de poder o conjunto de relações presentes em toda parte, na estrutura do corpo social”. Para o autor, o poder é uma prática social e, como tal, construída historicamente. Ou seja, não é natural na sociedade.

Foucault (1988) classifica o poder como:

[...] como uma rede de relações sempre tensas, que não admite polaridade fixa, mas considera que homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças. (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Ainda de acordo com Foucault (1995):

Os sujeitos têm ou criam possibilidades de reação ao poder e podem com isso realizar feitos importantes como alterar as relações, já que as perspectivas que o poder traz são “transformadoras”, pois possuem ao mesmo tempo um caráter produtivo e emancipador, o que caracteriza qualquer ação que parta do mesmo, como libertária (FOUCAULT, 1995, p. 231-249).

O conceito de poder de Foucault traz grande contribuição para a compreensão das relações de gênero e as desigualdades de direitos e de oportunidades existentes entre mulheres e homens na sociedade de classes. Para Angelika Epple (2006, p. 142), “as condições de poder determinam a ordem do conhecimento em certo momento, pois elas definem o que será aceito como verdade e aplicado”, ou seja, “qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social” (MAIA, 1995).

As relações de poder determinam grande parte das dinâmicas sociais, tais como a divisão da sociedade em classes e a divisão social do trabalho entre trabalho feminino e trabalho masculino. De acordo com Carmem Silva e Ana Paula Portela (2010), no meio rural, as relações

e decisões diversas do cotidiano familiar, tanto no espaço público quanto privado, são, muitas vezes, oriundas de um modelo de relações hierárquicas entre mulheres e homens, segundo o qual a figura masculina representa o centro das decisões e do poder.

As relações de poder entre as diferentes pessoas que trabalham na agricultura familiar são hierárquicas, com maior prejuízo para as mulheres; o que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou compartilhada. Muito pelo contrário, as decisões sobre produção, comercialização e, muitas vezes consumo são marcadamente masculinas e centradas no homem adulto, que nesse caso, cabe bem na terminologia chefe de família, pois realmente chefia a unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, um grupo unido por laços de afeto e/ou de parentesco, (SILVA & PORTELLA, 2010, p. 135).

No contexto da agricultura familiar (agroecológica ou não), o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência é outorgado aos homens, cabendo às mulheres um lugar subordinado (SILIPRANDI, 2009, p. 124). Ou seja, as mulheres estão submetidas a uma série de imposições e preconceitos socioculturais que perpassam a vida social, econômica e política.

A agricultura camponesa é um grupo social hierarquizado econômica e socialmente a partir de valores culturais de caráter conservador da família tradicional, que “entende o pai de família como aquele que reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho” (WOORTMANN, 1997, p. 29).

Nesse núcleo familiar, os papéis sociais exercidos por homens e mulheres têm forte impacto sobre a vida, corpo e forma de ser mulher. Conforme Nobre *et al.* (2008), a agricultura de base familiar é fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que por determinação de matriz social patriarcal reserva aos homens o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho no âmbito privado.

Não raramente, a submissão e exclusão das mulheres do processo produtivo e de tomada de decisões encontra respaldo no discurso de proteção, cuidado e zelo por parte da figura masculina para com as mulheres, que são tidas como frágeis e desprovidas de malícias e aptidão para os negócios e gestão da propriedade. Mas esse estereótipo de mulher frágil, dócil, cuidadora da casa e dos filhos que precisa da proteção e amparo masculino visa garantir os interesses sociais e políticos inicialmente da Igreja e do Estado, e em seguida das classes

dominantes e do capital, na medida que usufrui da força de trabalho feminina para sua expansão, exploração e acumulação de riqueza.

As regras sociais a respeito do que é trabalho, quem faz o que e para quem, como é recompensado e qual é o processo social pelo que as pessoas se apropriam dos seus resultados, operam para determinadas relações de poder e desigualdade (GARCÍA, 2002, p. 3).

Segundo Godinho (2003):

A opressão das mulheres foi assimilada pelo capitalismo como forma de diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração da classe trabalhadora; manter uma divisão e competição de interesses e privilégio dentro da classe trabalhadora; assegurar mecanismos de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos (GODINHO, 2003, p. 34).

Nesse contexto, a forma social, política e cultural em que se encontra estruturada a sociedade contemporânea visa garantir as hierarquias de acesso, controle do poder e dos espaços de decisões a partir do aspecto de classe e sexo, para assim garantirem a máxima exploração da forma de trabalho feminino, seja no âmbito da vida privada ou pública, para a acumulação de capital, ou controle dos corpos, territórios e formas de ser, enxergar e estar no mundo.

“Como consequência, as atividades masculinas têm maior valor que as femininas; a sexualidade, o corpo e a autonomia feminina estão legitimamente controlados pelos homens” (SCOTT, 1995), o que diminui não apenas a autonomia das mulheres, como também a autoestima e a participação política. Mas, assim como as relações de gênero são construídas histórica e socialmente, elas também podem ser desconstruídas. Saffioti (2013) salienta que quando transcorrer efetivamente a interpretação das relações de gênero, a supremacia masculina estará ameaçada e com ela também o duplo padrão moral que alimenta a família burguesa, a própria família e o domínio dos poderosos.

O fato é que há várias questões políticas imbuídas nas desigualdades de gênero que provocam o ocultamento da participação e importância das mulheres nas lutas sociais contra a exploração e opressão de classe e gênero, como também no embate por direitos políticos, acesso a bens materiais e imateriais, terra, território e direitos trabalhistas. Esse ocultamento social, político, econômico e cultural, conforme Carrasco (2003), se dá por duas razões bem definidas:

Uma mais antiga, de caráter ideológico patriarcal, e outra, possivelmente mais recente, de caráter econômico. A primeira está relacionada com as razões do patriarcado. Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia, etc.) determina e impõe seus valores e sua concepção de mundo, constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais de poder; elabora o conhecimento, desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, como que se invisibilizasse o resto da sociedade (CARRASCO, 2003, p. 18).

As questões colocadas por Carrasco são facilmente percebidas nas relações sociais existentes nas sociedades rurais que ainda são organizadas de forma tradicional ou patriarcais. No entanto, ao longo das três últimas décadas, as mulheres camponesas da América Latina têm mostrado sua força política no processo de reivindicação e denúncia da opressão, discriminação e violência sofridas por elas no campo.

Sem dúvida, a mulher camponesa é um sujeito importante para a compreensão das transformações e dinâmicas socioterritoriais do espaço agrário latino-americano e brasileiro. Bruna Rapozo (2019) ressalta que as camponesas têm exercido papel decisivo na disputa por políticas públicas, ao mesmo tempo em que vêm se fortalecendo como sujeitos políticos que de forma organizada se mobilizam, reivindicam e ocupam espaços de decisões, seja nos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos ou núcleo familiar.

As mulheres têm papel fundamental nas lutas sociais e políticas contra a expansão e territorialização do sistema capitalista, do capital, agronegócio e grupos econômicos que tentam expropriar os territórios, os modos de vida ancestrais dos povos do campo, das águas e das florestas. De acordo com Oliveira (2001), “o capital só se territorializa, desterritorializando a agricultura não capitalista”, ou seja, a camponesa, indígena, quilombola, entre outras formas de cultivos e re-existências não hegemônicas.

No espaço rural e cotidiano do agrossistema familiar camponês, a força de trabalho feminina, isto é, o dispêndio de energia física ou intelectual, está presente em todos os processos e instâncias da vida familiar, social, econômica e comunitária, e tem possibilitado a produção de alimentos, renda e melhores condições de vida e a reprodução social da agricultura.

De acordo com Emma Siliprandi & Rosângela Cintrão (2015), a mobilização política das mulheres rurais tem surpreendido a sociedade, o Estado e os próprios movimentos sociais

rurais, em função de extrapolarem o que seria socialmente esperado em relação às suas atribuições de gênero. Ainda de acordo com as autoras:

Os movimentos de mulheres rurais não têm se restringido às reivindicações históricas de inclusão das mulheres em políticas públicas, mas avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 582).

Atualmente, as mulheres camponesas estão presentes em espaços de poder e decisões importantes como os grupos de mulheres, sindicatos rurais, Marcha das Margaridas, movimentos sociais, entre outros espaços. Elas constituem sujeitos importantes nas ações e lutas políticas e sociais contra a irracionalidade do capital, que transforma tudo em mercadoria, negando o direito dos povos à terra e ao território, que são meios para produção da existência, identidade e cultura dos povos.

Como bem coloca Hannah Arendt (1998, p. 13), “a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história”. O fato é que o espaço agrário apresenta grandes contradições; algumas delas dizem respeito às relações de classe e gênero, como também à divisão sexual do trabalho, que nem sempre é feita de forma justa e estão permeadas de relações de poder.

Para Danièle Kergoat (2010), a divisão social do trabalho tem sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de raça, consideradas relações de produção a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica da sociedade, que se expressa mediante as formas crônicas de exploração, dominação e opressão. Silvia Federici (2004) acredita que a consequente submissão das mulheres ao trabalho reprodutivo aumentou sua dependência em relação aos homens. Isso permitiu que o Estado e os trabalhadores utilizassem o salário masculino como instrumento para governar o trabalho das mulheres.

As desigualdades entre homens e mulheres estão intrinsecamente relacionadas à organização da divisão sexual do trabalho e à estrutura patriarcal que hierarquiza os processos de trabalho e a reprodução da vida social, política e econômica no âmbito familiar. De acordo com estudos de Maria José Carneiro (2001), Beatriz Heredia (1979) e Bruna Rapozo (2017), na agricultura camponesa e familiar, a divisão do trabalho é marcada pela atividade produtiva da

roça e o trabalho reprodutivo em casa. Contemplando assim quatro componentes: a roça, a casa, a criação e o quintal. As formas de organização da divisão do trabalho existentes na agricultura acabam por ocultar as atividades e o trabalho desempenhado diariamente pelas mulheres da família. A forma social e econômica como esse grupo social está organizado não dispensa o trabalho de nenhum dos integrantes no processo agrícola e não agrícola, seja para a geração de renda econômica ou apenas para o autoconsumo doméstico.

Nesse contexto, todos e todas estão aptos para o trabalho, seja ele o processamento dos alimentos, a criação de animais, o preparo de solo para plantio, entre outros. Mas por convenção cultural, aquelas atividades consideradas de status inferiores, como, por exemplo, o preparo dos alimentos, os serviços domésticos, os cuidados com as crianças e idosos, são destinadas às mulheres, como se fosse algo natural e inquestionável, quando não é.

No que diz respeito a essa questão, Butto *et al.* (2014) é contundente ao dizer que ideia de mulheres e homens nascerem com capacidades distintas para realizar determinadas atividades é considerada uma construção histórica que acaba por ocultar o trabalho das mulheres e, a partir daí, passa a instituir a noção de superioridade do trabalho masculino.

No núcleo familiar camponês, o trabalho desenvolvido pelas mulheres é essencial para a reprodução das condições de existência e para a reprodução social da unidade camponesa, mas a concentração de alguns tipos de trabalho sobre a responsabilidade das mulheres, como o trabalho doméstico, cuidados e preparo dos alimentos, por exemplo, as coloca em um lugar de submissão, inferioridade e invisibilidade de sua existência e trabalho.

Quando perguntadas sobre o que é trabalho e se o companheiro ou homens da família contribuem com o trabalho de cuidado e doméstico, algumas mulheres sentiram-se constrangidas e depois de alguns segundos de silêncio falaram que eles “ajudam” quando elas precisam sair para resolver alguma coisa, ou quando viajam para fazer os intercâmbios. Fora essas exceções, são as mulheres que fazem todo ou grande parte do trabalho em casa, no quintal e também na roça e processamentos dos alimentos, quando necessário.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais, as participantes do estudo demonstram, a partir de experiências territoriais concretas, que para elas, trabalho não é apenas uma atividade vinculada ao mercado ou à geração de renda monetária; as trocas solidárias, a produção para o autoconsumo, as atividades artesanais e

extrativistas também fazem parte da economia das mulheres ou feministas. A cooperação, a troca e a solidariedade, a produção agroecológica e a sustentabilidade ambiental fortalecem os territórios e os grupos de mulheres.

5.2 Mulheres camponesas, trabalho, autoconsumo e a sustentabilidade da existência

As camponesas, através das suas práticas políticas, economia solidária e sociais, vêm promovendo a transformação do espaço, reconfigurando as relações sociais entre homens e mulheres na família, e entre estes, com a natureza em escala local, comunitária, regional e nacional através da auto-organização em grupos e movimentos de mulheres que atuam de forma articulada e em rede.

A ação política e coletiva das mulheres aliadas à agroecologia tem provocado tensionamento nas relações sociais patriarcais que foram historicamente construídas a partir da hierarquização de práticas, reprodução de discursos e processos de poder visando à promoção da subordinação das mulheres aos homens, à opressão e à exclusão daquelas por estes em diferentes escalas.

Nesse sentido, no núcleo familiar camponês, as relações são construídas e mediadas pelas dimensões culturais e simbólicas, e por essa razão, a família não está isenta de tensões, relações desiguais e hierárquicas de poder, muitas vezes relacionadas ao gênero e à geração.

Essas desigualdades estão ancoradas na divisão sexual do trabalho, que limita e define os padrões de acesso, uso e distribuição dos recursos, organização e tomadas de decisões na unidade de produção. Uma das características da agricultura camponesa é que o trabalho é feito por todas as pessoas da família, como já foi citado anteriormente, e esse núcleo mantém o controle sobre o que produzir e como produzir, além do acesso e disponibilidade de alimentos em qualidade e quantidade sem pagar mais caro por isso.

As relações entre as famílias das comunidades são estruturas com base em processos de confiança, solidariedade, ajuda mútua e laços ou conexões que vão além da consanguinidade. Conforme Eric Sabourin (2009), no meio rural, as prestações de ajuda mútua, o compartilhamento do trabalho e o manejo coletivo de recursos comuns partilhados são exemplos de práticas econômicas gratuitas, baseadas no princípio da reciprocidade. Ainda de

acordo com o autor, as práticas, denominadas como dispositivos coletivos de reciprocidade, são essenciais para o desenvolvimento e a manutenção da produção e também para a manutenção da coesão social em torno de valores humanos afetivos e éticos comuns (SABOURIN, 2009).

Na comunidade Gameleira, a produção e a reprodução da vida material e imaterial das famílias e da comunidade estão vinculadas às práticas recíprocas de solidariedade, ajuda mútua e troca de conhecimentos, bens e alimentos produzidos de forma agroecológica para o autoconsumo. Nesse sentido, “o uso de recursos comunitários, a transmissão intergeracional de bens (doações de animais, terras, dotes e dotações), a transmissão do saber pela família e pelas redes sociais” (SABOURIN, 2009, p. 24).

A produção de alimentos para o autoconsumo, ou produção “pro gasto”, como algumas agricultoras chamam, está imbuída de subjetividade, solidariedade, relações sociais outras que são materializadas na família e nos territórios das comunidades rurais. Além disso, esses alimentos possuem maior valor nutricional, estão livres de toxicidade, duram mais tempo fora e dentro da geladeira, além de serem uma possibilidade concreta para a promoção da saúde ambiental e humana, uma vez que previnem doenças.

Ao produzir para o autoconsumo, as famílias passam a não depender diretamente do mercado externo, sendo assim uma economia não monetária, uma vez que não há a necessidade da compra de alimentos (Figura 10).

Figura 10: Roça de Dona Imburana de Cheiro – Itapetim – PE



Fonte: Imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira – Itapetim- Pernambuco, (2021).

O sítio de D. Imburana de Cheiro é bastante diversificado e conta com certa abundância de água, porque próximo a ele, há uma barragem. Além disso, na propriedade, existe também um poço que armazena água e abastece a residência. No entanto, no período de seca, o abastecimento e a produção ficam comprometidos pela estiagem.

Os sete hectares de terra são compartilhados entre D. Imburana de Cheiro, o esposo e um filho que mora na propriedade. Eles têm uma criação de galinhas de capoeira da qual retiram uma parte para o consumo da família e a outra para venda. Eles também produzem banana, pinha, limão, jerimum, acerola, feijão, milho, manga, coentro, couve, pimentão, cebolinha e coqueiro-da-bahia, sendo esse último produzido para comercialização. Assim como muitas famílias camponesas sertanejas, a família de D. Imburana de Cheiro também guarda as sementes de uma safra para serem plantadas novamente no inverno do ano seguinte.

Ao analisarmos os relatos das mulheres trabalhadoras e camponesas nas entrevistas, notamos que a produção de alimentos nos quintais agroflorestais, e também nos roçados, são

feitas em grande medida por elas e quase sempre voltada para o autoconsumo da família, parentela e para doação e troca entre a vizinhança, como pode ser observado nos relatos a seguir.

Aqui em casa, como a família é grande, tudo que produzimos é “pro gasto” mesmo. Trabalho muito, não vendo o que produzo e por isso não pego em dinheiro de comercialização, mas a economia é muito grande aqui em casa porque a gente cria galinha, então temos a galinha, os ovos, as grutas [...] Eu não vou deixar de comer, tomar um suco, comer uma fruta que eu sei que eu não coloco veneno, para levar os alimentos pra rua pra vender. Tem gente que vende os alimentos, vai pra rua e traz refrigerante pros filhos e netos, aqui refrigerante só entra em casa em algum aniversário ou quando é natal. A produção do quintal e da roça pro autoconsumo não parece muita coisa, mas quando você coloca na ponta do lápis, você vê que ganha um dinheiro bom por ano, quando deixa de comprar no mercado e comer o que produz. Fruta, galinha, ovo, peixe, frutas, quando tem muita coisa a gente dá pros vizinhos, pra pessoas que não têm, ou trocamos pelas coisas que não temos (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e presidenta o Grupo de Mulheres da Gameleira, 2020).

Uma das características da comunidade da Gameleira é que os habitantes têm algum tipo de vínculo familiar uns com os outros; quando não de sangue, estão unidos por relações de compadrio, solidariedade e vizinhança. No sítio da família de D. Jurema Branca, por exemplo, moram quatro famílias, que trabalham juntas na terra e compartilham a colheita entre todos.

As mulheres do Grupo de Mulheres da Gameleira têm demonstrado que a agricultura familiar camponesa com base na produção de alimentos agroecológicos ainda é a principal estratégia para acabar com a situação de fome e insegurança alimentar e nutricional no campo, que de acordo com a Organização das Nações Unidas (2018), aumentou potencialmente desde 2018.

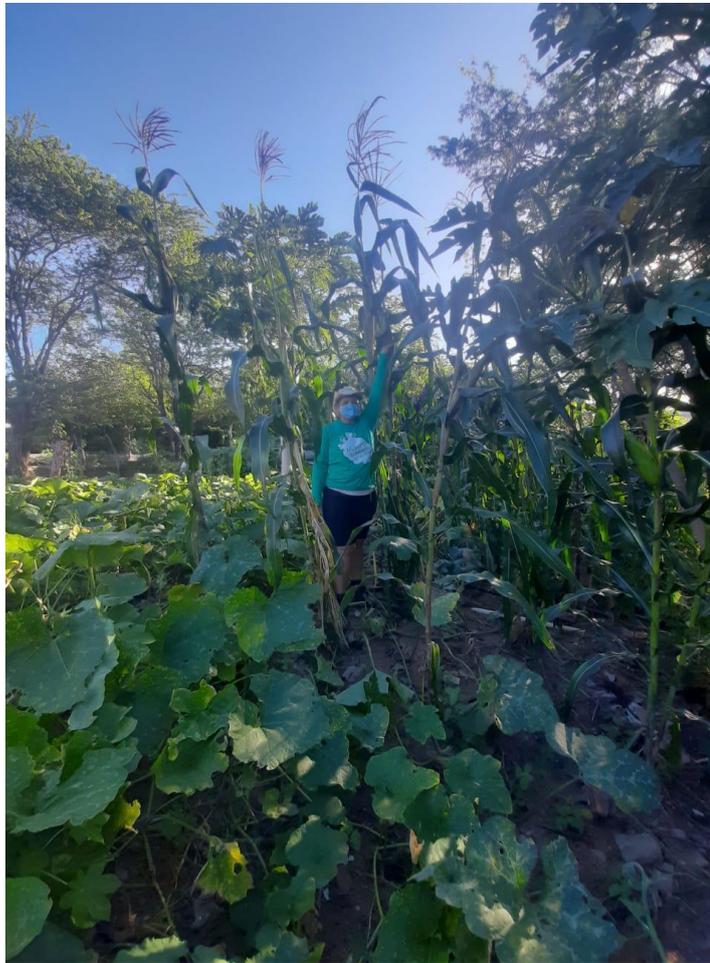
Ainda segundo a ONU, 821,6 milhões de pessoas já passaram fome (em média 1 em cada 9 pessoas), enquanto na América Latina e no Caribe são 42,5 milhões e na África 256,1 milhões vivendo a fome como cotidiano. No ano de 2014, o Brasil havia saído do mapa da fome. No entanto, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE (2018) revelam que a fome atinge 10,3 milhões de pessoas, ou seja, 4,6% da população do país, sendo 7,7 milhões de moradores na área urbana e 2,6 milhões na rural.

A desigualdade do acesso ao alimento está diretamente relacionada à falta de acesso à renda monetária pelas famílias; no entanto, a produção para o autoconsumo tem se apresentado

como estratégia importante para minimizar ou combater a insegurança alimentar e nutricional nas comunidades.

A produção de alimentos de forma ecológica gera uma série de benefícios para a população local, como demonstra o trabalho desenvolvido em Gameleira com a problematização e desconstrução das desigualdades de gênero, raça e classe, mesmo que minimamente, revitalização de áreas de da nascente às margens do rio Pajeú, e produção de alimentos agroecológicos nos sistemas agroflorestais, quintais e roçados, como os de D. Jurema, cuja produção é voltada para a alimentação da família, doações e trocas na própria comunidade (Figura 11).

Figura 11: Sistema agroflorestral de D. Jurema Branca - Itapetim - PE



Fonte: Imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim – Pernambuco (2021).

Para as mulheres que fazem parte do grupo da Gameleira, a agroecologia é uma das estratégias e também ferramenta para a transformação do modo de produzir, viver e resistir no campo com segurança e soberania alimentar, relações mais respeitadas com a natureza, agroecossistemas e ecossistema local que, para quem vive no sertão semiárido, é essencial para conviver bem.

D. Jurema Branca relata que a produção agroecológica de alimentos veio junto com a criação do Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira, o qual trouxe uma nova perspectiva para a forma das mulheres se relacionarem com elas mesmas, com as outras pessoas e com a natureza. Além da presidência do grupo de mulheres, ela ocupa outros espaços políticos, de poder e decisões, como a Associação Agroecológica de São José do Egito, da qual ela é sócia; faz parte da diretoria da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú; é secretária do Conselho Municipal de Itapetim; além de outras ações que vem desenvolvendo na comunidade. Com um sorriso largo e de forma descontraída, ela diz “assim, onde eu puder ir me enfiando para trazer melhorias pra nós, eu vou ocupando os espaços devagarinho”.

No sítio de Dona Jurema Branca, são cultivados dois tipos de milho, feijão (algumas variedades), dois tipos de fava, guandu, gergelim, melancia, coentro, cebolinha, alface, cocoda-baía, jerimum, mamão, berinjela, galinhas, coelhos, entre outros alimentos que têm por destino a alimentação da família, doações e trocas entre parentes e vizinhos carentes. A imagem acima ilustra a agrofloresta da família onde parte dos alimentos são produzidos em consórcio com as espécies nativas da Caatinga e algumas forrageiras que têm por finalidade a produção de nutrientes e proteção do solo.

A ressignificação das relações sociais, de gênero e de trabalho representa uma mudança de postura, hábitos e processos que se iniciam no reconhecimento das desigualdades existentes entre as mulheres e os homens na sociedade. O enfrentamento ao sistema patriarcal também esteve presente no processo de criação do grupo de mulheres e mudanças no modo de produzir alimentos e conservar a Caatinga, os olhos água e a natureza.

A descrença por parte de alguns homens no trabalho das mulheres foi uma realidade enfrentada por elas, de acordo com as entrevistas. A substituição de adubos químicos pelos naturais e a extinção de práticas agressivas à natureza, como as queimadas, por exemplo, têm

sido estratégicas para a melhoria da saúde das famílias e da natureza, intensificando o processo de resiliência e possibilitando colheitas mais abundantes em quantidade e qualidade.

Aqui em casa, a gente planta “pro gasto” e não usamos veneno ou insumos desses aí que mata a terra. Se precisar de defensivo, eu faço o natural. Tudo que a gente produz de verdura, fruta, é tudo natural, o adubo que a gente usa é o esterco de gado. Aqui, a gente tem goiaba, pinha, graviola, laranja, limão, acerola, caju, cebola, coentro, pimenta, mamão, banana, quiabo, milho, dois tipos de feijão, fava, macaxeira, batata doce [...]. Criamos porco, galinha, galinha d’angola, guiné e gado, tudo é para o consumo, porque a família é grande, só vendemos o gado, isso quando é necessário (D. CARNAÚBA - agricultora e integrante do Grupo de Mulheres da Gameleira).

Temos criação de galinhas, e pequenas plantações de batata doce, milho, feijão, macaxeira e hortaliças, tudo para o consumo familiar, exceto as galinhas de corte, que vendemos no comércio de Garanhuns e Região do Agreste Pernambucano (D. MACAMBIRA - trabalhadora rural e integrante do MMTR-PE).

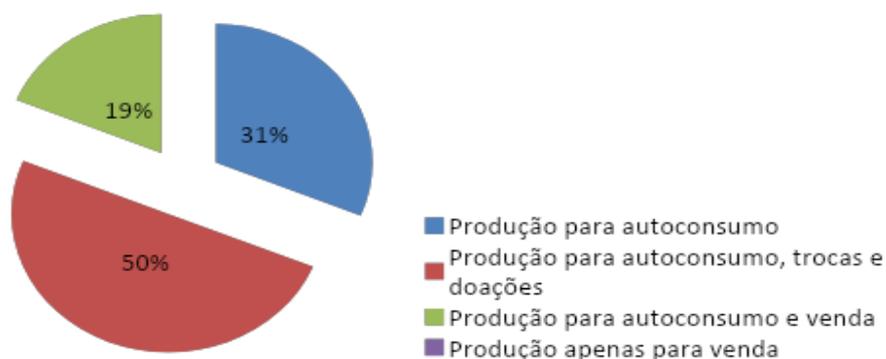
Minha produção é de milho, feijão, batata doce, vários tipos de frutas e uma variedade de hortaliças, além das ervas medicinais. Não comercializo, é para o meu consumo e para presentear a comunidade (D. QUIXABEIRA - trabalhadora rural e coordenadora administrativa financeira do MMTR-PE).

As falas de Dona Jurema Branca e de dona Carnaúba corroboram com Cândida Zanetti e Renata Menasche (2007), quando afirmam que a produção de alimentos voltada para o consumo das famílias rurais desempenha importante papel como estratégia de reprodução social. No entanto, como essa produção se apresenta à margem das relações de mercado, e é realizada principalmente por mulheres, ela é pouco valorizada.

Conforme Maria Emília Pacheco (1997), ao longo da história da agricultura, em especial da agricultura familiar brasileira, o trabalho das mulheres e a valorização das suas atividades no conjunto dos sistemas produtivos acabavam sendo camuflados pela invisibilidade, relacionando-se, substancialmente, às formas de organização da divisão do trabalho.

As mulheres têm criado e apontado outros sentidos e significados para a produção de autoconsumo na medida que mostram que essa produção é essencial para a economia familiar, para a segurança alimentar e as relações comunitárias solidárias, como pode ser observado no gráfico a seguir, referente à produção e destino dos alimentos produzidos pelas entrevistadas da pesquisa.

Gráfico 1: Destino da produção realizada pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações e dados coletados em trabalho de campo e entrevistas.

É interessante observar que, embora a produção para comercialização seja importante, porque vai garantir uma quantidade de dinheiro que ajudará as famílias a adquirir outros serviços, matérias-primas e alimentos que não produzidos por elas, 50% de tudo que é produzido é voltado para o autoconsumo, trocas e doações. 13% da produção é voltada exclusivamente para o autoconsumo da família e 19% para o autoconsumo e venda.

No contexto da pesquisa, a produção para autoconsumo é realizada em grande parte pelas mulheres, que sempre estão preocupadas com a forma que a família está se alimentando. No entanto, parte desses alimentos também chega a outros consumidores através dos circuitos curtos, como comercialização nas próprias comunidades e nas feiras agroecológicas, partilha, trocas, doações de parte da colheita protagonizada pelas mulheres, sendo essas redes de solidariedade essenciais nas relações sociais das comunidades rurais.

A produção de alimentos realizada pelas mulheres entrevistadas é feita de forma agroecológica em quintais e sistemas agroflorestais próximos à casa e aos sistemas de produção ou de água cinza. Como pode ser observado na Figura (12) abaixo, na roça de Dona Umbuzeira, a produção é feita de forma diversificada, ou seja, “é plantado tudo misturado”: frutíferas, leguminosas, árvores nativas, cereais, entre outros.

Figura 12: Roça de Dona Umbuzeira – Itapetim – PE



Fonte: imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim - Pernambuco (2021).

É importante destacar que a produção para o autoconsumo é uma esfera não monetarizada da economia, mas conforme os dados e entrevistas, é possível constatar que essa produção garante a segurança e a soberania alimentar, mesmo que minimamente. Ela também possibilita o manejo mais sustentável dos agroecossistemas e a construção de conhecimentos agroalimentares e ecológicos que vão sendo reproduzidos e construindo processos de conscientização sobre as formas de ocupação e uso do solo e bens naturais, por exemplo.

Conforme Catia Grisa e Sergio Schneider (2008, p. 489), a produção para o autoconsumo alimenta sociabilidades, firma relações entre vizinhos, estabelece compromissos, consolida a vida comunitária e uma estrutura social importante para a reprodução social das unidades familiares.

Para Wolf (1976), o autoconsumo é

uma característica que pode ser descrita como genuína às formas sociais familiares, pois é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o

caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas (p.98).

, “o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 98).

Caso não haja a produção “pro gasto”, as famílias camponesas certamente vão precisar desenvolver outras atividades para gerar renda monetária para compra de alimentos no mercado, ou seja, o trabalho desenvolvido pela família servirá para que se tornem consumidores dos produtos comercializados pelo capital. Ou seja, serão produzidos alimentos, matérias-primas ou bens para serem trocados por dinheiro no mercado para compra de comida, muitas vezes sem a mesma qualidade e diversidade dos produzidos por eles e elas.

De acordo com Castro (1966, p. 16), “a história da humanidade pode ser escrita em função das dietas alimentares [...], a iniciativa, o progresso, o êxito e a felicidade do homem tendem a ser paralelos à sua disponibilidade de alimentos e ao seu tipo de dieta”. De fato, escolhas alimentares estão imersas em um mar de significados, no contexto dos territórios rurais.

Dependendo dos sujeitos, região e território nos quais estão inseridos, o cultivo de alguns alimentos pode representar uma série de simbologias, pode representar a ligação com a terra sagrada, a memória da ancestralidade e a força dos encantados que, materializadas nas sementes, nos alimentos, vão nutrir o corpo e fortalecer o espírito e alma do povo. Iberê (2020) nos brinda com uma leitura sensível, afetuosa e indubitável sobre alimentação a partir dos territórios dos povos originários, na qual ela destaca que:

Pensar o alimento desde os povos originários é, antes de tudo, uma atitude de insurgência e rebeldia, de mulheres e homens e crianças e avós que carregam sobre seus ombros o peso maior de uma luta contra a exploração, contra os apagamentos, contra o assassinato das memórias e a imposição do discurso monológico de um poder que não reconhece outro que não seja o eco de seu próprio pensar. Vítimas anônimas que pagam o preço de existir, que insistem e resistem ao domínio das indústrias do veneno, mas que sofrem na própria pele os efeitos do colonialismo, que segue avançando sobre o solo sagrado da Mãe Terra. Pensar o alimento desde os povos indígenas é percebê-lo fonte que nutre o corpo e fortalece o espírito; é convidar para o partilhar generoso de mundos em que caibam muitos mundos, que abrigam um sem fim de vidas nas quais diferentes, iguais, múltiplos e complexos seres, de sagrada “natureza” e “alma”, habitam em desafio de coabitar, de

coexistir, de conviver, de bem viver. É pensar o alimento produzido nos nossos territórios, demarcados e autônomos, um alimento livre de sangue de genocídio, agrotóxico ou transgenia, uma semente que carrega consigo as memórias de muitos mundos (IBERÊ, 2020, p. 37).

O fato é que a forma de cultivo, distribuição e consumo dos alimentos em quantidade, qualidade e diversidade deveria ser um direito inalienável, independente da regulação e demandas da indústria alimentícia e do sistema capitalista de produção, que busca a padronização e artificialização dos sabores, cores, nutrientes dos alimentos e da vida humana.

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹⁶ (CONSEA, 2006), embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana (p. 4). A homogeneização da comida e o monopólio do mercado torna o acesso ao alimento cada vez mais difícil por parte da classe trabalhadora, dos desempregados, trabalhadores informais, entre outros sujeitos sem renda monetária, que não têm como acessar os alimentos e por essa razão estão em estado de vulnerabilidade social e, em alguns casos, estado de pobreza e fome.

Em 1930, o médico Josué de Castro já alertava para a questão da alimentação e da fome no território brasileiro. No entendimento de Castro (1937, p. 16), o problema da alimentação é vastíssimo. Como disse Dastre, ele é culinário, gastronômico, mas também é social, econômico, higiênico, médico e até moral. Ainda segundo o autor, as mulheres camponesas têm problematizado a questão da produção de alimentos e construído estratégias e experiências coletivas para a produção diversificada de alimentos com base nas práticas e saberes agroecológicos e manejo racional dos biomas locais.

No entanto, Daniel Iberê (Guarani M'byá) (2020, p. 38) adverte que “os sistemas diversos de produção de alimentos estão ameaçados e, com eles, os conhecimentos locais, os modos de fazer, ser e viver – os saberes milenares dos povos originários”.

¹⁶ O CONSEA foi criado em 1993 pelo governo Itamar Franco a partir da demanda e luta da sociedade civil e movimentos sociais. O CONSEA tinha como objetivo a execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando garantir o direito à alimentação adequada, em quantidade e qualidade. No entanto, em 2019, através da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019, revoga o inciso e artigo da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional/LOSAN. Assim, leva à extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/CONSEA na estrutura organizativa do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Nesse contexto, as mulheres camponesas, em suas singularidades, têm construído estratégias para lutar contra o projeto do capital e modelo de desenvolvimento explorador e mercantilização dos bens naturais, trabalho, povos e territórios de vida. Elas também têm problematizado e questionado as injustiças socioambientais, pois buscam a promoção e manejo dos agroecossistemas, da natureza e produção agrícola mais sustentável, muitas vezes sem uso de insumos externos, agrotóxicos e sementes transgênicas.

As mulheres camponesas têm protagonizado as lutas pela agroecologia, produção de alimentos saudáveis, relações de trabalho mais justas e pelo acesso a direitos e políticas públicas de forma mais democrática entre homens e mulheres. O semiárido nordestino foi construído com base em um sistema patriarcal, colonizador, eurocêntrico e racista, que nega a pluralidade e a singularidade dos territórios e modo de produção não capitalista.

A alienação política histórica conduzida pelos detentores dos instrumentos do Estado foi usada como meio de dominação de classe e concentração da terra, da água e dos meios de produção para tornar as famílias camponesas cativas das normativas dos donos do poder. A água é essencial para a produção de alimentos e para a existência de qualquer tipo de vida, seja vegetal, animal ou humana. Aquele elemento tão necessário para a manutenção da vida no contexto do sertão semiárido é elemento de grande valor e deve ser usado de forma racional para enviar sua escassez. No caso do semiárido, a convivência com as condições naturais locais depende também do arcabouço de saberes, conhecimentos, práticas e experiências tradicionais e populares das sertanejas e dos sertanejos.

Nesse sentido, as técnicas de reuso, tecnologias que evitam o desperdício, contaminação, poluição da água ou até mesmo estratégias para revitalização e preservação de áreas de nascentes ou “olhos d’água” pode representar o acesso ao bem natural mesmo nos períodos de estiagem ou secas mais severas, tornando-se, assim, ferramenta importante na promoção da sustentabilidade, segurança alimentar e nutricional e a transformação da realidade vivenciada por mulheres e homens no contexto da agricultura familiar camponesa, como veremos no próximo capítulo.

6 AGROECOLOGIA E AS CAMPONESAS QUE PRODUZEM SEMENTES (D)E ÁGUA NO SERTÃO SEMIÁRIDO

Em um ecossistema, todos os elementos naturais têm uma função específica, sendo essenciais para o processo de resiliência e equilíbrio dos micro-habitat e para a manutenção da biodiversidade local. No tocante à água, ela é vital para a manutenção do ciclo fisiológico, químico e biológico do ser humano, vegetal e animal, como também na modelagem da paisagem através dos processos químicos, físicos e geológicos.

A água é um bem de uso comum, que cada vez mais tem sido apropriada pela iniciativa privada, tornando o acesso a ela mais difícil devido ao alto valor monetário da sua mercantilização. Sabe-se que cerca de 70% do planeta Terra é recoberto por água; entretanto, apenas 3% dessa água é doce e considerada própria para o consumo humano.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA (2006), o Brasil é a maior potência hídrica do mundo, com 13,7% disponíveis do total mundial de água doce, e quase 73% dessa água está concentrada na bacia Amazônica. No entanto, é necessário dizer que parte significativa dessa água vem sendo privatizada e mercantilizada, como se fosse uma mercadoria qualquer e não um bem de uso comum.

No Brasil e outros países da América Latina, o aprisionamento dos rios, mananciais e áreas de nascentes por grupos internacionais tem sido uma realidade vivenciada pelos territórios e comunidades tradicionais que são impactadas ou vivem em conflitos pela apropriação e uso da água.

De acordo com Mohamed. Bouguerra (2004), para muitos países do Sul, a privatização da água foi imposta pelo FMI, que fez disso uma condição para a negociação das dívidas e a concessão de créditos. Bertha Becker (2003) já havia sinalizado para a progressiva mercantilização da natureza, com a criação dos “mercados” do ar, da água e da biodiversidade.

Com relação a essa necessidade eminente do capital em transformar os bens naturais e de uso comum em mercadoria, Avani Torres (2007, p. 53) salienta que o capitalismo necessita cada vez mais que coisas se transformem em mercadorias, para atender às novas necessidades estabelecidas, pelo fetiche e status simbolicamente instituídos no consumo das mercadorias.

Cada vez mais, os bens naturais, em especial a água, são apropriados, passam pelo processo de valoração e se transformam em mercadoria, ou seja, um bem econômico valioso, o “ouro azul”, como foi chamada por Bertha Becker (2003). No Brasil, o acesso à água potável e de qualidade é feito de maneira desigual, porque os interesses econômicos e políticos são colocados em primeiro plano, em detrimento das necessidades reais da população menos privilegiada, ou que vive em territórios longínquos, como, por exemplo, os sertões semiáridos, nos quais o clima e o regime das chuvas possuem peculiaridades, com a ocorrência de longos períodos de estiagens e secas cíclicas que podem durar meses ou anos.

A região Nordeste do Brasil está próxima à linha do Equador, ou seja, zona intertropical da Terra; isso implica dizer que alguns estados localizados na faixa equatorial possuem áreas com clima mais seco, temperaturas elevadas e chuvas mal distribuídas no tempo e no espaço, como é o caso do sertão semiárido do estado de Pernambuco. Nesse contexto, as áreas de nascentes ou olho d’água são de extrema importância para a gestão da vida nessa região específica do país.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (ONU, 2006) é um importante documento, que versa sobre os conflitos em torno do acesso e uso da água. De acordo com ele, as raízes da crise em termos da água se prendem à pobreza, à desigualdade e às relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez (p. 5).

A água é o recurso natural mais importante que existe, sendo essencial para a reprodução da vida. Portanto, faz-se necessário criar estratégias para o uso racional da água e evitar o desperdício desse recurso finito que se faz presente em todas as atividades e processos de produção e reprodução das condições de vida humana, dos ecossistemas e da biodiversidade do planeta. A questão da água tornou-se pauta de discussões de instituições e organizações nacionais e internacionais preocupadas com a forma como a população mundial e o modo de vida capitalista de produção têm se apropriado, usado e impactado os mananciais, aquíferos e nascentes de água potável e doce em todo o mundo.

Em 1992, foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Dublin, a Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente (1992), na qual foi produzido um documento chamado de *Declaração sobre Água e Desenvolvimento Sustentável*. O Relatório,

elaborado pelos líderes mundiais que estiveram reunidos na Conferência, traz recomendações de promoção de ações baseadas em quatro princípios orientadores desenvolvidos e compactuados pelas lideranças mundiais e deveriam ser implementados a nível local, nacional e internacional.

De acordo com o Princípio N° 3 do Relatório da Conferência (1992), as mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água. Ainda de acordo com a *Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável*:

Este papel central das mulheres como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente em que vivem raramente tem sido refletido nos arranjos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. A aceitação e implementação deste princípio exige políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres e equipar e empoderar mulheres para participar em todos os níveis nos programas de recursos hídricos, incluindo a tomada de decisões e implementação, de maneira definida por elas mesmas (1992. p. 3).

A conferência jogou luz sobre uma das práticas que vêm sendo desenvolvidas pelas mulheres há gerações e que é de grande relevância política e social, além de ser essencial para a reprodução dos ecossistemas, agroecossistemas e das condições de existência do ser humano.

A gestão e cuidado com as fontes de água é questão-chave para se evitar o desperdício de água potável e a escassez hídrica provocada, entre outras razões, pela baixa precipitação e pelos longos períodos de estiagem. Com relação à gestão da água no contexto do semiárido nordestino, Juliana Funari (2016, p. 36) destaca que:

As diversas gestões das águas são essenciais para o desenvolvimento das atividades humanas e do bem-estar, e no contexto de instabilidade hídrica do semiárido são processos-chave para construção de sistemas ecológicos e culturais de convivência profícua com a natureza. No meio rural são ainda uma questão de sobrevivência e saúde para as famílias camponesas, pois o saneamento básico, em especial o abastecimento de água, praticamente não existe, mesmo sendo essas áreas rurais e camponesas fundamentais para conservação e produção da água (FUNARI, 2016, p. 36).

É inegável que a água é um bem natural de extrema importância, sendo também o que corre mais riscos de escassez, devido às ações antrópicas, como também devido à má distribuição das chuvas no espaço e no tempo e ao acelerado processo de evapotranspiração ocasionado pelas altas temperaturas, como as encontradas na região do semiárido nordestino.

Nesse contexto, a captação e o armazenamento de água das chuvas ainda é uma das estratégias mais eficientes para a obtenção de água para o consumo humano, como também para a produção de alimentos e criação de animais, principalmente nas regiões semiáridas.

No século XXI, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo cuidado, gestão e abastecimento da casa com água para o consumo doméstico. As mulheres compreendem que a água é um bem coletivo e direito de todas as pessoas e não uma mercadoria para especulação e geração de lucro para o sistema capitalista.

Essa discussão vem sendo problematizada ao longo dos anos pela plataforma política da Marcha das Margaridas e pelos movimentos sociais que contribuíram com a discussão e formulação dos programas P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas e o P1+2 - Programa Uma Terra, Duas Águas, voltados para a captação de água de chuva para beber e produzir, através das cisternas de placas.

O processo de captação e armazenamento da água é feito de diferentes formas, a depender da finalidade ou destino da água. Um exemplo é a captação através do telhado das casas das famílias para o armazenamento em cisternas de placas de 16 mil litros, água que servirá para o consumo humano. Essa é uma das formas de estocagem de água em tempos chuvosos, mas há outros métodos de tecnologias sociais hídricas adotadas para a convivência com o sertão semiárido em tempos de estiagem e seca prolongadas. Somando-se às cisternas de placas, as cisternas calçadão, as barragens subterrâneas e os tanques de pedras também fazem parte das estratégias das famílias que vivem no semiárido.

Algumas das mulheres da associação da Gameleira, integrantes e sujeitos da pesquisa, possuem as cisternas de placas combinadas com outras estratégias e tecnologias sociais que possibilitam a convivência com o semiárido e melhoram as condições de vida das famílias camponesas.

São estratégias como o sistema de reuso de água cinza, fogões agroecológicos, sistemas agroflorestais, quintais produtivos, viveiros coletivos de mudas e olho d'água. Todas essas tecnologias sociais são estratégias construídas através da junção do conhecimento empírico dos sujeitos e os conhecimentos científicos e técnicos das organizações, movimentos sociais e sociedade civil organizada que buscam formas de convivência que também garantam

o acesso a direitos universais como a água, alimentação, bem-estar e qualidade de vida, com equidade de gênero para homens, mulheres e jovens no contexto do sertão semiárido.

A convivência com o semiárido é um paradigma que vem sendo pensado, problematizado, construído e implementado a partir da articulação e da mobilização de inúmeros movimentos sociais e organizações não governamentais que, na década de 1990, promoveram a discussão da temática.

Essa questão veio ao centro do debate em 1999, no Fórum Paralelo da Sociedade Civil, evento realizado durante a III Conferência das Partes da Conversão de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), no Recife. No fórum, foram discutidas em escala regional e nacional as questões e dificuldades enfrentadas pela população e as possíveis estratégias para convivência com o semiárido, mas que levassem em consideração as narrativas, experiências e necessidades dos povos locais. Foi na ocasião do fórum que foram criados a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC), em 1999.

Observa-se que as organizações e movimentos sociais que atuam nos territórios do sertão semiárido possuem uma longa experiência sobre o viver, cultivar e resistir nesta região. Experiências estas adquiridas com o convívio, diálogo e trocas de saberes realizadas entre as famílias camponesas e os técnicos e técnicas das organizações.

As famílias e comunidades camponesas, ao longo das gerações, foram experimentando, aperfeiçoando e reproduzindo sementes, conhecimentos, técnicas e práticas de convivência com a seca e seus efeitos.

Esse conhecimento e as experiências dos povos, aliados aos conhecimentos e técnicas construídos pelas organizações e movimentos sociais para conviver com o semiárido, divergiam do modelo de projeto adotado pelo Estado, governos e elites locais para lidar com as problemáticas da seca e desigualdades econômicas, sociais e políticas, que faziam da seca um instrumento para captação de recursos, mas que não contemplava a população.

O combate à seca adotado pelo Estado não beneficiava a população que sofria com a falta de água, fome e miséria acentuadas nos períodos de estiagem. Essa ideia de combate reproduzia no imaginário popular a imagem de lugar seco, miserável, inóspito e desolado, negando, assim, a existência de processos e experiências ricas e diversificadas, saberes e práticas acumuladas pelos povos do sertão semiárido ao longo dos tempos e gerações.

Nesse contexto, a ASA foi criada para garantir à população rural o acesso à água para o consumo humano, ao passo que também possibilita a promoção da qualidade de vida e da dignidade humana, provocando, por consequência, mudanças significativas no tecido social, econômico e político que, por sua vez, vão rebater também em outras dimensões da vida e das relações sociais no contexto das comunidades rurais e famílias camponesas.

A ASA está presente em todos os estados que compõem a região Nordeste do Brasil. Ela tem por missão “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e justiça social” (ASA, 2021, s.l.). O trabalho desenvolvido por aproximadamente três mil organizações que fazem parte da ASA não diz respeito apenas ao acesso à água; a convivência com o semiárido é pensada de forma articulada com outros processos e elementos essenciais para a produção e reprodução das relações sociais e condições de vida das famílias.

Nesse conjunto de elementos, estão inseridas as dinâmicas econômicas, políticas, culturais e ambientais, problematizadas em diálogo com as relações de gênero, geracionais e indenitárias, entre outras. Com relação aos valores que congregam a Articulação, a Agroecologia, a soberania e segurança alimentar, a universalização do abastecimento de água, acesso a terra, ao crédito e aos canais de comercialização são alguns desses valores.

Assim, os povos do sertão estão em parceria com os movimentos sociais e Organizações Não Governamentais construindo estratégias, mecanismos e ações que minimizem os impactos da ação humana ao meio ambiente e natureza, além, é claro, de incentivar o uso racional da água, das florestas e dos agroecossistemas como um todo, visto que nessa região as secas prolongadas exigem outras formas de manejo dos bens naturais e técnicas de adequadas e adaptadas à realidade local.

6.1 “ÁGUA TAMBÉM SE CULTIVA, VIU?!”¹⁷

O sertão está localizado em uma região onde o déficit hídrico, o que, somado aos processos de evapotranspiração, pecuária extensiva e desmatamento da vegetação nativa da

¹⁷ Fala de dona Jurema Branca durante uma conversa informal, quando ela falava do cultivo das mudas nativas. Em um momento da conversa ela disse “Bruna, água também se cultiva, viu?!”

Caatinga, pode colocar em risco os ecossistemas, a fauna e flora endêmica, como também a existência das comunidades rurais e de toda forma de vida que tem na água a condição primeira para sua existência.

Por isso, o cuidado com a conservação da vegetação se torna essencial, porque dela depende também a umidade do solo e o represamento subterrâneo de água através das nascentes ou olhos d'água, como os que podem ser encontrados na comunidade da Gameleira e são manejados pelo grupo de mulheres.

Gameleira está localizada em uma área com grande cobertura nativa de Caatinga, embora as marcas do desmatamento também estejam presentes na paisagem. Além disso, está a alguns quilômetros do leito do rio Pajeú, possui alguns tanques de pedra que armazenam água durante o período de chuvas e fica nas adjacências de uma das barragens que abastece o município de Itapetim.

De acordo com as entrevistadas, tudo isso implica dizer que embora a comunidade passe por fases de escassez de água, o que impossibilita a agricultura em alguns períodos do ano, poucas famílias têm acesso às cisternas de placas do Programa Um Milhão de Cisternas, porque quando estas chegam para os municípios, a prioridade são as comunidades mais impactadas com os efeitos da seca.

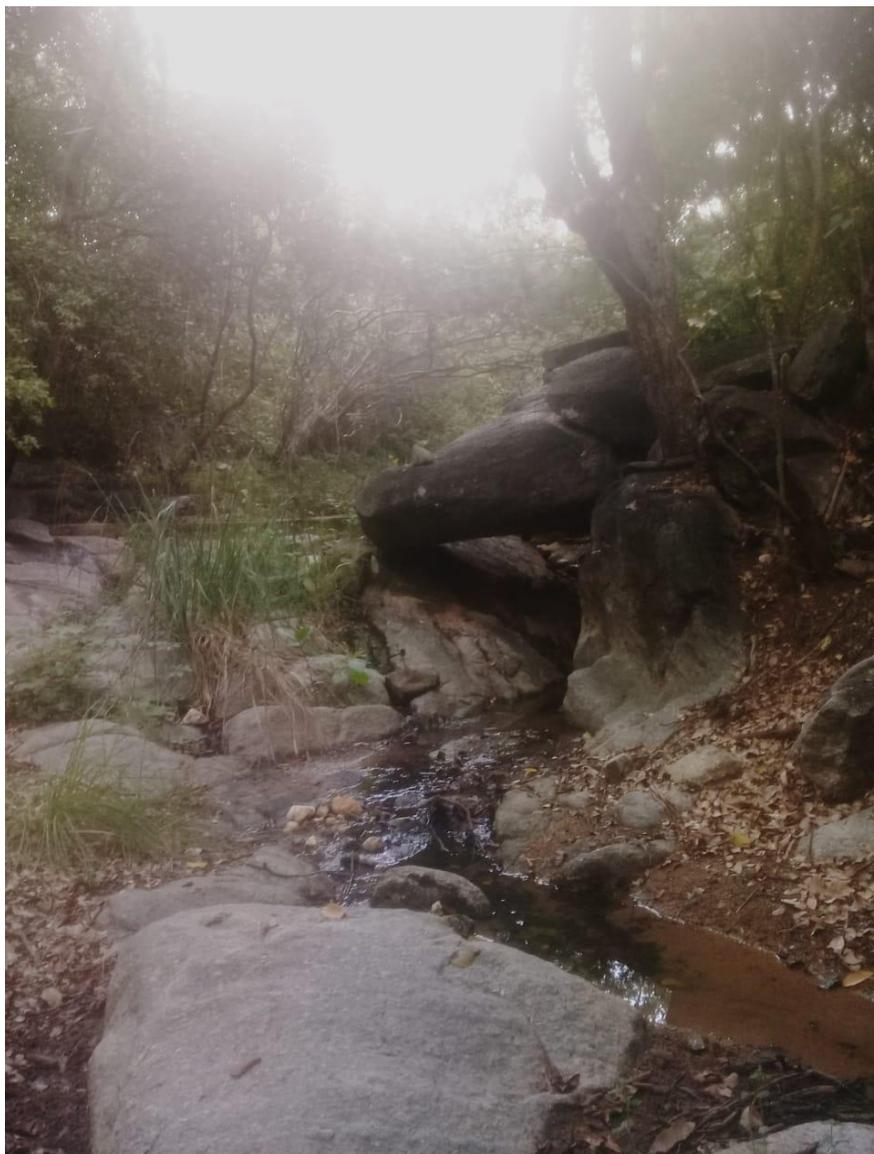
Algumas agricultoras tiveram acesso às cisternas através de projetos pleiteados pela Associação de Mulheres da Gameleira nas organizações e movimentos sociais, mas nem toda a população da comunidade teve ou tem o mesmo acesso. Contudo, por estarem em uma área com bastante vegetação de Caatinga e próximo à bacia hidrográfica do rio Pajeú, há algumas nascentes que abastecem a comunidade, quando necessário. Além disso, há uma barragem nas adjacências e água encanada que chega uma vez por semana nas torneiras das residências.

Todas as tecnologias desenvolvidas para a melhoria da população rural do sertão semiárido são bem-vindas e representam uma conquista para todas e todos que convivem com as disparidades sócio-políticas e condições naturais dessa que é a região semiárida mais habitada do mundo. Em territórios nos quais existe, além das tecnologias adaptadas para realidade local, o afloramento de lençóis freáticos, ou seja, os olhos d'água ou nascentes, realizar o manejo ecológico é uma estratégia importantíssima para a manutenção dos territórios, ecossistemas, biodiversidade e modo de vida das populações locais.

A importância das nascentes, das fontes de água e dos olhos d'água não é desconhecida. Muito pelo contrário, ao longo da história da humanidade o ser humano buscou movimentar-se por caminhos que tivessem abundância de água ou manter-se em lugares próximos aos olhos d'água. A água fazia parte do misticismo e cultura dos povos e comunidades.

As lendas, mitos e contos espalhados pelo mundo narram as fontes de água como locais sagrados protegidos por entidades, espíritos e ancestralidades encantadas. A água é o símbolo da purificação, regeneração e fluidez da vida, como também linguagem universal, símbolo místico para toda humanidade, independentemente da crença, religião ou língua falada. A seguir, podem ser observadas algumas das nascentes manejadas pelo Grupo de Mulheres da Gameleira (Figuras 13, 14 e 15).

Figura 13: Afloramento do lençol freático (olho d' água) na comunidade Gameleira - Itapetim - PE



Fonte: imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim - Pernambuco (2021).

Esse olho d'água encontra-se em uma área protegida pela mata ciliar de Caatinga arbórea e tem sido manejado pelas mulheres, assim como os outros três olhos d'água existentes nos sítios das integrantes. Elas estão sempre atentas aos processos de erosão, possíveis desmatamentos e quaisquer outras ações que porventura venham a causar algum dano ou poluição do fluxo de água e nascente.

Figuras 14 e 15: Afloramento do lençol freático (olho d' água) na comunidade Gameleira - Itapetim - PE



Fonte: Imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim - Pernambuco (2021).

Com relação à mata ciliar, Ab'Saber (2004) coloca que a floresta ciliar se trata da vegetação florestal às margens de cursos d'água, independentemente de sua área ou região de ocorrência e de sua composição florística.

O fato é que a qualidade da água depende também de outros fatores naturais, como a preservação da vegetação, que favorecerá a criação de um microclima e evitará a excessiva evaporação e a evapotranspiração da água do solo e das plantas. O artigo 2º da Lei nº 4.771/65, alterada pela Lei 7.803/89 e pela Medida Provisória nº. 67, de 24 de agosto de 2001, trata da vegetação ciliar e as consideram Áreas de Preservação Permanente. Ainda de acordo com o

artigo 2º, “Consideram-se de preservação permanente, pelo efeito de Lei, as áreas situadas nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d’água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, devendo ter um raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura”.

Essas normativas tiveram algumas alterações, devido ao o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 2012, oriunda do Projeto de Lei nº 1.876/99), que definiu as nascentes como Áreas de Preservação Permanente (APP), as quais devem contar com a presença da vegetação e mata ciliar, que têm por função evitar as erosões, os assoreamentos e a poluição da água e do lençol freático. A preservação da vegetação é também uma forma de manter a vazão ou volume das águas, mesmo nos períodos de estiagem ou seca prolongada, como é o caso dos olhos d’água da comunidade Gameleira.

O que popularmente é conhecido como olho d’água é o afloramento do lençol freático de uma área de bacia hidrográfica, ou nascente. Com relação a esse assunto, Pereira *et al.* (2011) destacam que as nascentes são afloramento do lençol freático que dão origem a uma fonte de água de acúmulo ou curso de água (PEREIRA *et al.*, 2011).

Uma das características mais importantes da nascente é que sua água é potável, ou seja, de boa qualidade para o consumo e não causa danos à saúde humana — fator importante, visto que nas comunidades e territórios rurais, as nascentes são as principais fontes de água para o consumo humano, salvo as exceções, como as regiões semiáridas que possuem rios perenes e intermitentes e dependem da captação e armazenamento de água da chuva através das tecnologias sociais, como as cisternas, por exemplo.

O Ministério da Saúde, através da portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, definiu o padrão de potabilidade da água como o “conjunto de valores máximos permissíveis das características de qualidade da água destinada ao consumo humano” (BRASIL, 2011). De acordo com a Resolução nº 303, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (BRASIL, 2002), as nascentes são classificadas como o local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea, considerando-a como Área de Preservação Permanente de relevante interesse ambiental e integrante do desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações.

Na comunidade de Gameleira, assim como nas demais comunidades rurais, as nascentes também são popularmente conhecidas como olhos d'água, por não apresentarem grande volume ou corpo d'água, embora tenha se mantido seu fluxo durante todo o período de grande seca que assolou toda a região Nordeste há sete anos (Figura 16).

Figura 16: Olho d'água existente na propriedade da família de Dona Jurema Branca



Fonte: Bruna Rapozo (2020). Comunidade Gameleira- Itapetim- PE.

Ainda com relação às nascentes, Castro (2001) pontua que são fontes de água que atendem também pelo nome de mina d'água, fio d'água, olho d'água e cabeceira, as quais surgem em determinados locais da superfície do solo, e para que isso ocorra é preciso que o fluxo de água subterrânea alcance a superfície do terreno, dando, assim, o início de um curso d'água grande ou pequeno.

Como já foi colocado anteriormente, dois dos olhos d'água encontram-se dentro da comunidade. O terceiro fica em uma comunidade vizinha, mas também tem as agricultoras como guardiãs legais e responsáveis pelo reflorestamento e cuidado da área da nascente.

Por si só, a água possui grande valor para a reprodução dos processos fisiológicos e químicos do corpo dos seres vivos, humanos e não humanos, sendo indispensável para as atividades econômicas mais diversas; mas quando no contexto do semiárido, a água passa a ser considerada a principal condição e recurso para manter a vida.

O manejo dos agroecossistemas a partir de uma perspectiva agroecológica requer a construção de outro tipo de relação entre os seres humanos e destes com a natureza. O fazer, sentir e a vivência agroecológica não são compatíveis com os processos de exclusão, exploração e violência patriarcal contra as mulheres, por exemplo. As condições de reprodução da vida das mulheres que fazem parte do grupo da Gameleira e das suas famílias tiveram uma melhoria substancial com os novos conhecimentos e as experiências adquiridas e trocadas durante as formações políticas e técnicas, assim como participação nos eventos externos à comunidade.

6.2 TECNOLOGIAS SOCIAIS E SABERES LOCAIS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Tecnologias sociais adaptadas para a realidade local, como a utilização de água de chuva através das cisternas, reutilização de águas utilizadas nas atividades domésticas e de cuidados a partir do sistema de reuso de águas cinza, sistemas agroflorestais, quintais produtivos e fogões agroecológicos são tecnologias simples, baratas e que promovem bem-estar, segurança alimentar e geração de renda para mulheres e homens que vivem no semiárido e dependem da água e da terra para plantar, comer e viver com dignidade.

Embora o modelo capitalista de sociedade veja a água, a terra e as matas como recursos econômicos, os povos do campo, em suas práticas cotidianas com a natureza, têm demonstrado

que a água, o bioma Caatinga, a terra e todos os bens naturais não são mercadorias para a acumulação de capital, mas bens comuns.

Na vida cotidiana das comunidades e povos do campo, das águas e das florestas a água, a terra e as matas assumem também as dimensões simbólicas e sagradas que dificilmente podem ser compreendidas pela lógica ocidental da sociedade moderna. No entanto, faz-se necessário dizer que ao longo da história, o acesso à água também foi um dos instrumentos para obtenção e manutenção de poder e de relações políticas favoráveis, como as observadas no Nordeste no tempo dos coronéis.

Na associação de mulheres da Gameleira, há o desenvolvimento de trabalhos que inter-relacionam as discussões de gênero, agroecologia e os aspectos socioeconômicos e ambientais na produção de alimentos, produção de mudas nativas da Caatinga e recuperação de olhos d'água. Além disso, as agricultoras estão tendo acesso a técnicas e tecnologias sociais baratas e eficientes, como, por exemplo, o sistema de reuso das águas cinzas.

O papel que as mulheres desempenham na preservação da biodiversidade e do conhecimento relacionado ao manejo dos sistemas tradicionais é muito importante para a continuidade da agricultura familiar com bases agroecológicas. Quando a agroecologia propõe o resgate da biodiversidade presente nos policultivos dos nossos agroecossistemas, privilegia a diversificação das atividades e como estas estão ligadas ao trabalho cotidiano das mulheres [...] propicia que elas tenham acesso à renda. Isto toma relevância na medida em que a valorização do trabalho das mulheres depende, antes de tudo, de sua contribuição no aumento da renda familiar e de seu acesso ao conhecimento (BURG e LOVATO, 2007, p. 1526).

De forma coletiva, as camponesas estão ressignificando relações de poder e colocando em prática os conhecimentos e técnicas de manejo agroecológico aprendidos nos intercâmbios e nas trocas de experiências, e assim vão construindo novas formas de se relacionar com as pessoas, com a produção diversificada e saudável de alimentos e o manejo sustentável dos ecossistemas e da natureza.

Caporal e Costabeber (2004) acreditam ter se configurado uma matriz disciplinar que integra saberes, conhecimento e experiência de diferentes sujeitos, potencializando elementos para pensar a agricultura e o desenvolvimento rural.

Com a participação na Associação de Mulheres do Grupo Gameleira, as camponesas estão aprendendo não só a manejar os bens naturais de forma agroecológica e sustentável, como

também estão tendo acesso ao uso de tecnologias e recebendo formação política e social através de palestras, encontros e intercâmbios para troca de experiências sobre agroecologia, convivência com o semiárido, sementes crioulas, relações de gênero e feminismos, entre outros. Durante as entrevistas, algumas mulheres relataram que ao participar das atividades, encontros e trocas de experiências, aprenderam muito e melhoraram a autoestima, perderam o medo de falar em público e passaram a participar mais de espaços públicos e processos de decisões.

Os saberes, as singularidades e os modos de vida locais são potencializados quando são reconhecidas as desigualdades de gênero, de poder e de acesso a bens e são construídas estratégias e ações para a equidade entre mulheres e homens e a superação das discriminações, explorações, violências e desigualdades que afetam de forma direta as mulheres do campo.

O reconhecimento social, político e econômico das mulheres é indispensável no processo de luta contra a lógica hegemônica do capital e estrutural de classe que explora a força de trabalho feminina e oculta a importância e papel das mulheres na produção de alimentos, bens e riquezas. Para Emma Siliprandi (2009), o não reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura é um dos entraves para que as propostas alternativas de desenvolvimento local sejam de fato coerentes, amplas e equitativas.

A construção de estratégias para gestão dos bens naturais no semiárido, em especial a água, que é um bem valioso e escasso, não traz resultados devido à ineficácia de políticas públicas e interesses particulares que sempre foram a prioridade dos “donos do poder”, em detrimento do bem-estar e qualidade de vida da população que habita o semiárido nordestino.

Somado a isso, as condições naturais exigem um olhar mais atencioso às especificidades locais e da região semiárida para a elaboração de técnicas, tecnologias, conhecimentos e estratégias para suprir as necessidades hídricas da população e permitir uma melhor convivência com o sertão semiárido.

No contexto do sertão semiárido, cada vez mais são necessárias tecnologias que visem o uso racional dos bens naturais, como a água, por exemplo, que é tão escassa devido aos longos períodos de estiagem e secas cíclicas que fazem parte da realidade da vida das camponesas e camponeses que dependem dela para a produção de alimentos, matéria-prima e para o uso doméstico. As águas utilizadas no chuveiro, no lavatório, na pia de cozinha, no tanque ou na máquina de lavar roupas representa parte significativa do consumo de água de uma casa, sendo

esta água desperdiçada quando não aproveitada para o reuso através de técnicas e tecnologias sociais que possibilitam a filtragem através do sistema de reuso de águas cinzas.

O manual de implementação Bioágua familiar, elaborado por Fábio Santiago *et al.* (2015) destaca que “pode-se considerar água cinza as águas provenientes do chuveiro, lavatório, pia de cozinha, tanque ou máquina de lavar dos domicílios, com exceção da água do vaso sanitário” (SANTIAGO *et al.*, 2015, p. 15). Essa água reciclada pode ser reutilizada na produção agrícola de alimentos, irrigação de fruteiras, canteiros, agroflorestas e outras atividades domésticas.

Com relação à composição das águas cinzas, Alves *et al.* (2009) destaca que a composição e a produção das águas cinzas dependerão da fonte produtora e da forma como a água potável é utilizada. Com relação à filtragem através do recurso de água cinzas, ela é realizada por “mecanismos de impedimento físico e biológico dos resíduos presentes na água cinza, sendo a matéria orgânica biodegradada por uma população de microorganismos e minhocas (*Eisenia foetida*)” (SANTIAGO *et al.*, 2015, p. 7).

Essa tecnologia é essencial e importantíssima, porque além do serviço ecológico prestado, visto que as águas com poluentes que iriam para o solo ou ficariam expostas a céu aberto vão ser utilizadas em outras atividades, quando utilizadas na irrigação, acabam por voltar ao ciclo natural da água.

O sistema Bioágua Familiar foi desenvolvido pelo Projeto Dom Helder Câmara, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em colaboração com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), em parceria com a ONG ATOS (SANTIAGO *et al.*, 2015, p. 7).

A reciclagem, filtragem ou purificação da água através do recurso de águas cinzas foi pensada para ser construída de forma simples e barata pelas famílias agricultoras do sertão semiárido (Figura 17). Esse sistema só necessita de um filtro biológico com duas camadas de material orgânico (uma camada de húmus e outra de serragem de madeira), um tanque de reuso, no qual será armazenada a água depois que passa pelo filtro biológico, e o sistema de irrigação. Esse último usa como mecanismo de irrigação o gotejamento, por ser mais viável, devido à otimização do uso da água.

Figura 17: Sistema de reúso de água cinza da família de Dona Jurema Branca



Fonte: Bruna Rapozo (2020). Comunidade Gameleira - Itapetim - PE.

Na comunidade Gameleira, os sistemas de reúso de águas cinzas (RACs) ou bioágua foram implantados através do Projeto Terra de Vidas, pelo Centro Sabiá, com o apoio da Cáritas Suíça e em parceria com a ONG Caatinga. Essas organizações, além da instalação do bioágua, promovem intercâmbios, oficinas, mutirões entre as famílias que possuem a tecnologia social e fazem o acompanhamento individual das famílias.

De acordo com o Sabiá¹⁸ (2014), desde 2013, o Centro Sabiá e a ONG Caatinga, com o apoio do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas/Ministério do Meio Ambiente (FNMC/MMA), vêm desenvolvendo o projeto “Terra de Vidas – Sistemas Agroflorestais (SAFs), no Combate à Desertificação e na Adaptação às Mudanças Climáticas no Semiárido”.

¹⁸ <https://www.centrosabia.org.br/noticia/terra-de-vidas-sistemas-agroflorestais-no-semiarido-pernambucano>

As famílias que receberam o Sistema de Reuso de água cinza foram aquelas que possuem o Sistema Agroflorestal (SAF), visto que a água tratada através do bioágua é reutilizada na irrigação do SAF e demais produções dos quintais. Essa tecnologia social e mais outro conjunto de tecnologias, técnicas e estratégias estão possibilitando a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias do sertão semiárido.

Para o sertão semiárido, as práticas agroecológicas e a implantação das tecnologias sociais são importantíssimas, porque elas podem amenizar a escassez de água, assim como garantir a segurança alimentar das famílias. Mas o processo de implantação dessas práticas muitas vezes passa pela desconfiança ou rejeição de alguns membros da família, em sua maioria homens que não enxergam dos projetos e práticas agroecológicas e do trabalho desenvolvido pelas mulheres, como pode ser observado na fala de Dona Jurema Branca.

[...] a gente recebeu um projeto da Cáritas Suíça, via sabia, foi o bioágua, ou uso de água cinza. Quando esse projeto chegou, pai disse, “isso não vai prestar não, não vai dá certo”, aí eu disse: oh pai! Isso é um projeto, então vamos fazer, se não der certo a gente muda [...]. Eu sei o que a gente fez, e a nossa área de agroflorestal hoje é a melhor que tem no grupo. A área agroflorestal está no nome da minha mãe porque ela também é associada à Associação do Grupo de Mulheres da Gameleira (D. JUREMA BRANCA - Agricultora e Presidenta do Grupo de Mulheres da Gameleira, 2020).

Os saberes, conhecimentos e as práticas experimentadas por mulheres e homens são muitas vezes aprendidos e ensinados por gerações anteriores. As agricultoras são as guardiãs da Caatinga, das sementes e dos olhos d’água no sertão. Elas coletam as sementes nativas da Caatinga quando aquelas estão secas, separam por variedade de planta e utilizam para produzir as mudas que serão cultivadas no viveiro e utilizadas para o reflorestamento de áreas degradadas da Caatinga.

6.3 AGROECOLOGIA: A SEMENTE PARA REFLORESTAR OS OLHOS ÁGUA E O SERTÃO

Como ciência, a agroecologia é compreendida como um conjunto de conceitos científicos com o propósito de desbravar os agroecossistemas, recuperando o aprendizado dos povos referente à sua adaptação aos ecossistemas e às variações ambientais (SILIPRANDI,

2015). Na concepção de Caporal & Costabeber (2002, p. 16), a Agroecologia é um conjunto de conhecimentos que vem orientar o correto redesenho e adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. A agroecologia também é considerada prática, movimento social e um paradigma contra-hegemônico capaz de ressignificar a forma de fazer ciência, agricultura e se relacionar com as pessoas, com a natureza e com os alimentos que comemos todos os dias. Isso porque ela possibilita novos olhares a partir de pontos de vista diferentes, que de forma dialógica buscam trazer para a centralidade do debate os sujeitos, suas vivências e diversidades de práticas, experiências territoriais, locais e comunitárias.

A agroecologia nos convida a pensar, estar, vivenciar, sentir e apreender o mundo a partir da realidade cotidiana, que exige estratégias para lidar com as tensões, conflitos e desigualdades que acentuam a pobreza, a fome, as desigualdades (econômicas, políticas e de gênero). Assim, no processo de construção do conhecimento agroecológico,

há uma preocupação com o diálogo entre sujeitos e atores distintos, entre o saber popular e conhecimento científico, como também busca a construção de relações sociais mais justas entre homens e mulheres” (RAPOZO, 2017, p. 57).

Os saberes, conhecimentos e práticas agroecológicas são construídos através das redes e fazeres coletivos que possibilitam às camponesas e aos camponeses a produção de r-existência do seu modo de vida e territórios, assim como aos movimentos sociais e sujeitos políticos, como as mulheres, por exemplo, problematizar e questionar as epistemologias, metodologias, neutralidade científica e a ciência ocidental cartesiana, que não dialoga com os diferentes saberes, sujeitos e cosmovisões.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado para a agricultura brasileira está baseado na ideia capitalista ocidental de hegemonização dos aspectos mais relevantes da vida em sociedade, como o estilo de vida e de alimentação cada vez mais padronizado, que satisfaz os interesses dos agros negociantes, capitalistas e mercados alimentares. Nesse sentido, de acordo com Diegues (2000), o processo de construção da pauta ecológica no meio rural foi decorrente das consequências negativas que resultaram do processo de modernização da agricultura realizado em meados das décadas de 1960 e 1970.

A agricultura moderna tem se expandido cada vez mais sobre os territórios e destruído a diversidade alimentar e consequentemente a segurança alimentar. Para Lander (2005), a busca por alternativas à forma profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal.

Ou seja, na gênese do projeto civilizatório da modernidade, está presente uma violência matricial do colonialismo e da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza (CRUZ, 2017), que não só ignora outros povos, tipos de conhecimentos e modos de vidas, como também explora seus bens naturais (água, florestas, terra, rios, biodiversidade), transformando-os em recursos, mercadorias, mesmo que para isso tenham que usar da opressão e violência física, simbólica e psicológica, reafirmando assim a colonialidade sobre as populações e territórios tradicionais.

As práticas e conhecimentos agroecológicos, sejam eles científicos ou populares, são um campo de conhecimento em disputa. Assim como qualquer outro conceito, a agroecologia não possui uma única classificação ou corrente de pensamento; pelo contrário, há uma falta de consenso entre as autoras e autores sobre o papel da agroecologia na sociedade capitalista moderna.

Na América Latina, esse paradigma vem sendo utilizado como estratégia de luta de grupos que foram subalternizados ou deixados às margens das ações e políticas públicas e governamentais. No sertão Semiárido, a agroecologia tem possibilitado a convivência com as condições naturais do semiárido e a produção de condições de vida.

Nesse contexto, os povos tradicionais, o campesinato e a agroecologia assumem papel importante no processo de produção, seleção, conservação e diversificação de sementes e alimentos que são essenciais para a dieta alimentar e nutricional das famílias. A agroecologia fornece a base ecológica para a conservação da biodiversidade na agricultura, através da restauração do equilíbrio ecológico dos ecossistemas agrícolas, com o objetivo de alcançar uma produção sustentável (ALTIERI E NICHOLLS, 2000).

Os saberes tradicionais geracionais, técnicas/práticas e experiências vivenciadas pelos povos indígenas, camponesas e camponeses são as bases para a produção de alimentos saudáveis e diversificados e em quantidades suficientes para atender suas demandas nutricionais, compartilhar entre os familiares e comercializar para a compra de bens necessários

para a promoção do bem-estar da família. Dona Aroeira, agricultora e integrante do Grupo de Mulheres da Gameleira diz que produz seus alimentos de forma diversificada, agroecológica e sem uso de agrotóxicos ou insumos externos.

Na roça temos milho, feijão, abóbora, chuchu, pepino, entre outros. No quintal, tem um SAF com árvores, plantas, mamão, coco, goiaba, laranja, limão, jaboticaba, banana e algumas hortaliças e também cebolinha, coentro, tomate cereja. Quase tudo que produzimos aqui em casa é para o consumo da família, só os ovos de galinha de capoeira é que a gente vende quando tem muito. Nós também criamos alguns animais, como galinha, peru, porcos, ovelhas e três garrotes. Tudo sem veneno (D. AROEIRA - agricultora e integrante do Grupo de Mulheres da Gameleira, 2020).

Esse saber-fazer é o princípio fundamental para o manejo e cuidado com a vida, com bens naturais, biodiversidade e com a terra para uma produção diversificada de alimentos sem o uso de insumos químicos externos, o que hoje é conhecido como agroecologia.

Emma Siliprandi (2015) acredita que a agroecologia recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna, e para além de discutir o conceito, debate a agroecologia como uma ação prática política nas suas dimensões socioeconômicas.

Maria Emília Lisboa Pacheco (2009) vai na mesma linha de raciocínio de Siliprandi. A autora pensa que se a agroecologia tem como uma de suas condições primordiais a recuperação da organização camponesa – tradicional, histórica e cultural –, seria fundamental a valorização dos espaços historicamente considerados femininos, e a igualdade de gênero seria uma condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica e a cidadania no campo.

A agroecologia não visa apenas à construção da soberania, segurança alimentar e nutricional dos povos e assegura a produção de alimentos e reprodução da vida, ela tem se tornado também uma estratégia para a releitura, problematização e questionamento das relações sociais de gênero, trabalho e sociopolíticas, entre outras.

Para Gliessman (2001):

A Agroecologia enfatiza a necessidade de estudar tanto as partes quanto o todo. Embora o conceito de que o todo é maior do que a soma de suas partes seja amplamente reconhecido, ele foi ignorado por um longo tempo pela agronomia e tecnologia modernas, que enfatizam o estudo detalhado da planta cultivada ou do animal individualmente, como forma de tratar com as

questões complexas da produção primária e sua viabilidade. Aprendemos muitos detalhes a partir da especialização e de um foco estreito sobre o rendimento dos componentes cultivados dos sistemas agrícolas, mas é preciso, também, desenvolver formas de compreensão de toda a unidade produtiva agrícola (e todo o sistema agrícola alimentar) para entendermos plenamente a sustentabilidade agrícola e implementarmos práticas sustentáveis de manejo (GLIESSMAN, 2001, p. 438).

Os camponeses e camponesas nos fazem recordar que, através da alimentação, os sujeitos promovem a sociabilidade e materializam sua identidade, costumes e modo de vida, além de dinamizar os mercados locais e as comunidades onde os alimentos são produzidos e comercializados de forma mais justa.

O fato é que comer não é só um ato político, é também um ato cognitivo revolucionário, que traduz as relações e natureza da organização da vida cotidiana das civilizações, comunidades e territórios. Em algumas civilizações, os alimentos quase sempre eram relacionados à vitalidade e saúde do corpo, alguns considerados alimentos sagrados, capazes de evitar doenças. Para Esther Esteve.,

comer é muito mais que engolir alimentos. Comer de forma consciente. Saber de onde vem o que está se consumindo, como o alimento foi elaborado e em quais condições. E por que se paga um determinado valor por aquele alimento (ESTEVE, 2017, p. 13).

Assim, a agroecologia quanto modo de vida, prática e produção alimentar dos povos ancestrais reivindica o direito à saúde, diversidade de sabores, água limpa, terra naturalmente fértil e produção de alimentos que promova partilha, construção de conhecimentos e relações menos agressivas entre os sujeitos e a natureza.

Com as práticas agroecológicas, os camponeses comungam com a natureza, respeitam o ciclo natural da terra e dos alimentos, e assim respeitam os limites dos agroecossistemas e da biodiversidade local, na medida em que só será produzido o que as condições naturais possibilitam, havendo assim maior resiliência do sistema natural. Na compreensão de Leff (2002, 2003), o saber agroecológico é o bem primordial na construção de um novo paradigma produtivo, permitindo a possibilidade de produção de alimentos conjugada à natureza e não à indústria.

De acordo com Janneke Bruil, Francois Delvaux, Assane Diouf, Rose Hogan, Jessica Milgroom, Paulo Petersen, Bruno Prado e Suzy Serneels (2020):

Agroecologia, soberania alimentar, economia solidária e feminismo são ao mesmo tempo enfoques analíticos e movimentos sociais alinhados ao objetivo de construir outras formas de ser e de estar no mundo a partir da reconfiguração das relações de poder na sociedade. O feminismo questiona as estruturas de poder estabelecidas pelo patriarcado que definem as relações sociais hegemônicas. Já a Agroecologia e a soberania alimentar questionam as estruturas de poder que controlam a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos. São teorias críticas e movimentos sociais que surgiram em resposta às injustiças sociais e à destruição ecológica geradas pelo capitalismo e pelo patriarcado (BRUIL *et al.*, 2020, p. 4).

O grupo de Mulheres da Gameleira tem buscado trabalhar a interação entre o feminismo, a agroecologia, a produção agroecológica de alimentos e a economia solidária para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, práticas e experiências de manejo ecológico dos recursos/bens naturais e da agricultura agroecológica.

As práticas e experiências das mulheres na produção agroecológica e de mudas nativas leva ao entendimento de que nas unidades familiares que compõem os quintais, roçados e sistemas agrofloretais são estruturadas uma série de relações ecológicas, sociais, econômicas, culturais, políticas e de gênero. De forma individual e coletiva, essas camponesas e trabalhadoras rurais vêm somando esforços para tentar sensibilizar e mudar a forma de fazer agricultura na comunidade da Gameleira.

A derrubada e queimada de áreas de vegetação nativa para o cultivo agrícola, retirada da lenha e criação de áreas de pastagem de animais faz parte da realidade e cultura da população do sertão semiárido. Ainda hoje, essa é uma prática bastante comum, sendo ela uma das maiores causas da perda considerável da biodiversidade, da degradação ambiental, erosão do solo, erosão genética de espécies vegetal e animal endêmicas da Caatinga e dos processos de desertificação.

Stephen Gliessman (2001) acrescenta que as árvores em um quintal agroflorestral — e a forma como são manejadas — tornam possível grande parte da diversidade e complexidade do sistema, bem como o funcionamento eficiente do quintal.

Na região semiárida, esse tipo de uso da terra e dos bens naturais coloca em risco os ecossistemas e o modo de vida de muitas populações que têm os bens naturais (terra, água, florestas) como principais meios de reprodução da vida no contexto rural do semiárido. Nessas condições, as práticas agroecológicas são estratégicas para o melhor aproveitamento dos

espaços disponíveis nos sítios, em termos de área, muito pequenos, visto que em grande parte dos casos são compartilhados por duas ou três famílias consanguíneas.

Além disso, torna-se possível a produção diversificada de alimentos, de matéria prima, geração de renda e promoção da sustentabilidade, visto que haverá o maior aproveitamento dos nutrientes do solo pela reciclagem da folhagem, controle dos processos de evapotranspiração e manutenção da umidade do solo por mais tempo. Esse tipo de uso e manejo do agrossistema não é algo novo; muito pelo contrário, é a forma mais antiga e sustentável de uso consorciado do espaço agrícola com base nos conhecimentos ancestrais tradicionalmente construídos e reproduzidos.

Os sistemas agrofloretais e quintais produtivos na realidade climática, social e econômica das famílias camponesas acabam tornando-se uma dispensa ao ar livre, que fornece uma diversidade de alimentos ao longo do ano, assegurando o acesso à alimentação mesmo nos períodos de “verão”, quando não é possível produzir os alimentos básicos da dieta alimentar no sistema de agricultura de sequeiro, que é praticada nos roçados nos tempos de chuva, compreendido pela sertaneja e sertanejo como “inverno”. Sem dúvida, quando manejados de forma adequada, os quintais produtivos, sistemas agrofloretais e o acesso às tecnologias sociais têm contribuído para a diminuição ou erradicação da pobreza e fome no sertão semiárido.

O sistema agroflorestal é uma prática bem conhecida pelos povos indígenas que cultivavam os mais diversos alimentos misturados às árvores nativas, frutíferas, arbustos e animais. Vera Lex Engel (1999), ao classificar o Sistema Agroflorestal (SAF), o define como um sistema agropecuário diferenciado por ter um componente arbóreo ou lenhoso, o qual tem um papel fundamental na sua estrutura e função. Para essa autora, os sistemas agrofloretais (SAFs) têm os atributos de qualquer sistema: limites, componentes, interações, entradas e saídas, relações hierárquicas e uma dinâmica própria. Corroborando com Vera Lex Engel, Costa *et al.* (2002) acrescenta que:

Os sistemas agrofloretais são considerados os mais antigos sistemas de cultivo utilizados no mundo. Porém, o interesse por esta atividade, do ponto de vista político e científico, começou a tomar forma na década de 1970, a partir de dúvidas sobre a eficiência das políticas de desenvolvimento vigentes, que não pareciam se adequar às necessidades e anseios cada vez maiores de pequenos produtores rurais. Em grande parte, o aumento da

produção agrícola em monocultivos pode ser creditado ao avanço da atividade agrícola sobre novas áreas, seja por simples expansão, seja pela busca de novos solos produtivos, após o esgotamento dos antigos (COSTA *et al.*, 2002, p. 27).

As práticas agroflorestais retomam a cultura e o conhecimento local em parceria com o conhecimento científico e ecológico, conciliando, assim, a produção florestal com a produção diversificada de alimentos. Além disso, os benefícios econômicos, sociais, ambientais e ecológicos são diversos.

Os sistemas agroflorestais são, portanto, uma ferramenta importante para o processo de conversão dos sistemas de produção (GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2002). Dona Jurema Branca relata que no caso dela, a família planta e tem quase tudo no SAF, roçado e quintal. “Algumas plantas e sementes que não tinha, eu consegui as sementes nas viagens que fiz para encontro de sementes crioulas (em Triunfo, Teresina, Aracaju), através do Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste e Rede de Mulheres do Pajeú”, acrescentou.

No SAF, não há uma competição direta entre as espécies, há uma relação de consórcios ou complementaridade entre a vegetação de ciclos curtos com aquelas de ciclos mais longos (Figura 18). Nesse sistema, cada plantinha, árvore, arbusto e “erva daninha” exerce uma determinada função e possui um determinado tempo para sua sucessão nesse espaço.

Figura 18: Sistema Agroflorestal da família de Dona Jurema Branca



Fonte: Bruna Rapozo (2020). Comunidade Gameleira - Itapetim - PE.

No sertão semiárido, os SAFs têm sido uma importante estratégia social, econômica e ecológica para as famílias que, através deles, estão produzindo alimentos de forma diversificada e recuperando áreas outrora degradadas devido ao uso das queimadas. Os sistemas agroflorestais e o manejo ecológico realizado têm possibilitado a elevação da biodiversidade nativa da Caatinga, de alimentos e fruteiras, como também a proteção do solo com a cobertura verde, aumento da quantidade de matéria orgânica, infiltração d'água e diminuição da evapotranspiração da água.

Ernst Götsch (1995) acredita que os sistemas agroflorestais (SAFs) conduzidos sob uma lógica agroecológica transcendem qualquer modelo pronto e sugerem sustentabilidade, por partirem de conceitos básicos fundamentais, aproveitando os conhecimentos locais e desenhando sistemas adaptados para o potencial natural do lugar.

O sistema agroflorestal da família de Dona Jurema Branca é muito diversificado. A propriedade é compartilhada por quatro famílias, e todas as mulheres integram a Associação do

Grupo de Mulheres da Gameleira. Cada família tem sua casa, mas o trabalho agrícola é realizado coletivamente, assim como os frutos do trabalho são compartilhados entre todos.

De acordo com o relato das quatro famílias, antes do grupo de mulheres, das palestras, dos projetos agroecológicos, projetos de fogão agroecológico, biogás, SAFs, olhos d'água, entre outros, as famílias tinham como cultura local a prática das queimadas para cultivar as roças. Além disso, a água da pia do banheiro, da cozinha e do tanque de lavar roupas eram jogadas a céu aberto, no quintal.

A gente sempre plantou orgânico, nunca colocou veneno no roçado, no feijão, milho, mas nas frutíferas a gente usava. Depois do grupo de mulheres, fomos nos informando, participando das coisas e mudamos a forma de pensar e de produzir. Agora, estamos mudando aos poucos, fazemos o manejo agroecológico das áreas. Se tem um mato, a gente retira, broca, limpa, mas não queima mais (D. QUIXABEIRA-BRANCA - agricultora, educadora social e integrante do Grupo de Mulheres da Gameleira, 2020).

A participação em espaços de intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências, como eventos, palestras, formações sociopolíticas, cursos e feiras de sementes crioulas, entre outros, tem levado as mulheres camponesas da comunidade Gameleira a ressignificar suas relações com a natureza, com a produção de alimentos e relações sociais existentes entre os integrantes da família e da comunidade.

Além disso, os relatos das entrevistas demonstram que as práxis e trabalhos coletivos e solidários das camponesas produzem conhecimentos e bens materiais e imateriais que levam à construção de pequenas autonomias, resistências e subversões na realidade concreta do cotidiano que envolvem múltiplos conflitos e enfrentamentos.

A sustentabilidade da vida, da biodiversidade e dos agrossistemas passam pelas mãos das mulheres que experimentam, trocam, guardam e reproduzem conhecimentos, saberes, sabores e sementes que serão transformadas em mudas, que serão vendidas nas feiras locais, para projetos de educação ambiental e reflorestamento de escolas e prefeituras, por exemplo (Figura 19).

Figura 19: Viveiro de mudas do Grupo de Mulheres da Gameleira



Fonte: Bruna Rapozo (2020). Comunidade Gameleira - Itapetim - PE.

O trabalho de coleta, seleção e sementeira das sementes é feito de forma coletiva pelas agricultoras. No entanto, de acordo com os relatos das entrevistadas, sempre que elas têm acesso a alguma semente, estão fazendo mudas, mesmo das árvores e plantas que são encontradas facilmente na Caatinga. “Toda semente que vejo, vou plantando. Aqui na agrofloresta tem plantas que eu nem sei o nome, porque vou plantando, onde tiver um espacinho vou colocando as mudas” (D. JUREMA BRANCA, 2020).

Os relatos demonstram que as experiências das agricultoras têm sido chave para processos de conservação da biodiversidade nativa e que essas práticas têm como laboratório de experimentação os quintais e os sistemas agroflorestais, ou seja, esses são os espaços onde a vida acontece e os conhecimentos e saberes tradicionais são construídos, experimentados e compartilhados.

A diversidade de mudas de plantas produzidas coletivamente pelas as mulheres que fazem parte do grupo de Mulheres da Gameleira é muito significativa, porque as espécies que

estão sendo plantadas no viveiro são as mesmas que estão presentes nos quintais, nas agroflorestas e as de preservação permanente dos sítios. Conforme os relatos das mulheres, muitas dessas mudas são utilizadas por elas para o reflorestamento das áreas de nascentes, Caatinga que foi desmatada para uso da terra na agricultura e agropecuária e até mesmo na agrofloresta, às margens dos terreiros das casas (Tabela 4).

Tabela 4 - Tipos de mudas existentes no viveiro do Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim - Pernambuco

ESPÉCIES FRUTEIRAS	ESPÉCIES NATIVAS	ESPÉCIES MEDICINAIS	ESPÉCIES ORNAMENTAIS
Limão	Aroeira	Babosa	Eucalipto
Pitomba	Juazeiro	Capim Santo	Sombrião
Goiaba	Pajeú	Capim limão	Flor de mel
Manga	Leucena	Capim eucalipto	Flor de pedra
amora	Mororó	Erva cidreira	Eliconha
Acerola	Catingueira	Anador	Falsa Íris
Pinha	Umbuzeiro	Malva rosa	Véu de noiva
Mamão	Jatobá	Malva grossa	Zamioculcas
Jaca	Mulungu	Malva 7 dores	Coração de estudante
Pitanga	Sabiá	Confrei	Mini rosa
Graviola	Gliricídia	Aranto 1	Espada de são Jorge
Pitaia	Umburana	Hortelã	Comigo ninguém pode
Caju	Angico	Louro Santo	Lírio da paz
Romã	Moringa	Tetraciclina	Lírio de Nossa Senhora
Maracujá	Castanha atalaia	Dipirona	Cravo de defunto
Seriguela	Algodão do Pará	Saião	Saudade
morango		Insulina	Samambaias
		Alecrim	Cacto
		Arruda	Suculentas
			Onze horas
			Beijo
			Jiboia
			Adélia
			Jacinto
			Antúrio
			Rosa do Sertão
			Alvoreado
			Buquê de noiva
			Castanhola
			Capela de anjo

Fonte: Organizado por Bruna Rapozo (2021), com base nas entrevistas e trabalho de campo.

As mudas cultivadas no viveiro ficam nesse espaço até chegarem no tamanho certo para serem implantadas nas áreas degradadas ou serem vendidas para a prefeitura, escolas, projetos e nas feiras (Figura 20).

Figura 20: Viveiro de mudas do Grupo de Mulheres da Gameleira



Fonte: imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim - Pernambuco (2021).

Além das plantas nativas, frutíferas e ornamentais, o Grupo de Mulheres da Gameleira também cultiva as espécies medicinais, sendo estas presentes nos quintais das mulheres muito antes da auto-organização e criação do grupo de mulheres. As plantas medicinais são bem apreciadas pelas famílias e mulheres da comunidade Gameleira, porque são utilizadas como recurso fisioterapêutico para o alívio de desconforto, cura de doenças e promoção do bem-estar (Figura 21).

Figura 21: Área de cultivo de plantas medicinais, hortaliças e plantas ornamentais



Fonte: imagem disponibilizada pelo Grupo de Mulheres da Associação da Gameleira - Itapetim - Pernambuco (2021).

Com relação às plantas medicinais, enquanto práticas integrativas e complementares do sistema de saúde, elas podem ser utilizadas das mais diversas formas, como *in natura*, secas, em forma de medicamentos, chás, xaropes, entre outros. Mas, para além do poder fitoterápico das plantas e ervas medicinais, quando essas são usadas de diferentes formas, inclusive como os ramos utilizados pelas benzedadeiras, o fator principal do processo é a crença, a fé colocada pelos sujeitos. É importante dizer que o uso das plantas medicinais nos processos e rituais de curas foi um legado deixado pelos povos originários, que conheciam a natureza e se utilizavam dela para suprir suas necessidades.

As comunidades tradicionais dessa grande região, sejam indígenas ou camponesas, foram e vêm sendo cercadas pelas monoculturas, tendo seus recursos, internos ou do entorno, degradados, contaminados ou exauridos e, por consequência, tendo seus modos de vida e produção desestabilizados e

inviabilizados. O processo de desenvolvimento no Cerrado gera, junto com a erosão genética oriunda da perda de biodiversidade, uma erosão cultural, dos modos de vida e de apropriação. (MASETTO, 2009, p. 94-98).

Com relação ao uso das plantas medicinais, Almeida (2011) também destaca que seu uso como fitoterápicos certamente surgiu à medida que se tentava suprir necessidades básicas através das casualidades, tentativas e observações, que são conjuntos de fatores que constituem o empirismo.

Os povos e comunidades tradicionais possuem um conjunto de riquezas naturais e conhecimentos ancestrais imensuráveis e essenciais para a manutenção dos ecossistemas, agroecossistemas e da vida humana e não humana como um todo. E as mulheres têm sido, ao longo das gerações, as herdeiras, guardiãs e multiplicadoras de saberes, conhecimentos e práticas menos danosas, ao passo que também denunciam os abusos contra a natureza, ao meio ambiente e aos sujeitos do campo. Na fala das trabalhadoras rurais e camponesas, é evidenciada a defesa dos territórios, dos direitos das mulheres, do acesso à terra, créditos, bens e políticas públicas para mulheres, à agroecologia e à não mercantilização da vida e da natureza.

Durante o trabalho de campo, entrevistas e conversas com as mulheres, pode ser percebido que elas têm desenvolvido trabalhos coletivos de base voltados para ressignificação das relações sociais e de gênero, e da relação dos sujeitos com a natureza e realidade local. Ou seja, as resistências são construídas no terreno do cotidiano, nas pequenas lutas, redes e trocas de experiências, na produção agroecológica de alimentos, nos processos de solidariedade que fortalecem a identidade desses sujeitos como mulheres e trabalhadoras rurais.

Através do grupo de mulheres, do viveiro coletivo de mudas, do fabrico de doces e queijos artesanais, produção agroecológica, diálogo em rede através dos movimentos de mulheres, entre outras formas de resistir, elas estão também gerando renda e aumentando a autoestima e motivação de outras mulheres. Assim, as trabalhadoras rurais e camponesas reafirmam a luta pela terra, pela agroecologia, pela democracia e pela superação ou mitigação do machismo, racismo e violências em seus territórios.

As mulheres se reconhecem nas pautas e processos de lutas, desde as lutas cotidianas nos quintais de casa e da comunidade às lutas macro, problematizadas nos grupos e movimentos de mulheres em escala local, regional e nacional. Assim, elas estão reescrevendo narrativas, histórias e territórios menos fragmentados, reivindicando, produzindo e reproduzindo relações

mais sustentáveis, igualitárias e justas, sejam entre ser humano e ser humano ou ser humano e natureza.

É factual que nas lutas cotidianas, o corpo e o território dos sujeitos se fundem e se completam no processo de organização coletiva e política das mulheres. E embora ainda não seja possível afirmar que há de fato relações de trabalho e de gênero mais justas na agricultura camponesa do sertão de Pernambuco, é possível afirmar que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais auto-organizadas nos grupos de mulheres e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais estão construindo estratégias, metodologias e epistemologias que buscam promover a autonomia social, econômica e política das mulheres, além de provocar o olhar crítico dos sujeitos que produzem e consomem o território, bens materiais e imateriais nele produzido.

7 CONCLUSÕES

Chegar ao fim de uma jornada é tão importante e difícil quanto iniciá-la! Caminhar para os finalmentes, para o fechamento de um ciclo, capítulo de uma vida e de uma tese, implica em fazer vários questionamentos sobre os limites, lacunas e questões que possivelmente ficaram sem respostas devido às limitações naturais da pesquisa e da conjuntura política e social na qual ela foi escrita. Assim, desde já, salientamos que este estudo não teve a intenção de esgotar o tema. Muito pelo contrário, buscou trazer para dentro da geografia uma problemática relevante para a sociedade e que requer um número maior de estudos sobre a mesma.

As questões discutidas e analisadas neste estudo, a partir das narrativas das trabalhadoras rurais e camponesas, não estão entre as problemáticas pontualmente analisadas nas ciências geográficas, embora sejam importantíssimas para a desconstrução de processos histórico-culturais que impactam a sociedade como um todo e não apenas as mulheres.

Espera-se que este estudo possa contribuir com a visibilização e valorização das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, como também das suas pautas de luta, trabalho produtivo e reprodutivo, experiências, saberes e a práxis para sustentabilidade da vida, da agricultura camponesa e dos territórios de r-existência.

A imersão nas histórias de vida, memórias e documentos elaborados pelas mulheres trabalhadoras rurais e camponesas possibilitou montar uma historiografia que traz para o centro do debate as lutas, conflitos, submissões, opressões, vozes e algumas vitórias conquistadas pelas mulheres a partir da auto-organização e criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE).

As mulheres, enquanto sujeitos políticos de direito, contribuíram com o processo de construção de políticas públicas, acesso a direitos importantes, como a documentação, a terra, assistências técnicas, créditos etc., fortalecimento dos territórios a partir produção de alimentos saudáveis, soberania e segurança alimentar e nutricional, políticas públicas com transversalidade de gênero, entre outras ações mais localizadas que vêm sendo protagonizadas pelas mulheres em prol de maior equidade em relação aos homens, pela promoção da autonomia, geração de renda, visibilidade do trabalho das mulheres e sustentabilidade da natureza e do meio ambiente no contexto da agricultura camponesa no sertão do Pajeú.

O estudo foi norteado pelo materialismo histórico e dialético, pela teoria decolonial e teoria feminista. A junção dessas teorias buscou diminuir as lacunas e limitações teóricas de cada um dos métodos e favorecer a compreensão da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa em seus territórios.

Após a nossa imersão no tema, a vivência no território e as narrativas das participantes da pesquisa, ficou evidenciado o contexto de contradições, disputas, desigualdades e obstáculos de ordem social, política, material e imaterial enfrentados pelas mulheres trabalhadoras rurais e camponesas. Partes destes obstáculos estão ancoradas na atuação mínima do Estado no provimento de políticas e direitos para mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, na opressão e violência do sistema capitalista e no projeto da modernidade que produz e reproduz as estruturas de hierarquias, poder, opressão e violências, sejam elas de classe, raça e ou de gênero. Essas limitações e preceitos históricos e culturais muitas vezes impossibilitam a mulher de romper com o *Status Quo* das coisas, normativas, opressões e processos de subordinação pelos quais passa diariamente, pelo simples fato de ser mulher.

Nesse contexto, as narrativas e histórias de vida de cada mulher entrevistada trouxe rica contribuição para o entendimento das tramas, tensões, conflitos e hierarquias que envolvem as relações de gênero, de trabalho e de poder no núcleo familiar e nos territórios ocupados, usados e que vêm sendo transformados pelas mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

Elas afirmam-se como sujeito político que luta contra as desigualdades e a heranças coloniais, que impõem as diferenças de gênero, raça e classe social, e promovem a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres.

Desde década de 1980 as mulheres trabalhadoras rurais desenvolvam estratégias, práxis, conhecimentos e ações políticas para a reivindicação de direitos e denúncia às desigualdades, exploração, exclusão, violência e falta de acesso às políticas públicas e condições materiais para sustentabilidade da vida, principalmente na região do sertão semiárido do Brasil.

Como se vê, os movimentos de mulheres, grupos e associações foram e são de suma importância para a releitura das relações de gênero e papel das mulheres na família, territórios e sociedade capitalista patriarcal racista. Elas, as trabalhadoras rurais e camponesas auto-organizadas, têm protagonizado lutas e pautas de reivindicações por dignidade, direitos à

sindicalização, reconhecimento como trabalhadoras rurais, acesso a direitos trabalhistas, previdência social, aposentadoria e meios de trabalho (terra, água, créditos, assistência técnica), entre outros direitos.

Para além da luta pelo direito à sindicalização, licença maternidade e reconhecimento da categoria trabalhadora rural, as mulheres vêm lutando contra as relações patriarcais e capitalistas de produção, contra as práticas de subordinação, exploração, discriminação, violência, divisão sexual e injusta do trabalho, desigualdades de gênero, classe e raça, entre outras questões que afetam diretamente as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

Da década de 1980 até o ano de 2000, muitas mulheres trabalhadoras rurais estavam quase que totalmente fora da agenda política do Governo Federal, sem o apoio de políticas públicas, programas ou ações que possibilitassem o acesso dessas mulheres à documentação básica, titulação conjunta da terra, crédito, fomento e incentivos para sua produção e comercialização, assistência técnica e formação diferenciada, entre outras que levassem à promoção das relações de gênero mais igualitária, divisão igualitária do trabalho entre mulheres e homens, segurança alimentar, geração de renda e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas.

Uma sociedade mais justa, igualitária, sem opressões, violência e sem fome, esses são alguns dos objetivos que as mulheres vêm, em Marcha e coletivamente, construindo através de estratégias e lutas pelo processo de democratização das políticas a partir do diálogo entre a sociedade civil organizada e o Estado, para construção de políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa e que contemplem as demandas das mulheres. Em 2000, as mulheres do campo, da floresta e das águas, juntamente com diversas organizações, redes, articulações e movimentos de mulheres do campo e da cidade, tinham “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”.

O estudo evidencia a importância das mulheres e dos trabalhos desenvolvidos por elas para a reprodução social dos sítios, da organização familiar e até mesmo dos territórios nos quais elas estão inseridas, mas também a sub valorização, a desvalorização do trabalho e a sobrecarga sobre as mulheres. No entanto, mesmo nesse contexto de opressão, relações de gênero e divisão sexual do trabalho desigual, os dados historiográficos da pesquisa revelam que no contexto do sertão semiárido, as mulheres são antes de tudo resistência.

Resistência aos determinismos históricos e culturais, ao patriarcado e sistemas de dominação dos coronéis, que ainda delimitam o acesso a políticas públicas, o acesso cargos de poder e espaços de decisões, como sindicatos e instituições públicas, como também o acesso à água, terra, território, bens, créditos, entre os que tem como prioridade o acesso do “chefe da família”, que na cultura machista e patriarcal do sertão é entendido como o pai ou marido.

Ao analisar o contexto político, econômico e cultural e as políticas desenvolvidas para a região do semiárido, como também as desigualdades socioeconômicas e as relações de gênero existentes no processo organizativo do campo, o trabalho das mulheres na família e sociedade, percebeu-se que aqueles impactam diretamente as mulheres. Mas de forma indireta, toda a população é afetada pela exclusão (social, econômica, de gênero, raça etc.), pelas explorações, invisibilidades e violências historicamente construídas e que a divisão sexual do trabalho, a tradição e a cultura patriarcal nordestina, é reforçada desde o período da casa grande e senzala.

A categoria “gênero” ajuda a localizar as causas originárias das desigualdades de gênero e aponta as possibilidades de intervenção, desconstrução e desnaturalização de processos historicamente construídos como instrumento de controle e manutenção de relações abusivas de poder. Relações essas que são materializadas no território através dos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que hierarquizam e classificam a sociedade e sujeitos em classes, sexo e raça.

A ideia de gênero foi construída no âmbito do movimento feminista e buscava problematizar não apenas as questões referentes às noções individuais do ser feminino e ser masculino, mas também as demandas sociais, políticas e econômicas das mulheres. As desigualdades de gênero e de classes são problemas sociais que impactam a sociedade como um todo, não só as mulheres, embora elas sejam as mais atingidas.

As disparidades de gênero colocam as mulheres no grupo de risco, sendo elas mais suscetíveis à violência, à má remuneração e ao estado de pobreza, não pela condição biológica, mas pela questão de gênero que as tira as condições de acesso à terra, educação, emprego com salários justos, entre outros direitos sociais que lhes são negados.

As mulheres têm construído experiências, práticas e resistências significativas em seu territórios, têm enfrentado discriminações, opressões, violências e lutado por dignidade, acesso a direitos e igualdade entre mulheres e homens.

Com o processo de expansão e consolidação do projeto neoliberal e o aprofundamento da exploração capitalista, de formas cada vez mais efetivas, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais passaram a se organizar enquanto sujeito histórico e político, para lutar e reivindicar por direitos básicos referentes à cidadania à qual elas não tinham direito de acesso. Assim, paulatinamente, foram forçando e derrubando barreiras, abrindo caminhos e ocupando espaços para fazer parte do tecido político e social e dar voz às suas demandas.

O papel histórico, político, social e econômico das mulheres tem garantido não só bem-estar, soberania alimentar e geração de renda; tem garantido também as condições sociais necessárias para reprodução da identidade e existência dos grupos sociais dos quais elas fazem parte. No período recente da história brasileira, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais têm lutado contra o sistema capitalista neoliberal e imperialista que controla parte significativa dos meios de produção e dos bens naturais, e negam a esses sujeitos sociais autonomia, liberdade e poder de acesso e de decisão.

As mulheres camponesas e trabalhadoras rurais vivenciam cotidianamente as desigualdades, a exploração da sua força de trabalho e poder de decisão sobre os aspectos que compõem suas vidas e subjetividades, em maior ou menor grau, limitando, assim, o processo de autonomia e de ser mulher e sujeito político em sua plenitude.

Muitas vezes sem-terra, sem renda, sem acesso a bens e recursos, e até mesmo sem documentos pessoais, essas mulheres auto-organizadas têm construído, na escala comunitária, ferramentas e estratégias coletivas para tentar desconstruir e romper com um passado de dominação que reproduz formas variadas de exploração, submissão, desigualdades e violências acionadas através das relações patriarcais, políticas e patrimoniais.

Ao longo do estudo, evidenciou-se que as mulheres estão inseridas em contextos e relações sociais distintas, com maior ou menor grau de autonomia econômica. Mas, com relação às relações de gênero e divisão e valorização do trabalho, verificou-se que no contexto da agricultura camponesa sertaneja, não existem relações de gênero e de trabalho mais justas; há, sim, uma luta, esforço e árduo trabalho de base que vem sendo feito pelas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, auto-organizadas em movimentos e grupos de mulheres em rede e parceria com algumas organizações para desconstruir os paradigmas historicamente construídos, socialmente aceitos e reproduzidos como se fossem naturais.

Esses sujeitos, juntamente com os atores e agentes sociais, estão trabalhando de maneira inclusiva, com todas as mulheres, assistências técnicas, créditos e políticas com transversalidade de gênero.

Como foi diagnosticado ao longo do estudo, a divisão sexual do trabalho impossibilita a visibilidade das mulheres e do importante trabalho desenvolvido por elas nas dinâmicas territoriais, na produção de bens materiais e imateriais, geração de renda e construção de estratégias, práticas e experiências bem sucedidas para melhoria da qualidade de vida e convivência com as condições naturais do semiárido.

Como foi visto, no sertão do Pajeú, o engajamento e a auto-organização das mulheres em grupos produtivos e movimento tem “tirado as mulheres do fogão” e as levado a conhecer outros espaços organizativos, a participarem de formações políticas, encontros, trocas de experiências e processos formativos sobre relações de gênero e as formas da dominação patriarcal, transição agroecológica, uso de tecnologias sociais na produção agroecológica de alimentos e promoção da exploração sustentável da Caatinga, através dos sistemas agroflorestais, produção de mudas nativas, reflorestamento e revitalização de matas ciliares e nascentes do rio Pajeú, entre outros.

Os movimentos e grupos de mulheres trabalhadoras rurais não são homogêneos; no entanto, as questões ligadas às relações de gênero, à divisão sexual do trabalho e à agroecologia encontram-se entre as ações, reivindicações e lutas de grande parte das organizações de mulheres.

As entrevistadas demonstram, em suas narrativas, que os alimentos que produzem para o autoconsumo das famílias são cultivados em seus quintais e sistemas agroecológicos sem nenhum tipo de substâncias químicas, agrotóxicos ou fertilizantes. Além disso, a preocupação com água e com a Caatinga também é recorrente nos relatos. Elas utilizam as tecnologias sociais para otimizar o uso e aproveitamento da água e não medem esforços para a recuperação de áreas de olho d'água que, durante os períodos de seca, garantem o abastecimento de água para as famílias.

O trabalho coletivo das mulheres da Gameleira tem possibilitado algumas transformações nas relações de gênero, segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade do agroecossistema local e geração de renda para as mulheres. Notou-se que o cotidiano delas é

constituído por desafios e lutas constantes contra o machismo, a opressão, as desigualdades, contra a violência em sua ampla forma e contra a invisibilidade e desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo desenvolvido por elas. “Nós trabalhamos! Trabalho muito e em inúmeras atividades!”. Elas trabalham dentro e fora de casa, no quintal, na roça, na criação de animais, no cuidado com as crianças e doentes, na produção de mudas, revitalização de áreas de nascentes, promoção da sustentabilidade da Caatinga, da vida humana e não humana. As trabalhadoras rurais têm dupla e tripla jornada de trabalho, sem direito a lazer, férias, compensação financeira, e muitas vezes sem o devido reconhecimento e valorização das atividades desenvolvidas por elas, em prol da família, comunidade e meio ambiente.

Indubitavelmente, a participação das mulheres em espaços formativos como os encontros de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, intercâmbios e trocas de experiências vivenciadas pelo Grupo de mulheres da Gameleira, por exemplo, levou à ocorrência de algumas mudanças significativas não apenas em escala nacional, regional e estadual, no caso do MMTR-PE, mas também nos processos de articulação e dinâmicas do território, acesso a editais locais para projetos de tecnologias sociais, como cisternas, fogões agroecológicos, tecnologias de reuso de água e produção de mudas nativas para reflorestamento de áreas degradadas da Caatinga e de olhos d’água.

As formações políticas sobre sustentabilidade, produção agroecológica, geração de renda e relações de gênero têm possibilitado, entre outras coisas, o repertório argumentativo, de diálogo e negociações das mulheres que estão aumentando a autoestima e a motivação para dar voz às suas demandas, se posicionarem e saírem de casa e participarem de outros processos.

Elas relatam que embora muitas vezes não tenham êxito na persuasão no que diz respeito à divisão das atividades e trabalho doméstico socialmente vistos como “obrigação da mulher”, com certo tensionamento e resistências, alguns homens da família acabam contribuindo com as atividades, mesmo que minimamente e talvez apenas quando elas precisam sair de casa para ir ao médico em Recife, participar de um evento ou formação em outro município. Mas a participação na realização do trabalho doméstico ainda é um grande desafio, visto que há muita resistência e tensões quando a divisão igualitária dessas atividades é solicitada pelas mulheres.

Nos relatos das trabalhadoras e camponesas, ficou evidente que para elas, todas as atividades realizadas, seja na casa, no quintal, no roçado ou na feira, são trabalho, mas um trabalho invisível, porque, para os homens, ele não existe, é visto e percebido como uma ajuda, um complemento mais brando ao trabalho principal, desenvolvido pelo “homem da casa”.

As mulheres trabalham desde as primeiras horas da manhã até o anoitecer, sem direito a descanso, a assistir à televisão ou a um tempo livre para colocar a conversa em dia com as colegas e amigas, como fazem os homens. Não há tempo livre para os processos de formação, sejam eles relacionados às capacitações profissionais, à educação, à construção de conhecimentos ou para o autocuidado e fortalecimentos da autoestima, singularidades, pluralidades, subjetividades e identidade individual.

As relações de produção e de trabalho desenvolvidas por algumas mulheres camponesas e trabalhadoras rurais no sertão do Pajeú, como as trabalhadoras rurais e camponesas da comunidade Gameleira, por exemplo, têm por base o sentimento de solidariedade anticapitalista que busca ressignificar a produção de alimentos, o manejo da Caatinga e a revitalização das nascentes do rio Pajeú para garantir acesso à água e à qualidade de vida para as comunidades. A politização dos conceitos e relações sociais pelos encontros de formações e grupos de mulheres vem desmistificando a ideia de política pública como ação exclusiva do Estado para a sociedade.

As mulheres estão fortalecendo processos locais e construindo estratégias de construção de processos de auto-organização, soberania e segurança alimentar com base na produção agroecológica, ressignificando o entendimento sobre o que é trabalho, o papel da mulher na sociedade e geração de renda e de práticas de produção e de vida mais sustentáveis.

Os diferentes saberes, conhecimentos, experiências e práticas desenvolvidas pelas mulheres são imprescindíveis para o fortalecimento da agroecologia como ciência, movimento e prática. Assim, são indispensáveis para reprodução dos processos existentes.

Sem dúvida, as lutas das mulheres no contexto da agricultura são diversas: elas lutam cotidianamente por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica, à educação, a políticas públicas, igualdade de acesso a bens, serviços e pelo direito a ter direito. Também está na pauta de luta das mulheres a ressignificação das relações de produção e de uso da natureza e dos bens naturais coletivos.

Nesse sentido, há uma construção, reconstrução e resgate de saberes ancestrais, como o modo de cultivar alimentos com respeito aos processos ecológicos e sem uso de insumos e substâncias químicas como os agrotóxicos, por exemplo, e nutrindo e fortalecendo laços de vizinhança, solidariedade, visibilização e valorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres na agricultura e agroecologia, assim como a busca construir relações igualitárias e equitativas entre mulheres e homens.

É importante dizer que a história social e política das mulheres vem sendo retomada, reescrita e contada por elas mesmas através das lutas diárias para reafirmar-se enquanto sujeitos políticos de direito, trabalhadoras rurais, produtoras de alimentos, de conhecimentos, de ações e políticas públicas, de territórios e riquezas materiais e imateriais, mesmo quando sua condição de trabalhadoras rurais é negada pela falácia da “ajuda”, trabalho complementar ou auxiliar do trabalho masculino.

Os papéis sociais exercidos por mulheres e homens são criados e produzidos historicamente pela divisão do trabalho e pela ideologia e cultura hegemônica da sociedade de classes. Divisão do trabalho, de papéis e de classes que intensificam as desigualdades, discriminações, explorações e diversas formas de violências que vitimizam principalmente as mulheres, seja elas do campo, das florestas, das águas ou da cidade. Nascer macho ou fêmea não pode ser condição para designar o ser homem ou ser mulher; essas são identidades construídas a partir da autoafirmação, subjetividade e compreensão de mundo de cada sujeito.

Durante nosso estudo, foi possível comprovar que no contexto da agricultura camponesa, o homem é visto como o “chefe da casa”, o provedor e principal força de trabalho do núcleo familiar, mesmo quando não é o caso. Em vários momentos dos diálogos, as trabalhadoras rurais trazem em suas narrativas o peso, os desafios e as limitações que as hierarquias de poder existentes no núcleo familiar impõem à sua vida. Percebemos que as diferenças do corpo biológico são usadas pela sociedade e pelo grupo familiar para usurpar os direitos políticos, sociais e humanos de alguns sujeitos, para assim explorar sua força de trabalho e submeter esses corpos-territórios às normas e hierarquias de classes, raças e gênero.

Acreditamos que a construção de relações sociais mais igualitárias e a promoção de uma vida digna e com qualidade passa também pelo acesso a renda, bens, direitos políticos e equidade entre mulheres e homens. No entanto, no caso do território da pesquisa, para que as

mulheres desfrutem de uma vida plena, faz-se necessária a desnaturalização e o questionamento das relações sociais de gênero, divisão justa do trabalho e da renda econômica produzida pelas famílias, além de políticas públicas voltadas para a diminuição da vulnerabilidade, da pobreza, da fome, da discriminação e de violências que impactam diretamente as trabalhadoras rurais.

Faz-se necessária, também, a desconstrução de paradigmas homogeneizantes que idealizam e romantizam a família camponesa como um núcleo social sem tensões e conflitos, no qual o homem é o “chefe” todo poderoso que manda, desmanda e tem poder sobre os bens materiais e também sobre os corpos das mulheres.

Muitas das entrevistadas são as “chefas” das famílias, principais fontes de renda e realizam trabalhos que são tidos como masculinos. Mesmo assim, ainda sofrem com as desigualdades de gênero, com o machismo e com a desqualificação do seu trabalho produtivo e reprodutivo. Ser mulher e viver com dignidade na sociedade capitalista é um grande desafio, visto que as barreiras impostas pelo sistema patriarcal, divisão sexual do trabalho e pela falta de políticas públicas mais eficientes criam uma grande desvantagem.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *In: Dossiê Nordeste Seco, Estudos Avançados* 13 (36), Universidade de São Paulo, 1999.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGUIAR, Vilenia V. P; TEIXEIRA Anna Carolina C. B. Margaridas seguem em marcha. *In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (org.). Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres / Maria Elisabete Arruda de Assis; Taís Valente dos Santos. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.*

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN. ED, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil (org.). CALDART, Roseli Salete Caldart. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALENTEJANO, Paulo. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *In: Boletim Paulista de Geografia*. Trabalho de campo. Nº 84. São Paulo, jul. 2006.

ALMEIDA, Lia de Azevedo; GOMES, Ricardo Corrêa. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, nº 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2018.

ALMEIDA, Mara Zélia de. Plantas medicinais: abordagem histórico-contemporânea. *In: Plantas Medicinais*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 34-66. ISBN 978-85-232-1216-2 versão online. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xf7vy/pdf/almeida-9788523212162.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ALMEIDA, Vanete. **Ser mulher num mundo de homens** Serra Talhada: Universal. MMTR-NE/ Threshold Foundation 1995.

ALMEIDA, Vanete; FRAZÃO, Giselda Amarcio; CABRAL, Auxiliadora Dias; AMADOR, Maria Doiza; BOSCH, Ana. **Movimento Sindical**. 1. ed. Oxfam: Associação Recife/OXFORD para a Cooperação ao Desenvolvimento. 1994.

ALTHUSSER, L. O Estado. *In: Aparelhos Ideológicos de Estado*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

AMOROZO, M. C. M. Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L.C. (org). **Plantas medicinais: arte e ciências – um guia de estudo interdisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1996.

AMOROZO, M. C. M. **Agricultura tradicional, espaços de resistência e o prazer de plantar**. Recife: SBEE, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A problemática da seca**. Recife: Liber Gráfica e Editora, 1999.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GAMINI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, v.21 p.43-56, 2007.

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil/Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira – Brasília: ANFIP/DIEESE. 2017.**

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 3.ed. São Paulo, 1988.

ARRIAGADA, Irma. Mujeres rurales de América Latina y el Caribe: resultados de programas y proyectos. In: GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (org). **Una nueva lectura: género en el desarrollo**. Lima, Peru: Ediciones Entre Mujeres, 1991.

AUGUSTO, Maria. H. O. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 1, n. 2, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v1n2/0103-2070-ts-01-02-0105.pdf>. Acesso em 22 jun. 2020.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. In: **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo**. / SILVA, Carmen Silvia Maria da; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org) - Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

BARBOSA, Aline Miranda; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda (org). **Desafios aos Estudos Pós Coloniais. As Epistemologias Sul-Sul. Cescontexto**, debates, n.5, maio 2014.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, s/v, n. 1, p.89-117, maio/ago. 2013.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982 (Coleção Debates).
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. *In*: ARAGÓN, Luis; KLUSENER-GODT, Miguel (org). **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UFP/Unesco, 2003.
- BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. Dissertação (Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BRANDÃO, C. R. Entre Paulo e Boaventura: Algumas aproximações entre o saber e a pesquisa. **Revista Trimestral de Debate da FASE**, proposta nº113, out. 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A participação da pesquisa no trabalho popular. *In*: BRANDÃO, C. R. (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. **Agricultura Familiar – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das ações da CONAB em 2018**. Compendio de Estudos da CONAB. Brasília: CONAB, V.20, 2019. Disponível em: https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/compendio-execucao-dopaa/item/download/25002_c4a4d9329b6c345985c0d6b1aec061ef. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 2. ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia. Documentação da Trabalhadora Rural**. Cadernos de Formação. Brasília, DF: MDA. 2010.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Políticas para as trabalhadoras rurais**: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/INCRA. Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviço de Saúde**. Brasília: Editora MS, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 303**, de 20 mar. 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de Gestão. Ter documento é um direito, toda mulher quer respeito**. 2004 a 2006.

BOUGUERRA, Mohamed. **As batalhas da água**: por um bem comum da humanidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. **As agricultoras do sul do Brasil. Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, jan.-abr. 2004.

BRUIL, Janneke et. al. Agroecologia e Economia Feminista: novos valores para novos tempos. Revista **Agriculturas**: experiências em agroecologia - Diálogos e convergências e Feminismo, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 3-6, nov. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BUTTO; Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2010.

BUTTO, Andréa; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Miriam (org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BURG, I. C; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1522-1528, 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: Um assunto de Mulheres? **Cadernos Sempre Viva**, n. 8, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: práticas e programas de “convivência com o semiárido” no território de Juazeiro (Bahia)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. Feminismos poscoloniales: reflexiones desde el sur del Río Bravo. *In*: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Ed.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra; Universitat de València; Instituto de La Mujer, 2008.

CASTRO, Josué de. **O problema da alimentação e a sociologia brasileira**. Dom Casmurro [s.l.], 1937.

CASTRO, P.S.; LOPES, J.D.S. **Recuperação e conservação de nascentes**. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2001.

CASTRO, Josué. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho notas sobre impasses teóricos. **Caderno CHR**, Salvador, v. 17, p. 80-105, 1992.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (Cfemea). **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (org.). Brasília: LetrasLivres, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa. *In*: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **RELATÓRIO Nº 9/08 CASO 12.332 ADMISSIBILIDADE MARGARIDA MARIA ALVES BRASIL**. 5 de março de 2008. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brasil12332port.htm>. Acesso em: 23 set. 2020.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres R. da; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi da. **Agricultura**: evolução e importância para a balança comercial brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, jul. 2004.

CONTAG. **O que perde o Brasil com o fim do MDA**. Disponível em: <http://www.contag.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria (org.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In*: **Geografia e Giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 12017, 2021.

CRUZ, Valter do Carmo. Deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. *In*: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz (org.) *et al.* **Geografias**: reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

CPRM - **Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Itapetim, estado de Pernambuco / Organizado por João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Manoel Julio da Trindade G. Galvão, Simeones Neri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DEMO, P. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. Novos pólos administrativos afetando a Federação Brasileira. *In: BONAVIDES, Paulo et al. As Tendências Atuais do Direito Público.* Rio de Janeiro: Editora Forense, 1976.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado.** São Paulo: Saraiva, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE CICCIO, Cláudio; GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** São Paulo: RT, 2007.
- DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan. 2004.
- DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In: JACCOUD, L.. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.* Brasília, 2005.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- DELGADO, Guilherme. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003.** Geomundo, 2003. Disponível em: <http://www.geomundo.com.br/Guilherme-C-Delgado-A-Questao-Agraria-no-Brasil.PDF>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000.
- DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas.** 6. ed. Mossoró: Coleção HOLOS, ano 32, vol. 1. 2001.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos.** 2. ed. Rio de Janeiro, 2006.
- EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. *In: MALERBA, Jurandir (org.). A história escrita. Teoria e história da historiografia.* São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida – quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** Tese (doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP, 2002.
- FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org.). Campesinato e territórios em disputa.* 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 8-32, jul. dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO) / INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico 1996. *In*: GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. (coord.). **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio FAO/Incrá, INCRA, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

FALS BORDA, Orlando. **La investigación: obra de los trabajadores**. 6 ed. Santafé de Bogotá: Dimensión Educativa, 1994.

FARIAS, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no território dos territórios. **Revista Nera**, Artigo do Mês, mar. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia dos territórios**. Land Research Action Network – Ação Terra, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. A sociologia no Brasil**. A sociologia no Brasil Petrópolis. 1977.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago, 2019.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FETAPE. **4 décadas de luta**. Recife, jul. 2006. Disponível em: https://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/Revista_Fetape_40_Anos.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. **A Mulher e a Emergência da Seca no Nordeste do Brasil**. Recife: FUNDAJ, n.139/2002, jul. 2002.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo feminino no contexto da dominação**: um estudo no acampamento do Engenho Prado. Tese (doutorado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

FREITAG, Barbara. **Habermas e a teoria da modernidade**. Cad. CRH. Salvador, n.22. p.138-163, jan/jun.1995.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In*: RABINOW, P. e DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud, Marx**: theatrumphilosoficum. São Paulo: Editora Princípio, 1997.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. **A organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Igreja e Protagonismo Político no contexto da década de 1980**. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011.

FEDERICI, Silvia. (2004). **Calibán y la bruja**: mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

FEDERICI, Silvia. (2013). El feminismo y las políticas de lo común en una era de acumulación primitiva. *In*: FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013..

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

GARCÍA, María Franco. **Trabalhadoras rurais e luta pela terra**: interlocução entre gênero, trabalho e território.2002.

FUNARI, Juliana Nascimento. **Um sertão de água**: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2016.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

GARCÍA, Maria Franco; MONTEIRO, Karoline Santos. Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: entraves e estratégias das camponesas quilombolas no espaço agrário da Paraíba. *In: GARCIA, Maria Franco; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; VIANNA, Pedro Costa (org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.** 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.*

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, 2007.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, 2007.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. *In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Geo)grafias dos movimentos sociais.* Feira de Santana, BA: UEFS, 2010.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GÖTSCH, E. **Break-through in agriculture.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. *In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editoras Contexto e UNESP, 2004.*

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GODINHO, Tatau. O feminismo e a luta dos trabalhadores. **Revista Setor Nacional de Gênero, MST**, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUARDIA, Sara Beatriz. **La escritura de la historia de las mujeres en América Latina.** Lima: CEMHAL, 2005.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, vol. 46, n. 2, jun. 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN Eduardo Sevilla. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria**. Córdoba [s. n.]: 2004.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_RogérioHAESBAERT.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTMANN, Heidi. Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexo. *In*: BORDERÍAS, Cristina, *et al.* (org.). **Las mujeres y el trabajo**. Barcelona: Icaria, Fuhem, 1994.

HEREDIA, B. M. A. CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA, Presidente Prudente**, ano 9, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera, Presidente Prudente**, ano 9, n. 8. jan./jun. 2006.

HIRSH, J. **Teoria Materialista do Estado. Processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estados e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 21, n. 55, nov. 2001.

HOLT-GIMÉNEZ, ERIC. **El capitalismo también entra por la boca: Comprendamos la economía política de nuestra comida**. Nova Iorque: Monthly Review Press and Food First Books, 2017.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019b.

IBERÊ, Daniel. **Povos Indígenas: Alimentos, Ancestralidade e Sagrado em Tempos de Crise**. Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares, ano 1, 1. ed, jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017 Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006 - Agricultura familiar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JATOBÁ, Lucivânio. A compartimentação do relevo. *In*: PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Atlas de Bacias Hidrográficas de Pernambuco**. Recife: SECTMA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andree *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução: Antonia Malta Campos. **Estudos Novos**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 93-103, mar. 2010.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-82, jul. 2006.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Perspectivas latino-americanas, 2005.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LEFF, Enrique. 2003. A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: R. C. Martins; N. F. Valêncio. **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e políticos-institucionais**. São Carlos: Editora Rima.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O jovem Marx e outros escritos filosóficos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Irenilda de Souza; DE JESUS, Paulo. A pesquisa na prática da Extensão Rural para o desenvolvimento Sustentável: alguns fundamentos epistemológicos. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOWI, Theodor. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics** [s.l.], 16: 677-715. 1964.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, jul.-dez. 2008.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: COUTINHO, Carlos N.; NETTO, José P. (org.) **O Jovem Marx e Outros Escritos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **O Trabalho**. Tradução: Ivo Tonet. Maceió: Mimeo, 1997/2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.

- MALVEZZI, Roberto. **Semiárido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan.-jun. 2008.
- MARQUES, R.R.; ANTONETTE, A.K. Espaços entre mulheres na luta camponesa latino americana. **Espirales**, n. 4, vol. 2, out. 2019.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital** – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MATOS, Luciano M. **Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira**. São Paulo: Friedrich Ebert-Stiftung, 2017.
- MEDEIROS, Leonilde. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Gênero e trabalho rural. *In*: BUTTO, A. (org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2016.
- MELO, Lúcia Albuquerque de. Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira – PE. 2003. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

- MEKSENAS, P. Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: a contribuição de Paulo Freire. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 7, n. 78, nov. 2007.
- MIELE, Neide. Relações de gênero e práticas sindicais: estratégias e perspectivas. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*, João Pessoa, v. 12, set. 1992.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In: FERREIRA, D. S.; MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009
- MONTANARI, M. **Food is culture. Arts and traditions on the table**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2006.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. 2. ed. Pelotas: Editora Eletrônica, 2004.
- MULLER, Pierre. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. **Revue française de science politique**, [s.l.], 50e année, n. 2, 2000. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/rfsp_0035-2950_2000_num_50_2_395464.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.
- NIMER, E. Climatologia da região Nordeste. *In: NIMER, Edmon. Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- NAVES, Márcio Bilharinho. **Reforma constitucional e ideologia jurídica**. *Revista de sociologia e política*, 1: 1993.
- OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.
- OLIVEIRA, A. U. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.
- OLIVEIRA, Anay Stela; KNÖNER, Salete Farinon. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Os limites do Censo Agropecuário do IBGE. **Revista Nera**, fev. 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_02_2010.pdf. Acesso em: 27 jun.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Oliveira, F. de. (1981). **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU 2006**. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2006_portuguese_summary.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

ÖZKAZANÇ-PAN, Banu. International management meets 'the rest of the world'. **Academy of Management Review**, [s.l.], v. 33, n.4, p. 964-974, 2008.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. *In*: **Perspectivas de Gênero**: Debates e questões para as ONGs. Recife: SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PAREDES, Julieta. **Una sociedad en estado y con estado despatriarcalizador**. Cochabamba: 2011.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estudos avançados**, v. 15, 2001.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. *In*: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (org.). **Agricultura e espaço em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987. Disponível em:

http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf_ Acesso em: 25 jan. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300017/17759>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n2/02.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (1), p.: 199-211, jul./dez., 2008.

PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. **Plano estadual de recursos hídricos**. Recife, 1998.

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Atlas de bacias hidrográficas de Pernambuco**. Recife, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PEREIRA, P. H. V.; PEREIRA, S. Y.; YOSHINAGA, A.; PEREIRA, P. R. B. Nascentes: análise e discussão dos conceitos existentes. **Fórum Ambiental da Alta Paulista, São Paulo**, v. 7, n. 2, p. 139-151, 2011.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTO DE CULTURA CABRAS DE LAMPIÃO, 2014. Disponível em: <https://cabrasdelampiao.com.br/fundacao-cultural-cabras-de-lampiao/>

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem; FERREIRA, Simone. **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania Edições, 2004.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre ética na história oral. São Paulo: PUC, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis - Revista Latinoamericana**, Osorno, v. 31, dez. 2012.

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, vol. 13, n. 29, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, Campinas, 1998.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, jul./dez. 2015.

RAPOZO, Bruna M.S. Programa nacional de documentação da trabalhadora rural: desafios para a superação das desigualdades de gênero no campo brasileiro. In: ENANPEGE, 13. ed., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos XIII ENANPEGE a Geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. São Paulo: 2019.

RAPOZO, Bruna M.S. **Transformações no espaço agrário do sertão do Pajeú: a participação das mulheres no processo de transição agroecológico em quintais de (re)produção da vida**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (antropogeografia)**. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina. Os anos 90**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 22, p. 39-56, set. 2001.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, Natal, abr. 2006.

ROMANO, Jorge O. Rede de política na trajetória do setor público agrícola brasileiro. *In*: BONNAL, Philippe; LEITE, Sergio Pereira (org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

ROSSINI, Rosa Ester. As Geografias da Modernidade – Geografia e Gênero – Mulher, Trabalho e Família: O exemplo da área de Ribeirão Preto – SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 12, p. 7-26, 1998.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese - USP, São Paulo, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester. Ser mulher e camponesa. **Boletim Presença**, ano 2, n. 5, UNIR, 1995.
RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo: Xamã, 2000.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2009.

SACK, David Robert. **Human territoriality: Human territoriality, its theory and history**. London: Cambridge University, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALES, Tereza. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 9, n. 25, p. 27-37, junho/1994.

SANTOS, Maria José dos. *et al.* Seca e captação de água da chuva no semi-árido de Sergipe: o PIMC como objeto de pesquisa. *In: 6º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DA CHUVA.* 2007.

SANTOS, Douglas. **Sobre a relação entre epistemologias e a rosa dos ventos** Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 14, n. 2, pág. 182-196, jul-dez 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. *In: SILVA, O; SANTOS, E; NETO, A (org).* **Identidade, território e resistência.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: UPF, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Nova York: Columbia University Press, 1995.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SHANIN, T. Lições camponesas. *In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.).* **Campeinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular,, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera, Presidente Prudente,** ano 8, n.7, 2005.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UnB. Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional,** Campinas, 18(2), 12-32, 2011.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.).* **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e lugar social.** São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo**

antissistêmico e popular. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. **O campo político dos movimentos sociais:** as fronteiras entre movimento e organização no centro de cultura negra. São Luís, UFMA, 2001, dissertação.

SILVA, Carmen Silvia Maria da.; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. *In:* SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). **Agricultura Familiar e Gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

SILVA, J. R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: SUDENE, 2006.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo Geografia: pluriversidades sobre gênero e sexualidades. *In:* SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, M. O. S. **Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições pragmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Revista Terra Livre AGB**, São Paulo, ano 18, n. 19, jul./dez/ 2002.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. *In:* GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas e Igualdade de Gênero. **Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**, v. 8, São Paulo, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Construindo as Epistemologias do Sul:** Antologia Essencial. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula; ARRISCADO, João Nunes João. Introdução: para ampliar o cânone da ciência – a diversidade epistemológica do mundo. *In:* SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Semear outras soluções:** Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006a.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UnB, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **Perspectiva de gênero na produção rural**. Brasília: IPEA, 1994.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Reflexões sobre a violência. Significados historicamente construídos. *In*: BARRETO, M.; NETTO, N. B.; PEREIRA, L. B. **Do Assédio Moral à Morte de Si - Significados sociais do Suicídio no trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Matsunaga, 2011.

TOLEDO, C. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

TOLEDO, V. M. Indigenous knowledge of soils: an ethnoecological conceptualization. *In*: BARRERA-BASSOLS, N; ZINCK, J. A. **Etnopedology in a worldwide perspective**. Enschede, International Institute for Aerospace and Earth Sciences (ITC), 2000.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 20, p. 31-45, jul./dez, 2009.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG), Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2007.

VELOSO, Maria Bethânia. **Abraçar e Agradecer**. Álbum: Abraçar e Agradecer 2016.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Ática, 2001.

VIVAS, Esther **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

WEITZMAN, Rodica. Mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural. *In*: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1976.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora da UNB, 1997.

WOORTMANN, E. F. A comida como linguagem. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

WRIGHT, Angus. **Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX**. Topoi, v. 13, n. 24, p. 136-161, jan./jun. 2012 Universidade do Estado de Santa Catarina –UDESC Programa de Pós-Graduação em História -PPGH Revista Tempo e Argumento Volume 12-Número 30-Ano 2020.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. *In*: MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: práticas da alimentação no Vale Taquari**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007